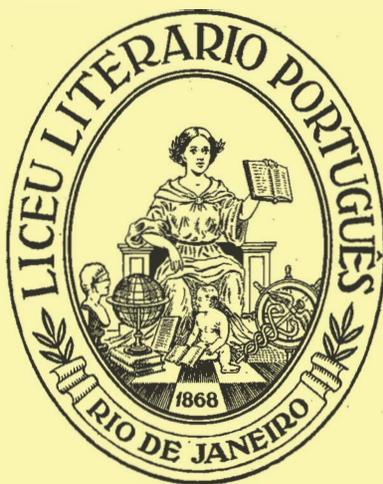


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.ºs 25 e 26 - 2003 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.ºs 25 e 26 - 1.º e 2.º semestres de 2003 - Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 2003/2004

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
2.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
1.º Tesoureiro: Manuel Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Carlos Alberto Soares dos Reis Martins
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Manuel Paulino
1.º Secretário: Maria Lêda de Moraes Chini
2.º Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Carlos Jorge Airosa Branco

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Francisco Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva (Diretor Executivo)
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozório Rodrigues
Jayr Calhau
José Pereira de Andrade
Ricardo Cavaliere
Walmírio Macedo

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ
Internet: www.lucerna.com.br

Pede-se permuta
Pfdese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - Centro
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 - Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (A. GOMES DA COSTA)	7
Eugenio Coseriu – Depoimento <i>in memoriam</i> – (AMADEU TORRES)	11
Eugenio Coseriu: Arquiteto de uma lingüística integral da linguagem (EVANILDO BECHARA)	19
Coseriu e a lingüística do texto (CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA)	24
As propriedades essenciais da linguagem (LUIZ M. M. DE BARROS / TEREZINHA BITTENCOURT)	36
Eugenio Coseriu romanista e humanista (ROSALVO DO VALLE)	55
Biobibliografia de Eugenio Coseriu	60
 ARTIGOS	
Monumentos lingüísticos portugueses dos séculos XVI e XVII (MARINA KOSSÁRIK)	93
A conversão do adjetivo em advérbio em perspectiva sincrônica e diacrônica (MARTIN HUMMEL)	175
Estudos Camilianos – I A obra de Camilo Castelo Branco como objeto da Crítica Textual (MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA)	193
Os substantivos deverbais em português (VALTER KEHDI)	209
O Epítome de Antonio de Moraes Silva na historiografia gramatical brasileira (RICARDO CAVALIERE)	215
Em defesa de Mattoso Câmara (HORÁCIO ROLIM DE FREITAS)	224
<i>Ars Recte Loquendi</i> : constituição da gramática brasileira novecentista (MAURICIO SILVA)	234
Cultura e resistência (OPÁZIA CHAIN FERES)	243

Problemas da língua: uma olhada nos “déficits” lingüísticos de seus usuários (JOSÉ ROGÉRIO FONTENELE BESSA)	246
Vicissitudes gramatológicas do nome como categoria privilegiada no quadro das classes de palavras (CARLOS ASSUNÇÃO)	259
TRANSCRIÇÕES	
Quintino do Valle (WILSON CHOERI)	297
NOTICIÁRIO	
Homenagem a Eugenio Coseriu na UFF	307
Conceito Oficial da <i>Confluência</i> no QUALIS	310
COLABORADORES	317

EDITORIAL**A DEFESA DA LÍNGUA**

Dr. Antônio Gomes da Costa

O Brasil e Portugal deveriam ter uma política comum na promoção e na difusão da língua. Obteriam melhores resultados e a custos divididos, por exemplo, no financiamento de cátedras de Português e de Literatura Brasileira e Portuguesa que funcionam junto a várias universidades estrangeiras.

Não existe, entretanto, essa articulação. Cada país segue sua própria política, quase sempre condicionada pela existência das verbas do orçamento da República, ou, quando os governos ficam de fora, apoiada no mecenato de alguma instituição privada que chamou a si o encargo de cuidar do Idioma e da cultura nacional em terra alheia. Faz-se pouco ou quase nada a quatro mãos.

Ainda no começo deste ano assistiu-se a um episódio na França que demonstra como falta coordenação entre os dois países quando se trata de defender a Língua. Referimo-nos à decisão das Autoridades de Paris de suprimir a cátedra de Língua Portuguesa na Universidade da Sorbonne.

A cátedra funcionou durante muitos anos e por ela passaram intelectuais de grande relevo, como Leon Bourdon, Paul Teyssier, Marie Helene Piwnik e Michel Giudicelli. Com a aposentadoria deste último, o ministro da Educação e o reitor da universidade teriam decidido sacrificá-la e deixado apenas a funcionar a cátedra de Espanhol. Pois a reação que se viu foi uma reação isolada, apenas do lado português, com protestos e críticas, quando, a nosso ver, também o Brasil deveria ter-se empenhado para que o ensino da Língua Portuguesa continuasse na grelha dos programas universitários em França. Até porque vários professores e leitores da Sorbonne são, ou já foram, de nacionalidade brasileira. E, juntos, os dois países teriam mais força política para demover o governo francês de seu propósito de eliminar o ensino do Português.

Colocando de parte este episódio – que, segundo consta, pode repetir-se na Universidade de Humboldt de Berlim, onde, depois de 90 anos, a cátedra da

Língua Portuguesa também está ameaçada de ser fechada – o que está faltando em nosso entender é uma estratégia combinada entre o governo do Brasil e o de Portugal para o ensino e a projeção da língua em terceiros países. Até agora, cada um opera sozinho – e de acordo com suas possibilidades. Os resultados, talvez por isso, são mais modestos – e o que se vê é a concorrência e a expansão crescente do Castelhana por toda parte.

Não se pergunte sobre a soma de recursos que anualmente são investidos pelo governo de Madrid nessa área – e o quanto gastam o governo brasileiro e o governo português em ações no exterior para difundir a Língua e a cultura nacional. Não há comparação. E por isso, não nos deve surpreender se nos próximos anos o ensino do Espanhol vier a substituir inteiramente o ensino do Português nos Departamentos de estudos ibéricos, ou de estudos latino-americanos.

Pelo menos, se Brasília e Lisboa combinassem esforços e juntassem recursos, numa estratégia concertada, poderiam melhorar a defesa e a promoção da Língua Portuguesa no mundo. a começar pelos próprios espaços da lusofonia em África e junto às diversas diásporas, onde a primeira e a segunda geração podem ainda ser condutos naturais para a manutenção e a prática do idioma de Camões. Por outro lado, não podemos esquecer que o peso de falantes do Brasil e o fato do país ser uma potência econômica, são dois fatores decisivos para despertar interesses que não sejam meramente acadêmicos para se aprender português em diversas partes do mundo. isso já sem referir que é a língua de berço de comunidades que somam milhões de pessoas de diversas etnias e cruzamentos culturais espalhadas por todos os continentes.

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
EUGENIO COSERIU**



EUGENIO COSERIU
(1921 – 2002)

EUGENIO COSERIU

– Depoimento *in memoriam* –

Amadeu Torres
Univ. Católica Portuguesa
e Universidade do Minho

1. Uma epígrafe deste gênero dará já a entender o que textualmente se pretende: não a configuração de intencional apreciação crítica ao labor polifacetado de um dos mais brilhantes e fecundos expoentes da lingüística e da filosofia da linguagem de que o século XX justamente se orgulha, mas antes uma evocação sentida do *Wissenschaftler* entroncado de corpo e de saber que desde finais dos anos 60, ao passar uma que outra vez pela Universidade de Tubinga onde acabou em 1963 por fixar-se, me habituei a admirar e, eventualmente, a consultar.

Apaixonado pela filologia clássica e pela ecdótica a cujos mestres das Universidades de Coimbra e de Lisboa muito fiquei devendo, e sem embargo da formação em que por outro lado me embrenhava nas literaturas românicas em prosa e verso ou no curso de filosóficas na Universidade Católica, durante as deambulações implicadas na preparação da tese doutoral e decorrentes contactos através da Europa, havia surpreendentemente descoberto diversas afinidades entre o Professor trotamundos e este seu humílimo admirador de anos atrás. De fato, deixada em 1940 a Romênia, onde se afirmara como poeta e contista, vivera a década seguinte em Itália trabalhando como tradutor e crítico literário e escrevendo duas teses, uma delas para a láurea em filosofia, outra em filologia românica. Além disso, regressado da América do Sul, era já abalizado poliglota com singular domínio das línguas eslavas, das greco-latinas, germânicas e românicas, entre as quais o espanhol e o português.

Lembra-me, como se fosse hoje, do encontro inicial com o Prof. Coseriu, motivado pela minha tradução, a pedido do Prof. Luís Reis Santos com cursos de História da Arte na Universidade de Coimbra, de algumas cartas latinas de Damião de Góis, o célebre humanista luso de Quinhentos, editadas em Lovaina em 1544. Deu-me a sua opinião e, ao tomar conhecimento de que eu andava em pesquisa de manuscritos epistolares goisianos pelas mais importantes bibliotecas européias, nomeadamente as da Alemanha onde já localizara cerca

de dúzia e meia, incitou-me a que, para além da edição crítica que intentava realizar, não pusesse de remissa uma aturada análise lingüístico-filológica dos textos, como realmente aconteceu no 2º tomo daquela. Volvido um ano aproximadamente, breve consulta ocasionada por originais que conseguira em cidades como Basileia, Wrocław, Gdansk, Trento e Sélestat, deu-me ensejo – a juventude, mesmo algo avançada, sempre primou pela audácia – de ofertar-lhe com seleta dedicatória o poema intitulado *Sonho de um Castelo*,¹ que em 1948 premiara, em concurso nacional, os meus vinte e poucos anos, ainda o Prof. Coseriu não havia trocado Roma pelo Uruguai. Parco em elogios, mostrou a propósito conhecer a nossa história nos seus primórdios, encorajando-me no entanto a prosseguir sem desvalorizar, sublinhou condescendente, os dois nomes que eu usava desde há décadas, o ortônimo e o pseudônimo, conselho que curei de manter operando diferenciadamente.

É claro que tratando-se de uma investigação dissertacional posicionada nas fronteiras das Letras clássicas, dos Descobrimentos, das filologias e das lingüísticas, outras ocasiões surdiram, ao tempo dessas andanças, de consultas perfunctórias com personalidades de renome, tais como Harri Meier, que deixou fama nas Universidades de Lisboa e Bona, Charles Boxer de quem acabei por ser bisonho confrade na Academia Portuguesa da História, Josef Ijsewijn, Mac Farlane e Pierre Grimal, humanistas respectivamente de Leuven, de Oxford e da Sorbona. Curioso que ao ofertar a este último os dois tomos da dissertação, editada² dias antes pelo Centro Cultural Português de Paris, a conversa prolongou-se num almoço que não esqueço. Mas releve-se-me a digressão.

2. Nasceu Eugenio Coseriu em 1921 na povoação romena de Mihăileni, agora integrada na república da Moldávia. Andava, portanto, nos 37 anos quando me matriculei em Coimbra e o Prof. José G. Herculano de Carvalho introduziu o estruturalismo saussuriano na sua cadeira de Lingüística I, assim então rotulada, o que apanhou desprevenidos os principiantes, alguns dos quais, como eu, se tinham adiantado na aquisição de apontamentos e sebatas de acordo com as matérias habitualmente ministradas. Custou aos caloiros a nova teorização, malgrado o atraso proverbial com que de fora chegava às aulas universitárias. No entanto, o docente, dedicadíssimo aos alunos e atento às dificuldades

¹ Cfr. Amadeu Torres (Castro Gil), *O Sonho de um Castelo*, Braga, Edições Humanitas, 1965.

² Cfr. Amadeu Torres, *Noese e crise na epistolografia latina goisiana: I – As Cartas latinas de Danião de Góis*, introdução, texto crítico e versão; II – *Danião de Góis na mundividência do Renascimento*, análise ideológica, estético-lingüística e apêndice diplomático, Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

emergentes, dignou-se logo distribuir, semana a semana, folhas registadoras e explicativas do essencial.

Por outro lado, Ferdinand de Saussure e o seu *Cours de linguistique générale*, das edições Payot, entraram sem demora no nosso dia a dia, assim como as primeiras publicações tematicamente relacionadas de Coseriu, por essa altura e desde 1951, na Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, Departamento de Lingüística, em Montevideo: *Sistema, norma y habla* (1952), *Forma y substancia en los sonidos del lenguaje* (1954), *Determinación y entorno – Dos problemas de una lingüística del hablar* (1955/1956), *Sincronía, diacronía e historia – El problema del cambio lingüístico* (1958). Estes estudos, adquiridos em livro ou fotocópia, captaram rapidamente a nossa simpatia: a proposta da tripartição esclarecedora da distinção bífida do mestre genebrino, considerada pouca satisfatória; a da conexão entre fonética e fonologia, ao arrepio das tendências coevas; a da valorização da lingüística da fala, num plano obviamente distinto das abordagens estilísticas de Karl Vossler e Leo Spitzer;³ enfim, a da indissociabilidade temporal, com respeito quer ao estado da língua, quer ao seu devir. Quanto a este particular, repita-se o que, mais tarde, escrevi algures: “Acentuando a sua discordância em face do reducionismo saussuriano, Coseriu, no texto citado e em páginas que lembram Heidegger realça a historicidade como constitutivo ôntico da língua, seja em sua estrutura, sistema e tipo, seja em sua norma e atuação idioléctica, destrinchando claramente o objeto, sempre histórico, que é ela mesma, das suas várias projeções nos planos da investigação, que ora prescinde da história, ora não”.⁴

Terminados os cursos atrás citados e de harmonia com o conteúdo do primeiro tomo das perquisições que cedo encetara, lecionadas por breve espaço as línguas clássicas a decisão privilegiou o futuro conteúdo do segundo, aliás sob o impulso da referenciada sugestão do Prof. Coseriu, que durante largos anos deu consistência teórico-pragmática às minhas aulas na Universidade Católica e na Universidade do Minho, sem embargo da atração que nunca escondi pela escola chomskyana. Foi contudo ao Professor de Tubinga a quem dediquei, de envolta com os Profs. J. Herculano de Carvalho e M. de Paiva Boléo, o vol. de *Gramática e linguística*. E tem outrossim origem coseriana o interesse que pela década de 80 comecei a votar a Fernão de Oliveira e à sua *Gramática da linguagem portuguesa*, interesse que se encontra

³ Cfr. Amadeu Torres, «Rodrigues Lapa e a *Estilística* da língua portuguesa», em *Ao reencontro de Clio e de Polímnia*, Braga, Universidade Católica, Centro de Estudos Humanísticos, 1998, pp. 403-404.

⁴ Cfr. Id., *Gramática e linguística*, Braga, *ibid.*, Centro de Estudos Linguísticos, 1998, pp. 177-178.

registrado⁵ em artigos e intervenções de congressos e não deixou de ser aplaudido pelos Profs. Lindley Cintra e Celso Cunha.

Regozijou-se o Mestre turingense aquando do IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, organizado pela Universidade de Vigo, ao tomar conhecimento de estar de entrada nos prelos o estabelecimento da primeira leitura crítica desta obra pioneira do nosso gramaticalismo, cuja edição acabou por honrar magistralmente com a inclusão do melhor excuro filológico-lingüístico que temos acerca dela, vindo a lume em 1975 sob o título de *Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira*, vertido por Maria Christina da Motta Maia em 1991 no Rio de Janeiro, à conta da Universidade Federal Fluminense e adaptado, através de retoques mínimos, ao português continental.⁶ Apesar de já bastante diminuído de forças, o Prof. Coseriu ainda logrou, felizmente, experienciar está reabilitação do compêndio gramatical oliveiriano em busca da genuinidade que cinco lançamentos anteriores, mesmo o do texto *princeps*, não alcançaram, havendo-se até quedado alguns deles a embaraçante distância. Além disso, penso que o seu erudito e profundo enfoque constituiu uma espécie de “jóia da coroa” que vai acordar-nos a memória em ordem à preparação das comemorações dos 500 anos do nascimento, a acorrer em 2007, daquele que, na autorizadíssima opinião coseriana, devendo considerar-se o nosso gramático cronologicamente primordial, “antecede o seu tempo na descrição lingüística em geral e apresenta-se como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença”.⁷

3. Faleceu o Prof. Coseriu em 7 de setembro de 2002 em Tubinga, aos 81 anos, dez após o passamento do bem conhecido compatriota Virgil Gheorghiu, em França, aos 76. Soube-o por informes da Associação Galega da Língua (Agal), veiculados por um dos seus dirigentes de topo, José Luís Fontenla. Dois anos antes, porém, colegas da Universidade de S. Petersburgo pré-emocionaram-me com a comunicação da infausta notícia, que afinal só 24 meses volvidos se confirmou. Bem diz o povo que as pessoas célebres morrem duas vezes.

Os latinos repetiam amiúde o velho prolóquio “ars longa, vita brevis”, cônscios do contraste entre os horizontes do sonho e os confinamentos reais que o tolhem. No caso vertente, contudo, talvez quadre melhor o trocadilho

⁵ Cfr. Amadeu Torres, *Gramática e linguística*, cit., pp. 43-81 e 281-292.

⁶ Cfr. Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Lisboa, Academia das Ciências, 2000.

⁷ Cfr. Id., *ibid.*, “Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira” [pp. 29-60], p. 31.

quiástico e em antítese àquela máxima – “vita longa, ars longior”. Com efeito, se o tempo lhe foi um tanto abonado, as obras e as ocupações magisteriais que lhe assinalaram a existência abarcam um impressionante campo de ação intelectual nos múltiplos domínios do idioma, tais o morfossintático, o semântico, o fonético-fonológico, o lexemático, o geográfico-lingüístico, o etimológico-onomástico, o filológico, o tipológico, as teorias da tradução, o sistêmico, o normativo e destacadamente o pragmático-histórico ou sociolingüístico.

Habitados a lidar com essas obras mais de forma singularizada, ao sabor da circunstância ou pertinência, do que em visão de conjunto, dificilmente nos damos conta do seu número e âmbito. Só agora um manuseamento menos apressado do currículo⁸ brilhantíssimo do Prof. Coseriu nos facultou apropriado registro: cerca de 400 publicações compreendendo volumes não raro bem densos e encorpados, artigos, versões de textos seus para Universidades na Europa, nas Américas, na Ásia e especialmente no Japão e Coréia, edições ou reedições no prelo (19) e miscelâneas comemorativas.

Quanto a estas, os respeitosos *Festschriften* da praxe acadêmica, trazidos a lume em datas de jubilação ou etapas docentes dignas de evidenciar-se, ultrapassam as quatro dezenas, o que ajuda a situarmos o polímato romanista num círculo de correligionários ou admiradores,⁹ de colegas a discípulos, de entre os quais aponto alguns de alto gabarito: André Martinet e Roman Jakobson, cada um com o seu tomo em 1967, aquele festejado nos 60, este nos 70 anos; Walter von Wartburg, que em 1968 contava 80; Ernst Gamillscheg, da mesma idade; Mario Wandruszka, em 1971, com 60; Harri Meier, com 65, e a quem já acima aludi, homenageado de novo no 75º aniversário e por último em 1992, num *in memoriam* lançado pela Universidade de Bona; Rafael Lapesa, preñado com três tomos em 1975 e em cujo III Coseriu inseriu um estudo que deu brado a respeito do viscaíno Andrés de Poza (1530-1595), chamando a atenção para um humanista e germanista subvalorizado, procedimento aliás similar ao que exteriorizou para com Fernão de Oliveira, em 1975; Emilio Alarcos Llorach, fonólogo e estruturalista, recordado em 1978; Kurt Baldinger, que em 1979 entrara nos 60 e confirmava a sua atração pelos domínios lingüísticos da Península Ibérica; em 1984, Antonio Tovar, perito na cultura peninsular pré-romana; Henrich Lausberg, então nos 75 de idade e nada diminuído nos cuidados da lingüística românica nem da retórica.

⁸ Cfr. Johannes Kabatek und Adolfo Murguía, «Die Sachen sagen, wie sie sind», *Eugenio Coseriu im Gespräch*, Tübingen, hrsg. von G. Narr. 1997; Horst Geckeler, B. Schlieben-Lange, Jürgen Trabant, Harald Weydt (eds.), *Logos Semantikos – Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu (1921-1981)*, 5 vols., W. de Gruyter/Gredos, 1981; e < www.coseriu.de >.

⁹ Cfr. os 5 vols. *in honorem* Eugenio Coseriu mencionados na nt. 8.

Dos portugueses, encontro o meu saudoso mestre de Coimbra, José Gonçalo Herculano de Carvalho, cujos 65 anos suscitaram um *Festschrift* em 1993, lançado em Tubinga e no qual Coseriu participa com “O volapuk do Extremo Oriente”. A propósito, recorde-se caber a Herculano de Carvalho o pioneirismo na tradução, por 1960, em Portugal, de escritos coserianos, em concreto de *Sistema, norma y habla*, saído na capital do Uruguai em 1952. Em português absolutamente falando, andou o Brasil na dianteira, por intermédio de E. Pereira Filho, com “Logicismo e antilogicismo em gramática”, publicado na *Revista Brasileira de Filologia* (II, 2) em 1956, isto é, no mesmo ano do original espanhol que ilustrava a *Revista Nacional de Montevideo* (nº 189). Hoje há inúmeras traduções dos textos coserianos em diversíssimas línguas. Seja-me todavia concedida a possibilidade de nomear aqui Evanildo Bechara, gramático e filólogo de seletto estofa e ilustre membro da Academia Brasileira de Letras, o qual em 1980, no Rio de Janeiro, verteu as *Lezioni di linguistica generale* (Turim, ¹1973 e ²1976), e em 1993, a partir do castelhano, o estudo “Do sentido do ensino da língua literária” (cfr. *Confluência*, 5, pp. 29-47); assim como Mário Vilela laureado discípulo de Tubinga que, na Universidade do Porto, em 1976, fez o mesmo quanto a “Die funktionelle Betrachtung des Wortschatzes” (cfr. *Jahrbuch 1975 des Institut für Deutsche Sprache*, Mannheim, e M. Vilela, *Problemas de lexicologia e lexicografia*, Porto).

Os *Festschriften* não terminaram, porém, em 1993, com J. Herculano de Carvalho. Um ano após, o preito escolhe Walter Belardi; em 1995, Horst Geckeler, um dos próceres da Escola, em 2000 Wolf Dietrich, ambos nos 60 anos. Entretanto, o Prof. Coseriu que foi alvo de iteradas coletâneas festivas,¹⁰ não reservava tão só para ocasiões como estas os seus gestos de consideração, dispersos de igual modo por revistas, congressos, colóquios. Personalidades como Amado Alonso (1953 e 1996), Pagliaro e Hervás y Panduro (1994), Humboldt e Gabelentz (1995), Saussure (1996), Michel Bréal (2000) são algumas delas. Quanto ao lingüista de Genebra, por exemplo, foi-lhe consagrado o IV Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa na Galiza, qual se esclarece nas *Actas*, onde figura “Mi Saussure”, texto coseriano refundido de *Saussure and linguistics today* (em edição de T. de Mauro e Sh. Sugeta, Roma, 1995). Este congresso, de que mais atrás se fez já menção, continuou, como ressalta à vista, a pesquisa histórico-estrutural, valorização e caráter de um idioma outrora comum a toda a Galécia, nos tempos em que as águas do Rio Minho uniam as regiões que hoje *politicamente* separam. Sublinho o advérbio porque, no contexto em questão e oposto a *lingüisticamente*, exprime uma de duas posições antagônicas principais em vigor. O Prof. Coseriu marcava habitual-

¹⁰ Cfr., a respeito de uma delas, a nt. 8.

mente presença e sempre militou no grupo reunido à volta do primeiro advérbio, acompanhado de vultos notórios de além e aquém-Minho, entre eles Rodrigues Lapa e Herculano de Carvalho, enquanto do lado contrário terçam armas Ramón Lorenzo e Ivo Castro. Por mim e após inúmeras abordagens, julgo que a discussão prosseguirá, cultural e cortesmente frutuosa para bem do bravo Nordeste peninsular.

4. As abonadas quatro centenas de trabalhos coserianos, já referidas de passagem, exigem talvez uma atempada aclaração e destrinça, não se vá concluir em semelhança com certas resenhas curriculares que numa floresta de alíneas exibem pequenos estudos a tentarem, a um rápido exame, passar por obras de peso e doutrina. Embora com um príncipe da lingüística e da filologia tal juízo esteja aprioristicamente posto de parte, secundado pela categoria das revistas científicas em que colaborou, orçam a largas dezenas, e sem embargo das resultantes da junção de textos já vindos à luz, as obras em provido volume, das quais por brevidade me contentarei de simples amostragem, valendo-me preferencialmente das que tenho mais à mão: *Teoría del lenguaje y lingüística general* (3ª ed., 330 pp.); *Estudios de lingüística románica* (314 pp.); *El hombre y su lenguaje* (270 pp.); *Gramática, semántica, universales* (2ª ed., 270 pp.); *Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje* (374 pp.); *Principios de semántica estructural* (2ª ed., 248 pp.); *Competencia lingüística – Elementos de la teoría del hablar* (340 pp.); *Introducción a la lingüística* (178 pp.); *Lecciones de lingüística general* (354 pp.); *Leistung und Grenzen der transformationellen Grammatik* (1975); *Textlinguistik. Eine Einführung* (1980, 1981, 1994).

Deveras elucidativos são os contributos para a filosofia da linguagem com base nas preleções da cátedra: *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart. Eine Übersicht*: I – *Von der Antike bis Leibniz* (1969); II – *Von Leibniz bis Rousseau* (1972); *Die deutsche Sprachphilosophie von Herder bis Humboldt*, I/II (1993); III (1994).

Entretanto, mais do que prendermo-nos a uma seca enumeração de livros do extraordinário Mestre que se exprimia à vontade numa multidão de idiomas e reinou como autêntico polílogo no estudo e analítica de muitas, de cuja história e estruturas possuía um domínio invejável alicerçado em sólida formação filosófica, que o capacitaram para atitudes de crítica, por um lado, ao estruturalismo, tão perdulário na captação das diferenças entre as línguas quanto negligenciador dos seus traços comuns ou universais e da sintaxe, e por outro ao pronunciado matematicismo recursivo de Chomsky ou Montague, crítica esta conduzida em prol do desenvolvimento de uma lingüística e gramática funcionais, mais do que tal enumeração revestir-se-á porventura de sumo pro-

veito em ordem a um conspecto panorâmico complementar da atuação e áreas intervencionadas do Prof. Coseriu o magnífico *Festschrift*¹¹ que lhe parabenizou o sexagésimo aniversário.

O qualificativo que escolhi nada tem de excesso. Trata-se, na verdade, de cinco avantajados tomos rondando as 450 pp. ou até excedendo-as, o que perfaz um conjunto de 2376. De encadernação apurpurada em que contrastam gravações a oiro, constitui uma excepcional prenda de anos da Editorial Gredos, de Madrid, em coedição com a berlinense Walter de Gruyter, facultando-nos a trajetória intelectual de seis décadas magisteriais através da palavra e da escrita: I – *Historia de la filosofía del lenguaje y de la lingüística*; II – *Teoría y filosofía del lenguaje*; III – *Semántica*; IV – *Gramática*; V – *Historia y arquitectura de las lenguas*.

Eis um monumento raríssimo e eloquente, que reputo comparável ao de cinco estátuas levantadas ao Mestre eminente de Tubinga por outros tantos escultores de escolas e estilos diversificados. Sem menos apreço por muitas homenagens de que foi alvo, acho ter sido esta a maior no gênero. Há, porém, outras de relevância igualmente superior: as resultantes de quarenta doutoramentos *honoris causa* e bem assim da outorga das mais gradas condecorações oficiais. A última, chegada a Tubinga em 27 de julho de 2001, no dia dos seus oitenta anos, creio ter sido a *Grã-Cruz de Afonso X o Sábio*, que a Espanha lhe entregou através do Embaixador Diego Maria Sánchez Bustamante.

Curvo-me respeitosamente perante a memória do Prof. Eugenio Coseriu, gratíssimo pelas atenções que fiquei devendo e pelo cúmulo de ensinamentos com que nos iluminou e continuará a iluminar os caminhos das lingüísticas. Em poucos casos se poderá repetir, com maior propriedade, a conhecida perícopa de célebres peças oratórias entretecidas de admiração, luto e saudade: “Defunctus adhuc loquitur”. Sem dúvida! O Prof. Eugenio Coseriu continuará magisterialmente entre nós!

Braga, 27 de outubro de 2003

¹¹ Cfr., *supra*, nt. 8.

EUGENIO COSERIU: ARQUITETO DE UMA LINGÜÍSTICA INTEGRAL DA LINGUAGEM

Evânildo Bechara
UERJ / UFF

Este número duplo da *Confluência* homenageia o amigo e o lingüista que nos apoiou sempre no Liceu Literário Português e em que sempre encontramos a melhor lição: Eugenio Coseriu.

A escolha do homenageado não poderia ser mais feliz, porque, analisando e reinterpretando criticamente o que aprendera com seus mestres e suas fontes, Eugenio Coseriu alargou os horizontes da linguagem como traço característico do homem como ser “político”, segundo definiu Aristóteles, e, conseqüentemente, estribado no princípio posto em evidência por Platão de que “se devem dizer as coisas como são – princípio da objetividade –, e no ensinamento de Croce de que “conhecer é distinguir”, separando o plano do objeto e o plano da investigação, alargou o primitivo e acanhado campo da investigação lingüística, até então preso às línguas (lingüística das línguas) para subdividi-lo em várias outras disciplinas lingüísticas, estabelecendo para todas seus alcances e seus limites. Chega, assim, ao conceito de uma lingüística integral.

Quem não leu o nosso homenageado ou quem o leu mal, criticará essa orientação eclética. Todavia, não se trata de nenhum ecletismo. Por suas próprias palavras, sabemos que “não se trata de combinar ou de conciliar entre si teorias e concepções heterogêneas, mas sim de conciliá-las com a realidade da linguagem entre o que têm de ‘verdade’, como perspectivas diferentes com respeito a *o mesmo* ou como parcializações diferentes de intuições concernentes ao mesmo conjunto de fatos, e de situar todo problema e todo enfoque em um só marco em que têm lugar justificado pela própria realidade da linguagem”.

Neste sentido, a língua portuguesa ou qualquer outra língua recebem um aparato teórico de investigação e pesquisa à altura das suas riquezas e das suas complexidades.

Esta homenagem vem fazer jus, pelo muito que lhe devemos, à obra de extraordinário teórico da Lingüística, deste pensador profundo, que reconhece seu débito aos grandes mestres do pensamento universal, desde Aristóteles até

Antonino Pagliaro, Antonio Banfi e Giovanni Maver, passando por Leibnitz, Hegel, Humboldt, Croce, Ferdinand de Saussure, Hermann Paul e von Gabelentz. É toda uma vida dedicada à leitura reflexiva, ao diálogo permanente e ao esforço de dar um passo à frente, original e extraordinariamente fecundo. Eugenio Coseriu é dos que pensam que todo bom modelo teórico traz sua contribuição, e diverge daqueles que se enganam quando supõem que seu modelo é o modelo, paradigma para a ciência lingüística, que faz sombra e procura desprezar a toda uma tradição milenar.

Partindo do princípio já aqui referido de que distinguir é conhecer, Eugenio Coseriu soube mostrar o que aproveitar da filosofia da linguagem, da gramática tradicional, do positivismo e do antipositivismo, do estruturalismo e do funcionalismo, da gramática gerativa e da gramática cognitiva, da estilística e da pragmática, da análise do discurso e da lingüística textual, para constituir não uma ciência das línguas, mas uma ciência da linguagem, de tal maneira que a lingüística das línguas será uma das seções, justamente aquela em que vai operar o lingüista.

Estribado na lição de Leibnitz segundo a qual “*Scientia, quo magis theoretica, magis practica*”, apontou para os professores de língua materna o caminho a ser trilhado para o desenvolvimento de uma cabal educação lingüística; para os cientistas e os políticos da educação, que critérios devem presidir a uma competente política lingüística: esboçar uma *deontologia* lingüística como estudo da correção e da exemplaridade idiomática.

Nos seus trabalhos quase juvenis, traçou para sempre, no quadro teórico, as distinções de *sistema, norma e fala*, dando maior abrangência à dicotomia saussuriana de *langue e parole*.

Voltando ao que dissemos, Coseriu paga um justo tributo aos ensinamentos do genial lingüista de Genebra. Declara, como antes dissera E. Benveniste, que todo lingüista moderno, consciente ou inconscientemente, é devedor das lições do *Cours de linguistique générale*. Nosso homenageado chega a declarar que, partindo de um saussurianismo dinâmico (ao contrário do saussurianismo “ortodoxo”, entendido como repetição, confirmação e aplicação das lições do *Cours*), o que em matéria de teoria foi feito em seus livros, fê-lo *com* Saussure e não *contra* Saussure.

A reflexão profunda e cuidadosa do *Cours* levou Coseriu a examinar-lhe as fontes e aí nos demonstra cabalmente que dos dois grandes e excelentes manuais de lingüística que nos legaram os séculos XIX e XX – de Georg von Gabelentz e de Hermann Paul –, o primeiro deixou muito mais rastros de influências do que o segundo nas idéias expendidas por F. de Saussure. Tal fato não costuma ser assinalado, porque quase sempre os investigadores das idéias

lingüísticas estão mais interessados nas interpretações do que nas origens das fontes saussurianas.

Justamente porque a história da lingüística teórica não se tem caracterizado por um percurso de aprofundamento de suas idéias originárias e das recepções e identificações do fio condutor delas nos diversos sistemas e modelos conhecidos, preocupa-se Eugenio Coseriu em surpreender e pesquisar os casos desses rastreamentos que se lhe depararam no decorrer de suas extensíssimas leituras. Assim é que em Saussure vemo-lo identificando o conceito de arbitrariedade do signo lingüístico em Aristóteles; explicitando as pertinentes antecipações do valenciano Juan Luis Vives sobre a teoria da tradução; penetrando no valor da obra lingüística de Wilhelm von Humboldt, suas antecipações de teses discutidas na lingüística moderna, como, por exemplo, tipologia das línguas ou a distinção entre *forma interior* e *forma exterior* ou, ainda, a oposição entre a *linguagem como enérgeia* e a *linguagem como ergon*; respingando evidências da pré-história da semântica estrutural existentes, ainda que indiretamente, no esquecido estudo do lingüista K.W.L. Heise sobre o campo léxico do alemão Schall ‘som em geral’ e cujos integrantes se opõem por traços distintivos imediatos.

Suas leituras e pesquisas não só contemplaram as obras das figuras exponenciais da lingüística; procuram resgatar o valor de estudiosos do séc. XVI, como é o caso do vasco Andrès de Poza, nascido por volta de 1530, estudioso do substrato germânico no espanhol, ou do nosso primeiro gramático Fernão de Oliveira, cujas intuições e antecipações levaram Coseriu a considerá-lo “um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença”.

Esta larga leitura dos textos iniciais da lingüística tomada com ciência se revela esplendidamente no longo estudo sobre a lingüística e a semântica de Michel Bréal, celebrado autor a quem, se não lhe cabem as honras de fundador da semântica léxica, se deve a consagração como disciplina autônoma, superior à “semasiologia” que se praticava desde muito antes da saída de seu livro *Essai de sémantique*, em 1897.

Na mesma linha de processo dialético de síntese das idéias então ventiladas na lingüística, pôs nos devidos termos os conceitos e os alcances metodológicos da distinção entre *sincronia* e *diacronia*, soube distinguir, com Menéndez Pidal, entre gramática *histórica estrita* (como estudo diacrônico de um só sistema idealmente homogêneo) e a *histórica interna da língua* (como estudo diacrônico de um língua histórica) e, num passo mais à frente, chegou a interpretar a história lingüística (que contém as descrições sincrônicas) como efetiva lingüística integral. Suas distinções dos três planos da linguagem – o *universal*, o *histórico* e o *individual* – e das competentes atividades, saberes e

juízos de valor, permitiram um melhor enquadramento das questões e falsas questões que tem conhecido a teoria da linguagem, contribuindo, outrossim, para a conceituação extremamente fecunda do que chama *língua funcional*.

Divergindo de muitos lingüistas que consideravam a função normativa da gramática escolar indigna de suas considerações, Eugenio Coseriu se filia àquele grupo de excelentes lingüistas preocupados com destacar o papel de injunção social da norma padrão, com a confecção de bons compêndios gramaticais. Escreveram gramáticas escolares, descritivas e normativas, entre outros, Whitney, Bain, Bréal, Trombetti, Jespersen, Brunot, Secheyaye, Migliorini, Diderichsen, Fries e Mattoso Câmara. Como o americano Fries e indo mais além, desbastando-lhe certas confusões metodológicas, Coseriu nos oferece (o livro ainda se encontra inédito até este momento) uma rigorosa e profunda reflexão sobre o problema da correção idiomática, alguns de cujos aspectos já são antecipados no seu livro *Competência Lingüística*.

Pondo luz a uma confusão que já vem dos primórdios da reflexão lingüística que identificava o significado lingüístico com a realidade extralingüística, o *significatum* e os *designata*, explicitou Eugenio Coseriu os conceitos de *designação*, *significado* e *sentido*, extremamente operativos, entre outros domínios, no estudo estrutural e funcional do léxico, disciplina a que chamou *lexemática*.

Suas distinções de tipo ou estrato no plano do *conteúdo* (como oposto à *expressão*) entre *designação*, *significado* e *sentido* levaram-no a considerar a lingüística estrutural e funcional como a hermenêutica do significado, e a verdadeira lingüística textual a hermenêutica do sentido. *Sentido* só há no “dizer”, no discurso; conceitualmente, os “sentidos” do discurso que se extraem mais além dos significados de língua (isto é, o fato de um ato lingüístico ser “pergunta”, “resposta”, “réplica”, “objeção”, “ordem”, “súplica”, “advertência”, “saudação”, etc., etc., correspondem aos “lógoi” dos estóicos, isto é, às modalidades semânticas do “dizer”, e não do “nomear”.

Partindo destas considerações, Coseriu nos ensina, por exemplo, que o verdadeiro *objeto* da tradução são os “discursos” ou “textos”, e não as *línguas*, como geralmente se supõe. As línguas são apenas, com sua estrutura material e semântica, o instrumento ou meio ou a matéria da tradução. Está claro que se faz uma tradução *por meio das línguas*, mas sempre se traduzem *textos*, e, por isso, o que se traduz são os “conteúdos textuais” e não os “conteúdos lingüísticos”. Assim, os estratos ou tipos de conteúdo que integram o chamado “conteúdo textual” e constituem o objeto imediato da atividade de tradução são a designação e o sentido.

Do ponto de vista certo de que a linguagem não é imposta ao homem, mas o homem dela dispõe para expressão de sua liberdade criadora, historicamente condicionada, Eugenio Coseriu propõe inverter o conhecido postulado de Ferdinand de Saussure: em lugar de colocar-se no estreito limite da língua, o lingüista há de se colocar desde o primeiro momento no terreno do falar e tomá-lo como norma de todas as outras manifestações da linguagem. Isto porque o falar – incluindo-se aí sua determinação extralingüística e psicofísica – é muito mais do que a simples realização de uma língua particular, o simples conjunto de regras para construir frases corretas, como declara num dos seus últimos livros – *Competência Lingüística: Elementos da Teoria do Falar*.

Dotado de um poliglotismo invejável, sedimentado pela leitura e reflexão dos teóricos da filosofia e da linguagem, e conhecedor profundo do pensamento lingüístico antigo, medieval e moderno, Eugenio Coseriu elaborou, sem dogmatismo e com a objetividade absoluta que representa a norma intrínseca de toda ciência, por meio de um processo dialético, o arcabouço teórico com vista a uma investigação da capacidade geral da expressão – inclusive uma lingüística esqueuológica (do grego *skéuos* ‘coisa’, ‘instrumento’) que nos mostra a contribuição do conhecimento geral das coisas a cada falar –, que o fará, sem sombra de dúvida, a mais autorizada voz da lingüística do século XX para a lingüística do século XXI, no entrelaçamento fecundo da tradição e da novidade. Diante de sua obra, os lingüistas do futuro terão aquele guia seguro como Dante encontrou Virgílio no início da *Divina Comédia*, e poderão repetir o que o poeta italiano aplicou ao autor da Eneida: “*Tu se’ lo mio maestro e ’l mio autore*” (I, 85).

COSERIU E A LINGÜÍSTICA DO TEXTO

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
UFF

Esto significa que toda la lingüística ha sido siempre, y es, lingüística del hablar y que, en realidad, no hay otra lingüística. También la “lingüística de las lenguas” (lingüística histórica) es una lingüística del hablar, pues las lenguas *se hablan* o *se han hablado*. La “lengua” es concretamente *un modo histórico del hablar*.

(Cosériu)

1. Cosériu, o lingüista teórico

Com o falecimento de Eugenio Cosériu, perdeu a lingüística contemporânea um dos seus cultores mais lúcidos e instigantes. Sua obra, das mais densas, extensas e abrangentes no quadro dos estudos do fenômeno lingüístico no século XX, tem, desde o início de sua atividade acadêmica, a marca de um grande pensador, que irá construindo, ao longo de cinquenta anos, com base em segura formação, haurida na leitura de grandes teóricos da filosofia e da linguagem, desde os gregos, um corpo doutrinário caracterizado por rara unidade de coerência teórica.

Na verdade, destaque-se, antes, em Cosériu, o autor de ensaios fundamentais de teoria e metodologia lingüística, que alcançaram, muitos deles, repercussão internacional, tornando-se patrimônio de toda a lingüística, a começar pelo célebre *Sistema, norma y habla*, publicado pela primeira vez em 1952, em Montevidéu, seu primeiro texto de maior densidade doutrinária e projeção. O pioneirismo deste ensaio é focalizado por numerosos lingüistas de várias nacionalidades. Entre nós, Mattos e Silva (1995:23), entre tantos outros, sinaliza para o grande mérito do ensaio:

... é a primeira proposta teórica desenvolvida para introduzir a *norma* nas preocupações da lingüística descritiva, que então se desenvolvia, a contrapor-se, portanto, à concepção tradicional em que a norma se confunde com a prescrição gramatical, fundada não no *ser* da língua, mas no *dever ser*, para usar expressões de Cosériu.

As preocupações teóricas de Cosériu cobrem quase todo o campo da investigação lingüística: a fonética/fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semân-

tica, a lexicologia (criando aqui a disciplina a que chamou Lexemática) e o texto, a mudança e a variação lingüística, a tradução e a gramática contrastiva, a criação metafórica na linguagem e a linguagem poética..., revelando-se, com a exemplificação apresentada, um respeitável indo-europeísta e, sobretudo, um seguríssimo romanista.

É no campo teórico que Coseriu aponta para duas tendências redutoras, muito frequentes nas últimas décadas, no estudo lingüístico: a parcialização do saber, ou seja, a falta de uma visão abrangente dos vários saberes ou modos de focalizar o falar, e a dogmatização desta parcialização, quer dizer, tomar-se o que é apenas certo tipo de saber como o saber mesmo sobre o falar, como paradigma da ciência lingüística. O conhecimento, seguro e crítico, das principais direções da lingüística atual, que inclui as limitações intrínsecas de cada uma com respeito à totalidade do objeto estudado (o falar), leva o lingüista romeno a insistir na complementariedade necessária dessas direções e, portanto, no reconhecimento da validade de cada uma delas. Assim, mostra o valor da contribuição de um Bloomfield ou de um Hjelmslev, por exemplo, para a história da lingüística, embora deles divergisse quanto a pressupostos teóricos sustentados. Para consubstanciar, então, tal complementariedade, ele insiste em que os lingüistas devem ter consciência dos objetivos e limites da direção que adotaram e, deste modo, renunciarem às pretensões de exclusividade do enfoque escolhido, para alcançarem a ampla (e esperada!) compreensão de que estudam o mesmo fenômeno “falar”, mas de diferentes planos e centros de interesse. Coseriu adota o estruturalismo funcional no estudo da língua (mais precisamente, no estudo do que ele chamou de “língua funcional”) e, pois, dos seus significados; tal orientação lingüística permanece com o seu lugar definido e assegurado no quadro das teorias sobre a linguagem. Não há, portanto, assinala o lingüista, como querer substituí-la pela lingüística gerativa, que tem a sua razão de ser como complemento e ampliação da lingüística anterior a ela (os estruturalismos), correspondendo já ao plano do falar universal e do designado.

Tal posição se coaduna com uma das facetas mais características do pensamento e da formação do lingüista de Tübingen: o procurado equilíbrio entre tradição e novidade (*Tradição e novidade na ciência da linguagem*, cuja edição espanhola é de 1976, vem a ser o nome de uma de suas obras, que reúne ensaios sobre estudiosos de várias nacionalidades e épocas). Idéias tomadas como novas, não seriam tanto, se fossem estudadas as suas origens, afirma e repete, com frequência, Coseriu. Não sem razão, pois, Coseriu, pelo seu amplo conhecimento e pela sua notável capacidade crítica, tornou-se um dos grandes mestres do nosso tempo da história das idéias lingüísticas. Em muitos de seus trabalhos, encontramos valiosos subsídios para a restituição de importantes nexos do pensamento lingüístico ao longo da história.

Coseriu, mente aristotélica, muito propensa ao trabalho analítico e à categorização, construiu uma teoria lingüística caracterizada, como já se assinalou, por rara coerência e, diga-se agora, por um inegável pioneirismo em alguns pontos básicos do seu corpo doutrinário. Deve-se destacar, além do conceito já aqui mencionado de *norma*, introduzido e desenvolvido por ele na lingüística estrutural: os fundamentos de uma lingüística integral, formulando um esquema geral em que alcança um conceito novo, amplo e de alto rendimento explicativo do que vem a ser competência lingüística; uma teoria e metodologia do estudo funcional do léxico, uma semântica estrutural (a Lexemática); considerações, com a marca da sua originalidade crítica, acerca do problema teórico da mudança lingüística e, como último destaque, o complexo problema das relações entre lógica e linguagem, entre lógica e gramática, em que se vale da solução aristotélica, de certo pouco conhecida entre os estudiosos da linguagem, a que ele apõe reflexões próprias, com base em sua sólida formação lingüística (este último ponto destacado mereceu um importante ensaio – *Lógica y language en Eugenio Coseriu*, de Antonio Vilamovo Caamaño – que integra a prestigiosíssima Biblioteca Románica Hispánica, da Editorial Gredos, 1993).

2. Coseriu e a dicotomia “langue” e “parole”

Nesta homenagem que se presta a Coseriu em *Confluência*, propus-me mostrar a sua importante contribuição ao estudo da lingüística do texto, disciplina que, situada no plano individual do falar, investiga a competência ou o saber textual.

O ponto de partida para Coseriu desenvolver a sua teoria sobre a competência lingüística, de que a competência textual faz parte, foi a fundamental dicotomia saussuriana “langue” e “parole”, dicotomia que mereceu dele, certamente, a mais acurada interpretação dela feita. O nosso lingüista demonstra, de maneira cabal, a sua insuficiência, com a ponderação, contudo, que leva a marca do intelectual que ele foi:

A nuestro entender, la ampliación o la reforma de una disciplina no debe justificarse negativamente, por la insuficiencia de esquemas que se han impuesto a su objeto, sino positivamente, por la realidad del objeto mismo. (1961:285)

Iniciador da lingüística moderna, Saussure, com o seu *Curso de lingüística geral*, continua irradiando a importância de suas elucubrações sobre a linguagem, mencionado por lingüistas de diferentes orientações teóricas. Cabia aos lingüistas seus sucessores interpretarem com rigor o seu pensamento, alte-

rando-o ou sugerindo-lhe desenvolvimentos. Decorridos quase 90 anos da publicação do *Curso*, poucos lingüistas terão cumprido tal tarefa, como leitor assíduo e perspicaz de Saussure, quanto Coseriu, que, em ensaio significativamente intitulado *O meu Saussure* (1997:35), explicita:

Com tudo isto, por certo, muito me afastei de Ferdinand de Saussure; cheguei até ao pólo oposto do Saussure do saussurianismo “ortodoxo” [entendido por Coseriu como repetição, confirmação e aplicação do dito por Saussure]; porém, conforme creio, também cheguei a isto em contato permanente com Saussure, e não sem Saussure e muito menos contra Saussure.

Barros e Bittencourt (2000:59), em artigo em que se propõem uma releitura de Saussure, coserianos que são, seguem a postura intelectual do mestre, ao concluir sobre o valor do magistral genebrino: “Afinal, as idéias de um autor se tornam relevantes não apenas pelo que ele diz, mas sobretudo pelo que faz os outros dizerem.”

Assim é que a exegese da dicotomia “langue” e “parole” propiciou a Coseriu a formulação de dois pontos fundamentais de sua teoria lingüística: o estabelecimento do conceito de *norma* na lingüística estrutural, introduzido como um outro nível abstrato na dicotomia, e a mudança radical de perspectiva e de extensão da competência lingüística em relação à teoria de Saussure, possibilitando-lhe assim o delineamento de *uma* lingüística do texto.

Saussure, ao separar a “langue” da “parole”, deixa muito claro que ele limita a competência lingüística à “langue”:

il faut se placer de primer abord sur le terrain de la langue et la prende pour norme de toutes les autres manifestations du language.
(1972:25)

E a seguir, conceituando “langue”, afirma Saussure:

Mais qu’est-ce que la langue? Pour nous, elle ne se confond pas avec le language; elle n’en est qu’une partie déterminée, essentielle, il est vrai. C’est à la fois un produit social de la faculté du language et un ensemble de conventions nécessaires, adoptées par le corps social pour permettre l’exercice de cette faculté chez les individus.

Então, a “langue”, para Saussure, é a parte essencial da linguagem, comum aos falantes de um grupo social. E a “parole”? Fica de fora do que é essencial na linguagem, mera execução da língua:

... le côté exécutif reste hors de cause, car l’exécution n’est jamais faite par la masse; elle est toujours individuelle, et l’individu en est toujours le maître; nous l’appellerons *la parole*. (1972:30)

E em continuação, explicita melhor a distinção entre “langue” e “parole”:

En séparant la langue de la parole, on separe du même coupe: 1^o ce qui est social de ce qui est individuel; 2^o ce qui est essentiel de ce qui est accessoire et plus on moins accidentel.

Logo adiante, caracteriza concludentemente a “parole”:

La parole est au contraire un acte individuel de volonté et d’intelligence, dans lequel il convient de distinguer: 1^o les combinaisons par lesquelles le sujet parlant utilise le code de la langue en vue d’exprimer sa pensée personnelle; 2^o le mécanisme psycho-physique qui lui permet d’extérioriser ces combinaisons.

Assim, a “parole” se apresenta como execução, realização da “langue”. Enquanto o regular se concentra na “langue”, a “parole”, ao contrário, é individual, secundária e mais ou menos casual. O falante tem a liberdade de combinar os fatos da “langue” em um ato de vontade e inteligência.

Os fatos da “langue” e os fatos da “parole” são, na teoria de Saussure, totalmente diferentes:

L’étude de langage comporte donc deux parties: l’une, essentielle, a pour objet la langue, qui est sociale dans son essence et indépendante de l’individu; cette étude est uniquement psychique; l’autre, secondaire, a pour objet la partie individuelle du langage, c’est-à-dire la parole y compris la phonation: elle est psycho-physique. (1972:37)

E finaliza seu pensamento a respeito do objeto da Linguística:

On peut à la rigueur conserver le nom de linguistique à chacune de ces deux disciplines et parler d’une linguistique de la parole. Mais il ne faudra pas la confondre avec la linguistique proprement dite, celle dont la langue est l’unique objet. (1972:38)

Fica evidente, então, que, para Saussure, os fatos da “langue” e os fatos da “parole”, por se apresentarem tão distintos, necessitam, para serem estudados, de duas linguísticas: uma linguística da “langue” e uma linguística da “parole”, considerando, no entanto, a linguística propriamente dita a da “langue”. Em síntese, ele aceita a possibilidade de uma linguística da “parole”, mas longe está de fixar o seu objeto, que fica limitado apenas a normas genéricas de realização. Reforça, assim, a idéia de identificação da competência linguística e “langue”, pois nesta se tem o regular, o social, o modelo ou código que se realiza na fala. De modo que todo saber falar sujeito a regras é “langue”. A “parole”, ao contrário, não tem nada de regular, social, para Saussure; logo, não integraria a competência linguística.

Pode-se dizer que a lingüística moderna, entendida aqui como a saussuriana e a chomkyana, considera o falar quase que exclusivamente como a realização da língua. Evidentemente que estudos de textos sempre foram feitos, mas desde o ponto de vista da língua, como os dos textos literários, em que recursos sintáticos e formações léxicas inusitados são focalizados como infrações do sistema da língua, mais propriamente do que, com Coseriu, veio a se chamar ‘norma’ da língua. Portanto, ainda com Chomsky, a lingüística, e desde a historicista do século XIX, continuava a centrar o estudo da linguagem na língua.

3. Coseriu e o seu conceito de competência lingüística

Mas eis que surge Coseriu, que, já em 1955-1956, logo, antes da publicação da primeira obra de Chomsky, introduz uma mudança radical de perspectiva na lingüística, ao considerar o falar como medida de todas as manifestações da linguagem. Substituindo o termo “parole”, que, na verdade, para Saussure, era execução e também texto ou parte de um texto, vale dizer, produto (Coseriu, 1992:44), por *falar*, Coseriu põe em evidência a compreensão da linguagem – base de sua teoria lingüística - como atividade, como algo que se faz, e não como algo feito e acabado do estruturalismo saussuriano. Considera mesmo um erro estudar o falar desde a perspectiva da língua; ao contrário, defende ele, deve-se partir do falar:

no hay que explicar el hablar desde el punto de vista de la lengua, sino viceversa. Ello porque el lenguaje es concretamente hablar, actividad, y porque el hablar es más amplo que la lengua: mientras que la lengua se halla todo contenida en el hablar. En nuestra opinión, hay que invertir el conocido postulado de F. de Saussure: en lugar de colocarse en el terreno de la lengua, ‘hay que colocarse desde el primer momento en el terreno del hablar y tomarlo como norma de todas las otras manifestaciones del lenguaje’ (inclusive de la “lengua”). (1961:287-288)

Explicitando, um pouco adiante, este último ponto, “inclusive de la ‘lengua’”, pondera Coseriu:

Desde nuestro punto de vista, el estudio de la lengua es estudio de un aspecto del hablar, que no es abstrato ni externo al hablar mismo y que, naturalmente, es fundamental, pues el hablar es siempre histórico: es siempre “hablar una lengua”. (1961:288)

De modo que, com Coseriu, o objeto da lingüística deixa de ser apenas a língua e passa a ser a linguagem em todos os seus aspectos. Na verdade, o enten-

dimento da linguagem como atividade (energeia) nos conduz à tríade aristotélica, que Coseriu, confessadamente um aristotélico, adota, aplicando-a ao falar: uma atividade pode considerar-se: a) como tal (energeia); b) como atividade em potência, ou saber (dynamis); e c) como atividade realizada em seus produtos (ergon). Não se trata de três realidades distintas, mas de três aspectos, ou melhor, de três modos de considerar a mesma realidade. Considerados estes três modos de encarar a realidade “falar”, tem-se então: todo ato de fala, como atividade significativa e comunicativa, atualiza um saber lingüístico de que resulta sempre um produto, que são os textos. Por outro lado, Coseriu acentua que o falar é uma atividade *universal* que se realiza por indivíduos *particulares*, enquanto membros de comunidades *históricas*. Logo, o falar pode considerar-se em nível universal, em nível individual e em nível histórico. Alcança-se, então, a tricotomia primária em que se apresenta o falar como objeto de um estudo reflexivo: linguagem (nível universal), fala (nível individual) e língua (nível histórico). Está claro que a linguagem e a língua só têm autonomia teoricamente, no plano do entendimento, já que, no plano real, são indissociáveis da fala.

Vê-se, deste modo, que, com Coseriu, o conceito de competência se amplia consideravelmente, não se identificando sobretudo com o saber a língua: ele abarca o falar nos três modos de ele ser considerado (atividade/saber/produto) e nos três níveis de cada um deles (universal/histórico/individual), ou seja, linguagem, língua e fala. A lingüística, por sua vez, como corolário metodológico do reconhecimento da existência dos três níveis do falar, será lingüística do falar (nível universal), lingüística da língua (nível histórico) e lingüística da fala ou do discurso ou do texto (nível individual).

O estudo do nível individual da linguagem tem sido chamado de lingüística do discurso ou lingüística do texto, uma vez que o termo *fala* se presta, como há tanto tempo observou Mattoso Câmara, a uma associação, de todo equivocada, apenas com a língua falada. Discurso e texto, para Coseriu, são termos que correspondem a modos distintos de encarar a fala: discurso reporta-se ao falar como atividade, ao passo que texto se refere ao falar como atividade realizada em seus produtos, que dependem, evidentemente, como o discurso, de um saber especial. Como bem pondera Coseriu, sempre houve, na realidade, uma lingüística chamada do texto – como a estilística da escola idealista de K. Vossler e a de L. Spitzer, já no século XX – mas só, a partir dos anos 60, ela se desenvolveu com especial força, com diferentes pressupostos teóricos.

4. Coseriu e o estudo do texto

O estudo do nível individual da linguagem mereceu de Coseriu contínua reflexão, manifestada em diversos trabalhos seus. Escreveu mesmo uma *Lin-*

güística do texto (Textlinguistik), cuja 1ª edição é de 1980, em alemão, obra a que Marcuschi alude em algumas passagens de sua *Lingüística do texto: o que é e como se diz* (1983), publicação pioneira sobre o tema entre nós. Em trabalho mais recente, de 1988, com a edição espanhola de 1992, intitulado *Competência lingüística*, com o sugestivo subtítulo “elementos de la teoría del hablar”, porque traduz já o alcance amplo com que caracterizará a competência lingüística, Coseriu resume a sua teoria sobre a competência textual, objeto da lingüística do texto, estudo do plano lingüístico individual.

Apresento aqui alguns conceitos fundamentais, para Coseriu, acerca do texto, objeto de sua lingüística textual, com base neste último ensaio seu mencionado.

4.1 – O texto se situa no plano individual da linguagem, uma vez que é sempre um indivíduo que o produz (não é uma atividade coral) e em situações particulares. O texto ocorre, então, sempre em função de um contexto, a língua, não. Considere-se o caso de um texto constituído de uma única oração (“Por que você é tão fingido?”). Tal texto tem uma estrutura condizente com a gramática portuguesa, mas como oração, não como texto. O que possibilita uma oração funcionar como texto (ter função textual) é o contexto (no caso, situacional) em que ocorre, com o falante tendo um propósito comunicativo – no caso, o de uma reprimenda – na sua relação com o interlocutor, fato este já não mais relativo à língua.

4.2 – O ato lingüístico que produz textos (por isso, ato produtivo) aparece determinado por quatro fatores: falante, destinatário, objeto e situação, havendo normas concernentes a cada uma destas determinações do falar. Tome-se um texto escrito, por exemplo; nele também o seu autor pode dirigir-se a outra pessoa (numa carta) ou a uma categoria de pessoas (num jornal), valendo-se de normas distintas, conforme o destinatário, o objeto e a própria situação de comunicação. Mesmo para os textos jornalísticos, há normas diferentes, se se trata de um texto editorial ou de um texto que noticia e comente o resultado de uma partida de futebol, pois o objeto da mensagem será distinto, além de os leitores não serem provavelmente os mesmos.

4.3 – O texto constitui, pois, um plano autônomo da linguagem, diferente do plano da língua e do plano do falar em geral. As normas de constituição dos textos – normas com respeito aos determinadores do falar e normas para gêneros textuais –, que configuram um dado saber, chamado por Coseriu de saber expressivo, são bem distintas das normas de uma língua, do saber uma língua, denominado de saber idiomático pelo lingüista romeno. Um falante pode ter o domínio das regras concernentes à estruturação de uma língua e se mostrar

com pouca competência para organizar textos (sobretudo escritos) nesta língua. É o que acontece, por exemplo, em nosso ensino de língua materna, em que se constata, freqüentemente, em decorrência da própria orientação lingüístico-pedagógica adotada (o ensino da gramática pela gramática, centrado, pois, em normas idiomáticas), alunos revelarem o domínio de regras da chamada variedade padrão, através de exercícios objetivos, não discursivos, mas apresentarem deficiências sérias na estruturação de simples textos escritos.

Atribui-se, muitas vezes, hoje em dia, à lingüística do texto o estudo daquelas funções idiomáticas que vão além dos limites da frase, como a que exerce o papel de relacionar frases ou a que expressa procedimentos anafóricos, constituindo a análise de tais recursos o que, em geral, tem sido chamado de gramática transfrástica. Mas, como faz ver Coseriu, aqui não se trata do texto como um dos planos do falar, que se opõe ao da linguagem e ao da língua, e sim do texto como plano (possível) da estruturação gramatical das línguas. De sorte que, nestes casos, o estudo pertence à lingüística da língua, e não à do texto: trata-se de descrever uma língua no plano do texto (Coseriu, 1977:254), pois o âmbito da gramática não termina nos limites da frase.

4.4 – A lingüística do texto tem, então, para Coseriu, um duplo objetivo: estabelecer normas genéricas que configurem o que ele chamou de saber expressivo, segundo as quais os falantes emitem juízos de valor sobre o plano dos textos, e captar o conteúdo especial dos textos e comprovar como ele se expressa.

4.4.1 – Os falantes também emitem juízos sobre o plano dos textos. Ouve-se, com freqüência, frases como esta: “Não se fala assim com uma senhora.” O juízo, no caso, se refere ao fato de um texto não corresponder, considerado o destinatário, às expectativas como texto. Quando corresponder, diremos, segundo Coseriu, que o texto é adequado; se não corresponder, como no exemplo citado, diremos que é inadequado. As inadequações, com certeza, chamam mais a atenção do ouvinte.

Tais juízos sobre o texto são autônomos em relação aos emitidos sobre o plano do falar em geral e sobre o plano da língua, denominados, respectivamente, por Coseriu, de congruentes (quando a expressão lingüística estiver em conformidade com os princípios gerais do pensamento e com o conhecimento geral que se tem do mundo real) e corretos (quando a expressão lingüística estiver em conformidade com as regras da língua). Assim, um texto pode ser congruente e correto, mas não adequado a determinada situação. Se digo, por exemplo, numa fala acadêmica em que esteja apresentando idéias da teoria coseriana, “Minha gente, o Coseriu é uma parada”, para me reportar à comple-

xidade de sua doutrina lingüística, estarei sendo inadequado, com certeza: em princípio, não é esta a competência textual que de mim esperam nesta situação. Ao contrário, o texto pode ser adequado, embora seja incongruente ou incorreto. Numa frase como “O mudo que fala”, incongruente, é possível, em certo texto, em função da intencionalidade ou propósito do falante, anular tal incongruência (anulação metafórica), pela transposição do significado da língua para outra designação distinta da habitual: o mudo, por exemplo, que venha a manifestar-se (“falar”) através dos olhos. Já um exemplo típico de incorreção, lembrado por Coseriu, que os falantes consideram, no entanto, adequado a certos textos: quando se fala, às vezes, a própria língua com estrangeiros que não a conhecem. De fato, nesta situação, pode-se alterar a própria língua, porque os falantes pensam que, assim procedendo, serão melhor entendidos pelos estrangeiros; ouve-se, então, dizer: “Você amanhã vir a minha casa, depois sair jantar.” Esta anulação da incongruência e da correção só pode dar-se no plano do texto, quando a infração é intencional por parte de quem fala. O desconhecimento do que é congruente ou do que é correto, ao se falar, gera mesmo a incongruência ou a incorreção.

Como es natural, la anulación sólo tiene lugar cuando la infracción de la corrección o la congruencia es intencional, i.e. buscada o querida. Cuando alguien no sabe cómo es lo congruente o lo correcto y habla, sin intención, incorrecta o incongruente, siguen existiendo la incorrección o la incongruencia. Ahora bien, si son intencionales, siguen existiendo, pero no sólo son toleradas sino reconocidas precisamente como lo necesario. (1992:202 - 203)

A adequação, por ser o juízo dos falantes sobre os textos, produtos dos atos de fala, fica sendo o juízo que acaba prevalecendo em todo ato comunicativo, já que, como se viu, na dependência do intento do falante, incongruências e incorreções são até necessárias.

4.4.2 – Os textos, como plano da linguagem, têm também um conteúdo especial e autônomo, que Coseriu chama de sentido, opondo-o ao designado, do plano do falar em geral, e ao significado, do plano histórico da língua. Esta distinção do conteúdo do saber lingüístico, nos três planos da teoria coseriana, além de notável coerência com o esquema de competência lingüística desenvolvido pelo lingüista romeno, é fundamental, dado o caráter semântico da linguagem. É através do sentido que o falante, em cada situação, expressa atitudes, opiniões ou intenções. No dia-a-dia, as pessoas deixam de entender, tantas vezes, o que se diz precisamente, porque não apreendem o sentido dos textos. Daí ser freqüente a indagação “o que você está querendo dizer?” Um simples “você é muito prestativo”, proferido por alguém em certa situação,

pode gerar dúvida no ouvinte: “o falante estará sendo irônico comigo?”, caso em que “prestativo” significará, ou seja, terá o sentido exatamente contrário ao do seu significado (plano da língua). Num enunciado com propósito pilhérico, em que se fale “Lá vem o gordinho”, para se reportar a uma pessoa muito magra, pode-se perceber, com mais clareza, que a distinção entre o significado e o sentido é imprescindível. Na linguagem literária, caracterizada por um elaborado intento estético, a noção de sentido adquire relevância essencial para a compreensão do texto literário.

O estudo da tradução, campo de investigação lingüística tão importante, é um dos objetos da lingüística do texto, e não da lingüística das línguas. Só se traduzem, na verdade, textos: este é o princípio básico de que depende qualquer teoria da tradução. Nela, deve-se expressar um mesmo conteúdo textual (ou seja, o sentido) em línguas diferentes. Uma oração como “Bons sonhos te embalem!”, que manifesta a função textual de desejo, através da categoria idiomática do subjuntivo, ao ser traduzida para uma outra língua, deve ter este sentido mantido, não importa se através ou não da mesma categoria idiomática do português, em que valores textuais outros ou sentidos diversos – conselho, ordem, convite.... – podem atualizar-se nos textos, na dependência dos contextos.

Muito se teria ainda a desenvolver acerca da lingüística do texto, com base na teoria coseriana sobre competência lingüística. Creio, contudo, que ela ficou delineada em seus conceitos fundamentais.

5. Concluindo

Desejo, por fim, explicitar, neste texto em homenagem a Coseriu, por que a ideologia lingüística dele exerceu tão forte influência sobre a minha formação. Vejo Eugenio Coseriu como um pensador atilado, como um intelectual dos mais bem dotados que conheci, como um humanista para quem a linguagem, e soube mostrar tal verdade como poucos, é fundamental para a definição do homem – “El hombre vive en un mundo lingüístico que crea él mismo como ser histórico” (1977:32) –, e como um lingüista que formulou uma teoria consistente e abrangente do fenômeno lingüístico e que também deteve um conhecimento invejável sobre a história das idéias lingüísticas, desde os gregos até seus contemporâneos. Esta última condição propiciou-lhe, em ensaio dos anos 70 (1977), a expectativa de um desenvolvimento provável da ciência lingüística em alguns campos, como o da sociolingüística, o da lingüística do texto e o da lingüística aplicada. Considerava ainda provável um aumento essencial do interesse pelos estudos diacrônicos e uma intensificação das relações da lingüística com a lógica, a psicologia, a sociologia, a etnologia, a história políti-

ca, social e cultural. Hoje, decorridos quase trinta anos do seu ensaio, não há como negar o acerto de suas expectativas.

Em seu lúcido e, como sempre, bem fundamentado texto “El lenguaje y la comprensión de la existencia del hombre actual” (1977:64), Coseriu traduz o seu pensamento conclusivo sobre a linguagem:

Como actividade livre, es, asimismo, el primer fenómeno de la libertad del hombre. Como actividade intersubjectiva, es la base de lo social y la forma fundamental de la historicidad del hombre, por lo cual es también instrumento de comunicación y instrumento de la vida práctica. Y como aprehensión del mundo, es supuesto y condición de la interpretación del mundo.

Referências bibliográficas

- BARROS, Luis M.; BITTENCOURT, Terezinha. Da unicidade do sistema à heterogeneidade do discurso: uma releitura de Saussure. In: *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói: Instituto de Letras da UFF, n° 20, 2° semestre/2000, p. 45-60.
- CAAMAÑO, Antonio Vilarnovo. *Lógica y lenguaje en Eugenio Coseriu*. Madrid: Gredos, 1993.
- COSERIU, Eugenio. Determinación y entorno: dos problemas de una lingüística del hablar. In: *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1961.
- _____. *Sincronía, diacronía e história: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos, 1973.
- _____. *El hombre y su lenguaje: estudos de teoría y metodología lingüística*. Madrid: Gredos, 1977.
- _____. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- _____. *Competência lingüística: elementos de la teoría del hablar*. Madrid: Gredos, 1992.
- _____. O meu Saussure: In: *Confluência* (revista do Instituto de Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n° 14, 2° semestre de 1997, p.33-36
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Lingüística do texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto; Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1972.

AS PROPRIEDADES ESSENCIAIS DA LINGUAGEM

Luiz M. M. de Barros
UFF
Terezinha Bittencourt
UFF/ABF

Para Coseriu,¹ a linguagem essencialmente apresenta cinco características universais: **criatividade**, **semânticidade**, **alteridade**, **materialidade** e **historicidade**. Trata-se de características lingüísticas racionalmente necessárias, isto é, propriedades que são para a inteligência indispensáveis a todos os atos de fala, presentes, passados ou futuros. Isto quer dizer que a atividade verbal é sempre criativa, semântica, intersubjetiva, empírica e histórica. Das cinco características apontadas, Coseriu classifica as três primeiras como primitivas ou primárias; as outras duas, a materialidade e a historicidade, ele considera como determinações derivadas ou secundárias.

1. Criatividade

A criatividade humana pode ser definida como a infinita capacidade de fazer coisas novas ou renovadas. A criatividade é, portanto, um modo de fazer: “creari est quoddam fieri”, já diziam os filósofos medievais, repetindo pensamento dos antigos gregos. E todo modo de fazer é um agir produtivo, um agir que quando termina deixa um resultado, um produto, deixa algo feito. O produto concreto da atividade verbal é justamente o que se conhece pelo nome de **texto**.

A criatura humana assumiu como traço essencial e definatório de sua espécie a função de criador. Trata-se de um ser que tudo muda, que transforma a realidade circundante, como transforma a si mesmo. Inquieto e atormentado por forças instintivas e por uma curiosidade edênica, o homem jamais se contentou com a obra divina, nunca aceitou o mundo tal como lhe foi dado. Por isso mesmo, busca a todo instante modificar o real, tratando as coisas já exis-

¹ Em vários pontos de sua vasta e admirável obra, Coseriu discute a questão dos universais da linguagem, estabelecendo uma distinção preliminar entre universais *essenciais*, *possíveis* e *empíricos*. Sobre o assunto, consultem-se, particularmente, Coseriu (1978: 148-205) e Kabatek / Murguía (1997: 245-52).

tentes como simples matéria-prima, a que atribui novas e renovadas configurações. Pelo poder de criar, o ser humano reelabora o mundo da *natura*, construindo para si mesmo um outro universo, o universo da cultura. Conforme bem capturou a sensibilidade de Manoel de Barros,² o homem, na sua incompletude, é capaz de enriquecer a natureza. O poder de criar é a fonte comum de todas as atividades culturais.

Considerando-se como fato de cultura tudo o que o indivíduo cria no âmbito da sociedade, em decorrência da sua condição de ser livre e racional, pode-se dizer que a linguagem, enquanto fala, surge de certa vinculação que o sujeito cognoscente intencionalmente estabelece entre os conteúdos de consciência e a matéria fônica, atribuindo a ambos certa conformação semiológica. Tal ponto de vista implica a imediata rejeição do naturalismo no exame do fenômeno lingüístico. Isto quer dizer que a linguagem não pode ser tratada segundo os cânones das ciências naturais, nem ser jogada na esfera do determinismo e da causalidade. Como objeto cultural, a linguagem só pode propriamente situar-se no plano da liberdade e da finalidade. Por ser criativo, o agir verbal é também expressão da liberdade, pois só cria quem é livre; só é livre quem não perdeu o poder e o entusiasmo de criar. Enquanto agir livre e criativo, a linguagem é um modo infundável de fazer, um fazer sem previsão de término, um fazer contínuo, não predeterminado a acabar. A linguagem, as ciências e as artes jamais terminam, jamais se completam, porque jamais se esgota o desejo de conhecer e jamais se exaure o poder de imaginar. A essa atividade que tende a prolongar-se indefinidamente, por força da liberdade criadora, é que Aristóteles deu o nome de **enérgeia**, termo que foi retomado por Coseriu e que se encontra em alguns pensadores da primeira metade do século XIX, entre eles, Humboldt. Relembrando justamente Aristóteles e Humboldt, Coseriu diz que a linguagem é sempre **enérgeia**, é sempre uma atividade que supõe um saber verbalmente agir (*dúnamis*, competência) e que deixa como consequência um rastro de produtos verbais (*érgon*, texto).

Na dimensão interpretativa, i.e., do ponto de vista do alocutário, a liberdade que se inscreve na linguagem tem como pressuposto a dessacralização do texto alheio, o que implica, com relação ao texto escrito, um leitor que enfrenta e afronta o autor, uma espécie de herói romanesco, que desafia e questiona o próprio romancista. A manifestação da liberdade no ato de interpretar, no processo hermenêutico, faz do texto fonte de novos sentidos, faz do leitor crédulo um leitor crítico, um leitor que contesta e desconfia, um leitor rebelde, um leitor que faz do sabido um caminho para novos saberes, um caminho para a sabedoria.

² Cf. Manoel de Barros, *O livro das ignoranças*. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994, p.105.

Criatividade não significa apenas fazer algo absolutamente novo, como se fosse uma coisa extraída de nada antes existente (criação *ex nihilo*), mas também fazer algo novo a partir de alguma coisa preexistente. No primeiro caso, atribui-se a criatividade a um ente sobrenatural, a um ser divino. No segundo, a criatividade é própria de um ser de carne e osso, de um indivíduo humano, de um sujeito investido de caráter sócio-histórico. A máxima dos filósofos greco-latinos, *ex nihilo nihil fit*, inaplicável para muitos ao plano da ação divina, é inteiramente apropriada ao plano do agir humano.

O sujeito cognoscente não apenas cria a linguagem, mas também cria na linguagem e com a linguagem. O fazer criativo é sempre capaz de surpreender pelo imprevisto, de libertar-se do que na sociedade se impõe como fato e superar o que nela se põe como feito. A criatividade traz sempre consigo, de modo imanente, a possibilidade de provocar o espanto e o espasmo do inesperado. E é justamente pelo inesperado que o eu criador irrompe no discurso para promover a ruptura de clichês, o desmonte de frases feitas, a desconstrução do dizer estereotipado. A criatividade, portanto, é um processo que trinca, fratura e fragmenta a face espelhada da mesmice, abrindo brechas e alargando frestas por onde escorrem o inédito, o inaudito e o inusitado.

Os gregos empregavam genericamente o verbo *poiein* para indicar qualquer modo de fazer, criativo ou não criativo. Daí vêm, como sabemos, as palavras *poema* e *poesia*. Mais restritamente, Aristóteles empregou o termo *poíesis* para indicar um fazer verbal que pela imaginação imita as ações e paixões humanas. Ao entrelaçado lingüístico das ações imaginadas, Aristóteles deu o nome de *fábula*. Por isso ele dizia que o poeta é um artesão de fábulas, pois é aquele que, com o fio da fala e os bilros da imaginação, costura a trama verbal, para de modo verossímil representar os dramas, as tragédias e comédias que afloram no próprio cotidiano da existência humana. No plano semântico, as mudanças históricas freqüentemente resultam de operações fundadas na ironia, na metáfora e na metonímia. A todo momento criamos novas significações, em virtude de usarmos as palavras para designar coisas que imaginamos com certas propriedades de outras. Neste sentido, todo falante se torna um artesão de fábulas, pois todos somos tecelões verbais de seres e aconteceres imaginariamente possíveis. E é isto que legitima a afirmação de que a todo ser humano é dado o privilégio de habitar um mundo continuamente reinventado pelo poder poético da palavra.

Imantada por um poder demiúrgico, a linguagem é capaz de irisar o mundo em cores e facetas sempre cambiantes, oferecendo ao sujeito que fala a possibilidade de uma visão caleidoscópica do real. Modelando e remodelando o Cosmos de múltiplas maneiras, a linguagem permite ao falante perenizar o momentâneo, imobilizar o movediço, atribuir dinamicidade ao que é estático,

amesquinhar grandiosidades, ampliar minudências, dar tintas ao desbotado, alumiar o sombrio ou esmaecer o iluminado. Disto se apercebeu Fernando Pessoa,³ quando o seu desassossego poético o instigou a anunciar:

Os campos são mais verdes no dizer-se do que no seu verdor. As flores,
se forem descritas com frases que as definam no ar da imaginação,
terão cores de uma permanência que a vida celular não permite.

Se, por um lado, a linguagem é um constante fazer, por outro, não se há de esquecer que ela é também um contínuo refazer, de tal sorte que os elementos lingüísticos não se acabam e não se consomem na obra feita. O poder de recriar dá origem ao princípio da recursividade, permitindo que os elementos e procedimentos lingüísticos de certo modo reapareçam em diferentes textos, construídos em diferentes momentos e em diversos lugares. Sem o refazer, a linguagem se tornaria um amontoado de coisas heterogêneas, perderia a sua dimensão histórica e deixaria de servir à manifestação da alteridade.

2. Semânticidade

A semânticidade e a alteridade são os traços específicos da linguagem, os traços que permitem a identificação da linguagem como tal. A semânticidade instaura a relação entre o sujeito e o mundo dos objetos, a relação entre o Eu e o Universo. A alteridade põe em relevo a relação entre os próprios sujeitos, a relação entre o Eu e o Outro. Pela semânticidade, a linguagem fundamenta a nossa condição essencial de seres racionais; pela alteridade, fundamenta a nossa condição necessária de seres sociais. Por conseguinte, a linguagem existe não apenas para significar, mas para significar alguma coisa para o outro.

A semânticidade corresponde ao modo lingüístico de conceber e revelar as coisas do mundo real e imaginário. Enquanto modo de conceber, a semânticidade é significação; enquanto manifestação das coisas mediante o concebido, isto é, enquanto aplicação dos conceitos às coisas extralingüísticas, a semânticidade é designação ou referência. Significar e designar são dois aspectos da dimensão semântica da linguagem. O ato de conceber é uma operação do conhecimento, um ato de apreensão e construção pela inteligência de um modo possível e universal de ser. A significação é, portanto, uma configuração lingüística de conhecimento, é um conteúdo de consciência. Enquanto estruturação lingüística de conteúdos de consciência, a significação é uma organização verbal do pensamento. Por isso mesmo, quem não tem amplo e eficaz domínio da linguagem não se faz plenamente no mundo como ser livre e pensante e se

³ Cf. Fernando Pessoa, *Livro do desassossego*. S. Paulo: Brasiliense, 1986, p. 398.

torna presa fácil da tirania e trapaçarias lingüísticas do outro. A este respeito, nunca é demais lembrar a figura de Fabiano, do romance *Vidas Secas*, escrito por Graciliano Ramos. Fabiano era um homem que mal sabia falar, criatura marginalizada e espoliada, porque não dispunha do poder da palavra para expor as suas idéias, para reivindicar os seus direitos, para contra-argumentar, para se defender pela fala das injustiças e opressão alheia.

Retomando e refinando o que já está presente em textos antigos, Coseriu estabelece no plano semântico três distinções básicas: designação, significado e sentido. O significado corresponde ao conteúdo que os signos têm numa língua e que decorre do jogo de oposições entre os próprios signos. Cada língua efetua certa interpretação do real. Por isso é que se afirma que cada idioma apresenta determinada cosmovisão. Daí também afirmar-se que as várias línguas, como o português, alemão, francês ou espanhol, não correspondem a simples nomenclaturas que passivamente refletem um mundo de objetos já dados e iguais, mas são estruturas que diversamente reticulam a realidade, transformando o lugar da humana existência num vasto mundo de objetos diferentes. A título de exemplo, basta lembrar que algumas línguas analisam o tempo em três partes: passado, presente e futuro; outras interpretam o tempo de modo binário, estabelecendo distinção entre passado e não-passado ou apenas diferenciando o presente do não-presente. O recorte que se faz em português entre *sim / não*, em francês se recorta entre *oui / non / si* e em alemão entre *ja / nein / doch*. Como já mostrara Saussure, os significados das palavras inglesas *sheep* e *mutton* são subsumidos em francês pelo significado da palavra *mouton*. Em latim, conforme apontado por Coseriu, os significados das palavras *candidus* e *albus* acrescentam à idéia de brancura certo grau de luminosidade (brilhante x opaco), o que não sucede com a palavra *branco* da língua portuguesa. Evidentemente, os exemplos poderiam ser multiplicados *ad nauseam*.

Para Coseriu, o sentido é a significação que se comprova no texto. Na língua se apreendem significados; no texto se apreendem sentidos. De modo geral, o sentido corresponde àquilo que o texto quer dizer. Em português, quando se quer dizer que alguma coisa foi fácil, pode-se afirmar que “foi um mamão com açúcar”. Já em inglês se usa a expressão “a piece of cake” (um pedaço de bolo). As duas expressões não têm o mesmo significado, nem designam a mesma coisa, mas podem assumir o mesmo sentido. Todo ato de interpretar e traduzir é um processo de construção ou de reconstrução do sentido do texto.

Com sua genialidade, Aristóteles teve a intuição da diferença entre significado, sentido e designação. Na *Retórica*, ele diz que é possível usar expressões diversas da língua para falar da mesma coisa com intenções bem diferentes. No âmbito da literatura grega, Eurípides conta que Orestes, para vingar a morte do seu pai, matou a própria mãe. Tirando proveito desse episódio, Aris-

tóteles diz que se pode chamar Orestes, como o fez Eurípedes, de “o assassino da mãe” ou “o vingador do pai”. Trata-se, portanto, de expressões com significados distintos que designam a mesma pessoa, atribuindo, porém, ao que dela se diz ora um sentido disfórico ou depreciativo, ora um sentido eufórico ou valorativo.

A criatividade semântica investe a linguagem de incomensurável poder sobre a realidade, pois pela palavra o sujeito é capaz de fazer as coisas serem ou acontecerem, aparecerem ou desaparecerem. Daí encontrar-se, nas mais diversas cosmogonias, a palavra como instrumento de desvelamento e construção do Universo. A palavra, neste caso, é vista como uma espécie de “big-bang” lingüístico, uma explosão inaugural da voz, que retira do Silêncio mais profundo tudo aquilo que possa ter existência no Mundo. Na tradição judaico-cristã se diz que no princípio era o Verbo e com o verbo se fizeram todas as coisas. Da leitura do *Popol Vuh*, texto sagrado dos índios maias, se infere que no princípio os deuses solitários meditavam sobre as águas. Resolveram, então, unir o pensamento à palavra e pelo apelo da voz fizeram emergir das águas a terra, as plantas e os animais. No Egito antigo, o *Livro dos Mortos*, uma coletânea de papiros sobre ritos funerários, conta que o deus Rá, pela força de sua voz criou os outros deuses e tudo o mais que veio a existir. Numa obra em que discute a relação entre linguagem e mito, E. Cassirer⁴ comenta que na tradição religiosa hindu está escrito que “o poder do Discurso se antepõe ao poder dos próprios deuses. O Discurso é o imperecível, a mãe dos Vedas, o umbigo do mundo divino”.

O fato é que, em todos os tempos e lugares, as comunidades humanas sempre atribuíram à linguagem um poder místico, um poder mítico, um poder mágico ou fantástico. Pelo poder místico da palavra, Jeová diz que se faça a luz, e a claridade se derramou sobre as trevas. Pelo poder mágico da palavra, o curandeiro diz que se afastem do corpo moribundo os males e os maus espíritos. Pelo poder fantástico da palavra, Ali Babá diz “Abre-te Sésamo!”, e a montanha se abre.

No domínio do direito romano, alguns atos só podiam ser legalmente realizados quando precedidos de certas palavras que deveriam ser enunciadas sem omissões e em determinada ordem. Havia, portanto, certas fórmulas verbais que tinham o poder de atribuir validade jurídica aos atos praticados. Relevava notar que entre os romanos os surdos-mudos, aqueles que não podem falar nem escutar, eram considerados pessoas inteiramente incapacitadas para o exercício da cidadania.

⁴ Cf. Ernst Cassirer, *Linguagem e mito*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.66.

O poder e a garantia de eficácia que desde a Antigüidade se atribuem à palavra oral e, com maior amplitude, à palavra escrita continuam presentes no dia-a-dia, e se refletem não apenas nos diferentes tipos de contratos sociais, mas também em expressões do tipo “ele é um homem de palavra” “ele me deu a sua palavra”, “vale o que está escrito. Ainda hoje, as palavras têm o poder de fazer o mal e de criar o bem. Ainda com frequência as palavras são usadas para imprecações ou maldições, para rogar praga, para o exorcismo, para a reza forte, para benzer ou abençoar, para materializar espíritos bons ou maléficos. Afinal, “é só falar no diabo que ele aparece”.

Não é difícil compreender que o homem, movido pela ambição da hegemonia e pelo desejo de conquista, transformou o poder da palavra em instrumento de adquirir e assegurar poder para si mesmo, deixando de meramente agir sobre as coisas para coagir, intimidar, constranger e subjugar o próprio semelhante. De instrumento de poder individual, a linguagem naturalmente passou a instrumento do Poder institucional, instrumento que os Estados totalitários e pseudodemocráticos utilizam para impingir à população obediência ou adesão a determinado dizer, valendo-se para isso de expedientes bem conhecidos, como o controle e manipulação das informações, o truque da sedução política através da promessa, o silenciamento da contrapalavra pela ameaça física, pela intimidação, pela negativa de acesso à plena educação. Bem se sabe que a Retórica, como técnica do falar apropriado para convencer, desde a Grécia antiga se tornou instrumento de prática social destinada a garantir vantagens e privilégios para pessoas e grupos.

É evidente que a linguagem, em sua instrumentalidade, não está apenas, ou prioritariamente, a serviço da dominação ou do autoritarismo. Nem sempre o enunciar devora, como a Esfinge, aqueles que querem passar ao largo dos seus enigmas ou que se recusam a decifrá-los. Por seu caráter instrumental, a linguagem pode assumir inúmeras feições discursivas. Não é sem motivos que se diz que o falar tem diversas serventias e variados merecimentos. Além de outras incontáveis usanças, o discurso serve para manifestar o lúdico, para revelar a paixão, para cantar amores e expressar dissabores, para consolar os aflitos, para adensar o juízo e dar corpo ao silogismo, para ninar os que ainda nem falam, para saudar o anônimo transeunte, para simplesmente dizer “sou”, verbalização intransitiva que desabafa a própria transitividade de quem existe porque cogita, move-se e se comove.

3. Alteridade

A linguagem não é apenas criação de semanticidade; é também manifestação da alteridade. Isto quer dizer que o falar não é, por princípio, um ato de

solidão de um sujeito solitário; é, ao contrário, um ato de comunhão de um sujeito solidário. A linguagem não se reduz a simples meio de verbalização de uma individualidade incompatível; não se limita à exteriorização de um eu exclusivamente voltado para si mesmo; não se restringe à manifestação sonora de um sujeito egoísta e egocêntrico; não se enclausura nos labirintos do autismo, nem se perde nos subterrâneos do solipsismo ideológico. Fora das situações patológicas e excepcionais, ninguém fala simplesmente para si ou simplesmente por falar. O sujeito fala para manter contato com outros sujeitos, para sair de si mesmo, em busca de outras consciências individuais. Por isso o falar tem como pressuposto o escutar, o ouvir o outro, o incitar o outro a responder, a dialogar, a contradizer, a consentir ou questionar. Pela escuta do outro é que aprendemos e desenvolvemos a própria técnica de falar. Mesmo no monólogo interior e no puro extravasamento verbal do sentimento de prazer ou dor, o discurso da razão ou da emoção, que determinado indivíduo constrói, já vem timbrado com sinais de uma modalidade de fala que também pertence a outros indivíduos. Por sua intrínseca razão de ser, o princípio da alteridade afugenta e repudia a manifestação semântica como pura especulação narcisística.

Conforme já foi assinalado, a alteridade representa a necessária condição humana de ser social. Por isso mesmo, a alteridade inaugura a dimensão intersubjetiva da linguagem e constitui pressuposto da finalidade comunicativa de todo ato verbal. Como afirma Coseriu,⁵ comunicação significa antes *manifestar-se para alguém* e não, *manifestar alguma coisa*. Pelo ato de comunicação, o sujeito rompe as barreiras do seu isolamento existencial; abandona a mera condição de ser para si e se transforma em ser com outros e para outros. Como diz Manoel de Barros,⁶ é através de vadias palavras que alargamos os nossos limites, que reduzimos o isolado que somos dentro de nós mesmos. Somente a linguagem nos revela por inteiro como seres nascidos para a vida gregária, nascidos não só para viver, mas sobretudo para conviver.

Explorar em sala de aula o princípio da alteridade lingüística implica trabalhar para que o aluno tenha condições de estar plenamente no espaço vital como cidadão, como *zoon politikon*, no sentido aristotélico, isto é, como pessoa habilitada ao encontro e ao confronto com o outro, como indivíduo efetivamente capaz de interagir nas diversas situações da vida comunitária e se tornar um eficiente partícipe e eficaz parceiro na construção da sociedade.

A alteridade também revela a necessidade óbvia de se estimular em sala de aula o processo dialógico como expressão do processo dialético. A tensão

⁵ Cf. Coseriu (1977a: 49); Kabatek / Murguía (1997: 249).

⁶ Cf. Manoel de Barros, *Livro de pré-coisas*. Rio de Janeiro, Record, 1985, p. 33-4.

contínua entre o mesmo e o diferente, forma inaugural de tese e antítese, é que justamente propicia o equilíbrio e unificação dos contrários, como a síntese harmônica que surge, na feliz expressão de Heráclito, do impacto do arco sobre as delicadas cordas da lira. Somente dos debates, dos pontos e contrapontos que se instalam no diálogo é que pode surgir a síntese transformadora de tudo o que sabe o falante e de tudo o que pensa o ouvinte.

Na sua condição primária de atividade significativa marcada pela alteridade, a linguagem é por excelência um fazer transitivo: é uma operação que transcende o sujeito operante, dando origem a obras externas (textos). Como algo que permanece após a conclusão da atividade verbal, o texto pode ser conservado pela memória, pode ficar gravado em fita magnética ou ser fixado, de forma visível e duradoura, pela representação gráfica. Do ponto de vista lógico e ontológico, o produzir obviamente precede e independe do produzido. A isto é que se liga a tão citada passagem humboldtiana de que a linguagem, propriamente considerada, não é a obra feita (*Werk*), mas uma incessante atividade de fazer (*Tätigkeit*).

Cumpre lembrar que o aspecto social que se põe em relevo na linguagem e pela linguagem não coincide com o supraindividual ou com o extraindividual; não é aquilo que está fora ou acima dos indivíduos e que a eles inevitavelmente se impõe, conforme pensava Saussure e como pensam outros lingüistas que repetem os passos de Saussure. Na verdade, o social é aquilo que é comum a vários indivíduos, o que é compartilhado pelos membros de um grupo, o que é bem de cada um e de todos ao mesmo tempo. O social é, portanto, o interindividual ou intersubjetivo. Em síntese, pode-se dizer que o social é aquilo que no outro existe e que persiste em existir em nós.

Sob os rótulos de dialogismo e polifonia, Bakhtin⁷ admite que a alteridade se manifesta na linguagem de dois modos diferentes: de uma forma, nas conversações cotidianas que se estabelecem entre múltiplos interlocutores; de outra, nas relações inevitáveis que se instituem entre os próprios textos, criando-se aquilo que se costuma chamar intertextualidade ou interdiscursividade. De certo modo, todo texto responde a outro texto. Todo texto retoma, repete, amplia, confirma ou rejeita o já dito em outros textos. No espaço sonoro do nosso discurso, sempre ressoam vozes de outros discursos. Em nosso dizer sempre carregamos o protesto, o canto, o lamento, o pensamento e o murmúrio de outros dizeres, muitas vezes daqueles que já não cantam, daqueles que já não têm mais vez neste mundo, daqueles que já perderam a voz. As ressonâncias do outro em nosso próprio falar é algo inevitável. O que não podemos é

⁷ Cf. T. Todorov, *Mikhail Bakhtine. Le principe dialogique*. Paris, Minuit, 1981; M. Bakhtin, *Estética da criação verbal*. S. Paulo, Martins Fontes, 2003.

deixar que a voz do outro sufoque a nossa própria voz, pois nesse caso, nós nos transformamos numa espécie do oráculo de Delfos, aquele que simplesmente emprestava o corpo e o gesto verbal para a manifestação do pensamento e vontade do deus Apolo.

Por distorcida e extremada visão da alteridade, alguns autores modernos⁸ acabam por anular o princípio da criatividade, pois afirmam que o sujeito “não fala, mas é falado por um discurso”, é “coagido a dizer o que o seu grupo diz”, de sorte que apenas vive a ilusão de ser a origem do seu ato discursivo. Tal viés de reflexão faz de todo falante um simples reduplicador do dizer alheio, como o oráculo de Delfos, há pouco mencionado. Além disso, tal atitude implica um olhar para trás que só esbarra no inaugurante silêncio do Caos ou na originalidade do primeiro balbucio adâmico. Apagar a voz do próprio falante, transformando-o em mero porta-voz, significa arrancar de todo diálogo o poder erístico e a possibilidade heurística: significa negar o discurso como arena de confrontação, lugar do polêmico ou espaço de novas descobertas. Significa ainda instituir a servidão do parafrástico e rejeitar a alforria do polissêmico. Significa, enfim, transfigurar o sujeito que fala em abúlico mensageiro, condenado a remoer o já dito e predeterminado à vigília e manutenção do previamente estabelecido. O sujeito que se enclausura no discurso do outro é um enunciador que renuncia à virtude e ousadia de pensar por si mesmo.

Posto sob o jugo do dizer alheio, o sujeito abjura de tudo o que lhe seria próprio na movência da fala: não se diz ou se desdiz, por ficar prisioneiro do que é citado ou ditado. Entretanto, não se pode emudecer para sempre o indivíduo sob a autoridade do discurso citado ou amordaçá-lo sob o terror do discurso ditado, pois o “des/dizer-me” ou o “não/dizer-me”, como a abjuração de Galileu, carregam implícito em suas latências o “me dizer”, a possibilidade de repentina irrupção do *eppur si muove*, a incontrollável manifestação de liberdade e de rebeldia contra a ditadura verbal. Somente ao emissor com *animus* libertário é dada a prerrogativa de “refletir e refratar” o real, de revirar o chão do mundo com a palavra, para arejá-lo com novos sentidos.

4. Materialidade

No que diz respeito ao princípio da materialidade, cabe de início lembrar que a linguagem sempre apresenta uma dimensão natural e uma dimensão cultural. A dimensão natural é o lado físico-biológico da linguagem ou, mais precisamente, o lado psicofísico e fisiológico. A dimensão cultural corresponde

⁸ Cf. J.L. Fiorin, *Linguagem e ideologia*. S. Paulo, Ática, 1988, p.42-4; M. Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988, p. 173

ao lado semiótico ou semiológico da linguagem. É justamente a dimensão natural que constitui ou oferece a base material, sensível ou empírica da linguagem. Isto quer dizer que falar exige não apenas um saber semiológico mas também uma capacidade psicofísica e fisiológica. Muitas dificuldades que se manifestam no ensino das línguas decorrem justamente de problemas ligados ao aspecto físico-biológico da linguagem. Por exemplo, graus de surdez que impedem o adequado reconhecimento das palavras; perturbações neurofisiológicas que provocam a gagueira e dislexias; lesões nos órgãos fonadores que prejudicam a articulação dos sons e causam dislalias; distúrbios visuais que atrapalham a leitura e a aprendizagem da escrita, etc. São freqüentes os casos de fracasso escolar resultante de deficiências de audição ou de visão. Devido às questões ligadas à capacidade psicofísica dos falantes, os professores que trabalham com turmas de alfabetização, ou com turmas do 1º grau, freqüentemente atuam como mestres da linguagem e terapeutas da fala.

A materialização fônica e gráfica das línguas é consequência da semânticidade e da alteridade. A face sonora ou escrita das palavras (significante, expressão empírica) é evidentemente indispensável para que um sujeito manifeste a outro conteúdos semânticos. A manifestação da linguagem também faz surgir a necessidade de um meio físico, que sirva de suporte e transporte da produção verbal. Este meio físico é o que se denomina, canal, contexto “midiático” ou contexto de contato. O meio físico escolhido inevitavelmente condiciona o modo de fazer verbal e pode determinar o sucesso ou o fracasso da comunicação. Basta observar as diferenças entre as narrativas de uma partida de futebol feitas pelo canal radiofônico e por meio da televisão.

Para Hjelmslev,⁹ a língua é um sistema de signos que resultam da solidariedade entre duas formas puras, uma que se estampa numa “substância” conceptual, organizando arbitrariamente a própria realidade (plano do conteúdo), e outra que se manifesta em variáveis “substâncias” empíricas (plano da expressão). A partir daí, ganhou relevo, no campo de análise do discurso, o princípio de que a semânticidade (plano do conteúdo) é uma espécie de forma autônoma, sujeita a múltiplas materializações, *i.e.*, suscetível de projetar-se em significantes (plano da expressão) sensivelmente diversos. Noutros termos, tal ponto de vista alimenta a suposição de que o “mesmo conteúdo” pode ter diferentes expressões (fônica, gráfica, pictórica, etc.). Todavia, o esforço teórico e metodológico, para caracterizar o discurso como forma significativa independente da matéria significativa, além de retorcer o pensamento de Hjelmslev, padece de vícios insanáveis, pois todo objeto semiótico, enquanto

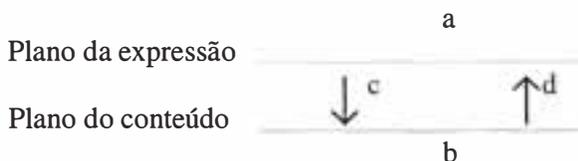
⁹ Cf. L. Hjelmslev, *Prolegomena to a theory of language*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1961.

algo que se constrói e de que se dispõe no espaço da *empeiria*, mantém entre conteúdo e expressão uma indissolúvel relação de reciprocidade, de tal modo que, distinguíveis pela inteligência, são inseparáveis no plano da realidade. Para usar uma analogia de Saussure, são como anverso e reverso de uma folha de papel. Por isso mesmo, toda e qualquer modalidade histórica de atividade semiológica não é simples estrutura semântica divorciada ou divorciável, na dimensão do real, da matéria em que se manifesta, pois esta, por restrições impostas por suas próprias características, não oferece as mesmas possibilidades de sentidos e evocações semânticas. Por conseguinte, considerar na produção lingüística o conteúdo como **realmente** separado da materialidade fônica é uma *contradictio in adjecto*; reduzi-lo a forma pura é simplesmente ignorar a constituição eidética da linguagem, que é sempre uma inconsútil e inextrincável combinação da semanticidade com a materialidade.

Sob perspectivas diversas, a face material dos signos verbais é focalizada tanto pela Fonética *lato sensu* quanto pela Morfologia. Tal assertiva exige atenção para dois pontos de inegável importância teórica e descritiva. Em primeiro lugar, é preciso notar que os sons em si mesmos, produzidos pelo aparelho fonador, só deixam de ser mera realidade física, isto é, só deixam de pertencer ao plano natural da linguagem quando a inteligência criadora articula e estrutura a massa sonora, transformando-a em sílabas, fones e fonemas, que por sua vez são de novo transformados pela inteligência em significantes. Assim, não se pode confundir a Fonética que analisa os sons da fala enquanto objeto natural (campo da Física acústica) com a Fonética que analisa a fala enquanto objeto cultural (campo propriamente da Lingüística). Em segundo lugar, cumpre acentuar que a Morfologia deixa de ser restritamente interpretada como o “estudo da palavra”, conforme sucede na tradição gramatical, para corresponder ao estudo das diferentes unidades materiais, independentemente da sua extensão e grau de complexidade, que carregam em si certa significação.

Tendo em mira o significante (forma material, expressão), o significado (conteúdo funcional), os vínculos entre ambos e, por fim, a relação, mediante o significado, da totalidade do signo com uma realidade extralingüística (estado de coisas designado), Coseriu propõe que a descrição de um idioma seja dividida em três partes principais: Gramática constitucional (Morfologia), Gramática funcional e Gramática “relacional”. Deixando provisoriamente de lado a relação entre o signo e as suas possibilidades de referência, o esquema abaixo, sugerido por Coseriu,¹⁰ pode ajudar a compreender a divisão proposta:

¹⁰ Embora tenha aplicação genérica, o esquema que se encontra na obra de Coseriu (1977b: 46) foi especificamente construído para ilustrar as possibilidades dos estudos lexicológicos nos planos sincrônico e diacrônico.



A Gramática constitucional opera na dimensão (a), tomando o plano de conteúdo (b) como ponto de apoio. Também pode assumir a perspectiva (c), isto é, considerar a relação entre ambos os planos, partindo da expressão (perspectiva “semasiológica”, que abrange, *v.g.*, questões de homonímia e alomorfia). A Gramática funcional faz justamente o contrário: analisa a dimensão (b) como tal, apoiando-se no plano da expressão. Pode, ainda, assumir a perspectiva (d), analisando as conexões entre os dois planos a partir do conteúdo (perspectiva “onomasiológica”, que compreende, *v.g.*, os problemas de sinonímia e polissemia). Vale mais uma vez ressaltar que a Morfologia, aqui entendida como o estudo da constituição fônica dos significantes lingüísticos, na sua condição de sinais portadores de valores semânticos, não se limita à análise da unidade “palavra” e de seus elementos mínimos de expressão, mas abarca os grupos de palavras, a frase e a própria organização material do texto.

Por sua vez, a Gramática “relacional” transita entre o idiomático (L) e o extralingüístico (R), focalizando as conexões entre ambos os domínios. Deve-se frisar que a dimensão (R), vista como realidade objetiva, realidade pensada, “substância” do conteúdo, pensamento pré-verbal, referente, etc., é sempre exterior à linguagem. Em nossa língua, por exemplo, pode-se dizer que os enunciados “Uma bala perdida matou um dos passageiros do ônibus.” e “Um dos passageiros do ônibus foi morto por uma bala perdida.”, embora não tenham a mesma materialidade e o mesmo conteúdo idiomático, designam um mesmo e terrível estado de coisas.

5. Historicidade

Como reiteradamente afirma Coseriu, a atividade verbal pode ser vista em três diferentes planos, o que dá origem à distinção entre o falar em geral, a língua e o falar concreto. O falar em geral corresponde à visão da linguagem no plano universal; a língua corresponde à manifestação da linguagem no plano histórico-social; o falar concreto equivale à existência da linguagem no plano individual. Daí a afirmação de Coseriu de que a linguagem é uma atividade universal que se realiza individualmente, segundo uma forma sócio-histórica de falar, isto é, segundo uma técnica verbal de uma comunidade historicamente constituída.

No seu modo real de existência, a língua (idioma) não é apenas um sistema de aspectos comuns que se manifestam e se observam na prática verbal dos indivíduos; é também, e essencialmente, um sistema dotado de uma dimensão histórica. Defini-la, pois, como entidade interindividual é procedimento necessário, mas não suficiente. Isto é que de certo modo viu Saussure,¹¹ ao afirmar que a *langue*, enquanto entidade social fora do tempo, é somente *viable*, mas não *vivante*. Para ser e permanecer *vivante*, é indispensável que a língua seja falada e transmitida, que seja em parte refeita e em parte modificada ao longo da linha temporal; é necessário, em suma, que tenha historicidade. Afinal, um objeto histórico é algo que igualmente implica o fazer e o refazer, a transformação e a permanência. Como bem assinalado por Coseriu,¹² onde só há imobilidade e onde se dá exclusivamente a sucessão, não pode haver história.

Por razões de ordem teórica e metodológica, é preciso reconhecer e nitidamente diferenciar as formas real e ideal de existência da língua. Como objeto real, a língua é uma modalidade histórica e interindividual de falar imanente à atividade verbal concreta. Como objeto ideal, a língua corresponde à abstração da referida modalidade e à sua conseqüente projeção num quadro descritivo. Obviamente, o que sempre muda no decorrer do tempo é a língua em sua forma real de existência. A língua abstraída do falar concreto e apresentada num compêndio gramatical é um sistema que se imobiliza, que se transforma em corpo estático.

A historicidade das línguas tem dois pressupostos: a criatividade e a tradição. A tradição, por sua vez, pressupõe a alteridade. Pela criatividade, o sujeito falante a todo momento modifica e refaz as línguas; pela tradição, a língua é transferida de um sujeito a outro. É justamente a criatividade que faz com que de uma língua surjam, com o passar do tempo e volvidas algumas gerações, novas línguas, novos sistemas idiomáticos. Neste ponto, portanto, a historicidade que dimana do poder de criar é apenas a expressão humana da maldição bíblica da torre de Babel. Com efeito, antes da temerária aventura babélica, a linguagem de todos os homens, reduzida à monofonia e à imutabilidade de um código, ocorria no tempo, mas não escorria como história.

Ligado pela raiz ao verbo latino *tradere*, o termo “tradição” fundamentalmente significa o ato de entrega de uma pessoa a outra de bens culturais. Por tradição, os bens culturais passam de pais a filhos, de ascendentes a descendentes. Apreendida, pois, em sua dinamicidade, a tradição corresponde a um

¹¹ Cf. F. de Saussure. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1972, p.112.

¹² Cf. Coseriu (1973: 283).

processo comunicativo na linha seqüencial do tempo. Tal processo, como todo ato de comunicação, não só exige o concurso de dois sujeitos (um que transfere e outro que recebe determinada coisa), mas também implica dois momentos cruciais e complementares: o da transmissão ou entrega e o da aceitação do bem cultural. A rigor, a tradição lingüística desencadeia um duplo processo, pois é simultaneamente uma interação pela linguagem e um interagir que torna comum a própria linguagem. Sem tradição, a língua perde a sua condição primária de sobrevivência e deixa de ser falada. Sem criatividade, a língua se petrifica e morre, porque deixa de atender a novas ou a renovadas necessidades de significação e comunicação.

Já se tornou corriqueira a afirmação de que uma língua, mesmo vista em determinado ponto do seu decurso, jamais corresponde a um modo de falar uniforme, homogêneo ou invariável. Por força da historicidade, as línguas se modificam na sucessão temporal e se diversificam a cada instante, o que dá origem às variações diacrônicas e às variedades sincrônicas, estas últimas comumente desdobradas em diatópicas (dialetos), diastráticas (níveis de língua, socioletos) e diafásicas (estilos de língua, registros). Observada, pois, no plano das simultaneidades, a realidade idiomática se apresenta como uma rede complexa de sistemas, como uma trama de modalidades verbais precipuamente condicionadas por três fatores: a região onde a língua é falada, a condição sócio-cultural dos falantes e a situação típica de fala.

As dimensões em que se comprova a variação sincrônica de todo idioma naturalmente se entrecortam, de tal modo que existe mútua implicação entre dialeto, nível e estilo de língua. Do ponto de vista teórico, um idioma pode diversificar-se em dada dimensão sem variar nas demais. Pode, por exemplo, apresentar divergências regionais e não ter diferenças de níveis ou de estilos, e vice-versa. No plano da realidade empírica, todavia, a completa invariância ou a total homogeneidade da língua sincrônica em qualquer das dimensões acima mencionadas provavelmente nunca venha a ser constatada. Labov¹³ chega mesmo a dizer que a heterogeneidade, particularmente a variação social e estilística, constitui pressuposto do funcionamento normal de um idioma em qualquer comunidade.

Do que foi acima exposto, é possível tirar certas premissas para o estudo e o ensino das línguas:

1. Como lingüistas, temos que considerar o idioma na plenitude de sua variação, pois o compromisso do saber científico é com a verdade, o que implica

¹³ Cf. W. Labov, *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972, p. 203.

uma visão imparcial da realidade lingüística. Como disse Coseriu,¹⁴ citando Platão, a verdade, que toda ciência deve perseguir, consiste pura e simplesmente em “dizer as coisas tais como elas são”.

2. Ainda como lingüistas, não podemos esquecer que toda variedade pres-supõe a unidade, pois, como já dizia Aristóteles, a variedade significa “mais de um”, o que traz implícita a noção de unidade: para haver mais de um, tem antes que existir, logicamente, a idéia de um. A unidade que podemos depreender na variação sincrônica da língua histórica corresponde ao que Coseriu¹⁵ denomina *língua funcional*. A rigor, uma língua histórica (idioma) pode ser vista como um feixe de línguas funcionais.

3. Enquanto professores de português, cabe-nos levar o aluno ao domínio de diferentes línguas funcionais, para que ele possa melhor interagir na sociedade e ter acesso a um universo mais amplo de bens culturais.

4. Como lingüistas ou professores, cabe-nos participar da discussão e formulação de uma política do idioma, para melhor lidar em sala de aula com a idéia de língua padrão, espécie de língua funcional considerada língua de prestígio, comum ou supra-regional, e ainda lidar com a idéia de língua exemplar, espécie de língua padrão ou padronizada, que representa, em determinado momento histórico, o ideal da perfeição idiomática.

Da tradição e da criatividade dimanam, a rigor, duas modalidades históricas de linguagem: a primeira é o que já chamamos de *língua* ou *idioma* e que também se pode chamar *língua histórico-funcional*; a segunda pode ser denominada *língua histórico-cultural*. Tal distinção é frequentemente mal compreendida ou ignorada, o que acarreta confusões de toda ordem. É necessário, portanto, bem diferenciar uma coisa da outra, pois, como já disse Coseriu, reiterando F. Bacon, *citius emergit veritas ex errore quam ex confusione*.

O conceito de língua histórico-funcional se funda no conhecimento que tem o lingüista de que, subjacente a diversos modos de falar observáveis no mesmo plano temporal e em planos temporais diferentes, existe uma mesma organização tipológica fundamental, ou melhor, uma mesma estruturação funcional básica. Tal estruturação, representada por uma rede de valores opositivos, constitui a forma peculiar e imanente de cada idioma, aquilo que lhe confere individualidade. É, pois, esta forma “interna” que permite ao lingüista identificar certos modos particulares de fala, cronologicamente simultâneos ou sucessivos, como realizações distintas de uma mesma unidade idiomática.

¹⁴ Cf. Kabatek / Murguía (1997: 171). Coseriu se refere à seguinte passagem que se encontra no *Sofista*: τα ὄντα ὡς ἔστιν λεγεῖν.

¹⁵ Cf. Coseriu (1980: 101-17).

O conceito de língua histórico-cultural se apóia no sentimento ou na convicção que têm os indivíduos de que os seus modos de falar, ainda que possam ser profundamente divergentes, são partes de um só *thesaurus* verbal, herança de toda a comunidade. Trata-se, portanto, de uma língua que se considera uma ou individuada com base em juízo consubstanciado na história e na cultura comuns: os membros do grupo julgam que continuam a falar formas da “mesma língua” usada por seus antepassados.

Na determinação da língua histórico-cultural não se levam em conta os problemas de mútua inteligibilidade ou de discrepância parcial ou total entre os idiomas. O delineamento da referida unidade lingüística é feito exclusivamente com base na consciência que os indivíduos têm de que estão ligados a um passado comum e de que são legatários de um mesmo patrimônio cultural. Na China, diferentes idiomas são considerados como modalidades de uma mesma língua: o que comumente se denomina “língua chinesa” na realidade representa, conforme declara Ruhlen,¹⁶ um grupo de idiomas aparentados (mandarim, cantonês, hakka, hsiang, etc.). Ao testemunho de Ruhlen pode-se acrescentar a afirmação de Halliday¹⁷ de que os próprios chineses se consideram “as speaking ‘Chinese’, and not Pekinese, Cantonese and so on”.

De regra, uma língua histórico-cultural corresponde a um conjunto de idiomas que os membros de um agrupamento humano reconhecem como manifestações diversas de uma entidade única, amparada por uma tradição comum. Em certos casos, porém, variedades de um mesmo idioma são tratadas como diferentes línguas histórico-culturais. Assim, o hindi, falado na Índia e o urdu, falado no Paquistão, são vistos pelos seus respectivos usuários como duas línguas diversas. Todavia, ambos os modos de falar, apesar de terem nomes diferentes e de utilizarem sistemas gráficos distintos, são simples formas divergentes de uma mesma língua histórico-funcional.

No estudo da linguagem, os critérios histórico-funcional e histórico-cultural devem ser conjugados de modo claro e coerente, estabelecendo-se entre ambos uma relação de precedência e dominância. Isto significa que as fronteiras lingüísticas precisam ser fixadas com base nos mesmos princípios de divisão e que, no caso de conflito de critérios, há sempre de prevalecer o princípio da funcionalidade.

Como expressão de cultura e sistema funcional, a língua não é apenas um objeto histórico; é também uma atividade que tem por agente um sujeito histó-

¹⁶ Cf. M. Ruhlen, *A guide to the languages of the world*. Stanford University, 1975, p. 1.

¹⁷ Cf. M.A.K. Halliday *et alii*, *The linguistic sciences and language teaching*. London, Longmans, 1964, p. 76-7.

rico. Na sua condição de ser social, o falante/ouvinte é também um ser impregnado de historicidade. Quem nasce, diz Pagliaro,¹⁸ fica atrelado à história: “não nasce apenas homem, mas homem romano, russo, americano, australiano ou hotentote”. Quem vem ao mundo é de imediato envolvido por um manto de historicidade feito de usos e costumes, que se desfiam em ritos e mitos, em crenças e credices, em lendas e tabus, em leis e convenções, em conceitos, preceitos e preconceitos. Somos sujeitos da história e estamos sujeitos à História. Tecemos a rede interminável da História e nela nos enredamos.

A historicidade do *homo socialis* se traduz por excelência nas realizações culturais perpetuadas pela tradição. Em qualquer agregado humano, a cultura está indissolivelmente ligada à língua. Como diz Porzig,¹⁹ onde quer que haja elaboração e transmissão cultural, encontraremos como sua condição prévia uma comunidade de falantes. Com efeito, a língua é parte da cultura, mas ao mesmo tempo é modo de representar e meio de projetar no espaço e no tempo todas as demais produções culturais de uma comunidade. É a língua que abre as portas para a passagem das ciências, das técnicas, da filosofia e da poesia.

Enquanto integra e ampara a tradição cultural, a língua segue uma trajetória no tempo, passando, conforme já foi dito, de uma geração a outra. Daí resulta que a atividade de falar forçosamente interliga indivíduos situados em diferentes planos temporais, determinando, assim, os contornos de uma comunidade histórica, a qual justamente se identifica e se reconhece como esta ou aquela comunidade idiomática.

O que acima se expôs permite o fechamento do círculo que procuramos paulatinamente traçar: não há comunidade histórica sem tradição cultural; não há cultura, em sentido pleno, sem tradição lingüística; não há língua (idioma) sem comunidade histórica. Arrastada pela correnteza da tradição (decorrência da sua própria finalidade comunicativa), a língua não apenas se manifesta como objeto histórico, mas também manifesta – e alicerça – a própria historicidade, cultura e sociabilidade do homem. Por este motivo é que não se conhece agrupamento humano, por mais recuado no tempo, que não ostente uma forma de linguagem. E é mesmo duvidoso, conforme declara Sapir,²⁰ que outra qualquer aquisição cultural do homem, seja ela a arte de acender o fogo ou de lascar a pedra, exceda em antigüidade a arte de falar. Por conseguinte, não há exagero em dizer que o agir verbal, nas suas várias modalidades idiomáticas, constitui o testemunho primário e universal de humanidade.

¹⁸ Cf. A. Pagliaro (1967: 119-20).

¹⁹ Cf. W. Porzig, *El mundo maravilloso del lenguaje*. Madrid, Gredos, 1964, p. 218.

²⁰ Cf. E. Sapir, *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro, INL, 1954, p. 34.

A dimensão histórica dos sujeitos falantes faz com que a liberdade lingüística de criar não se confunda com puro arbítrio, nem se reduza à mera anarquia. Os interlocutores devem observar certos procedimentos, devem obedecer a certos princípios e parâmetros para que a linguagem cumpra satisfatoriamente a sua finalidade comunicativa. Por isso mesmo, a linguagem não é apenas um ser; é também um dever ser. Não tem apenas um aspecto ôntico; tem também um aspecto deôntico ou normativo. Ao aspecto deôntico da linguagem se ligam todas as formas de correção textual, que conhecemos especificamente pelos nomes de congruência, adequação, gramaticalidade ou correção idiomática. A rigor, todo ser já traz em si um dever ser, como bem assinalou Hegel. Isto quer justamente dizer que a linguagem para **ser** linguagem, e não se transformar em outra coisa, **deve ser** sempre, conforme de início se pôs, uma atividade criativa, semântica, intersubjetiva, material e histórica.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Art of rhetoric*. Cambridge, Mass. / London: Harvard University Press, 1975.

——— *Metaphysics, books I – IX*. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1968.

CARVALHO, J.G. Herculano de. *Teoria da linguagem: natureza do fenómeno lingüístico e análise das línguas*. Coimbra: Atlântida, t. I, 1967.

COSERIU, E. *Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos, 1973.

——— *El hombre y su lenguaje. Estudios de teoría y metodología lingüística*. Madrid: Gredos, 1977a.

——— *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, 1977b.

——— *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*. Madrid: Gredos, 1978.

——— *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

——— *Competencia lingüística. Elementos de la teoría del hablar*. Madrid: Gredos, 1992.

KABATEK, J. e MURGUÍA, A. «Die Sachen sagen, wie sie sind...»: Eugenio Coseriu im Gespräch. Tübingen: Narr, 1997.

PAGLIARO A. *A vida do sinal. Ensaio sobre a língua e outros símbolos*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.

EUGENIO COSERIU ROMANISTA E HUMANISTA

Rosalvo do Valle
UFF/ABF

Eugenio Coseriu, o luminoso lingüista homenageado com as honras que bem merece neste número de *Confluência*, deixou também seu nome definitivamente reconhecido como um dos melhores romanistas e um dos mais lúcidos humanistas contemporâneos. Bastaria citar *Estudios de Lingüística Románica* (ELR), *Tradición y Novedad en la Ciencia del Lenguaje – Estudios de Historia de la Lingüística* (TNCL) e *El hombre y su lenguaje – Estudios de Teoría y Metodología lingüística* (HSL), obras publicadas na coleção Biblioteca Románica Hispánica, Editorial Gredos, Madrid, 1977. Das duas últimas há tradução brasileira, que utilizaremos nesta notícia: *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem* (TNCL), coedição Presença/Editora da USP, Rio de Janeiro, 1980; e *O homem e sua linguagem* (HSL), 2ª edição, Presença, Rio de Janeiro, 1987 – ambas feitas por Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira.

Trata-se de estudos escritos entre 1953 e 1975, dispersos em revistas e miscelâneas internacionais de difícil acesso. O autor em boa hora reuniu trinta e sete desses dispersos e traduziu alguns para o espanhol, possibilitando ao leitor consultá-los mais facilmente nos três volumes que organizou em Tübingen. Na apresentação justifica as razões da iniciativa e os critérios de seleção, frisando sempre que basicamente são reproduções, “sem modificações essenciais”. Feitas algumas revisões de detalhes, o autor, em 1977, não teve constrangimentos em subscrever textos escritos e publicados a partir de 1952. Como bem disse Juan M. Lope Blanch (em 1983), ao apresentar a edição mexicana de *Introducción a la lingüística* (1951), “Lo que há sido bien concebido y bien hecho mantiene su lozanía a través de los años”.

Quem acompanha, desde os anos cinqüenta, a intensa produção científica de Eugênio Coseriu sensibiliza-se com a dedicatória de ELR: “Dedico este libro a un país: a la República Oriental del Uruguay”. É que ele viveu muitos anos nesse país e foi professor da Universidad de la República, vinculado à Facultad de Humanidades y Ciencias – Instituto de Filología. Lá fundou, em 1951, o Departamento de Lingüística de Montevideo e o dirigiu até 1963, quando se transferiu para a Alemanha. Mas a acolhida desse pequeno grande país e o convívio universitário, onde exerceu profícua atividade cultural e onde fez

discípulos, permaneceram em suas lembranças e transparecem nesta dedicatória de *Gramática, Semántica, Universales* escrita em Tübingen, em 1978: “A mis alumnos de Montevideo y de Tübingen”.

Alunos duplamente afortunados, esses de Montevideu. Receberam em 1951 a segura orientação coseriana em lingüística geral com a *Introducción a la lingüística* – ainda “en edición mimeográfica muy limitada, como primera parte de um manual destinado a los estudiantes de lingüística del Instituto de Profesores “Artigas”, de Montevideo” – como informa Juan M. Lope Blanch na edição da Editorial Gredos, 1986, p. 7, nota. E receberam a não menos segura iniciação em lingüística românica, documentada em estudos de valor, alguns quase desconhecidos, porque ficaram na primitiva forma mimeografada: *Evolución de la lengua española* (1952); *La Hispania Romana y el latín hispánico* (1953); *El llamado “latín vulgar” y las primeras diferenciaciones romances. Breve introducción a la lingüística románica* (1954).

O segundo e o terceiro trabalhos já estão citados por Serafim da Silva Neto na *História do Latim Vulgar*, edição da Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1957. No exemplar de *La Hispania Romana y el latín hispánico* oferecido a esse eminente mestre de todos nós há uma recomendação especial do autor: “*Le ruego sea indulgente con estas modestas páginas. Se trata de apuntes que le mando sólo por el compromiso de enviarle todo lo que se publica con mi nombre.*”

Essas palavras confirmam o comentário de José Polo, que preparou com supervisão do autor os originais da 2ª edição da *Introducción a la Lingüística*, Editorial Gredos, 1986, (IL) sobre a resistência de Eugênio Coseriu à publicação daqueles textos que julgava de iniciação, sem o nível universitário exigível (p.8-9). Diga-se, mais, que Coseriu considerava seu dileto amigo Serafim da Silva Neto “o maior representante da lingüística histórica no país e, até o presente, em mais de um sentido, a maior figura da lingüística brasileira” (TNCL, p. 301). Sua recomendação, portanto, exprime o alto grau de exigência do grande lingüista, que, em rigorosa autocrítica, julgava a obra “um sucinto resumo de problemas e fatos, destinado a estudantes” (TNCL, p. 353, nota 142). Juízo que também faz de *El llamado “latín vulgar” y las primeras diferenciaciones romances*: “uma iniciação para estudantes fundamentada em fatos bem conhecidos e cuja originalidade reside sobretudo no levantamento de alguns problemas (entre eles, o próprio problema do latim vulgar” (TNCL, p. 356, nota 157).

Latim vulgar é tema freqüente nas considerações de Coseriu, em lingüística geral ou em lingüística românica. Ora é a conceituação mais rigorosa dessa variedade do latim; ora é sua expansão com o cristianismo, de inegável “influjo popularizador” sobre o latim falado. Lembre-se o estudo *Sobre el*

futuro romance, publicado na veneranda Revista Brasileira de Filologia, vol. 3 – tomo 1, junho, 1957, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro. O problema do futuro perifrástico latino – vulgar e romance, que veio a suplantar o sintético do latim clássico, é estudado mais amplamente em *Sincronia, Diacronia e História*, no item sobre mudança lingüística como problema histórico (na tradução brasileira, p. 136 a 150). Nos dois textos Coseriu enfatiza a influência cristã, posição contestada, entre outros, por J. Mattoso Câmara Jr.

Ou então é o latim vulgar confrontado com o tipo lingüístico românico para fins de análise tipológica. Cf. *Le latin vulgaire et le type linguistique roman – Latin vulgaire – latin tardif* (separata de *Actes du I^{er} Colloque international sur le latin vulgaire et tardif* – Pécs, 2-5, septembre 1985, Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1987. Outras vezes é o problema da influência grega sobre o latim vulgar, título aliás, de um dos estudos de ELR (p. 264-280) – problema de “ extraordinário interesse histórico” de que Eugênio Coseriu tratou mais de uma vez, não só por sua importância no latim vulgar, no latim cristão e no latim tardio, mas também por suas repercussões nas línguas românicas. Em ELR há cinco estudos sobre o assunto.

Em *Competência Lingüística – Elementos de la Teoría del Hablar*, Editorial Gredos, Madrid, 1992, (CL), livro marcante, muitas vezes citado ultimamente – e creio que a bússola da nova orientação em lingüística funcional, ao menos entre nós - há reflexões importantes sobre o latim. Uma delas diz respeito a simplificações que o falante introduz em sua própria língua ao comunicar-se com estrangeiros no sentido de torná-la mais compreensível. Seria o caso das mudanças profundas por que passou o latim entre o final da Antigüidade e o início da Idade Média: “los mismos romanos querían hablar com los extranjeros de una forma “más sencilla” y “más comprensible”. Renunciaron, por tanto, a lo que em su opinión era demasiado complicado em su propia lengua y se adaptaron voluntariamente al hablar de los extranjeros” (p. 202). É um problema também observável numa língua franca e nos chamados dialetos crioulos (em Coseriu “lenguas criollas”), a respeito dos quais Jorge Morais – Barbosa já fizera a mesma aguda observação: “Aqui devemos observar um facto interessante: consiste ele em que o povo de qualquer país, achando-se em contacto com estrangeiros que não falam a sua língua, reduz esta também, por assim dizer instintivamente, ao mesmo tipo privado de formas gramaticais que caracterizam os dialetos crioulos” (*Crioulos, reedição de artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Introdução e notas de Jorge Morais-Barbosa*, Lisboa, 1967, p.102-103). No caso do latim vulgar não tenho conhecimento de estudos sobre essa “opinião em modo alguno absurda”, que deve ser detidamente examinada por lingüistas e romanistas, não importando se as conclusões não superem o nível de “opinião” ou “fato interessante”.

Nestas breves considerações sobre o romanista, incluo a resenha publicada em ELR sobre a *Toponímia prerromânica hispana*, de Menéndez Pidal; e recomendo vivamente a leitura de dois textos de TNCL: *Amado Alonso (1896 – 1952)* e o precioso *Panorama da Lingüística Ibero-Americana*, em que o autor insere, como convém, a produção lingüística e filológica brasileira.

Quanto ao humanista, sabem os leitores de Coseriu que suas obras estão recheadas de citações em grego e latim, e que não se trata de meras transcrições de formas isoladas para considerações teóricas. *Forma e Substância nos Sons da Linguagem*, por exemplo, traz uma extensa epígrafe do *Hippias Maior*, de Platão, no original grego. Estou bem lembrado das considerações de Coseriu sobre “los idiomas de los lingüistas” e “los idiomas de los políglotos”: “El lingüista estudia, sin duda, los idiomas, pero no para aprenderlos; es decir que los estudia científicamente: como fenómenos, no como instrumentos” (IL, p. 12).

Ocorre, porém, que o romanista Eugênio Coseriu dominava todas as línguas românicas; e o humanista Eugênio Coseriu dominava o grego e o latim. Dispunha de um riquíssimo universo lingüístico de que podia valer-se naquela dupla função. Lia os clássicos greco-latinos no original. Daí que lhe são familiares os textos de Aristóteles, de Platão, dos clássicos latinos, dos gramáticos latinos, dos autores cristãos, dos autores medievais, dos humanistas...

Aqui vou limitar-me a quatro estudos coserianos. Em TNCL – obra significativamente dedicada, entre outros, a Pierre de la Ramée, o grande humanista Petrus Ramus, conhecido, ao menos, pela denominação das letras “ramistas” (j, v) – leia-se, por exemplo, o capítulo *A arbitrariedade do signo – sobre a história tardia de um conceito Aristotélico*, em que se esmiúçam passagens de Aristóteles, de seu notável tradutor latino-cristão, Boécio, de Platão, e se arrolam, citados no original latino, autores medievais, renascentistas e do século XVII entre os quais o português João Poinso (1589-1644), conhecido como o dominicano João de São Tomás. Leiam-se os dois capítulos sobre o humanista espanhol Juan Luis Vives (1492-1540), “um dos teóricos da linguagem mais interessantes e característicos e, ao mesmo tempo, mais originais do Renascimento, e não apenas na Espanha, mas em toda a Europa” (p. 67). São eles: *Sobre a teoria da linguagem de Juan Luis Vives* e *Vives e o problema da tradução*. Para analisar suas idéias, Coseriu cita e comenta Cícero, Quintiliano, S. Jerônimo, S. Agostinho, Lutero..., revelando pasmoso conhecimento desses autores.

Cinco anos depois (1976) retomou o assunto em *O certo e o errado na teoria da tradução* (HSL, cap. X). Coseriu desenvolve esse difícil tema, justamente como um teórico da linguagem incomodado com a “leitura de não poucos livros e artigos sobre teoria da tradução e de algumas reflexões para a superação desses aspectos perturbadores.” (p.155). Volta a considerações fei-

tas no artigo anterior e, excelente humanista, reexamina o célebre texto de S. Jerônimo, a epístola *Ad Pammachium – De optimo genere interpretandi* (*A Pamáquio – sobre a melhor maneira de traduzir*). O leitor encontrará o texto integral de S. Jerônimo – “vir trilinguis”, de impressionante intuição lingüística e sábio tradutor –, em latim e francês, em *Saint Jérôme, Lettres, Tome III*, Société d’Éditions, “Les Belles Lettres”, Paris, 1953 (epístola LVII). E retoma igualmente o tratado sobre retórica de Juan Luis Vives, *De ratione dicendi*, em que esse humanista “distingue expressamente três tipos de tradução *segundo os textos que se traduzem*” (grifei) : a) as que atendem mais ao sentido (*sensus*); b) as que valorizam a “expressão como tal”, ou seja a elocução e a dicção (*phrasis et dictio*); c) as que levam em conta as duas condições (*et res et verba*: tanto as coisas quanto as palavras) (Cf. HSL, p. 170).

Os que não perderam o seu latim sabem que *res et verba* dos retóricos latinos equivale à distinção tradicional “fundo e forma”, que o saudoso poeta e professor Tasso da Silveira resumia na fórmula “forma é o fundo que aparece”. *Res* (coisas, idéias) é a *materia orationis* (o conteúdo do discurso); *verba* (palavras) é o *genus dicendi* (o modo de dizer, a forma do discurso). Tudo isso pode ser lido, como fez Coseriu, com grande proveito, por exemplo, em Cícero (*Orator, De optimo genere oratorum...*).

Não é tudo, mas tenho de concluir estas considerações, que se vão alongando de cada vez que volto aos instigadores textos coserianos, especialmente aqueles que tratam da profunda influência do Cristianismo, da influência grega no latim clássico ou vulgar, e em particular dos empréstimos gregos na latinidade cristã. Possíveis discordâncias não importam. O mesmo Coseriu nos ensina que “na ciência, a única aceitação verdadeira e profícua é a aceitação crítica” (TNCL, p. 276).

Do lingüista falam, com autoridade, seus discípulos brasileiros presentes neste número de *Confluência*. De minha parte, quero lembrar que no lingüista Eugênio Coseriu convivem, não menos admiráveis, o romanista e o humanista. Suponho até que aí está uma das razões da “orientação teórica e metodológica móvel e viva, em que o velho e o novo se combinam harmonicamente, sem choques violentos, [...] em que toda ideologia nova se absorve e frutifica sem se desvirtuar e sem desvirtuar a base em que se insere” (TNCL, p. 266).

Essas palavras de Eugênio Coseriu foram proferidas em 1952, em Montevideú, na homenagem póstuma a Amado Alonso, e se referem à escola de Menéndez Pidal, mestre do homenageado. Mas podem ser hoje integralmente aplicadas á escola de Eugênio Coseriu.

Rio, no Advento do Natal de 2003

BIOBIBLIOGRAFIA

Relação com base no livro de Johannes Kabatek e Adoifo Murquía «Die Sachen sagen, wie die sind...» *Eugenio Coseriu im Gespräch* (Gunter Narr Verlag Tübingen 1997)

Parte I

Cronologia

- 27 de julho de 1921 nascimento em Mihăileni, Bessarabia (Romênia)
- 1926-1931 instrução primária em Mihăileni
- 1931-1939 instrução secundária (Liceu Ion Creanga) em Balti
- 1939-1940 estudos superiores de Lingüística moderna e ciências do Direito na Universidade Iași (Romênia)
- 1940-1944 estudo de Romanística e Eslavística na Univ. de Roma
- 1943 estágio de duas semanas de estudos em Zagreb (Croácia)
- janeiro 1944 *Laurea in lettere* na Univ. de Roma com trabalho sobre o tema *Su gli influssi della poesia epica francese medievale sulla poesia epica popolare degli Slavi meridionali*)
- 1944 mudança para Padua; estudo de Filosofia na Univ. de Padua
- 1945 mudança para Milão; estudo de Filosofia na Univ. de Milão
- 1945-1949 trabalho como redator no *Corriere Lombardo*; estudo de Filosofia na Univ. de Milão
- 1949 *Laurea in filosofia* (com trabalho sobre o tema *L'evoluzione delle idee estetiche in Romania*).
- 1947-1950 leitor de romeno na Univ. de Milão; colaborador da *Enciclopedia Hoepli*
- 1951-1963 Professor de Lingüística Geral e Indogermânica na Univ. de Montevideu (Uruguai); Diretor do Instituto de Investigação Lingüística (*Departamento de Lingüística*); simultaneamente Professor de Lingüística

- (geral, românica e espanhola) no *Instituto de Profesores*, Montevideú
- Dez. 1960 – Fev. 1961 Professor visitante na Univ. de Coimbra (Portugal)
- Nov. 1961 – Fev. 1963 Professor visitante de Filologia Românica na Univ. de Bonn (Alemanha)
- Mai. 1962 – Fev. 1963 Professor visitante de Filologia Românica na Univ. de Frankfurt am Main (Alemanha)
- desde maio de 1963 Professor de Filologia Românica na Univ. de Tübingen
- a partir de abril de 1966 Professor de Filologia Românica e Lingüística Geral na Univ. de Tübingen (Alemanha)
- 1972-1973 e 1977-1978 *Professeur associé* na Univ. de Estrasburgo
- 7 de Setembro de 2002 falecimento na cidade de Tübingen (Alemanha)

Eugenio Coseriu viveu e trabalhou em Tübingen. Professor honoris causa de numerosas Academias e Instituições Científicas.

Parte II

Relação dos escritos de Eugenio Coseriu

Baseia-se esta relação até 1979 pelas informações recolhidas por J. Lüttke e M. Ringmacher para a homenagem *Logos Semantikos. Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu 1921-1981*, org. por H. Geckeler, B. Schlieben-Lange, J. Trabant e H. Weydt, 5 vol., Berlin-New York-Madrid 1981. De 1979 até 1987 pelas informações de J. Albrecht para a homenagem *Energieia und Ergon. Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie, Studia in honorem Eugenio Coseriu*, org. por J. Albrecht, J. Lüttke e H. Thun, 3 vol., Tübingen 1988. A partir daí pelas informações de Eugenio Coseriu a J. Kabatek.

A) Publicações Lingüísticas

Abreviações: *ASGM* = *Atti del Sodalizio Glottologico Milanese*; *ASNS* = *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*; *CL* = *Cercetări de lingvistică* Cluj; *IDS* = *Institut für deutsche Sprache*, Mannheim; *LEA* = *Lingüística Española Actual*; *LS* = *Lingua e Stile*; *NRFH* = *Nueva Revista de Filología Hispánica*, México; *QIGB* = *Quaderni dell’Istituto di Glottologia dell’Università di Bologna*; *RBF* = *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro; *RFHC* = *Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias*, Montevideú; *RJb* = *Romanistisches Jahrbuch*; *RLA* = *Revista de lingüística aplicada*, Concepción (Chile); *RLaRo* = *Revue des langues romanes*; *RLSL* = *Revista*

de lingvistică și știință literară, Chișinău; RNM = Revista Nacional, Montevideu; RRL = Revue roumaine de linguistique; SCL = Studii și cercetări lingvistice; TLiLi = Travaux de Linguistique et de Littérature, Estrasburgo; VR = Vox Romanica; ZFSL = Zeitschrift für französische Sprache und Literatur; ZPSK = Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung; ZRPh = Zeitschrift für romanische Philologie.

1940

1. “Limbă, și folklor din Basarabia”, *Revista critica*, Iași, 14, n. 2-3, pp. 159-173.
2. “Material lingvistic basarabean”, *Arhiva*, Iași, 47, pp. 93-100.

1948

3. “Sull’etimologia del serbocroato bugarștica, ‘canzone epica in versi lunghi’”, *ASGM I*, 1, pp. 7-9.
4. “Il ‘fonema implicito’ in romeno”, *ASGM I*, 1, pp. 13-14.

1949

5. “La lingua di Ion Barbu (con alcune considerazioni sulla. Semantica delle lingue ‘imparate’)”, *ASGM I*, 2, pp. 47-53.

1950

6. “Lingua e regime in Romania”, *ASGM II*, 1, pp. 18-21.
7. “Glottologia e marxismo”, *ASGM II*, 1, pp. 25-29.

1952

8. *Sistema, norma y habla* (con un resumen en alemán), Montevideu; también em *RFHC* 9, pp. 113-181. Fragmento publicado [cf. n. 30, 2 ed.] em: *Lecturas de sociolingüística*, reproducido por F. Abad Nebot, Madrid 1977, pp. 43-51.
9. *Sistema, norma e “parola”*, Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, Departamento de Lingüística, Montevideu; reprodução em *Studi linguistici in onore di V. Pisani*, I, Brescia 1969, pp. 235-253, e parcialmente em T. Bolelli (Ed.), *Linguistica generale, strutturalismo, linguistica storica*, Pisa 1971, pp. 462-466.
10. (Com Washington Vásquez) *For the Unification of the Phonic Sciences: A Provisionary Scheme*, Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, Departamento de Lingüística, Montevideu; versão inglesa do n. 12.

1953

11. *Amado Alonso (1896-1952)*, Montevideu; também em *RFHC* 10, pp. 31-39, reprodução em *Lexis XX*, Nº 1-2, Lima 1996, pp. 31-41.

12. (Com Washington Vásquez) *Para la unificación de las ciencias fónicas (Esquema provisional)*, Montevidéo; también em *RFHC* 10, pp. 183-191.

13. *Reseñas*, Montevidéo; com resenhas a: a) R. Menéndez Pidal, *Toponimia prerrománica hispana*, Madrid 1952; b) G. Devoto, *Studi di stilistica*, Florenz 1950; c) Real Academia Española, *Nuevas normas de prosodia y ortografía*, Madrid 1952; también em *Azul* 1, Montevidéo, pp. 135-146.

1954

14. *Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje*, Montevidéo (com resumo em inglês); también em *RFHC* 12, pp. 143-217.

15. *Reseñas*, 2, Montevidéo; contém resenhas a: a) G. de Humboldt, *Cuatro ensayos sobre España y América*, Buenos Aires 1951; b) H. Krahe, *Lingüística indoeuropea*, Madrid 1953; c) L. Flórez, *Lengua Española*, Bogotá 1953; d) V. García de Diego, *Lingüística general y española*, Madrid 1951; e) F. Lázaro Carreter, *Diccionario de términos filológicos*, Madrid 1953; también em *Azul* 2, pp. 117-129.

16. “El plural en los nombres propios”, *RBF* I, 1, pp. 1-15.

1956

17. *La geografía lingüística*, Montevidéo; también em *RFHC* 14, 1955, pp. 29-69; edição da Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Filosofía y Letras, Tucumán 1961, e Montevidéo 1958.

18. *La creación metafórica en el lenguaje*, Montevidéo; también em *RNM* 187, pp. 82-109; edição: Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Filosofía y Letras, Tucumán 1961.

19. “Logicismo e antillogicismo em gramática”, *RBF* II, 2, pp. 223-244; tradução portuguesa do n. 20, tradução de E. Pereira Filho.

1957

20. *Logicismo y antillogicismo en la gramática*, Montevidéo; también em *RNM* 189, 1956, pp. 456-473; 2ª ed., Montevidéo 1958.

21. “Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar”, *RJb* 7, 1955-56, pp. 29-54; edição: Círculo Lingüístico de Valparaíso, Valparaíso 1959, e Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Letras, Tucumán 1961.

22. “Sobre el futuro romance”, *RBF* III, 1, pp. 1-18.

23. *Contribuciones a los debates del VIII Congreso Internacional de los Lingüistas*, Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias,

Montevidéo; também em *Proceedings of the Eighth International Congress of Linguists*, Oslo 1958, pp. 200-202, 489-490, 565-568, 697-699, e em *QIGB III*, 1958, pp. 125-129.

1958

24. *Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico*, Montevidéo; também em *RFHC 15*, 1957, pp. 201-355; edição fotomecânica Tübingen 1969.

1960

25. *Sobre las llamadas 'construcciones con verbos de movimiento': un problema hispánico*. Comunicação apresentada ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Salvador (Bahia) 1959, Montevidéo.

26. *Sistema, norma e fala*, [Universidade, Faculdade de Letras], Coimbra; versão portuguesa do n. 9, tradução de J. H. de C. [= J. Herculano de Carvalho].

1961

27. *¿Arabismos o romanismos?*, Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, Montevidéo; também em *NRFH 15* (= *Homenaje a Alfonso Reyes*), 1961, pp. 4-22.

28. "Zum Thema Logik und Grammatik", *ZRPh 77*, pp. 517-521.

1962

29. *Sobre las llamadas 'construcciones con verbos de movimiento': un problema hispánico*, Montevidéo; redação ampliada do n. 25; também em *RFHC 20*, pp. 121-126.

30. *Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*, Madrid; 2ª ed. Madrid 1967, 3ª ed. Madrid 1973, nova impressão Madrid 1978. Inclui n. 8, 14, 16, 20, 21.

1963

31. "Sinchronija, diachronija i istorija (Problema jazykovogo izmenenija)", em V. A. Zvegincev (Ed.), *Novoe v lingvistike III*, Moskau, pp. 123-343; versão russa do n. 24, tradução de I. A. Mel'cuk.

1964

32. "Pour une sémantique diachronique structurale", *TLLi*, II, 1, pp. 139-186; em versão resumida em A. Rey (Ed.), *La lexicologie*, Paris 1970, pp.137-141.

1965

33. “Critique de la glottochronologie appliquée aux langues romanes”, *Actes du X^e Congrès International de Linguistique et Philologie romanes, Strasbourg 1962*, Paris, pp. 87-95; reproduzido em J. M. Anderson, J. A. Creore (Ed.), *Readings in Romance Linguistics*, Haia 1972, pp. 445-454.

34. Discussões às *Actes du X^e Congrès International de Linguistique et Philologie romanes*, Estrasburgo 1962, Paris, pp. 96, 147, 173-174, 195-186, 242, 885-886, 1233.

1966

35. “Structure lexicale et enseignement du vocabulaire”, *Actes du premier Colloque International de Linguistique appliquée*, Nancy, pp. 175-252; reprodução em *Les théories linguistiques et leurs applications*, Conseil de l’Europe, Estrasburgo 1967, pp. 9-51; reprodução resumida em A. Rey (Ed.), *La lexicologie*, Paris 1970, pp. 141-143.

36. “‘Tornoy me voy’. Ein Problem vergleichender europäischer Syntax”, *VR* 25, pp. 13-55.

1967

37. “François Thurot”, *ZFSL* 77, pp. 30-34.

38. “Das Phänomen der Sprache und das Daseinsverständnis des heutigen Menschen”, *Die pädagogische Provinz* 1-2, pp. 11-28.

39. “L’arbitraire du signe. Zur Spätgeschichte eines aristotelischen Begriffes”, *ASNS* 204, pp. 81-112.

40. “Lexikalische Solidaritäten”, *Poetica* 1, pp. 293-303; reproduzido em W. Kallmeyer, W. Klein, R. Meyer-Hermann, K. Netzer, H. J. Siebert (Ed.), *Lektürekolleg zur Textlinguistik*, vol. 2: *Reader*, Frankfurt/Main 1974, pp. 74-86, e em H. Geckeler (Ed.), *Strukturelle Bedeutungslehre*, Darmstadt 1978, pp. 239-253.

41. “Georg von der Gabelentz et la linguistique synchronique”, *Word* 23 (= *Linguistic Studies Presented to André Martinet*, I), pp. 74-100; reproduzido em: G. von der Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Reprodução da 2^a ed. de 1901. Editado e com prefácios de G. Narr e U. Petersen, Tübingen 1969, pp. [5]-[40].

42. “Zur Vorgeschichte der strukturellen Semantik: Heyses Analyse des Wortfeldes ‘Schall’”, *To Honor Roman Jakobson. Essays on the Occasion of His Seventieth Birthday*, I, Haia, pp. 489-498.

43. “Lexical Structure and the Teaching of Vocabulary”, *Linguistic Theories and their Applications*, The Council of Europe, Estrasburgo, pp. 9-52; versão inglesa do n. 35.

1968

44. “Sincronía, diaerónia y tipología”, *Actas del XI Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románicas, Madrid 1965*, I, Madrid, pp. 269-281.

45. “Graeca Romanica”, *Serta Romanica. Festschrift für Gerhard Rothfs zum 75. Geburtstag*, Tübingen, pp. 45-57.

46. “Der Mensch und seine Sprache”, em H. Haag und F. P. Möhres (Ed.), *Ursprung und Wesen des Menschen* (Ringvorlesung gehalten an der Universität Tübingen im Sommersemester 1966), Tübingen, pp. 67-97.

47. “General Perspectives”, em R. Lado, N. A. McQuown, S. Saporta (Ed.), *Current Trends in Linguistics, IV, Ibero-American and Caribbean Linguistics*, Haia, pp. 5-62.

48. “Les structures lexématiques”, *Probleme der Semantik*, ed. de Th. Elwert (= *ZFSL*, Beiheft, N.F., 1), pp. 3-16.

49. “que ki contene”, *Festschrift Walther von Wartburg zum 80. Geburtstag*, Tübingen, pp. 333-342.

50. “Coordinación latina y coordinación románica”, *Actas del III Congreso Español de Estudios Clásicos, III, Coloquio de estudios estructurales sobre las lenguas clásicas*, Madrid, pp. 35-57.

51. “El aspecto verbal perifrástico en griego antiguo”, *Actas del III Congreso Español de Estudios Clásicos, III, Coloquio de estudios estructurales sobre las lenguas clásicas*, Madrid, pp. 93-116.

52. “Semantisches und Etymologisches aus dem Rumänischen”, *Verba et Vocabula. Ernst Gamillscheg zum 80. Geburtstag*, München, pp. 135-145.

53. “Adam Smith und die Anfänge der Sprachtypologie”, *Wortbildung, Syntax und Morphologie. Festschrift zum 60. Geburtstag von Hans Marchand*, Haia, pp. 46-54.

54. Discussões ao XI Congreso Internacional de Lingüística y Filología románicas. *Actas*, Madrid, pp. 282-283, 647, 659, 690, 708, 1394, 1487, 1874, 1910.

1969

55. *Semantik, innere Sprachform und Tiefenstruktur*, Romanisches Seminar, Tübingen; também em *Folia Linguistica* 4, 1970, pp. 53-63.

56. *Synchronie, Diachronie und Typologie*, Romanisches Seminar, Tübingen; versão alemã do n. 44, tradução de U. Petersen; reprodução em D. Cherubim (Ed.), *Sprachwandel. Reader zur diachronischen Sprachwissenschaft*, Berlin e New York 1975, pp. 134-149.
57. “La struttura del lessico”, em: Società di Linguistica Italiana, *La grammatica. La lessicologia*, Roma; 2ª ed. 1972, pp. 43-58; versão italiana do n. 48.
58. “Leksičeskie solidarnosti”, em P. N. Denisov e L. A. Novikov (Ed.), *Voprosy učebnoj leksikografii*, Moscou, pp. 93-104; versão russa do n. 40, tradução de I. G. Ol’sanskij.

1970

59. *Sprache. Strukturen und Funktionen*, ed. de U. Petersen, Tübingen, 2ª ed. Tübingen 1971; versão alemã do n. 7, 9, 18, 22, 44 (= reprodução do n. 56), 48, 50, tradução de U. Petersen, H. Bertsch, G. Köhler; contém ainda os n. 37, 38, 42, 46, 55.
60. *Einführung in die strukturelle Betrachtung des Wortschatzes*, Tübingen, 2ª ed. Tübingen 1973; versão alemã do n. 35, 48, tradução de E. Brauch (n. 35) e G. Köhler (n. 48).
61. *Kielimaantiede*, Suomalaisen Kirjallisuunder Seura, Helsinki; versão finlandesa do n. 17.
62. “Bedeutung und Bezeichnung im Lichte der strukturellen Sernantik”, em P. Hartmann, H. Vernay (Ed.), *Sprachwissenschaft und Übersetzen*, München, pp. 104-121.
63. “Über Leistung und Grenzen der kontrastiven Grammatik”, *Probleme der kontrastiven Grammatik*. Jahrbuch 1969 des IDS, Düsseldorf, pp. 9-30; reproduzido em G. Nickel (Ed.), *Reader zur kontrastiven Linguistik*, Frankfurt/Main 1972, pp. 39-58.
64. “Georg von der Gabelentz y la lingüística sincrónica”, *RLA* 8, pp. 15-64; versão espanhola do n. 41, tradução de M. Bianchi e N. Cartagena.
65. “Zusammenfassung der Ergebnisse”, *Probleme der kontrastiven Grammatik*. Jahrbuch 1969 des IDS, Düsseldorf, pp. 175-177.

1971

66. [*L'*] *Étude structurale du contenu lexical*, Sinaia.
67. *Essai d'une nouvelle typologie des langues romanes*, Sinaia.
68. *Teoria del linguaggio e linguistica generale. Sette studi*, Bari; versão italiana dos n. 8, 14, 20, 32, 40, 46, 48, tradução de R. Simone.

69. “Zur Sprachtheorie von Juan Luis Vives”, *Festschrift zum 65. Geburtstag von Walter Mönch*, Heidelberg, pp. 234-255.
70. “Thesen zum Thema ‘Sprache und Dichtung’”, em W.-D. Stempel (Ed.), *Beiträge zur Textlinguistik*, München, pp. 183-188; reproduzido em R. Brütting e B. Zimmermann (Ed.), *Theorie – Literatur – Praxis*, Frankfurt/Main 1975, pp. 85-90.
71. “Das Problem des Übersetzens bei Juan Luis Vives” *Interlinguistica. Sprachvergleich und Übersetzung. Festschrift zum 60. Geburtstag von Mario Wandruszka*, Tübingen, pp. 571-582.
72. “Das Problem des griechischen Einflusses auf das Vulgärlatein”, *Sprache und Geschichte. Festschrift für Harri Meier zum 65. Geburtstag*, München, pp. 135-147; reproduzido em G. Narr (Ed.), *Griechisch und Romanisch*, Tübingen 1971, pp. 1-15, e em R. Kontzi (Ed.), *Zur Entstehung der romanischen Sprachen*, Darmstadt 1978, pp. 448-460.
73. “The Situation in Linguistics”, *Collection of Papers Commemorating the 50th Birthday of the Korean Language Research Society*, Seul, pp. 483-492; versão inglesa do n. 83.
74. Discussões às W.-D. Stempel (Ed.), *Beiträge zur Textlinguistik*, München, pp. 189-197, 199, 200, 201, 202, 207-209, 211, 226-228, 247-248, 272-274, 275, 276-277, 282-285, 287-288, 288-291, 291-292, 294-297.

1972

75. “Über die Sprachtypologie Wilhelm von Humboldts. Ein Beitrag zur Kritik der sprachwissenschaftlichen Überlieferung”, *Beiträge zur vergleichenden Literaturgeschichte. Festschrift für Kurt Wais zum 65. Geburtstag*, Tübingen, pp. 107-135.
76. “Sobre las categorías verbales (‘partes de la oración’)”, *RLA* 10, pp. 7-25.
77. “Las etimologías de Giambullari”, *Homenaje a Antonio Táva*r, Madrid, pp.95-103.
78. “Sobre el desarrollo de la lingüística”, Seminário sobre “Interdisciplinaridad de la Enseñanza e Investigación”, Vigo (Preprint).
79. “Logicisme et antilogicisme en grammaire” *RLaRo* 80, pp. 3-28; versão francesa do n. 20.
80. “Georg von der Gabelentz und die synchronische Sprachwissenschaft” em G. von der Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*, Reimpressão da 2ª ed. de 1901, Ed. de G. Narr e U.

Petersen, 2ª ed., Tübingen, pp. [3-35]; versão alemã do n. 41, tradução de U. Petersen.

81. Prefácio a N. Cartagena, *Sentido y estructura de las construcciones pronominales en español*, Concepción (Chile), pp. 9-11.

82. Discussões a E. Gülich und W. Raible (Ed.), *Textsorten. Differenzierungskriterien aus linguistischer Sicht*, Frankfurt/Main; 2ª ed. 1975; pp. 17, 18, 22, 23, 74-75, 78, 108-109, 110, 138-139, 140, 157, 160, 173-174, 181.

1973

83. *Die Lage in der Linguistik*, Innsbruck (= *Innsbrucker Beiträge zur Sprachwissenschaft*, Vorträge 9).

84. *Teoria del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*, Madrid, 3ª ed. ampliada e melhorada do n. 30; reimpressão 1978, 1982, 1990.

85. *Sincronía, diacronía e historia*, Madrid, 2ª ed. ampliada e melhorada do n. 24; 3ª ed. 1978; reimpressão 1988.

86. "Semantik und Grammatik, *Neue Grammatiktheorien und ihre Anwendung auf das heutige Deutsch*. Jahrbuch 1971 des IDS, Düsseldorf, pp. 77-89.

87. "Sulla tipologia linguistica di Wilhelm von Humboldt. Contributo alla critica della tradizione linguistica" *LS 8*, pp. 235-266; versão italiana do n. 75, trad. de G. Cantarutti; reproduzido em L. Heilmann (Ed.), *Wilhelm von Humboldt nella cultura contemporanea*, Bologna 1976, pp. 133-164.

88. Angaben zu textlinguistischen Ansätzen in verschiedenen der Schriften, em W. U. Dressler e S. J. Schmidt, *Textlinguistik. Kommentierte Bibliographie*, München, pp. 8, 58, 90.

1974

89. *Synchronie, Diachronie und Geschichte. Das Problem des Sprachwandels*, München; versão alemã do n. 24, tradução de H. Sohre.

90. (Com H. Geckeler), "Linguistics and Semantics" em Th. A. Sebeok (Ed.), *Current Trends in Linguistics, XII, Linguistics and Adjacent Arts and Sciences*, Haia e Paris, pp. 103-171.

91. "Les universaux linguistiques (et les autres)" *Proceedings of the Eleventh International Congress of Linguists*, I, Bologna, pp. 47-73.

92. "Sémantika, vnitřní jazyková forma a hloubková struktura" em S. Machová (Ed.), *Principy strukturální syntaxe, I, Antologie*, Praga, pp. 31-38; versão tcheca do n. 55, tradução de O. Procházka.

93. Discussões aos *Proceedings of the Eleventh International Congress of Linguists*, Bologna, I, pp. 101, 731-732; II, pp. 293, 880-881.

1975

94. *Sprachtheorie und allgemeine Sprachwissenschaft. 5 Studien*, München; versão alemã do n. 30, tradução e publicação de U. Petersen.

95. *Die Sprachgeographie*, Tübingen; versão alemã do n. 17, tradução e publicação de U. Petersen.

96. *Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)*, Lisse; com o título “Taal en functionaliteit’ bei Fernão de Oliveira” também em *Ut Videam: Contributions to an Understanding of Linguistics. For P. Verburg on the Occasion of His 70th Birthday*, Lisse 1975, pp. 67-90.

97. “Andrés de Poza y las lenguas de Europa” *Studia hispanica in honorem R. Lapesa*, III, Madrid, pp. 199-217.

98. “Andreas Müller und die Latinität des Rumänischen” *RRL* 20, 4 [=Festschrift A. Graur], pp. 327-332.

99. “Die rumänische Sprache bei Hieronymus Megiser (1603)” *SCL* 26, 5 [=Festschrift A. Rosetti], pp. 473-480.

100. “Lateinisch-romanisch VAS, ‘Schiff’” *RRL* 20, 5 [=Festschrift A. Rosetti], pp. 469-475.

101. “Die sprachlichen (und die anderen) Universalien” em B. Schlieben-Lange (Ed.), *Sprachtheorie*, Hamburg, pp. 127-161; versão alemã do n. 91, tradução de G. Breitenbürger.

102. “Gli universali linguistici e gli altri” em L. Heilmann e E. Rigotti (Ed.), *La linguistica: aspetti e problemi*, Bologna, pp. 377-412; versão italiana do n. 91, tradução de von E. Rigotti.

103. “Der periphrastische Verbalaspekt im Altgriechischen” *Glotta*, 53, pp. 1-26; versão alemã do n. 51, tradução de von E. Köhler.

104. Prefácio a J. Albrecht (Ed.), *Pierre-Nicolas Bonamy. Vier Abhandlungen zum Vulgärlatein und zur Frühgeschichte des Französischen*, Tübingen, pp. 1-4.

1976

105. “Logique du langage et logique de la grammaire” em J. David e R. Martin (Ed.), *Modèles logiques et niveaux d’analyse linguistique*, Paris, pp. 15-33.

106. “Vers une typologie des champs lexicaux” *Cahiers de lexicologie* 27, pp.30-51.

107. “Die funktionelle Betrachtung des Wortschatzes” *Probleme der Lexikologie und Lexikographie*. Jahrbuch 1975 des IDS, Düsseldorf, pp. 7-25.

108. “Zur Kenntnis der rumänischen Sprache in Westeuropa im 16. Jahrhundert (Genebrard. und Andrés de Poza)” *Scritti in onore di Giuliano Bonfante*, II, Brescia, pp. 527-545.

109. “Stiernhielm, die rumänische Sprache und das merkwürdige Schicksal eines Vaterunsers” *Romanica* 8, 1975 (= *Estudios dedicados a D. Gazdaru*, IV), La Plata, pp. 7-23.

110. “Un germanista vizcaíno en el siglo XVI. Andrés de Poza y el elemento germánico del español” *Anuario de Letras*, México, 13, 1975, pp. 5-16.

111. “Das Rumänische im ‘Vocabolario’ von Hervás y Panduro” *ZRPh* 92, pp.394-407.

112. “Stellungnahme zu den ‘12 Fragen’” em “Objectives and Questions” de H. Seiler em *AKUP. Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts* 25, pp.93-98.

113. “Perspectivas gerais” em A. J. Naro (Ed.), *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*, Rio de Janeiro, pp. 12-44; versão portuguesa do n. 47, tradução de M. W. Averborg.

114. “Pour une sémantique diachronique structurale” versão romena do n. 32; em: *Antologie de semantica* ed. de L. Wald e E. Slave, Bucareste, pp. 242-324; tradução de E. Slave.

1977

115. *Principios de semántica estructural*, Madrid; 2ª ed. 1981; reimpressão 1986, 1991; versão espanhola dos n. 32, 35, 40, 48, 62, 106, tradução de M. Martínez Hernández; com prefácio do autor.

116. *Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje*, Madrid; inclui os n. 11, 15a, 47 (original em espanhol), 64, 77 também, em versão espanhola, n. 37, 39, 42, 53, 69, 71, 75 (tradução de M. Martínez Hernández); adendo aos n. 37, 39, 41, 47, 71.

117. *Estudios de lingüística románica*, Madrid; inclui os n. 13a, 13c, 22, 27, 29, 36 (original em espanhol), 50, 51 também, em versão espanhola, os n. 45, 49, 52, 72, 100 (tradução de M. Martínez Hernández); acréscimo dos n. 36 e 51; com prefácio do autor.

118. *El hombre y su lenguaje. Estudios de teoría y metodología lingüística*, Madrid; reimpressão 1985; 2ª ed. 1991; inclui os n. 13b, 17 (reelaborado), 18, 23 (parcialmente), 44, 78 mais, em versão espanhola, n. 34 (parcial; tradução do autor) e n. 33, 38, 46, 70, 83, 135 (tradução de M. Martínez Hernández); com prefácio do autor.

119. “Zu Hegels Semantik” *Kwartalnik Neofilologiczny* 24, 2-3 [=Gedenkschrift L. Zabrocki], pp. 183-193.

120. “Schellings Weg von der Sprachphilosophie zum Sprachmythos” *Festgabe für Julius Wilhelm zum 80. Geburtstag* (= *ZFSL*, Beiheft, N. F 5), pp. 1-16.
121. “Sprachliche Interferenz bei Hochgebildeten” *Sprachliche Interferenz. Festschrift für W. Betz*, Tübingen, pp. 77-100.
122. “Inhaltliche Wortbildungslehre (am Beispiel des Typs ‘coupe-papier’)” em H. E. Brekle e D. Kastovsky (Ed.), *Perspektiven der Wortbildungsforschung*, Bonn, pp. 48-61.
123. “Vulgärlatein und Rumänisch in der deutschen Tradition” *Homenaje a Rodolfo Grossmann*, Frankfurt/Main, pp. 337-346.
124. “Rum. *prat* ein ‘ghost word’? Mit einem Zeugnis von Martin Opitz” *ASNS*, 214, pp. 89-93.
125. “Zur Kenntnis des Rumänischen in Westeuropa um 1600. Megiser und Botero” *CL 22* [= *Festschrift D. Macrea*], pp. 151-153.
126. “Rumänisch und Romanisch bei Hervás y Panduro” *Dacoromania. Jahrbuch für östliche Latinität* 3, 1975-76, pp. 113-134.
127. Antrittsrede an der Heidelberger Akademie der Wissenschaften, *Jahrbuch der Heidelberger Akademie der Wissenschaften*, pp. 107-108.
128. “Linguistic (and other) Universals” em A. Makkai, V. Becker Makkai, L. Heilmann (Ed.), *Linguistics at the Crossroads*, Padua and Lake Bluff, III., pp. 317-346; versão em inglês do n. 91, tradução de V. Becker Makkai.
129. “L’étude fonctionnelle du vocabulaire. Précis de lexématique” *Cahiers de lexicologie* 29, 1976, pp. 5-23; versão francesa do n. 107, tradução de A. Abel.
130. “L’uomo e il suo linguaggio” *Agorà. Filosofia e letteratura*, 14-15, L’Aquila, pp. 9-22; versão italiana do n. 46, tradução de G. B. Bucciol.
131. “Sovremennoe položenie v lingvistike” *Izvestija Akademii Nauk SSSR. Serija literatury i jazyka* 36, Moscou, pp. 514-521; versão russa do n. 83.

1978

132. *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*, Madrid; 2ª ed. 1987; inclui o n. 76 mais, em versão espanhola, os n. 55, 63, 86, 91, 105, 107, 122 (tradução de M. Martínez Hernández); com prefácio do autor.
133. *Los universales lingüísticos (y los otros)*, México (Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina, Cuadernos de Lingüística 2); versão espanhola do n. 91, tradução de Cl. Parodi.
134. *Dos estudios sobre Juan Luis Vives*, México (Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina, Cuadernos de Lingüística 4); versão espanhola dos n. 69 e 71, tradução de U. Schmidt Osmanczik.

135. “Falsche und richtige Fragestellungen in der Übersetzungstheorie” em L. Grähs, G. Korlén, B. Malmberg (Ed.), *Theory and Practice of Translation*, Bern-Frankfurt/Main- Las Vegas, pp. 17-32; reprodução em: *Übersetzungswissenschaft*, org. por W. Wilss, Darmstadt 1981, pp. 27-47.
136. “Grammaire transformationnelle et grammaire historique” *XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, Atti*, I, Nápolis - Amsterdam, pp. 329-432.
137. “Hervás und das Substrat” *SCL* 29, 5 [= Festschrift I. Jordan], pp. 523-530.
138. “Lo que se dice de Hervás” *Estudios ofrecidos a Emilio Alarcos Llorach*, III, Oviedo, pp. 35-58.
139. Das sogenannte Vulgärlatein und die ersten Differenzierungen in der Romania” em R. Kontá (Ed.), *Zur Entstehung der romanischen Sprachen*, Darmstadt, pp. 257-291; versão alemã parcial do n. B 4, tradução de W. Oesterreicher.
140. “Für eine strukturelle diachrone Semantik” em H. Geckeler (Ed.), *Strukturelle Bedeutungslehre*, Darmstadt, pp. 90-163; versão alemã do Autor, tradução revista do n. 32, tradução de G. Köhler.
141. “Einführung in die strukturelle Betrachtung des Wortschatzes”; “Die lexematischen Strukturen” em H. Geckeler (Ed.), *Strukturelle Bedeutungslehre*, Darmstadt, pp. 193-238, 254-273; texto revisto pelo Autor do n. 60.
142. Discussões ao *XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, Atti*, I, Nápolis- Amsterdam, pp. 130-131, 344-346, 348.
143. Discussões em L. Grähs, G. Korlén, B. Malmberg (Ed.), *Theory and Practice of Translation*, Bern - Frankfurt/Main - Las Vegas, pp. 65, 66-67, 104, 117, 131, 132, 145-146, 147, 148, 149, 165, 288-289, 338, 340-341, 342, 344, 349-350.

1979

144. *Teoria da linguagem e lingüística geral. Cinco estudos*, Rio de Janeiro; versão em português do n. 84, tradução de A. Dias Carneiro e revisão de C. A. da Fonseca e M. Ferreira; 2ª ed. 1987.
145. *Sincronia, diacronia e história. O problema da mudança lingüística*, Rio de Janeiro; versão em português do n. 85, tradução de C. A. da Fonseca e M. Ferreira.
146. *Ippan-gengogaku-nyūw o n* [Introdução à Lingüística Geral], Tokio; versão japonesa do n. B 12 segundo uma versão italiana corrigida e melhorada, tradução de Shimomiya T.

147. *Sprache. Strukturen und Funktionen*, 3ª ed. revista e melhorada do n. 59, Tübingen.
148. “‘Tenir Dieu par les pied’” *Mélanges d'études romanes offerts à Leiv Fydal*, (= *Revue romane*, numéro spécial 18), pp. 34-44.
149. “Der Fall Schopenhauer. Ein dunkles Kapitel in der deutschen Sprachphilosophie” *Integrale Linguistik. Festschrift für Helmut Gipper*; Amsterdam, pp. 13-19.
150. “‘Ein Weib ist ein Weib’” afr. *femme que femme*, rum. *femeia ca femeia*” *Festschrift Kurt Baldinger zum 60. Geburtstag*, Tübingen, pp. 266-282.
151. “Verbinhalt, Aktanten, Diathese. Zur japanischen Ukemi-Bildung” *Sprache und Sprechen. Festschrift für Eberhard Zwirner zum 80. Geburtstag, Tübingen*, pp. 35-55.
152. “τὸ ἔν σαράναιου. Bedeutung und Bezeichnung bei Aristoteles” *ZPSK 32* (Festschrift G. Meier), pp. 432-437.
153. “Humanwissenschaften und Geschichte. Der Gesichtspunkt eines Linguisten” *Det Norske Videnskaps-Akademi, Årbok 1978*, Oslo, pp. 118-130.
154. “Humboldt und die moderne Sprachwissenschaft”, Arnold Čikobavas (dabadebis 80 c'listavisadmi midzghvnili k'rebuli) (= Festschrift A. Čikobava), Tiflis, pp. 20-29.
155. “A perspectiva funcional do léxico” em M. Vilela (Ed.), *Problemas da lexicologia e lexicografia*, Porto, pp. 15-33; versão em português do n. 107, tradução de M. Vilela.
156. “Tesis sobre el tema ‘lenguaje y poesía’”, *LEA I*, 1, pp. 181-186; comentário do n. 118 da versão espanhola.
157. “Gengo-chirigaku nyūmon” [Introdução à Geografia Lingüística], com Abstracts dos n. 22, 21, 24, 25, 28, e 29. *Tagung der Nihonogen-kenkyukai*, 1976-1979; versão japonesa do n. 95, tradução de Shibata T.
158. Beitrag zum “Streitgespräch zur Historizität von Sprechakten” entre B. Schlieben-Lange e H. Weydt, *Linguistische Berichte* 60, pp.74-78.

1980

159. *Lições de linguística geral*, Rio de Janeiro, versão em português com base no manuscrito italiano do n. B 12, tradução de E. Bechara.
160. *Tradição e novidade na ciência da linguagem*, Rio de Janeiro, versão em português do n. 115, tradução de C. A. Fonseca e M. Ferreira.
161. “Interdisciplinarità e linguaggio” em G. Braga, V. Braitenberg, C. Cipolli, E. Coseriu, S. Crespi-Reghizzi, J. Mehler, R. Titone, *L'accostamento interdisciplinare allo studio del linguaggio*, Milão, pp.43-65.

162. “Historische Sprache’ und ‘Dialekt’”, em J. Göschel, P. Ivic, K. Kehr (Ed.), *Dialekt und Dialektologie. Ergebnisse des Internationalen Symposiums “Zur Theorie des Dialekts” Marburg/lahn, 5. -10. Sept. 1977, Wiesbaden*, pp. 106-122
163. “Un précurseur méconnu de la syntaxe structurale: H. Tiktin” *Recherches de linguistique. Hommages à Maurice Leroy, Bruxelles*, pp. 48-62.
164. “Aspect verbal ou aspects verbaux? Quelques questions de théorie et de méthode” em J. David, R. Martin (Ed.), *La notion d’aspect*, Metz, pp. 13-23.
165. “Griselini, das Rumänische und das Vulgärlatein” *Stimmen der Romania. Festschrift für W. Th. Elwert zum 70. Geburtstag*, Wiesbaden, pp. 537-549.
166. “Sibi in sinum spuere” *Romania cantat. G. Rohlfs zum 85. Geburtstag gewidmet*, vol. II: *Interpretationen*, Tübingen, pp. 679-681.
167. “Sardica ut in oppidis” *Italic and Romance. Linguistic Studies in Honor of Ernst Pulgram*, Amsterdam (= *Current Issues in Linguistic Theory* 18), pp. 317-326.
168. “Der Sinn der Sprachtypologie” em T. Thrane, V. Winge, L. Mackenzie, U. Canger, N. Ege (Ed.), *Typology and Genetics of Language*, Kopenhagen (*Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague XX*), pp. 157-170.
169. “Partikeln und Sprachtypus. Zur strukturell-funktionellen Fragestellung in der Sprachtypologie” *Wege der Universalienforschung. Sprachwissenschaftliche Beiträge zum 60. Geburtstag von H. Seiler*, Tübingen, pp. 199-206.
170. “Vom Primat der Geschichte” *Sprachwissenschaft*, 5, pp. 125-145.
171. “Rum. *a socoti*. Ungarisch, ukrainisch oder lateinisch?” *Romanica Europaea et Americana. Festschrift für H. Meier*, 8. Jan. 1980, Bonn, pp. 148-155.
172. “Altrum. *care* ‘weshalb’, ‘(und) daher’, ‘so daß’”, *SCL* 31, pp. 537-541.
173. “Dōshinaiyō dōshi-no kyōenseibun tai - Nihongo-no ukemikobun-ni tsuite” *Energeia* 6, Tokio, pp. 45-65; versão japonesa do n. 151, tradução de Kikuchi M.; com comentário de Kishitani Sh., pp.66-69.
174. “Gengo-to ningen” *Energeia* 6, Tokio, S. 97-115; versão japonesa do n. 46, tradução e comentário de Ezawa K.
175. Discussões a G. Braga et alii, *L’acostamento interdisciplinare allo studio del linguaggio*, Milão, pp. 70-73, 86-89, 90, 124-126, 171-172, 174, 198-199.
176. Discussões a J. Göschel, P. Ivic, K. Kehr (Ed.), *Dialekt und Dialektologie*, Wiesbaden, pp. 38-39, 119-122, 140, 164, 174, 194, 209, 268, 288, 317, 345, 363-364, 383.

1981

177. *Von Genebrardus bis Hervás. Beiträge zur Geschichte der Kenntnis des Rumänischen in Westeuropa*, Tübingen (= *Lingua et Traditio*, 2), contém os n. 108, 99, 125, 109, 98, 165, 111, 126 com prefácio e um adendo.

178. *Sincronia, diacronia e storia*, Turim, versão italiana do n. 85, tradução de P. Mura.

179. *Ningen no gaku toshite no gengogaku* [Linguística como ciência do homem] *Coseriu gengogaku-senshū* [Obras linguísticas completas], vol. 2: Gengo-taikei [Sistema linguístico], Tokio; versão japonesa do n. 8, 14, tradução de Hara M. e Ueda H., com comentários de Hara M.

180. *Utsuriyukukoso kotobanare. Synchronie - diachronie - historia*, Tokio, versão japonesa do n. 85, tradução de Tanaka K. e Kamei T., com prefácio do autor e posfácio do tradutor.

181. *Gengo-chirigaku-nyūmon*, Tokio; versão japonesa do n. 95, tradução de Shibata T. e W. Grootaers (redação revista e ampliada do n. 157).

182. *Lecciones de lingüística general*, Madrid; reimpressão 1986; versão revista e consideravelmente aumentada pelo Autor do n. B 12, tradução de J. Ma. Azáqueta y García de Albéniz; com prefácio do autor.

183. *Ningen no gaku toshite no gengogaku* [Linguística como ciência do homem] *Coseriu gengogaku-senshū* [Obras linguísticas completas, vol. 3: Bunpō to ron ri [Grammatik und Logik], Tokio; versão japonesa dos n. 20, 105, 63, 55, 86, 16, 50, 51, tradução de Kawashima A., Watase Y., Kuramata K. e Ogami K., com posfácio de Kawashima A.

184. (Com Horst Geckeler) *Trends in Structural Semantics*, Tübingen; nova ed. do n. 90; com bibliografia aumentada e um prefácio.

185. “Los conceptos de ‘dialecto’, ‘nivel’ y ‘estilo de lengua’ y el sentido propio de la dialectología” *LEA*, III/1, Madrid, pp. 1-32.

186. “Kontrastive Linguistik und Übersetzungstheorie: ihr Verhältnis zueinander” *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft*, ed. de W. Kühlwein, G. Thome e W. Wilss, München, pp. 183-199.

187. “Zu den Etymologien von Miron Costin” *Kurier der Bochumer Gesellschaft für rumänische Sprache und Literatur*, 12, pp. 8-15.

188. “τὸ ἔν σηαίνεiu. Significato e designazione in Aristotele” *Agorà. Filosofia e Letteratura*, 24-25, L’Aquila, pp. 5-13; versão italiana do n. 152, tradução de G. B. Bucciol.

189. “La socio- y la etnolingüística. Sus fundamentos y sus tareas” *Anuario de Letras*, XIX, México, pp. 5-30; versão espanhola de estudo em língua portu-

guesa no prelo (aqui: n. 246), tradução do Autor. Impresso em: Universidad de la República. Facultad de Humanidades y Ciencias, Departamento de Lingüística, *Conferencias del trigésimo aniversario*, Montevideú 1983, pp. 29-50.

190. “Către o tipologie a cîmpurilor lexicale” versão romena do n. 106; in: *Lingvistica modernă în texte*, ed. de M. Iliescu und L. Wald, Bukarest, pp. 39-77; tradução de M. Iliescu.

191. “Studiul funcțional al vocabularului. Lexematica” versão romena de fragmento do n. 107; em: *Lingvistica modernă în texte*, ed. de M. Iliescu e L. Wald, Bukarest, pp. 34-38; tradução de M. Iliescu.

1982

192. *Ἡ Γλωσσογραφία, Saloniki*; versão grega do n. 17, tradução de K. Minas; com prefácio do tradutor e do Autor.

193. *Ningen no gaku toshite no gengogaku* [Lingüística como ciência do homem] *Coseriu gengogaku-sensh ū* [Obras lingüísticas completas], vol. 1: *Kōzōteki imiron* [Semântica estrutural], Tokio; versão japonesa do n. 32, 35, 40, 48, 42, 62, 106, 107, tradução de Miyasaka T., Nishimura M. e Minimitate H.; com prefácio de Miyasaka T. e notas do tradutor.

194. *Sentido y tareas de la dialectología*, México (Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina, Cuadernos de Lingüística 8), impressão revista do n. 185.

195. *O homem e a sua linguagem. Estudos de teoria e metodologia lingüística*, Rio de Janeiro; versão em português do n. 117, tradução de C. A. da Fonseca e M. Ferreira; 2. ed. 1987.

196. “Au-delà du structuralisme” XVI *Congrès Internacional de Lingüística [i] Filologia Romàniques, Palma de Mallorca 1980, Actes, I, Sessions plenàries i taules rodones*, Palma de Mallorca, pp. 163-168.

197. “Naturbild und Sprache” em J. Zimmermann (Ed.), *Das Naturbild des Menschen*, München, pp. 260-284.

198. “Balkanismen oder Romanismen? Methodisches zum sog. ‘Balkansprachbund’”, *Fakten und Theorien. Beiträge zur romanischen und allgemeinen Sprachwissenschaft* (Festschrift Helmut Stimm), München, pp. 37-43.

199. “Algunes propostes per a una (eventual) reforma de l’ortografia catalana” *Boletín de Filología, XXXI (= Homenaje a Ambrosio Rabanales)*, Santiago de Chile, pp. 461-464.

200. “Les procédés sémantiques dans la formation des mots” *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 35, 1981, pp. 3-16.

201. “Discours de clôture du nouveau Président de la Société de Linguistique Romane” *XVI Congrès International de Lingüística [i] Filologia Romàniques, Actes*, I, Palma de Mallorca, pp. 369-372.

202. Discussões, *ibid.*, pp. 181-184, 186-187.

1983

203. *Introducción a la lingüística*, México; redação revista do n. B 1, com prefácio de J. M. Lope Blanch.

204. *Ningen no gaku toshite no gengogaku* [Lingüística como ciência do homem] *Coseriu gengogaku-sensh ū* [Obras lingüísticas completas, vol. 4: Kotoba-to ningen [O homem e sua linguagem], Tokio; versão japonesa do n. 46, 38, 9, 21, 44, 70, 91, 64, 75, 83, 33, 135, tradução de Suwa I., Ezawa K., Taniguchi I., Shimomiya T. Ono M. e Kishitani Sh., com prefácio e notas de Suwa I.

205. “Theophylactus, II, 15. Ein Beitrag zur Deutung von τόννα, τόρνα, φράτρε” *Analele științifice ale Universității ‘Al. I. Cuza ‘din Iași (Serie noua), Sectiunea III. Lingvistică*, vol. XXVIII/XXIX, 1982/1983 [=Festschrift G. Ivanescu], pp. 21-27.

206. “Sprachtypologie und Typologie von sprachlichen Verfahren” *Allgemeine Sprachwissenschaft, Sprachtypologie und Textlinguistik. Festschrift für Peter Hartmann*, Tübingen, pp. 269-279.

207. “Au-delà du structuralisme” *Linguistica e letteratura*, VII, 1-2, 1982, Pisa, pp. 9-16; redação revista do n. 196.

208. “Pour et contre l’analyse sémique” *Proceedings of the XIIIth International Congress of Linguists*, Tokio, pp. 137-148.

209. “Linguistic Change Does not Exist” *Linguistica nuova ed antica*, Anno I, Galatina, pp. 51-63.

210. “Adam Smith and the Beginnings of Language Typology” *Historiographia Linguistica*, X, pp. 1-12; versão em inglês do n. 53; tradução de E. Haggblade.

1984

211. “Antonio Tovar” *Navicula Tubingensis. Studia in honorem Antonii Tovar*, Tübingen, pp. XV-XVIII.

212. “Fundamentos y tareas de la lingüística integral” em: *Segundo Congreso Nacional de Lingüística*, 16 al 19 de Setiembre de 1981, *Actas*, I, San Juan (R. Argentina), pp. 37-53.

213. “Geografia lingvistică” versão romena de uma parte do n. 17; em: *Teorie și metodă în lingvistică din secolul al XIX-lea și începutul secolului al XX-lea. Texte comentate*, ed. por L. Wald und N. Anghelescu, Bukarest, pp. 156-161; tradução de M. Livescu.

214. “Humboldt to gendaiengogaku” teilw. versão japonesa reduzida do n. 154, tradução de Manabu Watanabe, *Energieia* 10, pp. 74-81.

1985

215. *Kuco Ęmiron* [Strukturelle Semantik], Seoul; versão coreana do n. 32, 35, 48, 42, 106, 40, 107, 55; tradução de Huh Bal. Com prefácio e posfácio de Huh Bal e bibliografia do Autor.

216. “Linguistic Competence: What is it Really?” The Presidential Address of the Modern Humanities Research Association, *The Modern Language Review*, vol. 80, part: 4, pp. XXV-XXXV.

217. “Determinare și cadru. Două probleme ale unei lingvistici a vorbirii” versão parcial romena do n. 21; em: *Lingvistică saussuriană și postsaussuriană Texte adnotate*, ed. de L. Wald e E. Slave, Bukarest, pp. 208-248; tradução de C. Dominte; com notas do tradutor (pp. 234-248).

1986

218. *Introducción a la lingüística*, Madrid; redação revista do n. 203, com prefácio e índices de J. Polo.

219. “Megiser und Trubar” *Simpozij Slovenci v evropski reformaciji. Zbornik prispevkov*, Ljubljana, pp. 51-56.

220. “Gli ‘antenati’ di Ascoli” *G. I. Ascoli. Attualità del suo pensiero a 150 anni dalla nascita (= Atti del XIII Incontro Culturale Mitteleuropeo. Gorizia, 24-25 novembre 1979)*, Florença, pp. 21-36.

1987

221. *Formen und Funktionen. Studien zur Grammatik*, ed. por U. Petersen, Tübingen; inclui os n. 103, 63, 86, 151, 223 mais, em versão alemã, os n. 105, 76, 164 e 243, tradução de U. Petersen; com prefácio do editor.

222. *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*, Madrid; 2ª ed. revista do n. 132.

223. “Bedeutung, Bezeichnung und sprachliche Kategorien” *Sprachwissenschaft* 12, pp. 1-23.

224. “Le latin vulgaire et le type linguistique roman” *Latin vulgaire et latin tardif. Actes du 1^{er} Colloque international sur le latin vulgaire et tardif* (Pécs, 2-5 septembre 1985), ed. por J. Herman, Tübingen pp. 53-64.
225. “Acerca del sentido de la enseñanza de la lengua y literatura” *Innovación en la enseñanza de la lengua y literatura*, ed. pela Subdirección general de formación del profesorado, Ministerio de Educación y Ciencia, Madrid, pp. 13-32; reproduzido em versão para o português em *Confluência*, 5, pp. 29-47, 1997, trad. de Evanildo Bechara.
226. “Lenguaje y política” *El lenguaje político*, ed. por M. Alvar, Madrid, pp.9-31.
227. “Theodor Gartners Werk im Bereich der Rumänistik” *Akten der Theodor Gartner-Tagung (Rätoromanisch und Rumänisch) in Vill/Innsbruck 1985 (Romanica Aenipontana, XIV)*, ed. por G. A. Plangg e M. Iliescu, Innsbruck, pp. 277-287.
228. “El gallego y sus problemas. Reflexiones frías sobre un tema candente” *LEA IX*, pp. 127-138.
229. “Sp. *no cabe duda*, rum. *nu încapă îndoiala*. Zur Notwendigkeit einer vergleichenden romanischen Phraseologie” *Text-Etymologie. Untersuchungen zu Textkörper und Textinhalt. Festschrift für Heinrich Lausberg zum 75. Geburtstag*, Stuttgart, pp. 346-352.
230. “L’ordre des mots au Colloque de Gand. Bilan et perspectives” *Travaux de Linguistique 14/15. L’Ordre des Mots*, Paris - Gembloux, pp. 249-261.
231. “Die Ausdruckslücke als Ausdrucksverfahren (Textlinguistische Übung zu einem Gedicht von Kavafis)” *“Sinnlichkeit in Bild und Klang” Festschrift für Paul Hoffmann zum 70. Geburtstag*, Stuttgart, pp. 373-383.
232. “Palabras, cosas y términos” *In Memoriam Inmaculada Corrales, I, Estudios lingüísticos*, Universidad de La Laguna, Sta. Cruz de Tenerife, pp. 175-185.

1988

233. *Einführung in die Allgemeine Sprachwissenschaft*, versão alemã do n. 182, tradução de M. Hübner, S. Parra Belmonte e U. Petersen, Tübingen; 2^a ed. 1992.
234. *Energieia und Ergon. Sprachliche Variation - Sprachgeschichte Sprachtypologie, Studia in honorem Eugenio Coseriu*, org. por J. Albrecht, J. Lüdtke e H. Thun, vol. I: *Schriften von Eugenio Coseriu (1965-1987)*, ampliado e organizado por J. Albrecht, com prefácio do organizador e um adendo de H. H. Christmann: “Tübinger Worte an und über Eugenio Coseriu” Tübingen.

- Inclui os n. 56, 70, 83, 101, 112, 135, 153, 162, 168, 169, 170, 186, 197, 206, 209, 235, 236 além de versão alemã dos n. 67, 78, 136, 161, 185, 189, 207 e resumo dos n. 14 e 182; tradução de J. Albrecht, I. Brandt, D. Gauch, M. Hübner.
235. “Humboldt und die moderne Sprachwissenschaft” redação retocada do n. 154; *Energieia und Ergon*, vol. I, *Schriften von Eugenio Coseriu*, Tübingen, pp. 3-11.
236. “Die Ebenen des sprachlichen Wissens. Der Ort des ‘Korrekten’ in der Bewertungsskala des Gesprochenen” versão alemã de manuscrito espanhol, *Energieia und Ergon*, vol. I, *Schriften von Eugenio Coseriu*, Tübingen, pp. 327-375; tradução de S. Höfer.
237. “Tempo e linguaggio” em: *Undici conferenze sul tempo*, a cura di E. De Angelis (= *Jacques e i suoi quaderni*, 11), Pisa, pp. 203-230.
238. “Die Sprache zwischen ‘physei’ und ‘thesei’”, em: *Natur in den Geisteswissenschaften, I, Erstes Blaubeurer Symposium*, Tübingen, pp. 89-106; extrato de um “Abstract” em *Studia Universitatis Babeş-Bolyai, Jahrgang XXXIV, 1989, Philologia I, Cluj-Napoca*, pp. 3-18.
239. “Timp si limbaj” versão romena do n. 237, *Echinoux*, XX, 5, Cluj-Napoca, S. 12, 6-7; tradução de A. Covaciu.

1989

240. “Der Plural bei den Eigennamen” redação revista e ampliada da tradução alemã do n. 16, em *Reader zur Namenkunde, I, Namentheorie*, ed. de F. Debus e W. Seibicke (= *Germanistische Linguistik*, 98-100), Hildesheim, pp. 225-240.
241. “El lenguaje entre ‘physei’ y ‘thesei’”, versão espanhola do n. 238; *Comunicación y sociedad*, II, 1, Pamplona, pp. 7-23.
242. “El gallego en la historia y en la actualidad” redação parcial, mas em parte alargada do n. 227, em: *II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, A Coruña, pp. 793-800.
243. “Principes de syntaxe fonctionnelle” *Travaux de linguistique et de philologie*, XXVII, *Estrasburgo-Nancy*, pp. 5-46.
244. “Sobre la enseñanza del idioma nacional. Problemas, propuestas y perspectivas” *Philologica (Festschrift Antonio Llorente)*, II, Salamanca, pp. 33-37; versão em português em *Confluência*, 23, Rio de Janeiro, pp. 71-77, tradução de Evanildo Bechara.
245. “Kontrastivnaja lingvistika i perevod: ich sootnošenie” versão russa do n. 185, em: *Novoe v zarubežnoj lingvistike*, vyp. XXV, *Kontrastivnaja lingvistika*, ed. por V. P. Neroznak e V. G. Gak, Moskau, pp. 63-81; trad. de B. A. Abramov.

1990

246. *Lekcii po obšto ezikoznanie, Sofia, bulgarische*. Versão do n. 182; tradução de M. Kitova; com prefácio de I. Kănčev.
247. “Fundamentos e tarefas da sócio- e da etnolingüística” *Sociedade, Cultura e Língua. Ensaios de sócio- e etnolingüística*, João Pessoa, pp. 28-49; redação original do n. 189.
248. “Semántica estructural y semántica cognitiva” *Jornadas de Filología* [Homenaje al Prof. Francisco Marsá], Barcelona, pp. 239-282.
249. “El español de América y la unidad del idioma” *I Simposio de Filología iberoamericana* (Sevilla, 1990), Zaragoza, pp. 43-75.
250. “Science de la traduction et grammaire contrastive” *Linguistica Antverpiensia*, XXIV, pp. 29-40.
251. “El latín vulgar y el tipo lingüístico romance” versão espanhola do n. 224, em *El cambio lingüístico en la Romania*, ed. de E. Anglada e M. Bargalló, Lleida, pp. 27-41.

1991

252. *El hombre y su lenguaje*; 2ª ed. corrigida e ampliada do n. 118, Madrid.
253. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*, versão em português do n. 96, Rio de Janeiro, tradução de M. Chr. de Motta Maia; com prefácio de R. do Valle e introdução de C. E. Falcão Uchôa.
254. “Einleitung Plenarsitzung 4. - Introduction to Plenary session 4., ‘Typologie: ganzheitliche Typologie versus Teiltypologie/Typology: Integral Typology versus Partial Typology’”, *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguists*, I, Berlin, pp. 134-138.
255. “Überblick über die Ergebnisse der Plenarsitzung ‘Typologie: ganzheitliche Typologie versus Teiltypologie’”, *ibid.* pp. 237-242.
256. “Información y literatura” *Comunicación y sociedad*, III, 1990 [saído. 1991], 1-2, Pamplona, pp. 185-200; pós-escrito de uma conferência na Univ. de Navarra, aos cuidados e ed. por N. N. (mais: A. Vilarnovo).
257. *Les Entours du texte*, tradução parcial francesa do n. 21, Lyon, tradução de M.-H. Luis.

1992

258. *Competencia lingüística. Elementos de la teoría del hablar*, versão espanhola do n. B 25, Madrid; tradução de F. Meno Blanco.

259. “Zeichen, Symbol, Wort” em: *Zur Philosophie des Zeichens* [=Festschrift Josef Simon], ed. de T. Borsche e W. Stegmaier, Berlin-New York, pp. 3-27.
260. “Harri Meier: Sprachgeschichte als Berufung” em: H. Keipert, Chr. Schmitt, E. Coseriu, W.-D. Stempel, *In Memoriam Harri Meier* (= *Alma Mater. Beiträge zur Geschichte der Universität Bonn*, n. 75), Bonn, pp. 20-37.
261. “Linguistica storica e storia delle lingue” em: *La posizione attuale della linguistica storica nell’ambito delle discipline linguistiche* (= *Atti dei Convegni Lincei*, 94), Rom, pp. 15-20.
262. “Principiile lingvisticii ca știință a culturii” *Apostrof*, III, 11, Cluj (Klausenburg), S. 11, 14; reimpressão de um discurso na Univ. Klausenburg, preparado e ed. por M. Borcilă. Cf. também n. 270.
263. “Omul si limbajul său” versão romena do n. 46, *Cronica*, XXVII, 7, Iasi, pp. 6-7, 10; tradução do italiano [cf. n. 681 de D. Irimia].
264. “Theophylactus, II, 15. O contributie la clarificarea lui *τόρνα, τόρνα, φράτρε*”, versão romena do n. 205, *Limba româna, II, 1*, Chisinau, S. 51-62; tradução de E. Munteanu; com observações do tradutor.
265. “Solidaritățile lexicale” versão romena do n. 40, *RLSL*, 1992, 5, pp. 37-45; trad. do russo [n. 58] de N. Raevski.
266. “Le changement linguistique n’existe pas” versão francesa do n. 209, *Communication & Cognition*, 25, n. 2-3, Gent, pp. 121-136; tradução de A. Stas com a colaboração do Autor; reproduzido em *Diatopie, diachronie, diastratie. Approches aux variations linguistiques*, ed. de R. van Deyck, Gent, pp. 9-23.
267. “Linguistique historique et histoire des langues” versão francesa do n. 259, *Communication & Cognition*, 25, n. 2-3, Gent, pp. 191-198; tradução de J. Lechanteur; reprodução em *Diatopie, diachronie, diastratie. Approches aux variations linguistiques*, ed. de R. van Deyck, Gent, pp. 79-85.
268. “Zum Problem der Wortarten (partes orationis)” reimpressão corrigida da trad. alemã do n. 76 [cf. n. 221], em: *Wortarten. Beiträge zur Geschichte eines grammatischen Problems*, ed. de B. Schaeder e Cl. Knobloch, Tübingen, pp. 365-386.
269. “Structurile lexematice” versão romena do n. 48, *RLSL*, 1992, 6, pp. 41-52; tradução de S. Berejan.
270. “Principiile lingvisticii ca știință a culturii” em: *Omul și limbajul sau. Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu* (= *Analele Științifice ale Universității, Al. I. Cuza’ din Iași, Serie nouă, Secțiunea III, e, Lingvistică, vol. XXXVII/XXXVIII, 1991/1992*), Iași, S. 11-19; reprodução de um discurso proferido na Univ. Iași gehaltenen Festrede (= n. 262 em outra redação); preparada e ed. por E. Munteanu.

271. “Lingüística histórica e historia de las lenguas” versão espanhola do n. 260, *Boletín de Filología*, XXXIII, Santiago de Chile, pp. 27-33; tradução de A. Matus.
272. “Nu există schimbare lingvistică” versão romena do n. 209, CL, XXXVII, 1, pp. 9-20; tradução de G. Tămăianu.
273. “Sp. *No cabe duda*, Rom. *Nu încapă îndoiala. Pentru utilitatea unei frazeologii a romanisticii comparate*” versão romena do n. 229, *Forum*, XXXIV, 5-6, Bukarest, pp. 69-75; tradução de G. Ienceanu.
274. “Periodisme i história” em: *Periodística 5*, Barcelona, pp. 11-20; versão catalã de uma conferência proferida em espanhol; tradução de N. N. [= J. Ma. Casasús].

1993

275. “Discurso pronunciado con motivo de su investidura como doctor honoris causa” em: *Discursos pronunciados en el acto de investidura de doctor honoris causa del Excelentísimo Señor Eugenio Coseriu*, Granada, pp. 21-35.
276. “O volapük do Extremo Oriente” em: *Semiótica e linguística portuguesa e românica. Homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*, ed. de J. Schmidt-Radefeldt, Tübingen, pp. 223-225.
277. “Lingvistica: starea ei actuală” versão romena do n. 131 *RLSL* 1993, 1, pp. 61-69.
278. “Hizkuntza erromanikoen tipologia” versão basca de uma conferência em espanhol proferida na Deusto-Univ. de Bilbao [versão do n. 67 em outra apresentação], *Enseiukarreetan*, 9, Bilbao, pp. 17-47; posfácio preparado e traduzido por K. S. Garai e A. I. Morales.
279. “Do sentido do ensino da língua literária” tradução em português do n. 225, *Confluência*, 5, Rio de Janeiro, pp. 29-47; com observações do tradutor; tradução de E. Bechara.
280. “Socio- și etnolingvistica. Bazele și sarcinile lor” versão romena do n. 189, *Anuar de lingvistică și istorie literară*, XXXIII, 1992-1993, A. *Lingvistică*, Bukarest, pp. 9-28; tradução de A. Crijanovschi.
281. “Informție și literatură” versão romena do n. 256, *Paradigma*, Constanta, I, 4-5, pp. 14, e II, 1-2-3, pp. 12-13; tradução de A. Ionescu.
282. “‘Limbă istorică’ și ‘dialect’” versão romena do n. 162, *Fonetica și dialectologie*, XII, Bukarest, pp. 55-68; reprodução de conferência feita em Bucareste [correspondente revisto do n. 162 em nova apresentação romena]; preparado por N. N. [= N. Saramandu].

283. “Novos rumos da semântica” em: *Actas do III Congresso Internacional da Língua galego-portuguesa na Galiza*, ed. de M. do C. Henríquez Salido, A Coruña, pp. 97-100; redação muito melhorada do n. 248.

1994

284. *Limba română în fata Occidentului. De la Genebrardus la Hervás. Contribuții la istoria cunoașterii limbii române în Europa occidentală*, versão romena do n. 177, Cluj-Napoca; tradução de A. A. Avram.

285. *Lingvistică din perspectivă spațială și antropologică. Trei studii, versão romena* do n. 17, 194 e 189, ed. de S. Berejan e S. Durnistrăcel, Chișinău. Com apreciação do Autor de S. Berejan, duma introdução, numerosas notas e suplementar bibliografia de S. Dumistrăcel além de uma “bibliografia romena” de e sobre E. C. de C. Dominte; tradução de T. Balaban (n. 17), D. Diaconu (n. 194) e A. Crijanovschi (n. 189; cf. n. 280).

286. “Il primato della storia” versão italiana do n. 170, em: *Miscellanea di studi linguistici in onore di Walter Belardi*, Rom, pp. 933-955; tradução de D. Di Cesare.

287. “‘My’ Pagliaro” em: *Italian Studies in Linguistic Historiography*, ed. de T. De Mauro e L. Formigari, Münster, pp. 39-44.

288. “La ‘découverte’ des voyelles nasales” em: *Diachronie et variation linguistique. Les nasalisations dans le monde roman*, ed. de R. van Deyck (= Communication & Cognition, 27, 1-2), Gand, pp. 7-19.

289. “Latinitatea orientală” *Limba română*, 3 (15), Chișinău, pp. 10-25; simultaneamente em: *RSL*, 6 (156), 1994, pp. 18-33 e em: *Societatea de științe filologice din România, Buletinul Societății pe ani 1993-1994*, Bucureste 1994, pp. 11-24; ainda em: *Limba româna este patria mea. Studii, Comunicări, Documente*, Chișinău 1996, pp. 15-31.

290. “Unitatea limbii române - planuri și criterii” *Academica*, V, 1 (49), Bukarest, pp. 3-4; reimpressão de conferência proferida em Bucureste, preparada e ed. por N. N. [= N. Saramandu]. Reimpresso em: *Academia Româna, Limba română și varietățile ei locale*, Bukarest, pp. 11-19 e em: *Limba Româna Chisinau*, IV, 5-6, 1994, pp. 9-15; e ainda em: *Limba româna este patria mea. Studii, Comunicări, Documente*, Chișinău 1996, pp. 205-212.

291. “Sprachtheorie und Grammatik bei Sekiguchi” em: T. Sekiguchi, *Deutsche Präpositionen. Studien zu ihrer Bedeutungsform*, ed. de K. Ezawa, W. Kürschner e I. Suwa, Tübingen, pp. 59-64.

292. “Lingvistica istorică și istoria limbilor” *Forum*, XXXV, 1993, 11-12, Bukarest, pp. 103-108; versão romena do n. 261; tradução de G. Rață.

1995

293. *Introducere în lingvistică*, Cluj-Napoca, versão romena do n. 218; tradução de E. Ardeleanu e E. Bojoga, com prefácio de M. Borciă.
294. “*Von den universali fantastici*” em: *Vico und die Zeichen. Vico e i segni*, ed. de J. Trabant, Tübingen, pp. 73-80.
295. “My Saussure” em: *Saussure and Linguistic today*, ed. de T. De Mauro e Sh. Sugeta, Roma, pp. 187-191.
296. “Defensa de la lexemática. Lo acertado y lo erróneo en las discusiones acerca de la semántica estructural en España” em: *Panorama der Lexikalischen Semantik. Thematische Festschrift aus Anlaß des 60. Geburtstags von Horst Geckeler*, ed. de U. Hoinkes, Tübingen, pp. 113-124.
297. “Los límites reales de la traducción” em: *Temas de lingüística aplicada*, ed. de J. Fernández-Barrientos Martín e C. Wallhead, Granada, pp. 155-168.
298. “Das westeuropäische Bild vom Südslawischen zur Zeit Primus Trubers” em: *Ein Leben zwischen Laibach und Tübingen. Primus Truber und seine Zeit*, ed. de R.-D. Muge, München, pp. 174-185.
299. “Actualisation, discrimination, délimitation. La deixis dans le cadre de la détermination nominale” em: *Diachronie et variation linguistique. La deixis temporelle, spatiale et personnelle*, ed. de R. van Deyck, Gand, pp.7-13.
300. “Norma andaluza y español ejemplar” em: *Actas [del] III Congreso sobre Enseñanza de la Lengua en Andalucía*, Huelva, pp. 157-174.
301. “A língua literária” em: *Agália 41*, Ourense, pp. 57-60. Texto originalmente escrito em português para *O mundo português*, Rio de Janeiro, e reproduzido em *Na ponta da língua*, 2, 2000, pp 79-82.
302. “Competența lingvistică: ce este în realitate?” em: *Limba și comunicare*, [ed. de M. Iordache], Iași, pp. 40-57; *versão romena do n. 216*, tradução de G. Rață.
303. “Semn, simbol, cuvânt” em: *Analele științifice ale Universității ‘Al. I. Cuza’ din Iasi, III e, Lingvistică* vol. XXXIX, 1993, pp. 5-22; *versão romena do n. 259*; tradução de E. Munteanu.
304. “Teze despre tema ‘Limba și poezie’”, em: *România literară*, XXVIII, 41., pp. 11; *versão romena do n. 156*; tradução de D. Fînaru.
305. *Linguistische Beiträge zum Thema “Deontologia si politica”* (preparado por N. Mătcăș), *Limba Româna, Chișinău*, V, 1 (19), pp. 52-53, 53-54, 54-55,55,56-57,59,61.

1996

306. *El sistema verbal románico*, México, versão espanhola do n. B 14; tradução de C. Opazo Velásquez.

307. *Abast i límits de la traducció*. Lliçó inaugural del curs acadèmic 1996-97, Facultat de Traducció i Interpretació de l'Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.

308. “Der φύσει–δέσει-Streit. Die Argumente der europäischen Tradition” in: *Sprachphilosophie. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*, ed. de M. Dascal, D. Gerhardus, K. Lorenz, C. Meggle, 2. Halbband, Berlin-New York, pp. 880-898.

309. “Mi Saussure” em: *Actas do IV Congresso Internacional da Língua galego-portuguesa na Galiza. Em homenagem a Ferdinand de Saussure*, Vigo-A Coruña, pp. 379-382; redação modificada do espanhol do n.295; reproduzido em versão ao português em *Confluência*, 14, Rio de Janeiro, pp. 33-36, tradução de Evanildo Bechara.

310. “Die gegenwärtige Lage in der Sprachforschung. Einzelsprachliche und Sprachverwendungsforschung” em: *Sprachwissenschaftsgeschichte und Sprachforschung. Ost-West-Kolloquium Berlin 1995. Sprachform und Sprachformen: Humboldt, Gabelentz, Sekiguchi*, ed. de E. Coseriu, K. Ezawa e W. Kürschner, Tübingen, pp. 3-34.

311. “Latin et grec dans le latin dit ,vulgaire“”, in: *Aspects of Latin. Papers from the Seventh International Colloquium on Latin Linguistics. Jerusalem, April 1993*, ed. de H. Rosén, Innsbruck, pp. 27-37.

312. “Principios de sintaxis funcional” em: *Moenia. Revista Lucense de Lingüística & Literatura*, I, 1995, *Lingüística*, [Lugo], Universidade de Santiago de Compostela, pp. 11-46. versão espanhola do n. 242; tradução de T. Moure.

313. “Limbaș și politică” *RLSL*, 1996, 5, pp. 10-28; versão romena do n. 226; tradução de E. Bojoga.

1997

314. “Présentation” em: *Les linguistes suisses et la variation linguistique*, ed. de J. Wüest, Basel-Tübingen, pp. 7-21.

B) Publicações universitárias

1. *Introducción a la lingüística*, Instituto de Profesores, Montevidéo 1951.

2. *Evolución de la lengua española*, Instituto de Profesores, Montevidéo 1952.

3. *La Hispania romana y el latín hispánico. Breve introducción al estudio histórico del español*, Montevideu 1953.
4. *El llamado “latín vulgar” y las primeras diferenciaciones romances. Breve introducción a la lingüística románica*, Montevideu 1954.
5. *Probleme der romanischen Semantik*, WS 1965/66, ed. de D. Kastovsky e W. Müller, Tübingen o. J.; Neudruck 2ª ed. com título *Probleme der strukturellen Semantik*, ed. de D. Kastovsky, Tübingen 1973.
6. *Einführung in die strukturelle Linguistik*, WS 1967/68, ed. de G. Narr e R. Windisch, Tübingen o. J.; Neudruck Tübingen 1969.
7. *Einführung in die transformationelle Grammatik*, SS 1968, ed. de G. Narr e R. Windisch, Tübingen o. L.; Neudrucke Tübingen 1970 e 1975.
8. *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart. Eine Übersicht. Teil I: Von der Antike bis Leibniz*, WS 1968/69, ed. de G. Narr e R. Windisch, Tübingen 1969; 2ª ed. 1975.
9. *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart. Eine Übersicht. Teil II: Von Leibniz bis Rousseau*, WS 1970/71, ed. de G. Narr, Tübingen 1972.
10. *Curso de semántica estructural*. Lecciones explicadas en la Facultad de Filosofia y Letras de Salamanca en febrero de 1971, posfácio de N. N., o. O., o. J.
11. *Curso de lingüística estructural* (México 1967), posfácio e ed. de R. Carranza, N. R. de Pinella e M. Salsático, Córdoba (Arg.) 1973.
12. *Lezioni di linguistica generale*, Turim 1973; 2ª ed. 1976.
13. *Leistung und Grenzen der transformationellen Grammatik*, SS 1971, ed. e preparação por G. Narr, Tübingen 1975.
14. *Das romanische Verbalsystem*, WS 1968/69, ed. e preparação por H. Bertsch, Tübingen 1976.
15. *Textlinguistik. Eine Einführung*, ed. e preparação de J. Albrecht, Tübingen 1980; 2ª ed. revista 1981; 3ª ed., Tübingen e Basiléia 1994.
16. *Fundamentos de la gramática estructural*, preparado e ed. por L. Miranda, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Círculo Lingüístico “Andrés Bello” Lima 1982.
17. *Más allá del estructuralismo*, San Juan (Argentina), 1983.
18. *Lingüística del texto*, San Juan (Argentina), 1983.
19. *Funktionelle Syntax*, SS 1983, ed. de H. Weber, Tübingen 1983.

20. *Sprachkompetenz. Grundzüge der Theorie des Sprechens*, WS 1983/84 e SS 1985, preparado e ed. por H. Weber, Tübingen 1988.
21. *Grundzüge der Grammatiktheorie*, SS 1988, pós-escrito por H. Weber, Tübingen 1990.
22. *Strukturelle und kognitive Semantik*, WS 1989/90, pós-escrito de U. Maier e H. Weber, Tübingen 1992.
23. *Prinzipien der Sprachgeschichte*, WS 1990/91, pós-escrito de H. Weber, Tübingen 1992.
24. *Die deutsche Sprachphilosophie von Herder bis Humboldt*, Teil I, WS 1985/86, pós-escrito de H. Weber, Tübingen 1993.
25. *Competencia lingüística y criterios de corrección*, pós-escrito de conferência proferida em outubro de 1987 na Univ. Católica do Chile preparado e ed. por A. Matus e J. L. Samaniego, Santiago de Chile 1993.
26. *Die deutsche Sprachphilosophie von Herder bis Humboldt*, Teil H, WS 1987/88, posfácio de Ch. Dern, U. Maier e H. Weber, Tübingen 1993.
27. *Wilhelm von Humboldt. Die deutsche Sprachphilosophie von Herder bis Humboldt*, Teil III, WS 1988/89, pós-escrito de Ch. Dern, U. Maier e H. Weber, preparado e ed. por H. Weber, Tübingen 1994.
28. *Prelegeri și conferințe (1992-1993), Vorlesungen und Vorträge gehalten an den Universität Iasi*, Suceava e Chisinau; ed. de E. Munteanu, I. Oprea, C. Pamfil, A. Turculet e S. Dumistracel, Iasi, Institutul de Filologie Româna “A. Philippide” 1994. Acresce: 1. “Filozofia limbajului” 2. “Competenta lingvistica” (cf. A 216), 3. “Arhitectura si structura limbii” (cf. A 185), 4. “Principii de sintaxa functionala” (cf. A 243), 5. “Semantica cognitiva si semantica structurala” (cf. A 48, A 107, A 248), 6. “Istoria si fazele istorice ale lingvisticii romanice” 7. “Tipologia limbilor romanice” (cf. A 67), 8. “Limbajul poetic” (cf. A 70), 9. “Deontologia si efica limbajului” (cf. A 236), 10. “Deontologia culturii” 11. “Unitate lingvistica – unitate nationala”. Pós-escritos de E. Munteanu, A. Turculet, C. Pamfil, I. Oprea, I. A. Florea e V. Cojocar. Com prefácio do editor.
29. *Die Sprachwissenschaft im 20. Jahrhundert. Theorien und Methoden*, SS 1984 und SS 1986, pós-escritos de P. Fink e H. Weber, Tübingen 1995.

C) Outras publicações

Gedichte (em romeno) in *Jurnalul literar*, Cuget Moldovenesc, Moldova, Viata Basarabiei (1939-1940); *Literaturkritik* und literarische Essays

in Jurnalul literar, und Moldova, Iași (1939-1940), em *El Debate*, Montevidéo (1950-1951); Contos e pequenas histórias (em italiano) em *Corriere Lombardo* e *L'Europeo* (1946-1950) [reunido em: *La stagione delle piogge. Racconti e scherzi*, Tübingen 1988, versão romena de A. Gorascu: *Anotimpul ploilor. Povestiri si glume*, com posfácio de C. M. Ionescu, Cluj-Napoca 1992]; Traduções literárias de diferentes idiomas em *Corriere Lombardo* e *L'Europeo* (1946-1950); Crítica de arte e crônica de arte em *Corriere Lombardo* (1947) e *El Debate*, *El País*, *Il Corriere degli Italiani*, *El Plata*, *Marcha*, Montevidéo (1950-1952); numerosos verbetes, *Enciclopedia Hoepli*; e outras.

D) Diretor de publicações

Publicaciones del Departamento de Lingüística (2 séries), Montevidéo 1952-1962.

Cuadernos de Filosofía del Lenguaje, Montevidéo 1956-1959.

Internationale Bibliothek für Allgemeine Linguistik (IBAL), München 1970 e seguintes.

Ars Grammatica, München 1973 e seguintes.

(Com W.-D. Stempel) *Sprache und Geschichte. Festschrift für Harri Meier zum 65. Geburtstag*, München 1971.

(Com H. H. Christmann) *Lingua et Traditio. Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*, Tübingen 1975 e seguintes.

(Com K. Ezawa e W. Kürschner) *Sprachwissenschaftsgeschichte und Sprachforschung. Ost-West-Kolloquium Berlin 1995. Sprachform und Sprachformen: Humboldt, Gabelentz, Sekiguchi*, Tübingen 1996.

E) Seleção bibliográfica sobre Eugenio Coseriu

Albrecht, Jön (1988): “τὰ ὄντα ὡς ἔστιν λέγειν. Über die Schwierigkeit, die Dinge zu sagen, wie sie sind, und andere davon zu überzeugen” in: *Energieia und Ergon. Sprachliche Variation - Sprachgeschichte - Sprachtypologie, Studia in honorem Eugenio Coseriu*, ed. de J. Albrecht, J. Lüdtke und H. Thun, 3 vols., Tübingen, vol. 1, pp. XVII-XLV.

Bernardo Paniagua, José M. (1995): *La construcción de la lingüística - Un debate epistemológico*, Valencia.

Borcila, Mircea (1988): “Eugenio Coseriu si orizonturile lingvisticii” em: *Echinox* (Cluj), Nº 5, pp. 1, 4-5.

Christmann, Hanns Helmut (1988): “Tübinger Worte an und über Eugenio Coseriu” em: *Energeia und Ergon. Sprachliche Váriation - Sprachgeschichte - Sprachtypologie, Studia in honorem Eugenio Coseriu*, ed. de J. Albrecht, J. Lüdtke e H. Thun, 3 Bde., Tübingen, vol. 1, pp. IX-XV.

Codoban, Aurel (1988): “Eugenio Coseriu, un filosof al limbii pentru secolul XXI” em: *Echinox* (Cluj), N° 5, pp. 3.

Ezawa, Kennosuke (1985): *Sprachsystem und Sprachnorm. Studien zur Coseriuschen Sprachnormtheorie*, Tübingen: Narr 1985.

Jordan, Iorgu (1981): “Eugenio Coseriu, théoricien du langage et historien de la linguistique” em: *Logos Semantikos. Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu 1921-1981*, ed. de H. Geckeler, B. Schlieben-Lange, J. Trabant e H. Weydt, 5 vols., Berlin-New York-Madrid, vol. 1, pp. 3-6.

Mairal, Ricardo e Pedro Santana (1990): “Entrevista a Eugenio Coseriu” em: *Cuadernos de Investigación Filológica*, Logroño, Vol. XVI, Fase. 1 y 2, pp. 159-170.

Mondéjar, José (1993): “Discurso pronunciado por el doctor don José Mondéjar con motivo de la investidura del doctor don Eugenio Coseriu” em: *Discursos pronunciados en el acto de investidura de doctor honoris causa del Excelentísimo Señor Eugenio Coseriu*, Granada, Universidad de Granada, pp.7-19.

Pisani, Vittore (1962): “*Pubblicazioni linguistiche*” em: *Paideia* 17, pp. 82-92.

Saramandu, Nicolae (1996): *Lingvistica integrala Interviu cu Eugenio Coseriu*, Bukarest.

Seppänen, Lauri (1982): “Bedeutung, Bezeichnung, Sinn: Zur Sprachauffassung Eugenio Coserius” em: *Neuphilologische Mitteilungen* 83/3, pp. 329-338.

Shimomyia, T. (1980): “Zur Sprachtheorie E. Coseriu” (em japonês), em: *Berichte des japanischen Deutschlehrerverbandes*, Tokio, 17, pp. 6-10.

Spence, N. C. W. (1960): “Towards a New Synthesis in Linguistics: The Work of E. Coseriu” em: *Archivum Linguisticum*, Glasgow, 12, Fase. I pp. 1-34.

Vintila-Radulescu, I. (1969): “Eugenio Coseriu et la théorie du langage” em: *Revue Roumaine de Linguistique* 14, pp. 179-187.

F) Miscelâneas em homenagem a Eugenio Coseriu

Hommage au professeur Eugenio Coseriu. Dacoromania. Jahrbuch für östliche Latinität 5, 1979-1980, ed. de P. Miron, Freiburg-München.

Logos Semantikos. Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu 1921-1981, ed. de H. Geckeler, B. Schlieben-Lange, J. Trabant e H. Weydt, 5 vols., Berlin-New York-Madrid 1981.

Energeia und Ergon. Sprachliche Variation - Sprachgeschichte Sprachtypologie, Studia in honorem Eugenio Coseriu, ed. de J. Albrecht, J. Lüdtke e H. Thun, 3 vol., Tübingen 1988.

Omul si limbajul sau. Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu, Analele Stiintifice ale Universitatii 'Al. I. Cuza' din Iasi (Serie noua), Sectiunea III, e: Lingvistica, vol. XXXVII-XXXVIII (1991/1992).

Studia in honorem Eugen Coseriu, Analele stiintifice ale universitatii 'Ovidius', Sectiunea filologie, tom V, Constanja 1994.

Limba româna este patria mea. Studia in honorem Eugeniu Coseriu, Chisinau 1996.

Omagiu profesorului Eugeniu Coseriu la 75 de ani. Revista de lingvistică și știință literară 5, Chișinău 1996.

MONUMENTOS LINGÜÍSTICOS PORTUGUESES DOS SÉCULOS XVI E XVII¹

Marina Kossárik
Univ. Estatal de Moscovo Lomonósov

Razões do estudo e métodos da análise

A historiografia lingüística tem interesse não só puramente arqueológico, mas, pelo contrário, vantagem prática: a análise dos monumentos antigos pode estimular o espírito do investigador moderno ao topar-se ele com algumas idéias novas (ou, em muitos casos, noções antigas bem esquecidas). A análise da tradição anterior à gramática de Port-Royal tem um especial significado. No entanto, ainda ficam bastantes lacunas no estudo do período marcado. Vários trabalhos historiográficos caracterizam-se por certa carência do interesse por esse tempo, que, na realidade, é um ponto chave na história da ciência, época da formação e consolidação de idéias da lingüística moderna. Enquanto a Antiguidade clássica e o Século das Luzes estão bastante pesquisados e, nas últimas décadas, cresce a atenção ao Medievo, o Renascimento é apreciado principalmente como o período de apologia e codificação de vernáculos, o que não reflete o amplo espectro da problemática das obras da época. Às vezes nota-se uma subestimação dos textos lingüísticos do período em questão e a crítica deles sem fundamento.² Em muitos casos a ligação das obras lingüísticas dos quinhentos e do início dos seiscentos com a tradição medieval se mostra fora do interesse de investigadores, enquanto os vínculos desses monumentos com a Antiguidade são comumente reconhecidos. Como resultado, as relações da doutrina lingüística iluminista com os períodos anteriores ficam sem o suficiente estudo e não se dá o devido valor aos monumentos filológicos da época. Além disso, nem sempre são analisados os elos da doutrina lingüística dos séculos XVI e XVII com o contexto cultural e filosófico deste período. Como

¹ Agradeço muito ao professor Evanildo Bechara pelo convite para publicar este artigo na revista *Confluência*, o que para mim é uma grande honra. Este artigo faz parte da investigação (que realizei em Moscovo e em Portugal como bolsista do Instituto Camões) dedicada à doutrina lingüística portuguesa dos quinhentos e seiscentos.

² A injusta crítica aos gramáticos da época de imporem a várias línguas categorias do latim.

resultado, continua pouco avaliada uma das principais etapas da história da nossa ciência, que preparou uma grande viragem na teoria e prática dos estudos lingüísticos. Mais uma característica de algumas obras historiográficas é o insuficiente apreço da tradição pirenaica, e, especialmente, da portuguesa, que continua pouco conhecida fora dos países lusófonos. Claro que é estudada pelos historiógrafos portugueses e brasileiros e pelos lusitanistas estrangeiros³. Contudo, a investigação da história da lingüística portuguesa não está acabada e continua a ter muito interesse, especialmente o intervalo entre o início do século XVI, quando se publicam as primeiras obras filológicas portuguesas, e os anos 60 do século XVII.⁴ Neste período, em Portugal e nas suas colônias foram criadas e editadas obras lingüísticas de diversos gêneros (gramáticas, diálogos, tratados e dicionários), dedicadas a várias línguas: português,⁵ latim,⁶ tupi,⁷ concani,⁸ hebraico.⁹ O seu estudo é o assunto deste artigo.

A comparação dos monumentos que diferem tanto pelos fins e pelo material descrito só pode ser realizada partindo de bases comuns. Para evitar uma atitude unilateral aos monumentos, que às vezes achamos em investigações historiográficas,¹⁰ nesta investigação todos os textos foram analisados pelo esquema unificado, estudando em todas as obras o conjunto dos temas próprios da lingüística da época. O exame complexo da totalidade dos textos, seguindo o modelo unificado, possibilita criar um quadro objetivo da doutrina lingüística dos séculos XVI e XVII. Os monumentos portugueses foram pesquisados, tendo em conta a tradição europeia anterior e posterior. Aliás, foi prestada atenção ao contexto sociocultural e à situação sociolingüística nos quais surgiu a escola filológica portuguesa.

³ Almeida 1959; Buescu 1983; Buescu 1978; Buescu 1983a; Calafate 1993; Cardoso 1986; Casteleiro 1980; Casteleiro 1980/81; Coseriu 2000; Fávero 1996; Freire 1964; Gonçalves 1936; Gonçalves 1992; Louro 1962; Révah 1975; Stegagno 1959; Teyssier 1966; Torres 1999; Verdelho 1995; Woll 1994; Kossarik 1995; Kossarik 1997; Kossarik no prelo.

⁴ Data da Gramática de Port-Royal.

⁵ Oliveira 1536; Barros 1540; Gândavo 1574; Leão 1576; Leão 1606; Faria 1624; Vera 1631; Pereira B. 1666; Pereira B. 1672.

⁶ Cavaleiro 1516; Sousa 1535; Alvares 1572; Resende 1540; Clenardo 1538; Pereira F. 1643; Roboredo 1619; Roboredo 1621; Roboredo 1623, Roboredo 1625.

⁷ Anchieta 1595; Figueira 1621.

⁸ Estêvão 1640;

⁹ Távora 1566.

¹⁰ Quando num monumento só são expostos os temas da norma, em outro, as questões da língua universal, no terceiro, a problemática da história, etc.

Condições da criação dos monumentos lingüísticos portugueses

A especificidade do ambiente de Portugal e, mais amplo, de toda a Península Ibérica nos séculos XVI e XVII (bem diferente da situação em França e Itália) determinou as particularidades da doutrina lingüística portuguesa. Para Portugal da época é típico um certo ecletismo: a coexistência dos traços inovadores, renascentistas, e dos arcaizantes, medievais. De um lado, vemos tendências humanísticas, crescentes contatos com vários centros culturais europeus. Enorme significado tiveram os Descobrimentos, no decurso dos quais os portugueses não só conheceram os novos mundos, novos fenômenos naturais, sociais, etnológicos e, o que é mais importante para nós, lingüísticos, mas tiveram que resolver muitos problemas práticos (da navegação, colonização de novos territórios, etc.). Tudo isto deu um sensível impulso à ciência, especialmente às suas áreas práticas (o empirismo faz-se uma característica da ciência portuguesa renascentista), resultando na descrição de muitíssimos fenômenos concretos, inclusive línguas. Do outro lado, as tendências conservadoras da Contra-Reforma, contribuindo com a preservação de vários elementos medievais, promoveram o florescimento da tradição filosófica e lógica aristotélica.¹¹ Como acentuam os investigadores da Segunda Escolástica,¹² as obras de Fonseca,¹³ o Curso Conimbricense¹⁴ (que, mais tarde, influenciaram muito Espinosa, Descartes e Leibnitz) conservam o amplo espectro de idéias da filosofia medieval. Referindo a Portugal, nem se trata da derrota do nominalismo ou da absoluta perda das idéias de modistas. O ambiente do Portugal dos séculos XVI e XVII, que pode ser caracterizado como “interparadigmático” (se usarmos a terminologia de T. Kuhn¹⁵), revela-se em várias áreas e, particularmente, no pensamento lingüístico. É de notar que os autores portugueses demonstram um profundo conhecimento das doutrinas lingüísticas tanto da Antiguidade Clássica e do Renascimento, como da Idade Média: os textos contêm inúmeras referências a todo o círculo dos gramáticos e filósofos antigos, a muitos autores renascentistas (Nebrija, Linacre, F. Sánchez, entre outros) e alusões a tratados escolásticos, inclusive os de modistas.

¹¹ Lembremos os méritos desta tradição em formular idéias, importantíssimas para a lingüística de vários períodos, desde a Antiguidade até aos nossos dias.

¹² Coxito 1981.

¹³ Fonseca 1564, 1591.

¹⁴ Commentarii 1592-1597.

¹⁵ Kuhn 1962.

O início da tradição filológica em Portugal coincide com uma importante etapa da história da língua portuguesa. Nesse momento já se realizam muitas mudanças na fonética, gramática e no léxico. A língua nacional aproxima-se da plenitude do seu paradigma funcional, substituindo o latim em várias esferas (mas este resiste como a língua da escola oficial que estava sob controle dos jesuítas até aos meados do século XVIII). Mais um participante da situação lingüística em Portugal é o espanhol: o ambiente político, especialmente entre os anos 1580 e 1640, faz sensível a tendência ao bilingüismo português-castelhano; contudo, o português nunca perdeu o seu estatuto de língua literária e de idioma nacional. Ainda mais complicada é a situação lingüística nos territórios descobertos, em cujo âmbito participam as línguas indígenas. Os monumentos portugueses refletem o estado da língua e as particularidades da situação sociolingüística.

Problemática dos monumentos

Apologia da língua materna

Um dos principais temas da lingüística dos séculos XVI e XVII é a “defesa e ilustração”, ou apologia, do vernáculo. Resulta da radical modificação de todo o paradigma sociocultural da época: consolidação do estado nacional, mudança da situação sociolingüística, destruição da visão medieval do mundo.

Um importante aspecto desta temática é a revelação do papel da língua na história do povo, na formação do estado e na colonização de novos territórios; surge também o tema do emprego do vernáculo na função de comunicação internacional:

a língua e a unidade della he mui çerto apellido do reyno do senhor e da irmandade dos vassalos;¹⁶ o nosso rey e senhor pois tem terra e mando [...] e a sua gente tenha fala ou liguagem não mal misturada mas bem apartada;¹⁷ este nome de Portugal e antigo e agora com a virtude da gente muyto enobrecido e cõ muitos bõs tratos e cõversações assi em armas como em letras engrandeçido;¹⁸ Apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficara com mayor eternidã a memoria delle; e nam trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com bõas doutrinas q a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos delles louvados e

¹⁶ Oliveira 1536, Capitulo xxxiiij, Cvi v.

¹⁷ Ibid., Capitulo xliij, Dviiij.

¹⁸ Ibid., Segundo capitulo, Aiiij v.

amados porq a semelhança e causa de amor e mays em as linguas. e ao contrayro vemos em Africa, Guine, Brasil e India não amarẽ muyto os portugueses q antrelles naçem so pola differença da lingua; e os de la nacidos querẽ bem aos seus portugueses e chamamlhes seus porq falão assi como elles;¹⁹ As ármãs e padrões portugueses póstos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas [...] materiães sam, e podeãs o tempo gastár: peró nã gastará doutrina, costumes, linguágem, que os portugueses nestas terras leixárem. [...] Certo e que nã á hy glória que se póssa comparár, aquãdo os mininos Ethiopas, Persianos, indos daquẽ e dalẽ do Gangue, em suas próprias tẽrras, na força de seus tẽplos e pagódes, onde nunca se ouvio o nome romano: per esta nõssa árte aprenderem a nõssa linguágem, com que póssam ser doutrinãdos em os preçeitos da nõssa fe, que nella vãm escritos.²⁰ os homẽs desses estados [de Flandres] tanto pretendem saber a lingoa Portuguesa, por o muito comercio que com os Portugueses tem, que todolos annos nas naos q a Portugal vem continuamente, mandão muito numero de moços filhos de mercadores, & tratantes a aprender a lingoa Portuguesa, & servem soo por o premio de a saberem. [...] E manifesto he que como entre todas as nações que no mudo ha, nenhũa se alõgou tanto de sua terra natural, como a nação Portuguesa, [...] penetraraõ tudo o que o mar Oceano cerca, & consigo levaraõ sua lingoa. A qual tam puramente se falla em muitas cidades de Africa, que ao nosso jugo são subjectas, como no mesmo Portugal, & em muitas provincias da Ethiopia, da Persia & da India, onde temos cidades & colonias, nos Syonitas, nos Malaios, nos Maluqueses, Lequeos, & nos Brasijs, & nas muitas & grandes ilhas do mar Oceano. [...] E a lingoa Portuguesa com razão se pode ter em muito, & chamar ditosa, pois por ella se anũciou & manifestou a tantas gentes, & de tam remotas & estranhas provincias, a fẽ do nosso Senhor Iesu Christo.²¹

Estas questões, levantadas pelos autores das primeiras descrições do português, não perdem a sua atualidade para os apologistas dos seiscentos:

A terceira commodidade [do Methodo] he ajuda da conservação e dilatação de Fee, & Imperio. Porque reduzindo a lingua dos Barbaros, que se vão conquistando, ao mesmo Methodo para os domesticar: &

¹⁹ Ibid., Quinto capitulo, Av v.

²⁰ Barros 1540, Diálogo, 57-58.

²¹ Leão 1606, 136-137.

cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa, facilmête se irão introduzindo apos a lingua as leis, & apos as leis os costumes, q per menos tempo aborrecerão; e sobretudo a doutrina Christã, q mais importa. Impresa foi també de Gregos, & Romanos pretenderem perpetuar seu nome, & Imperio não sômête pela espada, mas pela lingua, ensinãdo a per arte, & introduzindo a pelas causas judiciaes nos seus tribunaes;²² en tanta estima tem a lingua Portuguesa o mesmo, Reyno per decreto comũ, pedio nas capitulações do casamento del Rey D. Ioão I. de Castella com a infanta D. Brites, filha do nosso Rey D. Fernãdo q vindo esta Provincia a servir cõ aquella, os Reys q nella succedessẽ fariãoescrever todas as cousas do governo publico, na lingoa Portuguesa. O proprio se alcançou pellos tres estados, quando elRey D. Manoel fez jurar o Principe D. Miguel seu filho por successor de Portugal. E ultimamête a mesma merce nos offereceo, & cõcedeo elRey D. Felipe I. quãdo etrou na successão desta Coroa, & â instãcia das primeiras Cortes, a cõfirmou eTomar. Pelo que pois esta he a opinião de todo Reino não deve haver nenhũ particular q tenha a contraria; por q doutro modo ficara a parte desunida do todo, & não podera ser contado entre verdadeiros Portugueses.²³

Os gramáticos elaboram os fundamentos da política lingüística não só nas colônias, mas também na metrópole, o que é um ponto nevrálgico para o Portugal do período da perda da independência. São elucidativos os exemplos da política lingüística em vários países e em diversas épocas que Severim de Faria expõe como lição para os seus compatriotas:

Dos Romanos sabemos que depois de estabelicido o Imperio, ordenãrão cõ rigurosas leis, que todos os Magistrados usassem nas provincias estranhas de lingoa latina, & não dessem noutra, resposta algũa publica. Os Carthaginenses prohibirãdo, q ninguem aprendesse outra lingoa mais que a da Patria. Os Escoceses ensinãdo na sua as sciencias, & pera isso tem traduzido nella todas as Artes [...]. Ulid celebre Miramolim dos Arabes [...] mandou que em todos os seus Reynos não se escrevesse mais que na lingua Arabia. O mesmo publicou por ley elRey Duarte IIII. de Inglaterra, ordenando que as cousas publicas se não tratassem, ou escrevessem senãdo na lingoa Anglicana. [...]. Raix Xarafo Guasil de Ormus, o qual tendo muita noticia da lingoa Portuguesa, & tratando seu livremento diante del Rey D. Ioão III. numqua lhe quis fallar senãdo por interprete, por não

²² Roboredo 1619, a4v-b.

²³ Faria 1624, 86-86v.

deixar a lingua de sua Patria. El Rey D. Ioaõ I. de Castella mandou também, q nas cousas publicas se usasse da lingua Castelhana.²⁴

O motivo de louvor da língua materna é para todos os autores da época, exceto Oliveira e Roboredo, a proximidade ao latim; é nela que se baseia a hierarquia de línguas e dialetos. A semelhança com o latim é considerada como a comprovação da “gramaticalidade” (ou seja, do caráter sistemático) do idioma. Todos os filólogos da época vêem no latim o exemplo do cultivo da língua; todos, salvo Oliveira, apreciam concretas formas e construções latinas como modelares:

E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua & não a lingua os homens. E e manifesto que as linguas Grega & Latina primeiro forão grosseiras: & os homens as poserão na perfeição q agora tem.²⁵ Grãmatica latina, cuios filhos nós somos [...].²⁶ Quál destas [línguas] á por melhór, e mais elegante? A que se mais confórma com a latina, assi em vocábulos como na orthografia.²⁷ como notoriamente decenderão estas²⁸ da latinidade, aquella alcançarã mais de suas perfeições, que inda hoje se conformar mais com ella, assim nos vocabulos como na Ortografia.²⁹

A maior parte dos autores (outra vez, com exceção de Oliveira) vê no estudo da gramática portuguesa um auxílio na assimilação da língua latina. Mas Roboredo, seguindo a posição do primeiro gramático português, já levanta o problema de modo mais vasto: insiste em aprender primeiro a gramática da língua materna; sublinha a importância do estudo teórico dela como base do domínio de qualquer língua. Por esta razão o autor setecentista insiste na criação da cadeira do português na universidade:

ignorárom a necessidade que há de se reduzir primeiro a arte da lingua Materna e logo a Latina, Grega e Hebraea e as mais, que quiserem aprender no mesmo Methodo. E a lingua Materna se há primeiro de ensinar per arte aos meninos. Para o que fora de muita importancia crearse hũa cadeira da lingua Materna ao menos nas Cortes e Universidades; ou cõverter hũa das Latinas. [...] Saberão

²⁴ Faria 1624, 85-86.

²⁵ Oliveira 1536, Quarto capitulo, Aiiii-Aiiii v.

²⁶ Barros 1540, 2 v.

²⁷ Ibid., 53v-54.

²⁸ Línguas vulgares.

²⁹ Faria 1624, 71.

os principiantes per arte em poucos anos & melhor a lingua Mater-na, que sem arte sabem mal per muitos anos [...]: terão mais copia de palavras, & usarão dellas com mais propriedade. [...]. Saberão per regras de compor & derivar ampliar a lingua Materna, & ajuntar-lhe palavras externas com soffrivel corrução, & formar outras de novo; para que com menos rodeios se possam explicar conceitos & as ciencias, quando na Materna se queirão explicar conceitos e as ciencias. Porque a pobreza das Maternas na tradução de livros Gregos, & Latinos, & na declaração de spiculações filosoficas, se manifesta. Saberão fugir de palavras externas ainda não recebidas quando teem proprias por não mostrarem que a lingua he mais pobre: como o Jurista que usa de Dolo, quando tem Engano, & de Dirimir; quando tem, Apartar, Desfazer.³⁰

Os séculos XVI e XVII é a época de substituição do latim pelo vernáculo na função da linguagem da ciência (depois de realizada esta substituição em outros gêneros da escrita), e os monumentos filológicos portugueses refletem esse processo. Oliveira indica as falhas do latim nessa função, demonstrando os defeitos do latim universitário.³¹ Nunes de Leão, progredindo, já explicita a possibilidade de usar qualquer língua como linguagem da ciência e indica que o grego e o latim servem como fontes para a terminologia do vernáculo. Este autor analisa a especificidade do termo como atributo da linguagem da ciência, declara a necessidade do uso da terminologia, explana a ligação do termo com o respectivo conceito científico:

nesta lingua latina digo vejo âtre os letrados della assi como são de diversas facultades haver diversos vocabulos e geitos de fallar e dizêdo todos hũa mesma cousa não se entendem antre si. Mas os grâmaticos zombão dos logicos: e os sumulistas apupão aos rhetoricos: e assi de todos os outros. O qual defeito não sei cujo he: ainda porê q não sey se lhe chamão elles defeito: mas eu julgo o ser grãde e não da lingua: sera logo dos homês: e para que possamos fugir destas e doutras culpas em qualguer lingua e muito mais na nossa saibamos q a primeira e prinçipal virtude da lingua e ser clara e q a possão todos entender.³² ha nas lingoas alheas algũs termos que

³⁰ Roboredo 1619, a3v-a4.

³¹ É de notar que o gramático português, diferentemente de Valla, Scaligero e Sánchez, está preocupado com a questão de qual idioma deve servir como a língua de ciência, e não com a qualidade do latim dos seus contemporâneos.

³² Oliveira 1536, Capitulo xxxviii, Diiij.

naõ ha na nossa, para declarar o que sentimos ou ensinamos. Polo que cada dia os tomamos das lingoas latina, ou Grega, por terẽ para isso seus terminos sabidos, & notos a todos. Polo que quem quisesse tratando da Dialectica em lingoa Portuguesa (porque as sciencias não tem lingoa propria, & em qualquer se pode ensinar & saber) & usasse de outro termo em lugar de syllogismo, que os Romanos tomaraõ dos Gregos, naõ se daria bem a entender, ainda que per rodeios, & por a diffiniçaõ do mesmo syllogismo (que seria cousa longa & fastidiosa) o que quisesse explicar. E o que tratasse da cosmographia melhor se daria a entender pelas palavras longitudo & latitudo, que saõ terminos notos & magistraes, que pellas palavras longa & largura nossas, posto que mui claras.³³

Durante muitos séculos o latim serviu de metalíngua da descrição gramatical, conservando essa posição até nas obras mais inovadoras.³⁴ No período que estudamos, os vernáculos consolidam as suas posições da metalíngua, e os monumentos portugueses dão um vasto material para formarmos idéia das etapas deste processo. O latim, que foi a única língua da descrição lingüística, é substituído pelo vernáculo, primeiro nas gramáticas da língua materna,³⁵ depois nas descrições das línguas exóticas³⁶ e, afinal, nas próprias gramáticas do latim.³⁷ A língua nacional fica um meio todo-poderoso da descrição de qual-

³³ Leão 1606, 138-139.

³⁴ Por exemplo, nos tratados de modistas. Na *Minerva* de F. Sánchez (Sánchez 1587), a idéia da língua universal está inseparavelmente ligada ao latim; este se patenteia como o ideal mais próximo da língua universal.

³⁵ É de notar que na tradição portuguesa, bem como na castelhana, já a primeira gramática do idioma nacional é escrita em língua materna; cf. com a primeira gramática do francês escrita em latim (Dubois 1531). Oliveira, usando a língua materna, até inventa alguns termos novos, além de usar a tradicional terminologia gramatical, proveniente do latim: “As dições apartadas a que os latinos chamão simprezes ou singelas. As dições juntas a q os latinos chamão compostas” (Oliveira 1536, cap. xxxiiij, Cvij; cap.xxxv, Cvij v). Entre as gramáticas do português há uma que é escrita no latim (Pereira 1672), mas isto só se deve pelo fato de o autor dirigir a sua obra aos estrangeiros. Neste caso o latim serve como meio de comunicação internacional.

³⁶ Termo usado por L. Carvalhão Buescu para designar as línguas dos territórios descobertos (Buescu 1983). Às gramáticas dos séculos XVI e XVII que descrevem estas línguas aplicamos os termos “gramáticas de línguas exóticas” e “gramáticas missionárias” (os seus autores eram missionários).

³⁷ Pereira 1643; Roboredo 1619; Roboredo 1625. Esporadicamente a língua nacional aparecia já nas obras de Resende e Álvares, onde as formas portuguesas são usadas para explicar o significado dos tempos e modos do verbo latino (Resende 1540; Álvares 1572).

quer língua, inclusive a latina. Assim acaba o duradouro processo da “dessa-cralização” do latim, o qual se torna só uma das possíveis realizações da língua universal, a par de múltiplas outras línguas. A idéia da língua universal abstrai-se de qualquer língua concreta.

Os monumentos filológicos dos séculos XVI e XVII testemunham o processo da destruição da visão hierárquica das línguas. A tradição medieval colocava o latim no degrau supremo da hierarquia das línguas humanas, apreciando-o como a mais perfeita realização da universal língua transcendental³⁸ (em alguns casos este lugar era atribuído ao grego ou ao hebreu); as outras línguas se situavam nos degraus inferiores. Deste modo o vernáculo, avaliado como a corrupção do latim, se considerava a descida pela escada hierárquica das línguas humanas. A recusa desta visão está ligada a dois fatores: a apologia da língua materna e a consolidação das idéias da gramática universal que está na base de todas as línguas, inclusive a latina. A defesa do vernáculo, a afirmação da sua igualdade ao latim levava à compreensão das suas propriedades como características inerentes, não sujeitas à repreensão.³⁹ A apologia causou a polêmica sobre a superioridade de umas línguas sobre outras:

foram as tres linguágēs [grega, hebráica e latina], a que podemos chamár príncesas do mundo [...]. Estas por que perderam ia a vez do uso, e tem sómente a páрте de escritura, leixalamos por outras tres que fázem ao propósito da nóssa: as quães ao presente todalas outras preçedem, por tomárem destas primeiras páрте de seus vocábulos, principálmente da latina, que foy a derradeira que teve a monarchia, cujos filhos nós somos. Hũa destas é a Italiana, outra françesa, e outra espanhól. (F) Quál destas á por melhór, e mais elegante (P) A que se mais confórma com a latina, assi em vocábulos como na orthografia. E nesta páрте muita vantaíem tem a italiana e espanhól, á francesa: e destas duas a que escreve como se fala, e que menos cõsoãtes leva perdidas. E nesta orthografia a espanhól vence a italiana. [...] quanta vantágē tem a italiana á castelhana, tão excede esta a portuguesa, e q e seu respeito⁴⁰ se póde chamár elegãte.⁴¹

A origem da língua, as especificidades do seu sistema, as capacidades de cumprir com êxito as funções de língua literária servem de argumentos nesta

³⁸ A repercussão disto reparamos em vários autores renascentistas (Sánchez, entre outros).

³⁹ Oliveira 1536; Barros 1540; Gândavo 1574; Leão 1606; Vera 1631.

⁴⁰ Do latim.

⁴¹ Barros 1540, 53v-54.

discussão, típica da época. Severim de Faria apresenta uma lista de características indispensáveis para considerar uma língua perfeita, salientando que todas elas são próprias do português. No entanto, o autor seiscentista praticamente anula a própria idéia da superioridade – ele recusa a rígida hierarquia, quando, seguindo vários critérios, coloca a mesma língua em vários níveis da pirâmide:

qualidades, as que hade ter a lingoagem pera ser perfeita. s. ser copiosa de palavras, boa de pronunciar, breve no dizer, que escreva o que falla, & que seja apta para todos os estilos. De maneyra que a que tiver estas qualidades em maior perfeição será de môr excellencia q as outras;⁴² todas se achão na nossa Portuguesa cõ particular perfeição.⁴³ Consta a copia de palavras, assi dos nomes, como dos verbos; & nesta parte parece, q a lingua Hebraea tem o ultimo lugar, assi como a Grega o primeiro [...] A boa pronunção he a següda parte que se na lingoa requiere. [...]. A terceira qualidade que se requiere na lingoa, he a brevidade com q em poucas palavras explique os conceitos, & não per rodeios, & circumloquios [...]. Esta brevidade consta das palavras que significarem cõ grãde propriedade, & terem poucas sílabas. A propriedade dos vocabulos se vio mais na lingoa Hebraea, que em nenhũa outra [...]. Depois da hebraica se concedeo o primeiro lugar â Grega.⁴⁴

É de notar que os gramáticos mais inovadores – Oliveira, Roboredo – evitam o tema da superioridade do português sobre outras línguas. Roboredo, tocando a problemática da defesa, não usa o termo “português”; sempre escreve da “língua materna”. Severim de Faria e Ferreira de Vera reconhecem que vários povos elogiam as suas línguas e escrevem da antiguidade delas:

Aventeiando a natureza muitos animaes ao homem nas forças do corpo, & perfeições dos sentidos, sò com o entendimento, & lingoagem o fez superior a todos. Porque na razão lhe deu [a natureza ao homem] o verdadeiro conhecimento das cousas, & na lingoagem o meyo para declarar seus conceitos, servindolhe a lingoa, como diz Tullio de Interprete do entendimento. Deste principio nasceo a estimação dos Idiomas, porque como da bondade, & clareza do interprete, penda ser melhor entendida a cousa interpretada, as mais das nações politicas, pretenderão mostrar que a sua lingoagem

⁴² Faria 1624, 64v-65.

⁴³ Ibid., 72v.

⁴⁴ Ibid., 67-67v.

fazia este officio do entendimento com o mayor perfeição, & elegancia;⁴⁵ He tã proprio d' outras nações a estimação de sua linguagem, que as mais dellas pretendêrão mostrar ser a melhor, ou das mais antigas do mundo. E pera isso se cançãrão grandes ingenhos em escrever muitos volúmes, sômente para encarecerem a perfeição de hũa; & a barbaria d' outras. Os de Frigia, & Egypcios vendo que outras nações senão vencião com razões, o pretendêrão mostrar, (cada qual por sua parte) por experiencia, & exemplo, dizendo que todos concedião, que a primeira lingua, que se fallou no mundo, essa fora a mais perfeita.⁴⁶

A análise dos textos que iniciam a tradição filológica portuguesa demonstra que a apologia do vernáculo, ao provocar a recusa da hierarquia das línguas, dá o impulso à universalização da própria idéia da defesa da lingua materna, leva à formação do princípio geral da defesa de línguas.

São interessantes as mudanças na denominação da língua portuguesa nos monumentos. No início do período indicado são aplicados ao vernáculo os termos “língua”, “linguagem”, “vulgar”, mas no século XVII “língua” já é a designação predominante. Roboredo até atribui ao latim o termo “vulgar”, que já se compreende como “língua materna” e se aplica a qualquer língua. As alterações terminológicas comprovam a formação da idéia de que todas as línguas têm qualidades universais.

Um aspecto característico da apologia do vernáculo em Portugal, ligado à especificidade da situação sociolingüística, é a defesa do espanhol. A competição com ele para os filólogos lusitanos (Oliveira, Magalhães de Gândavo, Ferreira de Vera) é muito mais negativa do que a rivalidade com o latim. Este não só é concorrente, mas serve também como modelo, fonte do enriquecimento da língua materna, não tendo o espanhol tal prestígio para estes autores:

quem folga douvir lingua estrangeyra na sua terra não e amigo da sua gente.⁴⁷ os qe chegão a Toledo: logo se não lêbrão de sua terra a q muito devem. E em vez de apurarê sua lingoa, corrompêna com emprestillos: nos quaes não podem ser perfeitos.⁴⁸ Aqui quero lêbrar como em Portugal temos hũa cousa alhea & com grande disonãcia onde menos se devia fazer: aqual e esta. que a este nomey damoslhe artigo castelhano chamanolhe elrey: não lhe haviamos de chamar se

⁴⁵ Faria 1624, 62-62v.

⁴⁶ Vera 1631, 81.

⁴⁷ Oliveira 1536, Capitulo xxxiiij, C vj v.

⁴⁸ Ibid., Capitulo sexto, Avi.

nã: o rey [...]: porque o nosso rey & senhor pois tem terra & mando: tenha tambem nome proprio & destino por si: & sua gente tenha fala ou linguagem não mal misturada mas bem apartada: para que seja o rey mais nosso dizer que elrey: ajuda me muito o natural da nossa lingua o qual imitão os castelhanos quando nos querem aremendar dizêdo. Mãda o rey de portugal. & não dizê mãda el rey de portugal: q elles era mais proprio dizer mas isto fazem cuidãdo q assi falão mais portugues: & de feito não se enganão.⁴⁹ esta nação Portuguesa pela maior parte, he mais affeiçoada ás cousas dos outros Reinos, que ás da sua mesma natureza, cousa que se não acha nas outras nações: porque todas engrandecem sua lingua, & fazem muito pelas cousas que quadrão nella, sós os Portugueses parece que negão nesta parte o amor á natureza. E daqui vem a muitos dizerem mal de sua lingua.⁵⁰

A apologia, tema central da época, incitou numerosas inovações importantes para a lingüística posterior. A corrente da “defesa e ilustração”, que prestou muita atenção às condições da existência da língua na sociedade, pode ser considerada um dos primeiros esboços da problemática sociolingüística. A tarefa da codificação, que resultava da apologia da língua materna, causou o desenvolvimento das idéias de norma, enquanto a descrição de vários níveis do sistema lingüístico, realizado no decurso da codificação, contribuiu para aprofundar os conhecimentos de fonética, gramática e lexicologia. A comparação da língua materna com a latina levava ao estudo comparativo, dava origem à tipologia. Ao mesmo tempo, a demonstração do parentesco genético entre o latim e os vernáculos formava a visão histórica da língua. A proclamada tarefa de ensinar a gramática da língua materna e, como base desta, a gramática latina, incentivou o aperfeiçoamento da metodologia de ensino da língua. A realização prática dos fins da “defesa e ilustração” evidentemente favoreceu a formação de vários conceitos teóricos. Desta maneira a apologia da língua materna desempenhou um importante papel não só na história da língua nacional, mas também na história do pensamento lingüístico. Tentaremos comprová-lo com base na análise dos monumentos filológicos portugueses.

Questões de norma

Uma importantíssima tarefa da época consiste, como já foi dito, na fixação da norma do vernáculo. É no processo da codificação do português que se forma uma concepção da norma bem próxima à dos nossos dias. O Renasci-

⁴⁹ Ibid., Capitulo xliij, Dviiij-Dviiij v.

⁵⁰ Gândavo 1574, D5-D5v.

mento devolveu à lingüística a atenção à linguagem, aos fenômenos da língua real, o que fora característico para a filologia antiga. Depois da prioridade, na teoria especulativa medieval, da análise da enunciação desde as posições da correção lógica, a doutrina renascentista vira-se para as próprias formas da língua, que são avaliadas como “corretas” ou “incorretas”. Mas os autores das primeiras descrições do vernáculo não são unânimes, resolvendo a questão do que deve ser apreciado como linguagem modelar, quais são as bases para determinar as formas lingüísticas irreprensíveis.

A eliminação da variedade de formas, a seleção das variantes é um dos objetivos da etapa inicial da codificação. Já a primeira experiência da fixação da norma portuguesa, a gramática de Oliveira, mostra a variedade em todos os níveis do sistema lingüístico (fonética, morfologia, formação de palavras, lexicologia). A atitude do gramático a estas variantes é diferente. Quando a variedade está ligada aos processos históricos que ainda não acabaram na língua portuguesa daquele período,⁵¹ Oliveira se limita a constatar a existência de variantes, testemunhando assim as mudanças. Em outros casos, o gramático escolhe as formas preferíveis, revelando a atitude diferente em relação à variabilidade existente em diversos níveis do sistema lingüístico: o autor está absolutamente contra a variedade na fonética, ortografia e morfologia, mas no léxico admite a diferenciação estilisticamente marcada, indicando, porém, as formas inaceitáveis.⁵² Deste modo, a gramática de Oliveira demonstra diferentes graus do caráter imperativo da norma em vários níveis do sistema lingüístico:

das vogaes antre u e o pequeno ha tanta vezinhença q quase nos confundimos dizendo hūs somir e outros sumir: e dormir ou durmir e bolir ou bulir e outras muitas partes semelhantes.⁵³ os nomes ã [...] es, com e peqno, de género comũ como portugues, ingres, frãces posto que tenham femininas em a como portuguesã.⁵⁴ a forma e melodia da nossa lingua foy mays amiga de por se apre r onde agora escrevemos as vezes l e as vezes r. como gloria e fiores: onde deziã grorea e froles.⁵⁵ O uso destas dições antigas diz Quintiliano traz e da muita graça ao falar qndo temperado e em seus lugares e tempos

⁵¹ Fortalecimento da redução das vogais, tendência ao aparecimento da flexão do gênero feminino dos nomes em -ês, divulgação das formas duplicadas que eram resultado da relatinização do léxico do vernáculo, etc.

⁵² Na maior parte são arcaísmos.

⁵³ Oliveira 1536, xviii, Bv; xxv.

⁵⁴ Ibid., Capítulo xliii, E.

⁵⁵ Ibid., Capítulo xv, B iij.

[...]: ainda poem q não sempre isto he acertado, porque muitas vezes algũas dições q ha pouco são passadas são ja agora muito auorçadas: como abem, ajuso, acujuso, asuso e oganno, alorrem: e outras muitas; e porem se estas e quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão dhũ homẽ velho da Beyra: ou aldeão não lhe parecerão mal: mas também não sejão muitas.⁵⁶

Barros reflete a variedade característica da língua portuguesa do século XVI menos do que Oliveira,⁵⁷ mas também realiza a seleção de variantes em todos os níveis. Nunes de Leão, Magalhães de Gândavo e Ferreira de Vera, nos seus tratados, se centram, é lógico, na escolha das alternativas modelares na ortografia. Nunes de Leão, em *Origem da língua portuguesa*, toca também o problema da seleção do léxico normal, dando uma grande lista de arcaísmos.⁵⁸ É interessante a diferença entre a atitude variada dos filólogos que codificam a norma portuguesa e a de B. Pereira, cuja gramática é um manual da língua portuguesa para estrangeiros. Este autor, embora indique as variantes, não as aprecia.⁵⁹ Tais divergências comprovam a diversificação de gramáticas descritivas e prescritivas na lingüística da época.

Codificando a norma, os filólogos portugueses baseiam-se predominantemente no uso, o que é especialmente característico de Oliveira. Ele formula, um século antes de Cl. Vaugelas, o conceito de “uso”, “costume”.⁶⁰ Segundo o autor português, a gramática deve seguir e fixar o costume, e este princípio tem o caráter universal:

As dições usadas são estas q nos servem a cada porta (como dizẽ) estas digo q todos falão e entendẽ as quaes são proprias do nosso tẽpo e terra: e quẽ não usa dellas e desentoadado fora do tom e musica dos nossos homens dagora.⁶¹ algũas formações tẽ melhor sã ou musica q outras e são mais usadas.⁶² em cada lingua notemos o proprio do costume della: ca esta arte de grammatica em todas as suas partes

⁵⁶ Ibid., Capítulo xxxvj, D v.

⁵⁷ O que está ligado com a menor atenção de Barros ao uso da linguagem.

⁵⁸ É de notar que alguns lexemas apreciados por Nunes de Leão como arcaísmos até hoje existem na língua portuguesa.

⁵⁹ Por exemplo, ele não comenta a diversidade das formas do plural dos nomes que terminam em nasais, enquanto os seus predecessores prestam muita atenção a este problema.

⁶⁰ Cf. o *bel usage* de Vaugelas.

⁶¹ Oliveira 1536, Capítulo xxxviiij, Di j v.

⁶² Ibid., Capítulo xli, Dvj.

[...] e resguardo e anotação d'sse costume e uso tomada depois q os homens souberão falar; e não lei posta q os tire da boa liberdade quãdo e bẽ regida e ordenada per seu saber: nẽ e divindade mãada do çeo que nos possa de novo ensinar: o q ja temos e e nosso [...] a arte nos pode ensinar a falar melhor ainda q não de novo.⁶³

Barros inclui a noção de uso na definição da gramática que inicia a sua obra. Não obstante, na prática da codificação ele orienta-se ao uso menos do que Oliveira e acha possível dar algumas recomendações que contradizem ao uso:

E segundo a definiçám que lhe os Grãmáticos derã: e hũ módo çerto e iusto de falár & escrever, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos.⁶⁴ E bẽm sey que por ser novidáde e o uso estár ã contráiro, será cousa trabalhósa serẽ lógo estas nóvas figuras recebidas em nóssa othographia: mas o tempo às fará tã própias como sam as outras de q usamos.⁶⁵

Nunes de Leão, cuja atenção à história da língua portuguesa é característica, na maioria dos casos apóia-se, porém, no uso, reconhecendo as formas usuais como normais, ainda que “incorretas” desde o ponto de vista da história:

E pelo costume (que nisto sempre hemos de seguir) ficárão fora das dictas regras, taballiães, & scrivães, que por a dicta analogia, houverão de fazer taballiões, & scrivãos.⁶⁶

Os autores portugueses marcam as diferenças territoriais, sociais e etárias da linguagem:

os cavaleiros q tẽ hũs vocabulos: e os lavradores outros: e os corte-sãos outros: e os religiosos outros: e os mecanicos outros, e os mer-cadores outros: ou tãbẽ se faz ã terras esta particularidade porq os da beira tem hũas falas e os Dalentejo outras: e os homens da estremadura são diferentes dos dantre douro e minho: porq assi como os tẽpos assi tãbẽ as terras crião diversas cõdições: e cõçeitos: e o velho como tẽ o entender mais firme cõ o q mais sabe tãbẽ suas falas são de peso e as do manço mays leves.⁶⁷

A questão da base territorial da norma é resolvida de maneiras diferentes: a atitude em relação aos dialetos depende das posições dos gramáticos na

⁶³ Ibid., Capítulo xli, Dvj.

⁶⁴ Barros 1540, 2.

⁶⁵ Barros 1540, 43.

⁶⁶ Leão 1576, 30.

⁶⁷ Oliveira 1536, Capítulo xxxviii, Dij v.

“defesa” da língua materna. Barros, que vê no latim o indiscutível modelo exemplar para o vernáculo, reconhece os dialetos arcaizantes do Norte como uma das bases da norma, enquanto Oliveira, que insiste na igualdade do latim e do português, não aceita formas arcaicas dialetais. Este gramático não contrapõe a fala dos habitantes da capital a todas as outras variedades territoriais, mas opõe os dialetos do Norte a uma vasta zona no Sul, reconhecendo-a como base territorial da norma, e isto é bem justo, se tomarmos em consideração as condições da formação da língua portuguesa:

A my muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, dádo que seiam antigos: ca destes nos devemos muito prezár, quãdo nam achármos serem tam corrutos, que este labæo lhe faça perder sua autoridade. Nã sómête os que achamos per escrituras antigas, mas muitos q se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quáes algũus indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãçẽ.⁶⁸ estes nomes posto q pareçẽ mudar mais q nenhũs dessoutros q ia dissemos todavia se olharemos ao singular ãtigo q ia teverão não mudão tanto como agora nos parece porq estes nomes todos os q acabão em ão ditongo acabavãose em om como liçõ, podom, melõ, e acreçẽtando .e. e .s. formavão o plural .lições, podões: melões: como ainda agora fazẽ e outro tanto podemos afirmar dos q faz? o plural em .ães. como pães, cães, dos qẽs antigamête era o seu singular: pã, cã, cujo testemunho ainda agora da antredouraminho.⁶⁹ sendo eu moço peqno fui criado em são domingos Devora onde fazião zõbaria de mĩ os da terra porq o eu assi pronuciava segũdo q o aprendera na beira.⁷⁰

Os codificadores da língua portuguesa apóiam-se numa base social muito vasta e indicam o alto nível educacional como a única característica social das pessoas cuja fala é considerada perfeita. Só Nunes de Leão menciona outras restrições e acentua o papel da corte na elaboração da linguagem exemplar:

a primeira e prinçipal virtude da lingua e ser clara e q a possão todos entender e pera ser bem entẽdida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della e os milhores da lingua são os q mais lerão e virão e viverão continoando mais entre primores sisudos e assentados & não amigos de muita mudança.⁷¹ Escreveremos [...] imitando sem-

⁶⁸ Barros 1540, 56v.

⁶⁹ Oliveira 1536, Capitulo xlv, E ij v.

⁷⁰ Ibid., Capitulo xlii, Diiij-Diiij v.

⁷¹ Oliveira 1536, Capitulo xxxviii, Diiij.

pre as escrituras dos homẽs doutos, regulandos pelo entendimento, & ouvido, que he a melhor regra, que se pode ter, & dar nesta materia.⁷² entre si hũus dos outros se avantajão, quanto na policia, & arte das palavras mostrão ser superiores. Estas são o toque, em que se vee o valor das pessoas, & a differença qua ha do nobre ao plebeio, do avisado ao indiscreto, & do vicioso a obem instruido.⁷³ corte que he a officina onde os vocabulos se forjão, & pulem, & donde manão peraos outros homẽs.⁷⁴

Mais um aspecto da norma é a base funcional dela. Na lingüística renascentista, as questões da norma relacionam-se predominantemente com a escrita; daqui vem a orientação da maior parte dos gramáticos (italianos, franceses e espanhóis) sobre a linguagem de escritores como o único fundamento da codificação dos vernáculos. Oliveira faz parte de um círculo muito reduzido de autores cuja codificação se baseia tanto na linguagem oral como na escrita, sendo aquela prioritária. Embora Oliveira reconheça modelar a linguagem de escritores, a autoridade deles não é indiscutível. A linguagem oral não só serve como base da norma mas é também o objeto da codificação: o gramático dá muitas recomendações ortoépicas, além das ortográficas. A prioridade da forma oral da linguagem revela-se na enorme atenção de Oliveira à fonética, nas numerosas referências às formas “ouvidas”:⁷⁵

notemos o falar dos nossos homẽs e da hi ajuntaremos preçeitos.⁷⁶ quero dizer deste averbio ate [...] algũs o pronunção cõforme ao costume da nossa lingua que he amiga dabrila boca: e danlhe aquella letra .a. que digo no começo: mas outros lhe tirão esse .a. e não dizẽ ate: mas dizẽ te não mais começando ã.t. Antre os quaes eu contarey tres não de pouco respeito na nossa lingua: antes se ha de fazer muyta conta do costume de seu falar e são estes Garcia de Resende em cujas obras eu o li no Cançioneyro portugues [...] e Joam de Barros ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem: e a mestre Baltasar com o qual falãdo lhe ouvi assim pronunçar este averbio que digo sem a no começo e com tudo a mi me parece o contrayro: e ao contrayro o uso dandolhe .a no começo: assim como damos a muitas dições.⁷⁷

⁷² Vera 1631, 25.

⁷³ Leão 1576, Aiiij.

⁷⁴ Leão 1606, 220.

⁷⁵ Oliveira 1536, xxvj, Bvi ij; xlv, Eiiij.

⁷⁶ Oliveira 1536, Quinto capitulo, Av v.

⁷⁷ Ibid., Capitulo xxxv, Cvij v.

Escolhendo as variantes normais, os filólogos da época devem resolver o problema da orientação ao estado da língua, atual ou anterior. Os codificadores portugueses entendem a norma como um fenômeno histórico, revelando tanto a estabilidade como a mobilidade dela. A atitude aos arcaísmos depende das posições de gramáticos na defesa do vernáculo.⁷⁸ Oliveira orienta-se pelo estado atual do português; servem-lhe de exemplo só a riqueza do latim e o respeito dos romanos pela sua língua, por isso ele não admite a necessidade de seguir as concretas formas latinas, o que correlaciona com a sua tese da igualdade do português e do latim. Barros, vendo no latim o modelo para o vernáculo, pelo contrário, aceita arcaísmos e, como já foi dito, até reconhece dialetismos do Norte por serem mais próximos das formas latinas. As tendências arcaizantes na ortografia se fortalecem a partir do fim do século XVI. Magalhães de Gândavo e Nunes de Leão declaram a necessidade de orientar-se pelo latim. Nunes de Leão, vinculando a problemática da norma à história da língua, condiciona o estado atual do idioma às etapas anteriores do seu desenvolvimento. Nas recomendações ortográficas ele não parte da pronúncia, mas sim da etimologia.⁷⁹ A descrição da ortografia é acompanhada da revelação dos processos fonéticos na história da língua portuguesa, que justificam a escolha da variante considerada exemplar. Enquanto Oliveira, codificando a ortografia, se volta para a pronúncia viva, Nunes de Leão dá listas de palavras com as dificuldades ortográficas, explicando a sua necessidade pelas divergências da escrita e da pronúncia. Na escolha de variantes ajudam-no, às vezes, além dos étimos latinos, as formas castelhanas que demonstram o estado anterior da língua portuguesa:

das dições velhas tomemos as mais novas e q são mais vezinhas de nosso tempo: assi como também das novas avemos de tomar as mais antigas mais recebidas de todos ou a mayor parte.⁸⁰ Nã sómete os que achamos per escrituras antigas, mas muitos q se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quáes algũs indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde náçẽ.⁸¹ não havia de aver pessoa que se prezasse de si, q não trabalhasse por saber algũ latim, que nisso consiste o falar bem Portugues: & desta maneira facilmete evitarão todos estes erros, & serão perfectos em guar-

⁷⁸ Já vimos esta correspondência no caso dos dialetismos.

⁷⁹ Nunes de Leão recorre, quando é necessário, aos paralelos com a língua espanhola. Ferreira de Vera também segue este princípio (Vera 1631, 25v-26).

⁸⁰ Oliveira 1536, Capitulo xxxvj, Dj v.

⁸¹ Barros 1540, 56v.

dar a orthographia & pronunçiação dos vocabulos.⁸² porque como a certa & ordenada maneira de screver, não possa ser sem saber o sentido, propriedade, & origem das palavras.⁸³ tentei fazer este tractado da origem da mesma lingoa & das outras mais de Hespãna, porque de hoje em diante se poderá fallar mais polido, & screver mais concertado.⁸⁴ E tenham esta regra: que vejão esse nome acabado em ão como acaba acerca dos Castelhanos no singular. Porq se acaba em an faz o plural acerca deles em, anes, como: capitan, capitanes [...]. E assi formase sempre, sem excepção algũa, o Portugues o singular em ão & o plural em ães, dizendo de capitão, capitães [...]. Mas se o singular acerca dos Castelhanos he ã. on. será o nosso em. ões.⁸⁵

É significativo o fato de os filólogos dos séculos XVI e XVII aplicarem os conceitos da norma não só ao vernáculo, mas também a outras línguas. Resende testemunha a variabilidade de formas verbais no latim medieval. Os gramáticos de línguas exóticas também tocam a problemática de norma. Depois de expor as regras de formação e de funcionamento de formas e construções eles freqüentemente escrevem do “uso que ensina”; deste modo, o conhecimento das regras só aparece como o primeiro, básico nível do conhecimento da língua, enquanto o uso é revelado como uma importante fonte da competência lingüística. Anchieta testemunha a existência de variedades territoriais na linguagem dos índios. Os gramáticos não só demonstram a variação na fonética, morfologia e sintaxe, mas em alguns casos marcam as variantes preferíveis, caracterizando-as por vezes como mais elegantes:

in prepositionibus, miram varietatem significationis etiam in ijsdem casibus, quã nos regulis complecti non possumus, usu legendi & scribendi discenda est.⁸⁶ Præterit. perfect. Eu amei. S. Amavi. Amavísti. Amavit. P. Amávimus. Amavistis. Amavérunt, vel Amavêre. [...] Iden tempus per syncopen. S. Amavi. Amásti. Amaut. P. Amávimus. Amástis. Amárunt.⁸⁷ Todos estes negativos, eíma, dos preteritos e futuros se podem pôr no meio e no fim, ut jucaagoreíma, vel jucaeimagoéira; jucaãameíma, vel jucaeimaãáma. A uns está

⁸² Gândavo 1574, A5.

⁸³ Leão 1576, Aij.

⁸⁴ Leão 1606, ¶3v.

⁸⁵ Leão 1576, 30-32.

⁸⁶ Sousa 1535, xlix.

⁸⁷ Resende 1540, B-Bv.

melhor no meio, a outros no fim, usus docebit.⁸⁸ ha halguma differença na pronunciação, e o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre. Porque desde os Pitiguáres do Paraíba até os Tamoios do Rio de Janeiro pronunciação inteiros os verbos acabados em consoante, ut apâb, acêm, apên, ajûr. [...] Os Tupês de São Vicente, que são alem dos Tamóios do Rio de Janeiro, nunca pronunciação a ultima consoante no verbo affirmativo, ut pro apâb dizem apâ [...] E assim, addita alguma parte das sobreditas, pronunciação apáne.⁸⁹ Nos acabados em b se pode deixar de pronunciar o b ás vezes [...] e ainda em alguns se usa mais elegantemente, ut coái, pro coábi, túi pro túbi. [...] Pondo-lhe ambas as negações, scilicet na in principio, e eími, in fine, é muito usado e elegante, e fazem uma affirmação, ut aipotâr, naipotareími, não deixo de querer, i. e. quero.⁹⁰ A formação destes verbos ensinará melhor o uso, mas com algúas regras se darà noticia della.⁹¹ paunnõ, ut nome adjectivo, & como tal hade concordar cõ a couza de que se trata, & as vezes o poe neutralmente mas o melhor he concordalo.⁹²

Tudo isso testemunha a consolidação das idéias da norma na lingüística portuguesa da época: a norma começa a reconhecer-se como um fenômeno universal, aplicável a todas as línguas.

Os textos lingüísticos seiscentistas e quinhentistas demonstram o esboço da idéia da correlação do sistema, da norma e da fala, embora não possamos afirmar que naquela época já existisse uma clara diferenciação entre esses conceitos. Oliveira, ainda que baseie no uso a codificação da norma, escreve sobre a “melodia”, a “natureza da nossa língua”. Tenta procurar “regras gerais”, demonstra a diferença entre as regras racionais e o uso, ou os fenômenos do sistema e da fala. Barros, pelo contrário, não tenciona explicitar as diferenças entre o uso e o sistema; no entanto é ele quem, na escolha das variantes, se apóia mais no sistema: revelando as divergências da norma e do sistema, ele acha possível usar as formas admitidas pelo sistema, mas não aceites pela norma. Ferreira de Vera opõe a arte ao uso, cujas diferenças fazem lembrar a distinção entre o sistema e a norma:

⁸⁸ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 27.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 1-2.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 48.

⁹¹ Figueira 1621, 118.

⁹² Estêvão 1640, 20v.

Tem tanto poder o costume e tambem a natureza que em que nos pes nos faz conhecer esta diversidade de vozes.⁹³ Qualquer forma ou genero, q os nossos nomes tẽ no singular, esse guardão tambẽ no plural, porq nisto assi como em outras cousas guarda a nossa lingua as regras da proporção mais que a latina e grega, as quaes tem em suas dições muitas irregularidades e seguẽ mais o sabor das orelhas q as regras da rezão: assi como nos tambẽ deixamos as regras geraes: porq o bõ costume e sentido nos mandão tomar alguas particularidades.⁹⁴ se fosse em costume tambem diriamos Romão, Romãos; Itlião, Itlãos, Valencião, Valenciãos. E tambem Jorge da Silveira no cançoneyro q ajütou Garçia de resende: diz castelão, do qual singular se o ouvesse no mundo, diriamos no plural castelãos.⁹⁵ Sól, lũa, glória, fama, memória nam tem plurár. E quem algũ nome destes levár ao plurár que a orelha póssa sofrer, nam encorrerá em pecádo mortál: dádo que em rigor de bõa linguágem sam mais próprios do singular que do plurár.⁹⁶ Hũas letras se dobrão nas dicções per natureza das palavras, de que se não pode dar regra, porque consiste em uso; & não em arte. E assi não se pode dar razão, porque estas palavras Latinas, gutta, caballus (de que dizemos gotta, cavallo) tem dous tt, & dous ll; mais que dizer: Sic voluerunt priores: Que forão compostas â vontade de que as inventou.⁹⁷

Nas gramáticas missionárias, a sisudez à correlação do sistema e da norma cresce ainda mais, causada pela amplificação dos objetivos da descrição. A necessidade de apresentar o sistema de um idioma desconhecido para o leitor aproxima essas gramáticas aos manuais do latim e difere-as das obras que codificam a norma da língua nacional, compostas para as pessoas que a dominam. Ao mesmo tempo o propósito das gramáticas missionárias, diferentemente dos manuais do latim, consta em ensinar a fala, e isto as semelha com as gramáticas do vernáculo: tanto estas como aquelas apresentam uma língua viva, que é o único ou principal meio da comunicação para os membros de certa comunidade lingüística, embora os fins da descrição não coincidam. As gramáticas portuguesas, que são prescritivas, limitam o uso, escolhendo as formas modelares; as gramáticas das línguas exóticas, sendo descritivas, têm como

⁹³ Oliveira 1536, Capitulo viiiij, Avj v - Avij.

⁹⁴ Ibid., Capitulo xlv, Eijj v.

⁹⁵ Ibid., Capitulo xlv, E ij.

⁹⁶ Barros 1540, 10 v-11.

⁹⁷ Vera 1631, 28.

alvo a apresentação maximamente ampla do uso, pois o seu fim é garantir a comunicação eficiente. Mas, como o ensino de uma língua desconhecida está baseado, antes de mais nada, no estudo do seu sistema, os autores das gramáticas missionárias prestam muita atenção à descrição das formas regulares e irregulares. As regras obtêm uma importância especial; às vezes toda a descrição está organizada como um conjunto de regras.⁹⁸ Entende-se como irregularidade não só a desconformidade com o modelo estandarte de produzir formas (irregularidade formal), mas também a falta de empregos característicos para as correspondentes partes do discurso (irregularidade funcional). Figueira determina os verbos defectivos como irregulares. A gramática de Estêvão demonstra a compreensão da hierarquia de modelos e a existência do modelo típico, padrão, de produção das formas:

De duas maneiras podemos chamar aos verbos irregulares; s. ou porque se não usaõ mais que em alguns tempos, numeros, ou pessoas; & estes melhor se chamaõ Defectivos, porque tem faltas nas taes cousas: mas nos tempos que tem, guardaõ a ordem das conjugações geraes. Outros são propriamente irregulares; porque tendo tudo, o que outros tem, não fazem suas formações da mesma maneira.⁹⁹ a conjugação principal dos verbos, seia hũa so, todavia esta variedade de activo, de neutro, defectivo, & de todos os seus negativos, & irregulares, he equivalente a muitas conjugações.¹⁰⁰

A correlação das formas regulares e irregulares também é importante na descrição do latim. É notável que Roboredo, achando necessário só apresentar modelos típicos de produção de formas (que estão na base do sistema) na primeira etapa de estudo da língua, modifica muito o cânone da descrição gramatical: primeiro ele mostra as formas regulares do nome e do verbo, logo descreve outras partes do discurso, toca vários problemas da sintaxe e só depois apresenta formas irregulares.

Como vemos, os autores das descrições de várias línguas (português, latim, idiomas dos territórios descobertos), resolvendo o problema do correto na língua, deparam com dois tipos de “desrespeito” de regras. Primeiro, encontram-se com a existência de variantes e devem escolher aquelas modelares, neste caso trata-se da correlação entre o uso e a norma. Segundo, embatem-se com a existência de mais de um modelo de produção de formas lingüísticas, com “desvios” do modelo típico; então os gramáticos tocam a questão da hie-

⁹⁸ Figueira 1621

⁹⁹ Figueira 1621, 53.

¹⁰⁰ Estêvão 1640, 31.

rarquia dos modelos e das regras, tratando de achar as “regras mais gerais”. Este é um dos problemas eternos da lingüística, que na Antiguidade se apresentava como anomalia e analogia, nos séculos XVI e XVII como regras particulares e gerais, e no século XX se discutia nos termos de paradigmas grandes ou pequenos, de variabilidade/invariabilidade. Nos monumentos portugueses dos quinhentos e seiscentos nós achamos os dois aspectos da correlação do sistema e da sua realização, e o interesse dos seus autores por um ou por outro aspecto depende dos objetivos das obras. Nas gramáticas que codificam a norma portuguesa, a principal atenção volta-se para a variação modelar ou não modelar, isto é, à correlação da norma e do uso. Nas gramáticas que descrevem uma língua estrangeira (as gramáticas de línguas exóticas, a inovadora descrição do latim realizada por Roboredo, a gramática da língua portuguesa de B. Pereira), os autores se concentram em outro aspecto da correlação do sistema e a sua realização: regularidade/irregularidade, variabilidade dos modelos de produção de formas gramaticais e de formação de palavras.

A análise da tradição portuguesa demonstra que nos séculos XVI e XVII se forma um conceito da norma e das suas propriedades (o caráter histórico da norma, as bases dela – territorial, social, funcional) muito próximo ao dos nossos dias. Começa a formar-se a noção de norma como de um fenômeno universal. Esboça-se a diversificação das gramáticas descritivas e prescritivas. Os autores da época viram-se para a problemática da correlação entre o sistema, a norma e a fala. Além disto, os textos portugueses demonstram o início do processo da formação da correspondente terminologia.

Descrição do sistema da língua

Níveis da língua

Passando à análise da descrição gramatical de várias línguas nos monumentos dos filólogos portugueses, antes de mais nada devemos assinalar que na doutrina da época se realizam modificações fundamentais na compreensão dos níveis do sistema lingüístico. Junto com os níveis tradicionais, correspondentes ao cânone gramatical clássico (som, sílaba,¹⁰¹ palavra e construção), nas obras de Roboredo surge a tendência de destacar o nível da oração e até o nível do texto (o autor inclui a análise de microtextos, sentenças, na descrição gramatical):

Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a oração bem concertada: a qual he hũa coherente disposição de palavras, de que consta, como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, &

¹⁰¹ Este nível já parece duvidoso a Roboredo, que vacila em distingui-lo.

Dicções, ou Palavras.¹⁰² Das letras se compõem as palavras, que ou são Nomes, ou Preposições, ou Verbos, ou Adverbios, ou Conjunções; que se dizem as cinco partes, de que a Oração consta.¹⁰³ Ajuntando pois esta materia de grammatica das Letras se faz a Syllaba; das Syllabas a Palavra; das Palavras a Oração, que ao muito pode constar de cinco generos dellas, em que a Palavra Commū se divide; que são, Nome, Preposição, Verbo, Adverbio, Conjunção: & de Orações se faz a Prattica.¹⁰⁴

Fonética, grafia e ortografia

As questões da fonética/fonologia e da reflexão dos sons na escrita têm diferente importância em vários monumentos. É lógico que os autores que descrevem línguas vivas (português e idiomas dos territórios descobertos) prestam a maior atenção a esta problemática. Uma importante característica dos textos estudados é a tendência de descrever a fonética como um sistema fonológico. Isto se revela em vários autores, mas, em primeiro lugar, na obra de Oliveira. O gramático opõe por um traço distintivo os sons que diferem: vogais abertas e fechadas, nasais e orais; consoantes surdas e sonoras, laterais e vibrantes. É bem elucidativo o trecho da primeira gramática portuguesa que demonstra a aproximação do seu autor à noção de fonema. Barros, seguindo esta tendência, dá uma série de pares mínimos (pode-pôde, careta-carreta). Achamos idéias parecidas também nas obras de Estêvão e Ferreira de Vera:

O proprio de cada letra entendemos a particular pronunçiação de cada hũa: e o comū chamamos aquella parte de pronunçiação e força em que se hũa parece cõ a outra. [...] se não tiveremos çerta ley no pronunçiar das letras não pode haver çerteza de preçeitos: nem arte na lingua: e cada dia acharemos nella mudança não somente no som da melodia: mas tâbẽ nos significados das vozes: porq so mudar hũa letra: hũ acento ou som e mudar hũa quantidade de vogal grande a pèquena: ou de pequena a grande: e assi tâbem de hũa cõsoante dobrada em singela: ou ao cõtrairo de singela em dobrada: faz ou desfaz muito no sinificado da lingua.¹⁰⁵ Esta letra ç, he muito differente de C, assi no nome, como na figura: & como taes tem duas pronunçiações diversas: porque com hũa dizemos, caca, & com

¹⁰² Roboredo 1619, 64.

¹⁰³ Ibid., 1-2.

¹⁰⁴ Ibid., 65.

¹⁰⁵ Oliveira 1536, Capitulo undecimo, A viij.

outra caça: barca, que navega; & barça, vaso de palha: acude, verbo; açude de moíño: & assi calco; & calço: moca & moça: cappa; & çappa. E por esta clareza me admiro não estar posta em nosso alfabeto na forma. que agora o ordenei. Porque no trocar hũa letra por outra, não sómente troca o soído, mas ainda altera o sentido nas dicções, que tem differente significação.¹⁰⁶

A atenção à forma oral da língua é uma importante inovação da lingüística da época. Depois de Oliveira, que vira a linguagem oral com os fins da codificação do português, os autores das gramáticas que servem de manuais de língua estrangeira (B. Pereira, Anchieta, Estêvão) explicitam a prioridade da forma oral:

Ad finem ponitur Orthographia, ars rectè scribendi, ut sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam Lusitanam.¹⁰⁷ como a lingua do Brasil não está em escrito, senão no continuo uso do fallar, o mesmo uso e viva voz ensinará melhor as muitas variedades que tem, porque no escrever e accentuar cada um fará como lhe melhor parecer.¹⁰⁸ Pera a pronunçiação não basta saber a orthographia, he necessario ouvir as vozes, q se proferẽ pellos q sabẽ bem fallar.¹⁰⁹

Oliveira e alguns filólogos seiscentistas apresentam a problemática da produção e percepção dos sons, indicam os órgãos do aparelho fonador, dão início à descrição de articulações:

consigo trazem alghũa certa maneira d'mover a boca / lingua / dentes / e beyços / ou formar o espirito poronde temos necessidade de as particularizar.¹¹⁰ C pronuçiasse dobrádo a lingua sobre os dentes queyxaes: fazendo hũ çerto lombo no meyo della diante do papo: casi chegando cõ esse lõbo da lingua o çeo da boca e empedindo o espirito: o qual per força faça apartar a lingua e faças e quebre nos beyços com impeto.¹¹¹ He esta letra B. das que chamamos mudas: a qual se forma com a respiração, que chegando aos beiços estando

¹⁰⁶ Vera 1631, 6-6v.

¹⁰⁷ Pereira 1672, rosto.

¹⁰⁸ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 11.

¹⁰⁹ Estêvão 1640, 4.

¹¹⁰ Oliveira 1536, Capitulo xviii, C v.

¹¹¹ Ibid., Capitulo treze, B.

cerradas, & juntos, os abre, & sae do meio delles o som com seu inteiro soído. Destes termos, ou dicções, tem conhecimento o ouvido pela voz, que se forma com a percussão do ár ajudado dos instrumentos da bocca, arteria, lingua, & beiços.¹¹²

Autores portugueses, especialmente das gramáticas missionárias, concentram-se na posição de sons na palavra, nas variações posicionais. Nas obras de Anchieta e Figueira, a descrição de fenômenos morfofonológicos ocupa um notável lugar.

Os monumentos analisados descrevem a sílaba, a composição e os limites dela; tocam vários aspectos prosódicos (acento, entoação, pausas, o seu papel na produção e compreensão da fala):

Esta forma das dições a q chamamos açêto sem a qual se mal conhecem hūs vocabolos dos outros e neçessarea em cada parte ou dição.¹¹³ Assi como no processo da oração, ou pratica, que fazemos, naturalmente usamos de hūas distinções de pausas, & silencio, assi para o que ouve entender, & conceber o que se diz, como para o que falla tomar o espiritu, & vigor para mais dizer: assi da mesma maneira usamos, quando escrevemos. [...] Da nota de admiração usamos no fim da clausula, que pronunciamos com algum espanto, ou indinação.¹¹⁴

É lógico que as questões de grafia e ortografia são muito importantes para os filólogos que fixam a norma portuguesa. Eles baseiam o alfabeto sobretudo no princípio fonológico. O tratado de Ferreira de Vera testemunha que no século XVII o sistema de grafemas já é muito próximo do moderno. Na codificação da ortografia o princípio fonemático é prioritário, notando-se, contudo, certas tendências ao princípio tradicional. Os autores das gramáticas missionárias têm que resolver o problema de representar com os meios da grafia portuguesa sistemas fonético-fonológicos de línguas exóticas.

Os autores da época sabem diferenciar, até terminologicamente, as noções de letra e de som.¹¹⁵

¹¹² Vera 1631, 2.

¹¹³ Oliveira 1536, Capitulo xxviiij, C v.

¹¹⁴ Vera 1631, 37-39.

¹¹⁵ Nem todos os historiógrafos aceitam esta hipótese, mas os textos portugueses comprovam-na (Sousa 1535; Oliveira 1536; Barros 1540; Leão 1576; Leão 1606; Robredo 1619; Figueira 1621; Vera 1631; Estêvão 1640; Pereira 1672).

Morfologia

Os gramáticos portugueses examinam a problemática da palavra. Acharmos a visão mais ampla dela na obra de Oliveira, que, prestando grande atenção aos aspectos fonético e gramatical da palavra, analisa o léxico português desde as posições da sua origem (dições nossas, alheias e comuns), perspectiva histórica (velhas e novas), uso (dições usadas), semântica (dições própria e mudada).¹¹⁶ Barros, vendo na palavra a principal unidade lingüística, sublinha o seu papel como instrumento da cognição. Roboredo fundamenta a definição da palavra na sua função denominativa:

Quid est dictio? Minima pars vocis constructe id est in ordine proposita [...]. Quod accidunt dictioni? Quatuor, Significatio, Etimologia, figura, Ordo. Quid est significatio in dictione? Est illud, quo breviter osteditur, quid dictio significet. [...] nunc ostende, quid sit figura in dictione? Est forma, qua dictio simplex, a composito distinguitur. Quid est Ordo? Est qualitas, qua in oratione alia dictio semper preponitur. Alia semper postponitur. Alia modo preponitur, modo postponitur.¹¹⁷ Dição vocabolo: ou palavra: tudo q̄r dizer hũa cousa: e podemos assi dar sua definiã. Palavra e voz que senifica cousa ou auto ou modo: cousa como artigo e nome auto como verbo como qualqr outra parte da oração.¹¹⁸ Nós podemos lhe [a gramática] chamár artefício de palávras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assi na fála como na escritura, venhamos em conhecimento das tenções alheas. Por que entram as letras pela vista, como as palávras pelos ouvidos: instrumento comque o nósso intendimeto recebe as mais das cousas.¹¹⁹ Palavra he voz, com que cada cousa se diz, ou chama.¹²⁰

Na lingüística da época surge a questão da delimitação da palavra. Nas gramáticas da língua nacional, é o problema de distinguir formas analíticas e construções (revela-se a diferença entre as formas analíticas portuguesas e sintéticas latinas). As gramáticas de Anchieta e Figueira mostram a engendração das diferenças na compreensão dos limites da palavra em várias línguas, refletem as dificuldades da delimitação na língua onde existe a incorporação:

¹¹⁶ Oliveira 1536, Capítulos xxx-xxxix.

¹¹⁷ Sousa 1535, lxxix; lxxix v-lxx.

¹¹⁸ Oliveira 1536, Capítulo xxx, Civ.

¹¹⁹ Barros 1540, 2.

¹²⁰ Roboredo 1619, 64.

Os verbos [...] compõem com outras partes da oração, e na conjugação não se faz caso senão da ultima terminação, ut: Com adverbios. aicuâb, sei, catû, bem [...] aicuacatû. [...] e quasi como quando interpoem o nome, servindo um dos verbos por nome interposto, ut açogebir.¹²¹

A doutrina gramatical da época dá um importante passo no desenvolvimento das idéias da divisibilidade da palavra em elementos significantes, o que posteriormente serviu de base para a formação do conceito de morfema. O significado deixa de se associar só com uma palavra íntegra e começa a ligar-se com uma parte da palavra, portadora do correspondente significado. Destacam-se partes significantes de palavras (flexões, prefixos, sufixos), descobre-se a união delas com os significados gramaticais e derivacionais. Os lingüistas portugueses se aproximam da noção de raiz:

E porê porq hūas cousas ou são ou parecê chegadas a outras: ou tâbê desçedêtes e especeas dellas assi isso mesmo fazem hūas dições quasi como especeas partiçipâtes doutras: e ã outras fazemos as formas semelhâtes e chegadas ã voz como tinteiro: pela vezinhãça e trato q tẽ cõ tinta lhe poserão esse nome & velhiçe de velho [...] e hõrado ou hõrada de hõrar: tẽ muita parte assi na cousa como na voz: e a meu ver não digamos que foy isto defeito de não acharê vocabulos: mas e cõforme a bõa rezão q aja e se guarde a semelhãça das cousas nas vozes e assi são mais claras e dizê melhor seus sinificados porq a diversidade das vozes mostra aver diversidade nas cousas e tâbê a semelhãça por cõseguite das vozes faz entêder q as cousas não são deferêtes.¹²² Coniugationis indicem, nec admittat in secunda radicali litera Daghes forte [...]. Habet autem hæc prima coniugatio sub. p [...]. i. prima radicali litera, [...] hæc literæ radicales sūt verborū neutrorū, sive intransitivor.¹²³ fica clara a Investigação do Simple, & Primitivo. & achando o Simple o poderás outra vez compor de muitos modos, & derivar do Primitivo hūa, & muitas palavras diversamente: & [...] poderás descobrir as letras radicais, que se não mudão, como por exêplo se te ocorrer esta voz Occurrebatis, tira esta syllaba, Oc, [...]: despois tira Ebatis, q na Grammatica se ensina que se converte em O, e assi tês Curro, em que são letras immudaveis, Curr- as quaes verás no dictionario maiores.¹²⁴

¹²¹ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 72-73.

¹²² Oliveira 1536, Capitulo xxxix, Diiij v.

¹²³ Távora 1566, Ciiii-Ciiiv.

¹²⁴ Roboredo 1621, 9.

Nos séculos XVI e XVII, a formação de palavras começa a compreender-se como uma específica área da lingüística, na qual as questões da gramática e da lexicologia se entrecruzam. Oliveira é o primeiro que separa a descrição das partes do discurso e a formação de palavras (esta ocupa um lugar particular na gramática). Roboredo já definitivamente exclui da descrição gramatical a formação de palavras, dedicando-lhe um tratado especial, que abre o seu dicionário.¹²⁵

A lista das partes do discurso nas gramáticas vacila entre nove¹²⁶ e cinco,¹²⁷ segundo os critérios de sua distinção (morfológicos, semânticos e sintáticos). O número das classes gramaticais de palavras às vezes varia dentro de uma obra. Mais de uma classificação achamos nos trabalhos de Oliveira e de Távora, que, além das partes do discurso típicas da gramática, contêm uma lista de três classes que remonta à lógica (nome, verbo e modo, de Oliveira; nome, verbo e consignificativo, de Távora):

Palavra e voz que senifica cousa ou auto ou modo: cousa como artigo e nome auto como verbo como qualqr outra parte da oração.¹²⁸ Habent Hebræi tres orationis partes, [...] sem. i. nome, [...] poal id est verbum, & [...] mila. id est consignificativũ, quod dialectici syncategorema vocare solent.¹²⁹ De [...] mila .i. cõsignificativuũ hac orationis parte cõpræhedunt hebræi Grammatici Articulũ, Pronome, Adverbiũ, Coniunctionem, Præpositionem, & Interiectionẽ, sed cum has institutiones hominibus latinis scribamus, quo facilius doceãtur, latinorum more unãquãq; partem sigillatim excutiemus.¹³⁰

O nome e o verbo são apresentados como as principais partes do discurso. Aliás, gramáticos portugueses não só seguem a tradição antiga, mas espelham a idéia dessa supremacia em todas as línguas, afirmando a sua índole universal. Roboredo caracteriza o nome e o verbo como as partes que constituem a oração:

E como pera o iogo do enxedrez se requerẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ dellas tenha suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com leyes do que cada hũa deve fazer (segundo o officio que lhe foi dádo:) assy totalas linguágẽes tem

¹²⁵ “De composição e derivação e Ortografia das voses Latinas”, in Roboredo 1621, 1-35.

¹²⁶ Barros 1540.

¹²⁷ Roboredo 1619.

¹²⁸ Oliveira 1536, Capitulo xxx, Civ.

¹²⁹ Távora 1566, Bv v.

¹³⁰ Ibid., Dv-Dv v.

dous reis, diferentes em genero, & concordes ã officio: a hũ chamã. Nome, e a outro, Verbo.¹³¹ o Nome, & Verbo são as [palavras] mais principais.¹³² Oração, a qual o Sustantivo per si com o Verbo faz.¹³³

Os monumentos mostram como se compreendem o substantivo e o adjetivo na época precedente à sua distinção como partes autônomas do discurso. Todos os gramáticos portugueses escrevem sobre a concordância do adjetivo com o substantivo. Sousa assinala as suas diferenças semânticas; Barros e Roboredo designam as especificidades sintáticas, indicando a indispensável presença do substantivo junto ao adjetivo. Álvares e Figueira sublinham que o substantivo se subentende mesmo quando não está explícito. Cardoso e B. Pereira também refletem isto, quando põem a palavra “cousa” apresentando os adjetivos nos seus dicionários:

Substantivũ est quod substantiã vel quasi substantiã significat, ut homo albedo. Adiectivũ, quod adiectum substantivo significat in eo aliquod accidens, ut Vir prudens.¹³⁴ Nome sustantivo chamamos aquelle que per sy pôde estar e nam recebe esta palávra, cousa. Nome aiectivo, ao que nam tẽ ser per sy: mas está emcostádo ao sustantivo, pôde receber em sy esta palávra, cousa.¹³⁵ Divide-se o nome em Sustantivo e Adjectivo. Sustantivo hẽ o que significa sustancia, ou per modo de sustancia, & sustenta o Adjectivo na Oração, a qual o Sustantivo per si com o Verbo faz [...]. Adjectivo he o que se ajunta ao Sustantivo, sem o qual naõ entra em Oração [...]. Os Portugueses reconhecem o Adjectivo ajuntandolhe o Sustantivo Cousa.¹³⁶ O Nome Sustantivo conhecerá o principiante pela significação vulgar, & seu Artigo junto. O Adjectivo conhecerà pela significação, ajuntando este Sustantivo, Cousa.¹³⁷ Substantivum nomen est, quod per se in oratione esse potest [...]. Adiectivum est, quod in oratione esse non potest sine substantivo apertè vel occultè.¹³⁸ Sustantivos saõ os que podem estar na oraçaõ sós por si com o verbo; ut Abá omano; hum

¹³¹ Barros 1540, 2.

¹³² Roboredo 1619, 81.

¹³³ Ibid., 66.

¹³⁴ Sousa 1535, iij.

¹³⁵ Barros 1540, 6.

¹³⁶ Roboredo 1619, 66.

¹³⁷ Ibid., 80.

¹³⁸ Álvares 1572, 48.

homem moreno. Adjectivos são os que não podem estar na oração sem substantivos, clara, ou ocultamente; ut Tinga, cousa branca.¹³⁹
 grande cousa. magnus, a, um. grave cousa. gravis, e. severus, a, um.¹⁴⁰
 Grande cousa. Magnus, a, um. Grandis, e. grave cousa. gravis, e.
 Severus, a, um.¹⁴¹

Não obstante, apesar de terem marcado uma série de propriedades morfológicas, semânticas e sintáticas do adjetivo, os autores portugueses não refletem as suas funções no predicado. Por isso eles não conseguem determinar o adjetivo como uma parte do discurso, continuando a caracterizá-lo como uma das classes do nome. Isto se realizará mais tarde, na tradição francesa, no resultado de um longo (mais de um século) processo da percepção da especificação do adjetivo e do definitivo destaque da oração como um nível especial da língua. Porém, o papel dos autores do século XVI e do início do século XVII neste processo não deve ser desconsiderado. A distinção do substantivo e do adjetivo partindo das suas posições sintáticas, bem como a compreensão dos significados categoriais do substantivo e do adjetivo,¹⁴² junto com as noções de sujeito e de predicado, que estão a consolidar-se nas gramáticas anteriores à de Port-Royal, deveriam servir de base para a formação das idéias de membros da oração. Sem a união das duas atitudes – propriamente sintática¹⁴³ e lógico-semântica – não se realizaria a passagem da análise da proposição (objeto da lógica) à sintaxe da oração (objeto da gramática).

Na historiografia, enraizou-se uma visão demasiadamente crítica e não muito adequada da compreensão do caso na doutrina lingüística da época. O desenvolvimento da noção da categoria de caso está ligado com a descrição de línguas que não têm a declinação casual (vernáculo, hebreu, línguas dos territórios descobertos). Quando surgiu a necessidade de apresentá-las com base no cânone gramatical antigo, que se tinha formado para descrever o grego e o latim, em que o caso é uma categoria gramatical (morfológica), os autores quinhentistas e seiscentistas tiveram de resolver o problema da correlação do significado gramatical e os meios da sua expressão. O reconhecimento ou não reconhecimento da existência do caso nas línguas em que não há formas especializadas em exprimir o respectivo significado está ligado à engendração das

¹³⁹ Figueira 1621, 68-69.

¹⁴⁰ Cardoso 1562, 66.

¹⁴¹ Pereira 1647, 57.

¹⁴² Palavras que significam coisa, ou substância, e as que significam qualidade, ou acidente.

¹⁴³ Isto é, a diferença das posições na frase do substantivo e do adjetivo, a possibilidade/impossibilidade de ser usado independentemente.

noções do caso como categoria lógico-semântica universal ou categoria gramatical (morfológica). A recusa em reconhecer o caso nas línguas que não têm as específicas flexões leva os autores da época à idéia de categoria gramatical (morfológica); a afirmação da existência do caso testemunha a compreensão dele como um significado universal, presente em todas as línguas, mas expresso nelas por meios diferentes, ou seja, a percepção do caso como uma categoria lógico-semântica.

Na lingüística portuguesa dos quinhentos e seiscentos, estão presentes as duas tendências. Oliveira, Távora e Figueira recusam a existência do caso nas línguas que descrevem. Barros, Anchieta, Roboredo e B. Pereira, de um lado, falam da ausência do caso, mas, do outro, estudam os meios da expressão do significado do caso. Os filólogos portugueses partem de diferentes princípios da descrição lingüística que correlacionam com vários tipos de gramáticas: a descrição em direção da forma ao significado leva à recusa do reconhecimento da categoria do caso nas línguas em que não há declinação casual do nome; a descrição em direção do significado à forma resulta no reconhecimento do caso, independentemente dos meios da expressão desse significado.¹⁴⁴ As duas atitudes estão ligadas à modificação da tradição. Os autores que se recusam a apresentar o paradigma da declinação casual modificam o cânone da descrição gramatical, conservando, porém, a compreensão tradicional do caso como categoria gramatical (morfológica), enquanto os autores que rigorosamente seguem o cânone modificam a própria compreensão do caso. Este aparece como uma categoria lógico-semântica universal:

Os nomes [portugueses] se declinão em generos e numeros.¹⁴⁵ casos mostrão antrelles [latinos e gregos] o estado das cousas o qual e diverso segundo os diversos ofiçios dessas cousas: [...] e para estas diversidades [...] tem tambem os nomes antre os latinos e gregos diversidade d'letras dividindo cada estado da cousa com sua diferença de letras no cabo do nome [...]: e todavia nossa lingua nem por isso ficou sem outro tam bõ concerto e de menos trabalho. Este he o ajuntamento dos artigos os quaes juntos com os nomes declarão nelles tudo o que os casos Latinos e antros Gregos os casos e artigos juntamente: e assi como a nossa lingua faz tudo quãto essoutras cõ mais brevidade e facilidade e clareza.¹⁴⁶ Esta dificultdade mais e' entre os Latinos e Gregos pola uariação dos cásos que açerca de nós

¹⁴⁴ É isto, e não uma ingenuidade lingüística, como às vezes afirmam historiógrafos, que leva os gramáticos da época a apresentar os paradigmas casuais.

¹⁴⁵ Oliveira 1536, Capitulo xliiij, Dviiij v.

¹⁴⁶ Ibid., Capitulo xlvi, Eiiij v-Eiv.

e dos Hebreos: porque toda a sua e nóssa variação e' de singular e plurár [...]. Declinaçám açerca da nóssa linguágem quer dizer uariaçam, per que quando uariam os nome de hũ caso ao outro em seu artigo, ã tã ô declinamos¹⁴⁷. Indeclinabilia sunt omnia hebræorum nomina [...] casus autem cognoscitur parti ex orationis contextu, ut [...] sepherabiliber patris mei patrim vero per articulos, aut præpositiones additas¹⁴⁸. Os nomes não tem casos nem numeros distinctos salvo vocativo, com esta diferença, a saber, que os que tem accento na penultima, nada mudão, ut abâ, em todos os casos. Os que tem na penultima perdem a ultima vogal no vocativo, ut túba, túb¹⁴⁹. Cada Numero tem seis casos, que as ultimas vogaes fazem diversos, ou semelhantes, segundo a propriedade da lingua¹⁵⁰. Caso he special diferença do Nome. Chamase Caso, que he queda, que o Nome dà do seu direito assento, que he o primeiro. Nominativo, para o Genitivo, & para o Dativo, Accusativo, Vocativo & Ablativo. E são estes Casos assi chamados seis, naturalmente necessarios para declarar os varios conceitos do animo. Desta diferença de Numeros, & Casos, nasce a Declinação do Nome: a qual não he mais que hum apartamento, que se faz de seu direito assento para o Genit. Hominis; Dat. Homini; Accus. Hominem &c. As ultimas syllabas dos Casos em cada Numero são semelhantes em muitas linguas, principalmente vulgares, & Hebraea; porem na Latina, & Grega não são semelhantes em todos os casos, senão em algũs¹⁵¹. Quando a Preposição, De, rege Genitivo não lhe respõde a Latina cõ a letra alguma. [...] Esta Preposição, Pera, rege Dativo, antepondose a pessoas [...]. & Então não lhe responde a Latina com letra algũa, & fica o seu Dativo de aquisição¹⁵². O mais certo é que, quando ha esta composiçãõ de genitivo possessivo, mais quer significar cousa que tem, que o proprio genitivo¹⁵³. Os nomes nesta lingua, commummente, naõ tem distincãõ de numeros [...]; nem tambem de casos; mas a mesma voz serve em

¹⁴⁷ Barros 1540, biiij v-bv.

¹⁴⁸ Távora 1566, Bvii v-Bviii.

¹⁴⁹ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 11.

¹⁵⁰ Roboredo 1619, 2.

¹⁵¹ Ibid., 65-66.

¹⁵² Ibid., 48-49.

¹⁵³ Ibid., 13.

ambos os numeros, & em todos os casos; [...] os casos se conhecem por algũas preposições; ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos [...] Assi como na lingua Portuguesa em lugar de casos ajuntamos algũas preposições aos nomes. v. g. Pedro, De Pedro, A Pedro, Pera Pedro, Com Pedro, &c. Assi tambem nesta lingua qualquer nome sustantivo he governado, & varia com preposições¹⁵⁴. Nomina Lusitana quamvis in se ipsis nullam habeant diversitatem casuum [...], accipint tamen quandam veluti extrinsecam diversitatem casuum à particulis *a, o, ao: as, os, aos: de, da, do, dos:* & à propositionibus *na, no, nas, nos: pera, em, com, sem,* quæ regulariter ponuntur ante prædicta nomina, & absque illa variatione intrinseca faciunt illa æquipollere nominibus Latinorum casus diversos per intrinsecam mutationem habentibus jam in numero singulari, quam in numero plurali¹⁵⁵.

A mesma situação achamos na descrição do verbo. Uns autores trasladam o modelo elaborado no cânone antigo ao sistema verbal das línguas às vezes muito diferentes da latina, apesar de faltarem nessas línguas formas especiais para exprimir alguns significados gramaticais. Esses autores se aproximam da compreensão do tempo, modo ou voz como categorias lógico-semânticas universais. Outros só distinguem essas formas nas línguas que descrevem as categorias verbais que têm os meios formais de exprimir os respectivos significados, apresentando-as como categorias gramaticais (morfológicas):

Indicativi Modi Praesens, Imperfectum, Perfectum et Plusquamperfectum. ajucâ, eu mato, matava, matei, havia matado, ou tinha morto¹⁵⁶. o presente do conjuntivo tem a mesma voz que o imperativo, e serve tambem por elle. [...] De proposito se poz em sua linguagem tajuçâ, mate eu, terejuçâ, mates tu e não: como eu mato, ainda que mate, etc., porque se não faz caso do nome do modo, quer lhe chamem quer concessivo, quer conjuntivo, senão da voz, porque n'este presente se achão todos elles, ut pedindo licença. taçô, va eu. toroçô, vamo-nos. toçô, va elle, ou vão elles. Concedendo, permitindo, mandando, ut tereçô, vas tu, ou vai tu, ou irás tu. [...] Exortando, invitando, imperando, ut tiaçô, vamonos. E assim serve tambem de futuro do indicativo¹⁵⁷. Nas linguas scholasticas dividese

¹⁵⁴ Figueira 1621, 3-5.

¹⁵⁵ Pereira 1672, 18.

¹⁵⁶ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 24.

¹⁵⁷ *Ibid.*, 31.

o Verbo em Activo, & Passivo. Activo he o verbo que de si lança actividade para algum Accusativo: como, Amo literas: Ars imitatur Naturam. Passivo he o verbo, que não tem actividade algũa: antes padece o Nominativo, que concorda com elle; como, literæ Amantur. Nas linguas vulgares, de que temos noticia, não ha Verbos Passivos: mas ha Participios Pasivos, com os quaes, & com o Verbo Sustãtivo *Sum*, se suprem as vozes Passivas; como em Português. *Amado*, ajuntase ao verbo *Sou*, assi; *Fui amado: Serei amado &c*¹⁵⁸. Nota que sodilea, sodileari, algũas vezes tẽ o sentido do preterito, & prezente, & gerundio em do¹⁵⁹.

A visão de caso, tempo, modo ou voz como categorias gramaticais (morfológicas) ou lógico-semânticas, universais, relaciona-se com dois tipos de gramáticas que se esboçam na época – gramáticas particulares e universais.

Sintaxe

As questões de sintaxe nas gramáticas dos séculos XVI e XVII estão presentes tanto nos capítulos dedicados a construções como nas divisões destinadas à descrição das partes do discurso. A problemática do sujeito, objeto, atributo ou predicado é analisada quando se classificam os nomes e os verbos ou quando se descrevem o caso do nome e a voz verbal. Deste modo, podemos determinar a divisão “de analogia” das gramáticas da época como a descrição da morfologia e da sintaxe das partes do discurso. Portanto, o estudo das características morfológicas e sintáticas das partes do discurso e das suas categorias ainda não está bem separado. Os aspectos sintáticos da palavra não se apresentam ligados às questões da estrutura da frase, mas patenteiam-se como consequência das propriedades morfológicas da palavra. Porém, a análise da tradição portuguesa evidencia a crescente atenção para a oração e revela a tendência de incluir esta problemática na descrição gramatical. Como já foi dito, Roboredo considera a oração o ponto central da língua e o principal objetivo da gramática¹⁶⁰. Mas mesmo na obra de Roboredo ainda não há análise da estrutura lógica da oração como de uma unidade lingüística íntegra, pelo que não podemos afirmar que este gramático tivesse uma concepção formada da oração. O passo definitivo neste caminho fazem-no os autores de Port-Royal: integrando as idéias de duas disciplinas que, no *Trivium* medieval, existiam separadas – as da gramática e da lógica –, com base na análise da estrutura lógica da oração, eles expõem uma concepção constituída da proposição. Essa união

¹⁵⁸ Roboredo 1619, 69.

¹⁵⁹ Estêvão 1640, 35v.

¹⁶⁰ Roboredo 1619, 64.

começou na lingüística medieval, nos modistas, que incluíam a problemática da oração, da proposição, nos seus tratados gramaticais, continuou na tradição pirenaica renascentista, inclusive a portuguesa, e culminou na gramática de Port-Royal. Assim, a obra de Arnauld e Lancelot dá remate a um longo processo, para o qual contribuíram, além dos autores reconhecidos pela historiografia lingüística (Prisciano, Thomas de Erfurt e outros modistas, T. Linacre, F. Sánchez de las Brozas), os gramáticos portugueses da época anterior a Port-Royal. A obra de Roboredo representa uma etapa transitória, necessária para o desenvolvimento do conceito da oração como de um nível lingüístico específico, que constitui o objeto da gramática.

A oração, analisada nas gramáticas portuguesas predominantemente com a ajuda da terminologia morfológica¹⁶¹, aparece como um conjunto que reúne o predicado, o sujeito e o objeto. Os monumentos testemunham a formação da idéia de dois termos essenciais da oração, revelando, deste modo, o início da visão verbocêntrica, ou seja, o esboço da recusa da “filosofia do nome”. Sousa apresenta a estrutura da oração partindo do verbo e indicando o caso que o verbo exige. Resende sublinha a necessidade duma forma verbal finita para formar uma oração e sublinha que uma forma infinita constitui “quase oração”. Roboredo também fala sobre a diferença de predicados expressos pelas formas verbais finitas e infinitas:

Nominativus ante verbum. Omne verbum antecedit nominativus agentis seu patientis¹⁶². Accusativus post verbum [...]. Verba transitiva cuiuscunq; generis exigut accusativum significantem id quod patitur¹⁶³. Duoduis verbum acquisitive positum exigut dativum¹⁶⁴. Ablativum post verbum, [...]. Quodvis verbum admittit significante qualecunq; instrumentum aut modum actionis¹⁶⁵. Infinitivus, aut omnino verbo principali hæret, & à supposito ipsius determinatur, quasi una oratio, ut, Volo legere, Volumus ire. Aut determinatur quide à priori verbo, sed eius actio refertur ad aliud suppositum, quod in adcusativo ante ipsum ponitur, quasi duæ sint orationes. Volo ego, te

¹⁶¹ Neste sistema terminológico, “Nominativo”, “Acusativo”, “Verbo” correspondem às noções de sujeito, objeto, predicado; as expressões “primeira pessoa”, “segunda pessoa” servem para indicar os participantes do ato comunicativo, etc. Mas é interessante o fato de Resende e Anchieta acorrerem também à noção de *suppositum*, que na lógica escolástica exprimia a idéia do sujeito.

¹⁶² Sousa 1535, lxxv.

¹⁶³ *Ibid.*, lxxvv.

¹⁶⁴ *Ibid.*, lxxijv.

¹⁶⁵ *Ibid.*, lxxvij.

legere, id est, volo ut legas¹⁶⁶. Ainda que concorrendo estes verbos finitos, Credor, Dicor, Videor, deixão mais frequentemente o Infinitivo, sem seu Accusativo, em Cicero, & outros autores, por ser frase mais elegante cõ brevidade. Porque o Verbo finito quer antes de si Nominativo, & o Infinito quer Accusativo: & havendose de calar algum dos casos para maior brevidade, calase antes o Accusativo; porque o Finito tem mais força para attrair o seu Nominativo¹⁶⁷.

Anchieta explicita as idéias do sujeito, ligado com o verbo, e do objeto. O gramático mostra como eles se expressam, indica a importância do contexto e das construções sinônimas na determinação destes termos da oração. Figueira presta a maior atenção ao verbo e ao seu papel na organização da estrutura da oração, toca a questão de concordância do sujeito e do predicado, reflete o uso do possessivo como meio de exprimir o sujeito da ação representada pelo participio passivo, escreve sobre objetos diretos e indiretos¹⁶⁸. Roboredo, seguindo F. Sanchez, acha impossível uma oração sem sujeito e objeto¹⁶⁹, cuja falta é interpretada como eclipse:

Este nome guã, vel ibiã, serve de supposito vago no plural nas terceiras pessoas, porque não fique a oração sem supposito vago no plural nas terceiras pessoas, como quando dizemos: dizem, vão, irão, etc., que no portiguez se diz bem; cá acrescentão-lhe este supposito, ut eyguã, dizem, oçoguã, vão, oçoguãne, irão, etc.¹⁷⁰ yxê, endê, pee sempre são substantivos, servem de suppositos em todos os tempos que tem articulos, ut yxeaçô, eu vou [...]. Onde o verbo perde o articulo, se for activo, tambem podem ser suppositos, porque necessariamente se lhe ha de seguir accusativo [...]. Mas sendo verbo neutro, necessariamente se ha de repetir o xê, ndê, pè, ut yxexeçóreme, se eu for. [...]. Repetidos desta maneira tambem podem ser accusativos em todos os tempos e modos, ut yxexejucã, a mim me matão¹⁷¹. Sendo a terceira pessoa accusativo, falla-se diretamente pelos articulos sem mudança, ut ajucã Pedro, mato a Pedro [...] Pedro

¹⁶⁶ Resende 1540, H.

¹⁶⁷ Roboredo 1619, 190.

¹⁶⁸ Figueira 1621, 150-155, 98-99, 115-116, 156.

¹⁶⁹ “Nominativo” e “Acusativo”.

¹⁷⁰ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 11.

¹⁷¹ Ibid., 16.

é o accusativo [...]. Sempre a primeira e segunda pessoa é accusativo. O nominativo ponha-se ante, vel post, ad libitum, porque o accusativo já fica claro [...]. Sendo a primeira nominativo, e a segunda accusativo, usa-se dos accusativo orô, opô [...] xeorojucâ, eu te matô¹⁷². Sendo a terceira nominativo e accusativo, ainda que pode haver alguma amphibologia, com tudo pela materia que se trata commumente fica claro, como de cousa animata com inanimata, ou de maior qualidade com menor, ut: Pedro come pão [...] claro está que Pedro ha de ser nominativo de qualquer maneira que se ponha, ut Pedro oûmiapê [...]. Quando ha igualdade, então é a duvida: como Pedro matou a Joanne, Pedro Ioanne ojucá, porque ambos podem ser nominativos e accusativos. Mas quando na pratica não se declara bem, usa-se dos participios ára, ira, como dizendo: Pedro foi o matador, Ioanne foi morto, Pedro yjucaçára Ioanne yjucaçára¹⁷³. Todo o verbo activo além do seu caso direito, a que chamamos accusativo, pode ter outro algum nome com algũa preposiçãõ: ut Aimongutá Tupã nde recé, Fallo com Deos de vos. i. rogo a Deos por vos¹⁷⁴. A significação, & acção de algüs verbos naturalmente não pertencem a estes Nominativos, Ego, Tu, nem á outros de Plural; & assi se usão sômente nas terceiras pessoas do singular; como são Pluit, Ningit, Grandinat [...], nos quaes dizião, que Deus era o Nominativo: & estes Tædet, Piget, Poenitet, Libet, Licet [...]. Nos quaes chamados dos Grammaticos Impessoaes, a Oração proxima lhes serve de Nominativo, ut Pompeum nobis amicissimum constat esse. Ou se entende o Nominativo verbal tirado dos mesmos Verbos; ut Tædium tædet: Pluvia pluit: &c. Porque dar Oração sem Nominativo, seria artefacto sem principio. Nestes verbos de fama Aiunt, Dicunt [...], entendese, Homines, per figura Ellipse¹⁷⁵.

Os gramáticos da época analisam *agens*, *patiens* e *objecto agentivo*. As orações com o predicado ativo e passivo são apresentadas como estruturas espelhantes que expressam o mesmo sentido:

Passivus addit ablativus agētis sed accedēte prepositiōe, a vt ab.
Rideris ab omnibus, Vergilius ligitur a me. Accusativus patiens
vertitur in nominativum. Pater castigat filium, filius castigatur a patre.

¹⁷² Ibid., 50-52.

¹⁷³ Ibid., 50-51.

¹⁷⁴ Figueira 1621, 156.

¹⁷⁵ Roboredo, 1619, 184.

Leteri casus fere oesmanet in passivis, qui fuerāt activorum. Doceo te grammaticam. Tu doceris a me grammaticam¹⁷⁶. Passivos propriamente são os dous verbaes de íra e mi, ut in conjugatione. Tambem se poem yê entre o artigo e o verbo, e fica neutro propriamente reciproco em si mesmo, ut ajucâ, mato, ayejucâ, mato-me. Tambem podem ter significação passiva, saltem n'aquelles cuja acção se não póde fazer pela pessoa agente, ut aû, eu como, ayeû, eu me como. Mas a finita dirá ayeû, eu sou comida, como se usa na terceira pessoa, ut oyeû, comeditur, comestibilis. [...] aimonhaâng, faço; ayemonhâng, sou feito [...]. Se tem ucâr in fine, todos podem ter significação passiva, ut ayejucaucâr, faço-me matar, ou deixo-me matar, sino me occidi¹⁷⁷. Nas linguas Scholasticas Verbos Activos incertos stando na voz Passiva tomão para seu Nominativo, o mesmo Accusativo, que tinhão na Activa: ut, Amo literas: litera amantur¹⁷⁸. Dous Accusativos se usaõ a alguns Verbos, que passaõ sua actividade sobre o Accusativo que significa pessoa; & outro que significa cousa [...]: ut eruditio te Grammaticam [...]. Fazendose a Oração destes Verbos peça voz passiva o Accusativo regido da preposição valada, della fica regido: ut tu erudiris a me Grammaticam¹⁷⁹.

Os meios de exprimir os significados circunstanciais (lugar, tempo, instrumento) também são estudados:

Motus ad locum [...]. Que significant motum ad locum aliquem accusativum postulant nominis proprii, citra prepositionem. Eo Romã [...]. Spacium temporis [...]. Quibuslibet verbis apponitur accusativus significans speciem temporis. Potavit totam noctem¹⁸⁰. Quodvis verbum admittit significante quaecunq; instrumentum aut modum actionis [...]. Suma eloquentia causam egit [...]. Scribit cum calamo¹⁸¹. Pe) significa o mesmo In, com accusativo do lugar, com verbos de movimento [...]. E tambem com ablativo com verbos de quietação; In domo, Ocupé¹⁸². Aos Adverbios Umaçúípe, Mamoçúípe, se res-

¹⁷⁶ Sousa 1535, lxxviii.

¹⁷⁷ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 49.

¹⁷⁸ Roboredo, 1619, 74.

¹⁷⁹ Ibid., 187.

¹⁸⁰ Sousa 1535, lxxvj.

¹⁸¹ Ibid., lxxvij.

¹⁸² Figueira 1621, 121.

ponde com os seguintes. Anói, Da outra parte, ou banda. Çajéi, De traves, Keçüí, Daqui. Com os mais nomes de lugares, & pessoas, & ainda com adverbios, se usa da preposição çüí, comumente; Nhum çüí, do campo¹⁸³. Serve também [ablativo] pera falar por tempo & lugar quando a questaõ he por ubi, ut [...] fõcalli ailo, veyo cedo, dõriache tõttaqui assilo, estava na borda do mar¹⁸⁴. De muytos nomes adjectivos, & substantivos se formaõ hũs substantivos cõ hũa diçaõ, p̄nn̄õ, q na oraçaõ ficaõ tendo o sentido seguinte, vdharu, i, α, quer dizer largo, & liberal, delle se forma, vdharα p̄nn̄õ, q quer dizer largueza, liberalidade, [...] & destes, sustantivos assy formados se formaõ huns ablativos que servẽ pera cauza, instrumento &c. ut de vdharαp̄nn̄õ, vdharαpanni¹⁸⁵.

A problemática da oração simples e composta também não está esquecida. Os gramáticos analisam a diferença entre elas, expõem as conjunções que ligam orações coordenadas e subordinadas, mostram a dissemelhança da oração e das construções com formas verbais infinitas, tocam nas questões da pontuação na oração:

Havendo dous verbos n'uma oração, que fazem como duas orações dependentes uma da outra, sempre se ha de ter respeito ao principal verbo da oração e ao supposto d' elle se ha de referir o reciproco, se, vel suos, ut: Pedro vai porque eu o mando, porque tu o mandas, etc. [...] Pedro é a principal pessoa d'esta oração: quasi dicat Petrus it, quia ego se mitto [...], i. e. ipsum Petrum, porque o principal verbo d'essas orações é: Pedro foi¹⁸⁶. Todas as vezes q na oraçaõ vier esta lingoagẽ que, ou porque sempre se hade seguir mhonnu; o qual as vezes tem taõbe lingoagẽ de, se, ut missα sangαta mhonnu p̄lle, vede se esta dizẽdo missa [...] quando depois do futuro invariavel se seguir a lingoagẽ que sempre se hade seguir depois do futuro; mhonnu, ut to aileapuro mhonnu, desejo que venha; mhonnu, posto que antes de algũ verbo, ou nome tem a lingoagẽ, por isso, igitur, ut mhonnu to ailo nã, por isso elle naõ veyo [...], & as vezes senaõ explica na oraçaõ, mas se entẽde, ut tuue, Deuacα cai dinaαnhõlleẽ prometeste algũa couza ao Pagode¹⁸⁷. Em algũs modos de fallar he

¹⁸³ Ibid., 131-132.

¹⁸⁴ Estêvão 1640, 17.

¹⁸⁵ Ibid., 91v.

¹⁸⁶ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 23.

¹⁸⁷ Estêvão 1640, 105v-106.

duvidoso, se avemos de usar de Gerundio, se de Conjuntivo, por serem semelhantes as linguagens. v. g. nestes modos. Indo eu encontrei vosso irmaõ: morrendo vosso pay fiquei desemparedado. He duvida sobre aquellas palavras, indo eu, & morrendo vosso pay, se haõ de estar no Gerundio, se no Conjuntivo. Seja pois esta regra. Quando a mesma pessoa do mesmo numero, he a que faz em ambos os verbos, devemos usar de Gerundio, como na primeira oraçaõ, indo eu, encontrei eu mesmo. Guixóbo açobaiti nderykýra. Mas quando a pessoa se varia, ou pelo menos no numero, usamos de Conjuntivo, como se vá na segunda oraçaõ. Derûba reõneme xeporeauçáb¹⁸⁸. Virgula [...]. Põese antes de conjunção, & relativo, & depois de cada verbo com seus casos, que he no fim de cada oraçaõ [...]. E põese outro se despos verbos simprezes sem algum caso, que rejaõ, como se vê neste exemplo: Pequei imaginando, fallando, obrando. O mais commum he [...] despois de cada verbo com seus casos, distinguindo hũa oraçaõ da outra¹⁸⁹.

Uma importante característica da lingüística da época é a atenção pela problemática de estruturas profundas e superficiais. Já nos primeiros monumentos portugueses, editados décadas antes da *Minerva*, de F. Sánchez, achamos a noção da elipse: os gramáticos quinhentistas escrevem sobre o sujeito expresso e não expresso, substantivo subentendido, etc. Logo Roboredo, bastante influenciado por F. Sanchez, apresenta a análise mais profunda da problemática da elipse, dando muitos exemplos dela. Os autores portugueses estudam a sinonímia das construções gramaticais. A procura da correspondência das estruturas profundas e superficiais é uma condição indispensável para descrever línguas exóticas, tão diferentes dos idiomas até então conhecidos. Acorrendo ao português e às vezes ao latim para ilustrar a especificidade das construções dessas línguas, os gramáticos falam da possibilidade de exprimir o mesmo sentido de maneiras diferentes. A comparação de línguas leva-os à revelação de várias estruturas superficiais correspondentes a uma única estrutura profunda:

Prima & secunda persona serme non explicantur, nisi discretionis, aut Emphasis causa¹⁹⁰. Quodlibet verbum quantumvis intransitivu admittit accusativum nominis significantis eundem actum, ut Quam hic vitam vivitis? [...] Huius generis sunt illa, Longum navigavit iter: Hunc scio mea solide solum gavisorum gaudia¹⁹¹. Infinitivum modũ vocamus, quod personas numerõsq; non definiat. [...] quam nomen

¹⁸⁸ Figueira 1621, 164.

¹⁸⁹ Vera 1631, 37v-38.

¹⁹⁰ Sousa 1535, lxxv.

¹⁹¹ *Ibid.*, lxxvj v.

ante verbum ipsum positum, intellectúmque, præ se ferat¹⁹². Substantivum nomen est, quod per se in oratione esse potest [...]. Adiectivum est, quod in oratione esse non potest sine substantivo apertè vel occultè¹⁹³. A figura Ellipse [...] he mui frequête; a qual pode logo o principiante ir conhecendo per estes numeros. Porque na Sentença em que faltar numero, mostra que neste lugar falta palavra, que se deve suprir de fora para enteirar a Grammatica [...]. Exemplo seja a Sentença [...], que tem estes numeros 1. 3. 4. & falta 2., em cujo lugar entrará, Est, que falta. [...]. Principium (1) dimidium (3) totius (4)¹⁹⁴. Na Regencia de Genitivo se commette muitas vezes a figura Ellipse, pela qual as terminções neutras dos Adjectivos teem as vezes de Sustantivo para regerem Genitivo [...]: ut tantum cibi. s. tantum pondus cibi¹⁹⁵. O Nominativo he principio da Oração, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora¹⁹⁶. Nos Infinitivos Latinos se calão muitas vezes estes Accusativos Me, Te, Se, Nos, Vos, Se, & em outros muitos Verbos¹⁹⁷. O uso d'este modo é o do portuguez no conjuntivo com a particula que, e em latim ut: Quero que vas, aipotândeçô, que cá soa: quero teu ir. [...] usa-se dos preteritos dos verbaes em ára, íra, n'esta forma: venho de pescar, a qual é voz do ultimo supino, posto que não se usa senão do ablativo com preposição, venio ex piscatione, cá se diz: venho pescador que fui, ajûyêporacaçaroéra¹⁹⁸. E este participio de futuro perfeito, serve de Supino passivo; mas concordando como adjectivo com o seu sustantivo ou claro, ou occulto¹⁹⁹. Os Absolutos são os que significão absolutamente algũa cousa, naõ tendo caso expresso; mas em seu modo de significar o levaõ consigo²⁰⁰. Outras vezes entre o artigo do verbo activo se mete hũa das tres letras, que servem de relativos, i, ç, com zeura, T, & juntamente

¹⁹² Resende 1540, Gijj v-Giv.

¹⁹³ Alvares 1572, 48.

¹⁹⁴ Roboredo 1619, 81-84.

¹⁹⁵ Ibid., 184.

¹⁹⁶ Ibid., 73.

¹⁹⁷ Ibid., 76.

¹⁹⁸ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, pp. 37-39.

¹⁹⁹ Figueira 1621, 108.

²⁰⁰ Ibid., 86-87.

o nome que avia de ser accusativo do verbo; & de tudo se forma hum só verbo activo. E a fora isso tem outro accusativo, ut Aicomonháng xerûba, faço a rossa de meu pay; A, he o artigo, i, he relativo, có, rossa, he accusativo, monháng, he o verbo activo, em direitura, Faço a sua rossa a meu pai²⁰¹. As vezes se poe na oração o correlativo, to, ty, te, expresso, entendendose tacite o relativo zo, zy, ze, ut tuue macas cõru sangui lale, te hãue quele, fiz o que me mandastes, magõta to vhoõta, que pedir levará. [...] As vezes se entende o relativo oculte na oração, maxime quando se falla pello participio do preterito, ut tuue maca dhaddilõle liquitõ, sãntossãõ vavhile, ly cõ gosto a carta que me mandastes²⁰². Ha alguns verbos como zogulõta, fazer trovois, mõllõbaita fazer nublado, senaita, chouviscar, nitõllõta, esclarecer, fanzõauõta, fazerse tarde, nos quaes nunca se poe expressamente o nominativo do agente, por quanto se entende tacite Deos o Ceo, que he o agente²⁰³.

A consolidação de uma nova compreensão da sintaxe tem duas fontes: a análise lógica da proposição e a revelação dos recursos de exprimir os significados sintáticos por meio das partes do discurso (por suas formas), o que os gramáticos da época descrevem acorrendo à terminologia morfológica. A primeira linha leva à descoberta das estruturas profundas, dos significados sintáticos, enquanto a segunda se concentra nas estruturas superficiais, nos meios propriamente lingüísticos de exprimir os significados. Para a formação da sintaxe como uma disciplina lingüística, diferente tanto da lógica, que só se limita pela análise da proposição, como da morfologia, as duas linhas foram importantes. A análise da tradição gramatical demonstra que na época estudada se está realizando a aproximação das duas atitudes à descrição da língua. A separação da sintaxe e da lógica (reconhecendo, contudo, a importância da problemática lógica) foi um dos fatores da consolidação da lingüística como uma ciência independente, enquanto a divisão da sintaxe e da morfologia levava à estruturação da lingüística. A tradição gramatical portuguesa contribuiu para a formação da sintaxe como uma disciplina com o seu próprio objeto do estudo (a oração) e os específicos princípios da descrição da língua, distintos tanto dos da lógica, como das da morfologia.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² Estêvão 1640, 78.

²⁰³ Ibid., 93.

Aspecto comunicativo da língua

Alguns autores da época não se limitam à descrição do sistema lingüístico e prestam atenção ao aspecto comunicativo da linguagem²⁰⁴, apresentando a morfologia e a sintaxe. O interesse pelas questões comunicativas até influencia a ordem da descrição gramatical: Figueira organiza a apresentação de várias partes do discurso – advérbio, interjeição e conjunção – não desde as posições da gramática (morfologia e sintaxe), mas partindo das necessidades da pragmática. Uma parte da sua obra aparece como a exposição de aspectos comunicativos do discurso²⁰⁵. O autor atinge a problemática da linguagem dialogal, classificando advérbios (interrogativos, afirmativos, negativos, laudativos, incitativos, proibitivos, permissivos), dá grandes listas de possíveis respostas, escreve sobre perguntas implícitas e explícitas. Descrevendo a “nota de interrogação” e resolvendo o problema do seu lugar na oração, que depende do tipo da pergunta, o gramático seiscentista faz-nos lembrar a classificação de perguntas *dictais* (aquelas que normalmente se chamam parciais) de Ch. Bally. Caracterizando um grupo de palavras como “advérbios diversos”, Figueira exemplifica o seu uso na fala e dá possíveis réplicas dialogais:

E porque ordinariamente por elles [advérbios] preguntamos, & respondemos: ou entendendose a pergunta tacita, pomos a resposta claramente, a qual dariamos à pergunta se claramente estivera, porémos aqui as perguntas, que se podem fazer, pera sabermos buscar as respostas, que se lhe devem aplicar. Os advérbios porque preguntamos, são os seguintes. Advérbios de tempo. Erimbãêpé? Quando? Bãêremepé? Em que conjunção, ou horas? [...] Aos advérbios de tempo Erimbãêpé, Bãêremepé, respondem os seguintes. Cöy [...] agora. Irá. Ao diante. Iêí, foi de hoje²⁰⁶. Esta nota de interrogação Pe [...] porseha junto do nome, ou do verbo, sobre cujo significado cae a duvida. v. g. nesta pergunta Xepé açóne? A duvida he se hei de ser eu ou ha de ir, ou outro. E por isso se poem a dição Pe, junto ao pronome Xe, Mas se a duvida fora sobre aver de ir, ou não aver de ir, disseramos, Açópe ixéne? Hei eu de ir, ou não?²⁰⁷. Advérbios diversos. Irõ? Pois? Vedes já. Coité [...], Entaõ, depois disso. Iandú, Se

²⁰⁴ Claro que os filólogos dos séculos XVI e XVII, tocando no discurso de modo empírico, não realizam o seu estudo teórico.

²⁰⁵ Figueira 1621, 127-149.

²⁰⁶ Logo seguem mais 35 respostas a estes dois advérbios interrogativos de tempo. Figueira 1621, 127-133.

²⁰⁷ *Ibid.*, 166.

vem à mão. Oçóu iandú. Ipó, Por ventura, Na verdade. Naçãubi, Naõ sem causa. Cocoty, E por outra parte. Ndãerojái, E nem por isso. Maetepe [...] Hora vede agora. Amé, Assi he, às vezes he ironia. Memé [...], Quanto mais? Biã, Mas, Debalde. Abiã, Ainda cá, quanto mais lá. Iké ãbiã; memétipo Ebapó. Tenhé, Debalde. Oçóu tenhé. Foi de balde. Aujenhé, Bem está assi. Aujetéramo [...], Ainda bem que assi seja ou fosse. Nandé, Mas antes asi. Marandá, Mal, & como não devia. Aémo? E com tudo isso? Amó, Ainda agora Aiúramó, ainda agora venho. Aándé, Mas não foi, ou não he assi²⁰⁸.

Achamos nos textos lingüísticos os meios de exprimir aprovação e confirmação ou desacordo:

[Adverbios] Affirmativos. Pá, Sim do homem somente. Hehe, Sim, da molher, & tambem do homem. [...] Anhéreá, l, anhécoreá, Dos homens somente. Assi he²⁰⁹. Anhérei, l, Anhécorei, Das molheres somente. Assi he²⁰⁹. Niã, hê hũa confirmação do que se diz, ut Açoniã, Vado igitur²¹⁰. De $\alpha\theta\chi\upsilon\alpha$ se uza tambem quando alguẽ vay dizendo algũa couza & o que ouve replica, & tornando lhe a dar rezaõ que lhe contenta ou convensa, dis o que ouvia he $\alpha\theta\chi\upsilon\alpha$, que quer dizer isso si, deste modo si. [...] A aspiraçaõ hũ, interdentes he de quem vay confirmando, & assentindo ao que se lhe vay dizendo²¹¹. [Adverbios] negativos. Aán, Aáni [...], Naõ. Aánireá, Dos homens sos. Aáni ri. Das molheres. Naõ he assi. Eám, l, Eámãe, Naõ, das molheres sós. Eráma, Naõ. Absit. Aánangái, De nenhuma maneira, l, Aáni. Aangatutenhé, De nenhũa maneira. Anhéraupé, l, Manheraue, He zombaria²¹².

Nas gramáticas expõem-se os recursos de manter o contato e os marcadores do final da réplica; indicam-se os remédios de provocar a enunciação e os de provocar, permitir ou proibir um ato:

Ou, he de quẽ responde, a que o chamaõ, ã, de quẽ responde perguntando, por não ouvir, ou entender bem²¹³. quando hũ vai contando algũa couza, acabando diz, itulenchi, anny cai nã, ou itulychi matu,

²⁰⁸ Ibid., 136-137.

²⁰⁹ Figueira 1621, 133-134.

²¹⁰ Ibid., 144.

²¹¹ Estêvão 1640, 76-77.

²¹² Figueira 1621, 134.

²¹³ Estêvão 1640, 77-77v.

ou itulochi p̄õicu, ou itulichich qhõbata, que ve formar o sentido da lingoagẽ tenho dito naõ tenho mais que dizer²¹⁴. Tõri pronunciado por sy so, depois de hũ ouvir algũa couza que outro vay dizendo lhe responde como fazemos no latim cõ ergo ut tari tuca quite dissára? pois vos que cuidaveis: do qual tõi uzaõ tambem por sy so, quando algua pessoa esta esperando por outra que foi saber de algũa couza, aquelle depois de chegar lhe dis o q estava esperando tõi? que he o mesmo que dizer; pois que temos? como passou? que vay por la? deste tõi repetido se uza per modo de ronqua; quando hũ vay porfiando, & outro refutando, aquelle que parece vay de vencida, diz no cabo, com impeto tõi, tõi, q he o mesmo q dizer, vos que cuidaveis, que vos parecia?²¹⁵ [Adverbios] Incitativos. Sing. Nõi. Plur. Põi, I, Penõi. Hora fus, applicaivos. Keremé. Depressa fazei. Coritõi, Depressa, çogo, Ainda agora. Nõibé, Outra vez tornai a fazer. Prohibitivos. Aujé, Aujeranhé, Basta já. Nanhó, Nanhóranhé, Basta. Aáni, Aániã, Isso naõ. Aánúmé. Naõ seja assi. Etëumé, Guarte naõ faças. Petëumé [...] plur. Naõ façais vos. Touneranhé, Esperemos mais [...]. Eitenhëumó [...], Pera que naõ aconteça. [...] Teinhé, Deixa isso; cessa de fazer. [Adverbios] Permissivos. Nei Aujebéte, Seja embora. Iepé, Seja, mas de balde. Iepé açó, irei de balde. Teinhé, Deixa o fazer²¹⁶. Note-se que de duas maneiras mandamos a alguem que naõ faça algũa cousa polo Imperativo, Eimonhangumé, naõ faças, ou pola segunda pessoa do presente do Indicativo, Nderemonháng-i; & este segundo modo tem força de ameaça, ou grande cautella, significando haver grande perigo na cousa que se proibe, ut Guarte, naõ faças; Nderemonháng-i. Nderári, guarte naõ caias²¹⁷. Quando se falla mandando com persuasaõ & rogos usaõ do futuro em, dus, em lugar de imperativo, ut hie velle tumĩ amõcãraqhũchẽ: hea võgta hẽ tuuẽ hatĩ dhõru chẽ, esta vez aveis de tomar este negocio entre maõs [...] isto bẽ vejo q naõ he propriamente imperativo, mas por ter com elle alguma semelhança, o pus neste lugar²¹⁸.

Os autores portugueses apresentam meios de exprimir a atitude ao interlocutor, à situação e ao enunciado. Demonstram os modos de exprimir pedido ou mando:

²¹⁴ Ibid., 83-83v.

²¹⁵ Ibid., 106-106v.

²¹⁶ Figueira 1621, 135-136.

²¹⁷ Ibid., 93.

²¹⁸ Estêvão 1640, 34v.

[Adverbios] Laudativos. Icatú [...], Muito bem. Matúeté [...] Está muy bem feito. Iâ, Iamurú, Folgo que lhe aconteceu mal. Aeboé, Mui a proposito. [...] Naeté [...] Grandemente²¹⁹. Esta aspiração ha se repete, duas, ou tres vezes juntas com impeto, contra aquella que quer dar noutrê ou fazer algũa couza mal feita, como reprehimento, & estranhandolhe o mal que quer fazer pera q o naõ faça. A mesma aspiração, hũ, tambẽ entre dentes serve as vezes pera mostrar agastamento, & aborrecimento dalgũa couza que se lhe diz, ou faz²²⁰. o que esta ouvindo a outrê algũa couza de q não gosta por ser ameassa, ou ronqua, ou quãdo lhe responde cõ algũ de sabor, diz itulenchi mã? any cai nã? tudo isto he o que tendes pera fazer, ou dizer, não tendes mais nada²²¹. tambem por desprezo, & fanfaronia [se uza quito, y, e], diz hũ ao outro, a quẽ despreza, tu quito vlαuncα, & que sois vos pera falar²²². Quando se falla mandando com persuasão & rogos usaõ do futuro em, dus, em lugar de imperativo, ut hie velle tumi amαcã raqhuçe: hea vαgta he tuue hati dhãru che, esta vez aveis de tomar este negocio entre maõs²²³. Quando na oração dizemos trazei outro vinho, ou agoa, ou qualquer couza semelhante, se mandamos trazer mais alem doutro ja trazido, ha se de uzar do adjectivo, anniyccu, i, α, & tambe de agαllo, y, e, ou Choddu, i, α, & αdicu, i, α, inda que anniyccu, i, α, serve tambẽ pera dizer trazei doutra casta, ou feição, ou tambẽ para mandar trazer quando se bebeo o vinho, ou agoa, ou acabou algũa outra couza, & se manda trazer de novo uzase de anniyccu, i, α²²⁴.

Os gramáticos dão exemplos da etiqueta de linguagem, expõem marcas de características sociais, inclusive as da idade e do sexo de falantes:

Notandum est primò Lusitanos non uti secunda persona singularis *tu*, nisi quando loquuntur cum Persona admodum abjecta, vel admodum familiari: quando enim loquuntur cum persona extranea aliqualis æstimationis, utuntur secunda persona pluralis, v. g. *vos soys, vos amais*, & non dicunt *Tu es, tu amas*. Tertia persona utriusque numeri pertinet ad titulos, quibus nominamus personas digniores.

²¹⁹ Figueira 1621, 136.

²²⁰ Estêvão 1640, 77.

²²¹ Ibid., 83v.

²²² Estêvão 1640, 82v-83.

²²³ Estêvão 1640, 34v.

²²⁴ Ibid., 82v.

Tituli sunt *Vossa Merce, Reverendissima, senhoria, Illustrissima, Excellencia, Eminencia, Alteza, Magestade*. Notetur quòd quando dirigimus sermonem ad personas horum titularum capaces, utimur illis titulis, & non tertiâ personâ, *Elle, ella, elles, ellas*. Est enim fæda inurbanitas, quando loquimur ad similes personas dicere *Ouçã elle, ou ella: Ouçam elles, ou ellas*. Audiat ille, vel illa; Audiant illi, vel illæ. Verùm dicimus *Ouçã vossa Senhoria, vossa Excellencia; Ouçam vossas Senhorias, vossas Excellencias*. Aliquando absque inurbanitate dirigendo sermonem ad similes personas utimur secunda persona, jungendo vocem *Senhor*, ou *senhora: Ouvi senhores, ou senhoras*²²⁵. Alguns outros nomes ha que [...] tem subintellecto o adjectivo meus em todos os casos, ut aî, minha mãi. O macho chama á irmã pei, guaupíra, minha irmã, e a minha sobrinha itô [...], a irmã ao irmão, ai [...], o pai e mãi ao filho macho piã [...]. Todos os mais maxime vocando nunca se poem sem o adjectivo meus, noster expresso, ut pai, mestre, tio, mãi, etc. xerúb, xemboeçâr, xetutír, xecîg, etc. [...] O senhor, o pai, o mestre, etc. faz, dizem, acejára, o senhor de homem, e não jára sómente, senão quando de si mesmo são absolutos [...]. Isto ha lugar onde é como possessio rei, ut patet exemplis: meu senhor, meu mestre; porque onde isto não ha, absolute se poem como ladrão, mondâ, o máo, angaipába, o fugidor, canhembóra²²⁶. Todos os [...] vocativos [...] se denotaõ com esta particula Guí, I, Gué, que he o mesmo, que O, no Portuguez; [...] Xerúbgué. As molheres porèm em lugar de Gui, ou Gué, dizem Iú, ou Ió, Xe cyg jú, ò minha mãy²²⁷. [Adverbios] Affirmativos. Pá, Sim do homem somente. Hehe, Sim, da molher, & tambem do homem. Anhé, I, Aié, Anhéráú, Assi he. [...] Anhérea, I, anhéracoreá, Dos homês somente. Assi he. Anhérëi, I, Anhéracorei, Das molheres somente. Assi he. Emoná, Emonàracó. Dessa maneira. [Adverbios] negativos. Aán, Aáni [...], Naõ. Aánireá, Dos homês sos. Aáni ri. Das molheres. Naõ he assi. Eám, I, Eámæ, Naõ, das molheres sós. Eráma, Naõ. Absit²²⁸. Ca Dos homês somente. Quyg das molheres sómente. Estas duas syllabas denotaõ resoluçaõ, ou determinaçaõ de fazer algũa cousa. Açó cá, Querome ir. Commümente se lhe ajunta dantes, Ne, ou Pe.

²²⁵ B. Pereira 1672, 37-38.

²²⁶ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, pp. 20-21.

²²⁷ Figueira 1621, 9.

²²⁸ Figueira 1621, 133-134.

Açóne cá, Açópecá, diz o homem; Açónequyg, diz a mulher²²⁹. Aho serve pera quando falamos cõ gente muyto grave, & se acrescenta ao ga, aho, ga, suamino, també pera muita mais honra, & gente mais grave, se acrescenta ao, ga alem do aho, hũa particula, zi, a qual se poê as vezes cõ ga, & as vezes se elle, ut aho zi suamia, ola meu senhor [...]. A gente baixa, em lugar de todas estas interjeições de chamar uzaõ entre sy pera chamar da particula, ou letra, o, ut o Francisca o Francisco²³⁰. Aho uzasse qundo fallamos cõ homes mais graves, que nos, aga, se uza pera cõ igoais, & v̄aya, as vezes se uza cõ os homês baixos, & mininos, & are, sempre pera os tais, Ague pera cõ as molheres de qual quer qualidade. Ago pera cõ as mininas baixas, & que ão saõ bramanas & pera as escravas. Are pera as mininas bramanas²³¹. Por cauza de honra, uzaõ da terceira pessoa do Pl. pera a segunda do singular ut tu mi qh̄oi vetat̄α, ou vetati, onde vay V. M.²³².

São estudados os meios de dar expressividade à linguagem:

A, com til, ã, dá energia a alguãs palavras: ut Açóã, Eisme vou. Aániã, Aáriã, isso ão. Guarda²³³. Aúb, significa defeito, ou má vontade na aççãõ. Açóãúb, vou, mas de má vontade. Acepiacãúb, desejo ver, tenho saudades de alguem. [...] E se o verbo atraz se repete, tem mais força: ut Aço açóãúb, folgo que vou. [...] Quando se repete a diçãõ, significa grande desejo. Açóãúãúb, vou com grande desejo, & pressa. [...] Çoér, Ndoér, Xoér. [...] significaõ a mesma frequencia na aççãõ dalgũa pessoa. [...] A estas se ajunta tambem ás vezes Ia, ou Yabí, & significaõ com muito mais efficacia, ut Denhemoyrondoeriabi, Sois mui pichoso e rabugento. Tambem Amanoçuer, quasi que ouvera de morrer. Aãrixué, ouvera de cair quasi. [...] Niã, he hũa confirmaçãõ do que se diz, ut Açoniã, Vado igitur. [...] Angái, Negaçãõ, como dizermos, De nenhũa maneira²³⁴. uzaõ de dous Dativos que tẽ a mesma significaçãõ de hũ, mas so tẽ mais algũ encarecimento, & efficacia no dizer, ut maca Padrica tu dy nãssi, ou maca Bapac̄αtu many nãssi, ão fazeis cazo de mi que

²²⁹ Ibid., 139.

²³⁰ Estêvão 1640, 16v.

²³¹ Ibid., 76v.s

²³² Ibid., 93.

²³³ Figueira 1621, 138.

²³⁴ Ibid., 138-146.

sou vosso pay²³⁵. A particula ,che, se acrescenta ao cabo de algũa dição pera mayor emphasis, ut yecuchi huso não mais, cainchi nã, nada nada, foxdha vloxitoxchi assα, não faz senão falar²³⁶.

A problemática do discurso aparece nas obras destinadas ao ensino do idioma estrangeiro com o objetivo prático de dominá-lo em várias situações de comunicação: nas gramáticas das línguas exóticas e na gramática do português para estrangeiros de B. Pereira. Para ensinar a formar uma enunciação comunicativamente eficiente, já não basta só mostrar como se constrói uma oração que seja correta desde o ponto de vista gramatical (usar corretas formas morfológicas e construções sintáticas); é também indispensável instruir a escolher os meios correspondentes a vários objetivos pragmáticos.

Língua universal e particular. Esboço de gramáticas universais e particulares

A tradição filológica portuguesa dos séculos XVI e XVII possibilita ver o processo de formação dos novos princípios da descrição lingüística, em primeiro lugar, da consolidação das idéias da língua universal e particular.

Uma importante característica da atitude universalista com relação à língua é a atenção à semântica, e os textos portugueses dão muitos exemplos desta tendência. As questões da semântica, que são sensíveis na gramática de Barros, ocupam um notável lugar nas obras de Sousa (para quem o critério semântico é a base da classificação das partes do discurso²³⁷) e de Robredo. Severim de Faria apresenta a fala (linguagem) como meio de exprimir os conceitos formados pela razão e interpretados, conhecidos pela língua, a qual é compreendida como um intermediário entre a razão e a linguagem. O autor distingue a forma sonora e o significado lexical da palavra: o significado é considerado universal, e a forma sonora pertence à língua particular. Ferreira de Vera reflete a ligação do significado e do significante:

Quid est nomen? Pars orationis que rem significat, non actionem²³⁸.
Ad hec que imperandi & nunciandi significacionem habent²³⁹.
Nomina substantiva que significant possessionem, mensuram sive

²³⁵ Estêvão 1640, 23.

²³⁶ Ibid., 106v-107.

²³⁷ O critério semântico da distinção das partes do discurso é muito importante para vários autores portugueses (lembramos as supracitadas três classes gramaticais que distinguem Oliveira e Távora).

²³⁸ Sousa 1535, iij.

²³⁹ Ibid., lxxiijv.

numerum, aut relationem ad aliquid genitivum exigit²⁴⁰. Sustantivo hê o que significa sustancia, ou per modo de sustancia²⁴¹. O Nome Sustantivo conhecerá o principiante pela significação vulgar, & seu Artigo junto. [...] O Verbo conhecerá pela significação vulgar²⁴². Aventeando a natureza muitos animaes ao homem nas forças do corpo, & perfeições dos sentidos, sò com o entendimento, & lingoagem o fez superior a todos. Porque na razão lhe deu o verdadeiro conhecimento das cousas, & na lingoagem o meyo para declarar seus conceitos, servindolhe a lingua, como diz Tullio de Interprete do entendimento²⁴³. Vindo depois o tempo da edificação da torre de Babylonia, & querendo Deos castigar aos homes [...] lhe confundiu a lingoagem. Esta cõfusão de lingoas entendem algũs expositores, que foy mudandolhe nos entêdimentos as significações de palavras, de modo que por este mesmo nome pedra, ou pão, entendessem agua, ou fogo; o que parece se collige claramente do nome, confusão, que quer dizer, tomar hũa cousa per outra: [...] presentes ao sermão de S. Pedro no dia do Pentecostes, quando fallando elle na ligoa Hebre, os ouvintes de diversas nações entendião aquellas mesmas palavras em varios idiomas, & estas erão as diversas lingoas [...] a ligoagem primeira de Adão foi dividida pelo mundo com a divisão das gentes [...] levando a todos nos vocabulos, mas não dos significados²⁴⁴. as letras representão as vozes, & as vozes os pensamentos, & conceitos d'alma²⁴⁵.

A ponderação com relação ao significado das formas e construções é especialmente característica das gramáticas de línguas exóticas. A importância da semântica é condicionada pelo próprio objeto da descrição: a orientação só quanto ao aspecto formal não podia garantir uma eficiente apresentação de línguas tão diferentes do latim e do português. Daqui vem o freqüente emprego dos termos “sinal, significar, denotar, sentido, significação, nota”. Apesar de um grande interesse pelas formas da língua, os autores realizam a descrição a partir do significado para as formas, o que aproxima estas obras a gramáticas

²⁴⁰ Ibid., lxxx.

²⁴¹ Roboredo, 1619, 66.

²⁴² Ibid., 80.

²⁴³ Faria 1624, 62-62v.

²⁴⁴ Ibid., 63-63v.

²⁴⁵ Vera 1631, 78.

universais. A tendência oposta – a primazia das formas –, representada na gramática de Oliveira²⁴⁶, marca o início do outro tipo das gramáticas, i.e., as gramáticas particulares. A oposição de dois princípios não é determinada pelas diferenças de línguas que se descrevem – portuguesa, de um lado, e línguas exóticas, do outro –, mas se manifesta em vários monumentos. Tendem as gramáticas particulares às descrições do português (Oliveira, B. Pereira) e do latim (Clenardo). Por seu turno, os rasgos das gramáticas universais caracterizam as descrições do português (Barros) e do latim (F. Pereira, Roboredo), além da gramática hebraica de Távora e das obras de missionários (Anchieta, Figueira, Estêvão). Como já foi indicado, as diferenças entre os dois tipos de gramáticas estão particularmente evidentes na apresentação das categorias de caso, tempo, modo e voz.

Nas gramáticas da época, esboça-se a noção de categorias gramaticais e a diferenciação de vários tipos de categorias. Primeiro, devemos notar que é sensível a tendência de substituir a idéia de acidentes das partes do discurso pela noção de categorias. Tradicionalmente, a descrição das partes do discurso era organizada como a apresentação dos seus acidentes²⁴⁷, os quais incluíam, além das características propriamente gramaticais, as questões léxico-semânticas e a problemática da formação de palavras. Mas muitos gramáticos portugueses²⁴⁸ nem mencionam o termo “acidente”, tendendo uns²⁴⁹ às idéias de categorias universais lógico-semânticas e outros, às categorias gramaticais (morfológicas). A obra de Oliveira é o exemplo mais ilustre desta última tendência. A evolução do conceito de acidente para a noção de categoria gramatical (morfológica) está ligada ao fortalecimento da compreensão da importância dos meios formais de exprimir os significados gramaticais, à renúncia de incluir a problemática de formação de palavras no conjunto das características gramaticais delas e à abstenção de especificar os grupos léxico-semânticos na apresentação das partes do discurso. Da descrição se excluem os aspectos da palavra que não estão ligados diretamente às suas propriedades gramaticais. Mais uma propensão que se nota nas gramáticas da época é a distinção de categorias mais abstratas, ou conceituais, cujo significado gramatical se exprime por várias classes de palavras. Comprova isto o processo de formação da categoria de quantificação, quando os autores portugueses, apresentando o número de nomes, tocam na problemática de singularidade/coletividade, con-

²⁴⁶ Isto se revela na atenção pelas formas gramaticais, na descrição realizada na direção das formas ao significado.

²⁴⁷ Alguns autores usavam o termo “acidência”.

²⁴⁸ Oliveira, Resende, Roboredo, Figueira, Estêvão e B. Pereira.

²⁴⁹ Barros, Resende, os autores das gramáticas missionárias, Roboredo.

tabilidade/incontabilidade e mensurativo, ou o fato de atingirem algumas fa-ces de categorias de localização no espaço e no tempo:

Algũs nomes não tem plural: como prol: retros. isto. isso. aquilo. quem. alguem. ninguem. E outros não têm singular: como dous. tres. seys. ambos. e ambas. E outros não tem .s. que e a propria letra do plural [...] e todauia sinificãõ muitos [...] como quatro çinco. dez. onze. doze²⁵⁰. Todo nome próprio tẽ singulár e nã plurár: assy como, Cipiam, Lisboa, etc. [...] Nã tẽ plurár os quátro elemẽtos. Verdãde e q bẽ pôsso dizer: eu andei muitas terras, e nũca uy tã bãõ fruta, como a do termo de Lisboa. Aqui neste módo e ã outros nã tomamos as terras como elemento da tẽrra, mas per a diuersidãde das prouincias dẽlla. [...] As cousas que tem medida e peso nam tem plurar: como, azeite, uinho, vinãgre [...]. Sól, lũa, glória, fãma, memória, nam tem plurár²⁵¹. *Nomen proprium apud Lusitanos est illud quod in numero singulari rem certam ac determinatam significat [...]. Nomen appellativum est illud quod significat rem incertam, & communem*²⁵². Os nomes nesta lingua commummente, nãõ tem distincãõ de numeros, singular, & plural [...]. Os numeros porem se distinguem com algũs nomes adjectivos, que servem somente de singular, ou de plural: ou nãõ avendo estes, se entendẽ do modo de fallar. [...] Os nomes adjectivos, que significaõ cousas singulares, ou do plural somente, sãõ numeraes: & os que nãõ sãõ numeraes, nãõ tem distincãõ de plural, & singular. Os numeraes do singular sãõ os seguintes. Oiepé, hum. Imocõia, o segundo. Imoçapyra, o terceiro. Oiepéumbe, hum & hum. Oiepé iepé, cada hum per si. Os numeraes do plural sãõ os seguintes. Mocói, dous. Moçapyt, tres. Monherundyc, quatro. Ambó, cinco: s., hũa maõ, que tem cinco dedos. Opacombó, dez. s. ambas as maõs. Xepó xepyg, meus pès, & maõs: que sãõ vinte. Amó amó, alguns. Cetá, cetá eté, muitos. Ceyi, muitos. Mobyry, algũs, ou quantos? Mobyriõ, muitos. Opá, opabenhé, opacatũ; todos. Oiepéguaçú, todos juntos em hum corpo. Oiepé, junto com verbo no plural. Todos juntos. Nã; mostrando os dedos. Cíc. Pabe. Todos. Iabiõ, cada hum, i. singuli. Com os sobreditos nomes adjectivos juntos aos sustantivos, significamos a multidaõ. [...] Teyia, significa multidaõ de gente, he colectivo²⁵³. Para significar os outros ordinaes

²⁵⁰ Oliveira 1536, Capitulo xlv, Eijj-Eijj v.

²⁵¹ Barros 1540, 10-10v.

²⁵² B. Pereira 1672, 6.

²⁵³ Figueira 1621, 3-5.

additur este vocabulo çoára, ndoára, ixoára, que todo é um, no fim de outros nomes ou preposições, que quer dizer estante, ou pertencente, ut, tenondê, diante, tenondeçoára, o que está diante, taquipoéri, detraz, taquipoerixoára, o de detraz, etc., ti, dianteira, timendoára, o da dianteira²⁵⁴. Quando se falla por semelhança se poe em Ablativo cou hũa [das] postposições que rege o tal ablativo ante sy. As postposições saõ, bõra bõri, fõrassõri [...] ut to cheddo hea cheddea bõrabõri. Aquelle minino parece como este [...]. Aquelle Cavallo anda como este to bõilu hea bõila sarico; Aquelle Boy he semelhança a este. [...] tache bõrabõricho Chõlo, este minino he da mesma idade, & tempo q elle Dizem taõbe tuze põry hũa nhoe, eu não sou como vos, ou tuze sõry hũa nhoe, tuca anny maca sõri? Somos muyto desigoaes²⁵⁵. Quando fallamos por mensura, uzamos de algũas maneiras de fallar, ut he lacuddõ sã vngõttitã, itule thorõ, este paõ he taõ grosso como seis dedos [...], hea lacuddachy thorivai sã vngõttiyanchy. A grossura deste paõ he de seis dedos [...]. Tambe se diz he lacuddõsã vngõttio thorõ: Este pao he seis dedos grosso²⁵⁶. Neste regimento de mensura se acha as vezes na oraçaõ misturado o outro nome cõparativo, & tambe o Ablativo de cauza ou instrumento hũa Pedru passi gonçalla passi, dunnienõ vthoddu, eu sou mayor dobrasodo que gonçallo. & Pedro tuze hounu, Chouturayenõ satõgunni, hũa õdicu, sou maes sabio que vos sem vezes²⁵⁷. Quando se falla por algũ tempo certo, ou incerto, se poem aquelle tempo em Ablativo e frases sem postposiçaõ, ut maguilea aitõra, A ssomana passada Domparãcheã vellõ, Ao tepo de meio dia²⁵⁸. Quando na oraçaõ se falla por distancia de lugar se pode uzar dos modos seguintes hea ghõracõ anny, tea ghõracõ, ou heã dom gharã bhitari, l, mõdhe Chalissã Vabuache õntõrõ, entre estas duas cazas ha distancia de corenta brassas²⁵⁹.

Como podemos ver, duas tendências que se revelam na época – a importância do aspecto formal e a observância da correlação da semântica e da for-

²⁵⁴ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 14.

²⁵⁵ Estêvão 1640, 85v-86v.

²⁵⁶ *Ibid.*, 87v-88.

²⁵⁷ *Ibid.*

²⁵⁸ *Ibid.*

²⁵⁹ *Ibid.*, 90v-91.

ma – desempenharam um importante papel na consolidação de vários princípios da descrição gramatical²⁶⁰, no desenvolvimento das idéias de categorias lingüísticas e na formação de tipos de gramáticas (particulares ou universais).

Os filólogos portugueses da época não só baseiam a prática da descrição gramatical nas idéias universalistas, mas explicitam-nas. É muito eloqüente a supracitada afirmação de Barros sobre o papel exclusivo do nome e do verbo em todas as línguas. A ilustração mais flagrante do desenvolvimento das idéias da língua universal na época anterior a Port-Royal são as obras de Roboredo. O *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, publicado 40 anos antes da gramática de Arnauld e Lancelot, é um dos primeiros exemplos de gramática universal proclamada como tal²⁶¹. Prosseguindo com as idéias de F. Sánchez, Roboredo escreve sobre a necessidade de distinguir o nível universal, comum a todas as línguas, e particular, sendo os dois níveis objeto da descrição lingüística. A base do nível universal é *ratio*, e a descrição gramatical deve revelá-la. Em conformidade com a concepção racionalista, a descrição da língua é realizada a partir do significado universal para as formas das línguas concretas. Roboredo não só realiza este princípio na prática, mas explicita-o, declarando que as regras, baseadas nos significados, são aplicáveis até às línguas desconhecidas:

Pretêdia que fosse este Methodo universal [...]. Ordenei poucos preceitos [...]. E muitos delles são universaes²⁶². Aa imitação delle se pode ordenar outro semelhante em qualquer lingua²⁶³. acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que têm misturado, o que he particular de hũa lingua, com o que he commum a muitas, ou a todas²⁶⁴. os Latinos erão homês. com os quaes concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento, & a lingua, a declarar o que sentimos: & ainda que as palavras sejam diversas, assi cada hũa per si, como muitas iuntas na razão da frase, com tudo a união racional dellas, em todas he a mesma²⁶⁵. Grammatica depende da razão²⁶⁶.

²⁶⁰ Em direção da forma para o significado ou em direção do significado para a forma.

²⁶¹ Comprovam-no os títulos do livro e da sua primeira parte – “Grammatica exemplificada na Portuguesa e Latina”. A gramática aparece aqui como uma abstração universal que pode ser ilustrada por exemplos das línguas concretas, no nosso caso, da latina e da portuguesa.

²⁶² Roboredo 1619, b4.

²⁶³ Ibid., c.

²⁶⁴ Ibid., bv-b2.

²⁶⁵ Ibid., a4v.

²⁶⁶ Ibid., b.

Nella²⁶⁷ o Mestre achará regras novas; porem mui ajustadas com a razão²⁶⁸. Inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas linguas que não sei²⁶⁹.

Uma importante característica da doutrina de Roboredo é a diferenciação dos conceitos da oração e da frase, às quais o autor dedica diferentes partes da sua obra. A gramática aparece como um dos constituintes da língua, a par do vocabulário e da frase. Para compreender os textos²⁷⁰ é indispensável saber os três elementos: os significados das palavras, as construções e a frase. A gramática, que representa o nível racional universal da língua, conhece-se no resultado do estudo teórico. A frase, que é relativa à língua particular, está determinada pelas especificidades da fonética, da gramática e do léxico duma língua concreta. Os hábitos da produção eficiente da frase estão determinados pela competência lingüística do falante nativo. A diferenciação dos conceitos da oração e da frase patenteia-se na diferenciação dos objetos da gramática e da retórica. A elipse, segundo Roboredo, é característica da frase, enquanto a gramática reflete a estrutura completa, sem elipse. Assim a gramática, cujo objeto é a oração, representa a estrutura profunda, e a frase representa a estrutura superficial. O autor indica que as construções de elipse se diferem nas línguas concretas e não coincidem em latim, português e espanhol. Deste modo, Roboredo compreende a existência de três níveis: 1. lógico, racional, o nível do significado; 2. de estruturas lingüísticas universais, de orações, pertencentes à gramática racional e universal; 3. de realizações, de frases determinadas pelas características da língua concreta:

Methodo grammatical para todas as linguas. Consta de tres partes.

1. Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina. 2. Cópia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses. 3. Frase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica [...] ²⁷¹. De star a Latina reduzida a arte ha tantos annos, & irse sempre a arte aperfeiçoando, podemos dizer, q soube Francisco Sanchez Brocense mais Grammatica Latina em nossos tempos, que Cicero, & Varrão columnas da lingua, nos seus, que lhe precederom 1640

²⁶⁷ Na *Grammatica Latina* (Roboredo 1625).

²⁶⁸ Roboredo 1625, §3.

²⁶⁹ Roboredo 1619, b4. Nesta declaração sente-se a influência da escolástica, das idéias de Ockam. A importância desta influência é analisada abaixo.

²⁷⁰ As sentenças que Roboredo em grande número expõe na sua obra.

²⁷¹ Roboredo 1619, rosto.

annos. Elle mais Grammatica, & estes mais Latim. Porque a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão: & como a lingua consta de Grammatica, Cópia, & Frase [...] aquella alcançou mais Grammatica, & estes sabiam mais Cópia, & Frase com mais propriedade, porque como Materna lingua a usavam des os berços. E a natural pronunção, & sitio das palavras no modo de fallar, não o podia o Espanhol encontrar facilmente [...]. Exemplo seja hoje hum castelhano avisado, & ainda escritor, que pronunciará melhor sua lingua Materna, saberá mais Cópia, & Frase, que hum Português, & cõ tudo pode haver Português que lhe ensine a Grammatica da lingua, que tambem falla. Daqui resulta hũa conclusã cõtra os que cuidão, que sò na Grammatica consiste a lingua²⁷². A Frase pois, que he hũa das propriedades de cada lingua, muitas vezes se não pode interpretar em outra lingua palavra por palavra²⁷³. Frase he um particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunção e ajuntamento de palavras per certa collocação dellas. A primeira raiz de que depende he a varia significação metaforica, na qual se usão as palavras, alem da propria e o vario sitio e ornamento dellas. A segunda he a multiplicação de palavras para um conceito e a de conceitos pelas mesmas ou varias palavras. A terceira he o conhecimento e uso da figura Ellipse. A quarta he o conhecimẽto de Dativo e de Substantivo, q ou per cõtinuação no mesmo caso ou postos em diverso, fazem diverso modo de fallar, e o conhecimẽto e uso de alguns Adjectivos, Adverbios e Conjunções. A quinta he o uso das Preposições, que com seus casos e varios significados produzem varios modos de fallar²⁷⁴. As palavras da Oração do Grammatico põe o Rhetorico em sitio quase opposto. Porque o Grammatico segue a ordem natural [...]. Porem o Rhetorico como pretende enfeitar esta Oração, colloca as palavras no sitio, que melhor armonia faz aa orelha: & nesta armonia consiste seu elegante ornamento, hora alongando, hora abbreviando, hora levando as palavras fora de sua propria significação [...]. Põi o Rhetorico no primeiro lugar o caso regido; no segundo, o Nominativo: no terceiro, o Verbo. [...]. Grammatico. Virtus occupavit animam. Rhetorico. Animam Virtus occupavit. [...]

2. Põi Rhetorico o Adjectivo primeiro, que o Sustantivo; & entre

²⁷² Ibid., b.

²⁷³ Ibid., c.

²⁷⁴ Ibid., 182.

ambos põi o Genitivo regido do Substantivo. Põi sempre o caso regido primeiro, que a palavra regente. Converte algũas vezes o Genitivo em Adjectivo possessivo. [...] 3. Ajunta o Rhetorico a hum sustantivo dous adjectivos: & dous Sustantivos a hum Adjectivo²⁷⁵. Muitas figuras Ellipses desta maneira, que admite a Latina, não admite a Portuguesa, nem a Castelhana: por tanto, com as palavras, que se hão de supprir, se descobrem defronte as figuras. E per esta via notarás de passagem a differença da frase destas tres linguas²⁷⁶.

Na tradição portuguesa, a idéia da língua universal é aplicada a vários níveis do sistema lingüístico. Espalhando no nível do som os princípios universais, que de várias maneiras se realizam em línguas concretas, os autores portugueses sondam a correlação entre a fonética geral e a particular. O aparecimento de dicionários bilíngües²⁷⁷ pode considerar-se a realização não só da tendência à codificação do léxico da língua nacional, mas também da atitude universalista: a própria criação de tais dicionários fica possível se está baseada na idéia da existência de um conceito uno expresso por vários lexemas das línguas concretas. Isto é ainda mais justo para os dicionários plurilíngües que fixaram uma característica da lexicografia da época. Basta lembrar numerosas edições do dicionário de Calepino, ao qual se apoiou Roboredo, ao escrever o seu dicionário²⁷⁸. As obras do gramático português exemplificam também a aplicação das idéias da língua universal no nível do texto: o autor do *Methodo Grammatical para Todas as Línguas* desenvolve a tendência, que surgiu na Espanha e na Inglaterra²⁷⁹, de criar coletâneas plurilíngües de microtextos paralelos (sentenças)²⁸⁰. Como no ponto de partida para elas serviu a idéia da existência de significados comuns que se realizam em várias línguas por meios diferentes:

posto que as vozes sejam naturaes a todo homem em comum, algũas gentes tem certas vozes suas proprias, que homẽs de outras nações nem com tormento podẽ bem pronunciar²⁸¹. Dittongo he palavra Gre-ga, q quer dizer, som dobrado, ou ajuntamento de duas vogaes, que guardão sua força em hũa sã syllaba. Estes se formão em cada lingua de differentes maneiras, & per diversos ajuntamentos de vogaes. Na

²⁷⁵ Ibid., 203-204.

²⁷⁶ Ibid., 1923.

²⁷⁷ Na tradição portuguesa, do dicionário de Cardoso.

²⁷⁸ Roboredo, 1621.

²⁷⁹ As coletâneas, intituladas *Ianua linguarum*.

²⁸⁰ Roboredo, 1623.

²⁸¹ Vera 1631, 78.

nossa lingua ha dezassete²⁸². Porque os vocabulos destas linguas [latim, português e espanhol] assi dipostos, e oppostos mediante este artificio se fallão de janella a janella [...] comunicando entre si os significados. Porque assi como as sentenças Latinas (o que é patente no vocabulário) abraçam quase todo o Calepino; assi tambem as traduções dellas em outras linguas abração semelhante copia por razão dos significados diversos [...]. A qual segunda parte não he outra cousa se não hũa multiplicação de frases sobre a mesma sentença, e de sentenças sobre o mesmo argumento²⁸³.

O estudo da tradição filológica portuguesa da época anterior à de Port-Royal destrói um dos mitos da historiografia lingüística sobre a perda das idéias lingüísticas do Medievo. Os textos comprovam o conhecimento por autores portugueses dos séculos XVI e XVII da tradição escolástica, das idéias de modistas. Os monumentos testemunham que não foi nada perdida a idéia fundamental da lingüística medieval, declarada por R. Bacon, R. Kilvardby, Seiger de Brabante, Boécio de Dácia e Thomas de Erfurt, a da gramática universal como base das línguas particulares. Achamos também nos textos portugueses alusões a *modi significandi*, a suposito, adsignificação, etc.:

Sustantivo hê o que significa sustancia, ou per modo de sustancia²⁸⁴. In numero plurali declinantur nomina quæ significant res plures per modum plurium, ut. Pedros, pedras, ceos, terras. Petri, lapides, coeli, terræ²⁸⁵. nomen [...] est pars orationis, quæ casus, numerum, & genus habet, neque tempora adsignificat²⁸⁶. Nos [verbos] feitos absolutos de activos se poem supostos em todas as pessoas²⁸⁷.

O estudo das obras portuguesas dos séculos XVI e XVII dá razões para afirmar que a lingüística da época não só conserva a idéia da língua universal, formada na Idade Média, mas desenvolve-a, embora com certas transformações, condicionadas pelas mudanças do contexto sociocultural. O problema de refletir significados universais pela língua era estudado no decurso de toda a história da lingüística²⁸⁸, mas é na prática da descrição de múltiplos idiomas

²⁸² Ibid., 25.

²⁸³ Roboredo, 1623, ¶3-¶3v.

²⁸⁴ Roboredo 1619, 66.

²⁸⁵ B. Pereira 1672, 11.

²⁸⁶ Ibid., 5.

²⁸⁷ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 70.

²⁸⁸ Por Platão, Aristóteles, modistas, Linacre, Sanchez.

que esta problemática se estende a toda a variedade de línguas, a qualquer língua concreta. Os gramáticos do período que estamos analisando desempenharam um importantíssimo papel nesta extrapolação, para a qual contribuiu a nova situação sociolingüística por levantar o problema da descrição de diversas línguas e estimular a aplicação a elas do cânone gramatical antigo. A consolidação das idéias de língua universal e língua particular estava ligada ao estabelecimento da correlação entre os significados universais e os meios concretos da sua expressão em línguas reais.

Os gramáticos dos séculos XVI e XVII estão, menos que os autores medievais, dedicados às questões da semântica, que deixa de ocupar o lugar central nas obras renascentistas. A atenção da lingüística transfere-se da análise especulativa da semântica (que era tão importante para os modistas do Medievo) para a revelação dos meios de exprimir significados, na prática de descrição de muitas línguas. Um conjunto de fatores determinou a expansão e consolidação das idéias da lingüística universal na época que estudamos: a noção de *ratio*, *intellectus*, herdada da Antiguidade e desenvolvida pela escolástica; a necessidade de descrever muitas línguas; a existência do cânone gramatical antigo, aplicável a diversas línguas, que deu o modelo da sua descrição. A correlação dos atos mentais e de estruturas formais que a escolástica aplicava a uma só língua analisada, o latim, os gramáticos dos quinhentos e seiscentos apropriaram a várias línguas, descrevendo-as com base no cânone clássico e guardando, primeiro implicitamente, e depois explicitamente, a idéia da existência dum abstrato nível racional.

A conservação na Península Ibérica da tradição escolástica, que analisava os meios de exprimir os significados universais em uma língua (latina), facilitava aos gramáticos portugueses o estudo de outras línguas, às vezes muito diferentes, pois eles, graças à sua educação, já estavam preparados para a descrição da língua na direção do significado à forma. Este princípio nota-se já em descrições do vernáculo (em primeiro lugar, na gramática de Barros) e é ainda mais sensível nas gramáticas de línguas exóticas. Também este princípio chegou a ser um dos mais importantes elementos da prática lingüística da época: a descrição de línguas que às vezes diferiam muitíssimo do latim ou do português só podia basear-se nos significados universais. A tradição anterior outorgou à lingüística dos séculos XVI e XVII um sistema pronto de significados gramaticais universais – serviu como tal o cânone antigo que já se entendia não só como a gramática latina, mas começou também a perceber-se como o modelo da descrição de qualquer língua (primeiro vernáculos, logo hebreu, depois idiomas dos territórios descobertos). A transferência de categorias do latim a outras línguas, tão criticada por alguns historiógrafos como defeito e ingenuidade dos gramáticos renascentistas, na realidade contribuiu para a con-

solidação das idéias da gramática universal. Na época estudada, efetuaram-se as mudanças que em muito determinaram o desenvolvimento posterior do pensamento gramatical: em consequência de aplicar o cânone a diversas línguas forma-se um cânone gramatical uno, que chega a ser instrumento da descrição de línguas com sistemas gramaticais diferentes, desde os idiomas clássicos até os de indígenas da América, Ásia ou África. Se antes a gramática era a ciência de uma só língua (primeiro grega, logo latina), pelo que na escolástica medieval a noção da língua universal era puramente especulativa, nos séculos XVI e XVII a idéia da gramática universal aplicável a todas as línguas já se realiza na prática da descrição gramatical. O emprego do cânone para descrever diversos idiomas resultou na “separação” do cânone da concreta língua latina, na universalização do próprio cânone, na compreensão dele como um sistema abstrato de categorias universais. Podemos traçar as etapas deste processo: do cânone clássico, que se baseava nas categorias elaboradas pela filosofia antiga para apresentar a única língua sujeita à descrição (na Europa Medieval era o latim que desempenhava o papel desta língua universal em todos os aspectos), através da aplicação a toda a multiplicidade de línguas, freqüentemente muito diferentes do latim, para a compreensão do cânone como um sistema universal de categorias, a compreensão dele como a língua universal, Língua em geral, base de todas as línguas. A prática de descrever múltiplas línguas, seguindo um cânone gramatical uno, junto com a idéia especulativa dos escolásticos, desempenhou um importante papel na formação das idéias da gramática universal. A consolidação destas idéias nos alvares da Idade Moderna está ligada a um conjunto de causas: 1. conservação da atitude lógica às questões da língua e da noção da base racional da língua; 2. recusa da visão hierárquica de línguas; 3. prática de descrever várias línguas, aplicando-lhes o cânone gramatical antigo. Em todos estes aspectos o contributo da tradição portuguesa é bem notável, o que assinala o seu papel na formação das idéias de Port-Royal.

Tipologia

Ao conceito da língua universal está ligada a engendração dos estudos tipológicos. A primeira obra na tradição portuguesa que tem os traços da descrição comparativa de duas línguas, latina e portuguesa, é o *Commentarius*, de Resende. Apresentando o verbo latino, o autor dá análogos portugueses de modos, tempos, vozes e formas impessoais. Os monumentos possibilitam ver como se amplifica a esfera da comparação. Nas obras de Resende e, mais tarde, de Álvares, a comparação atinge apenas o verbo, aliás sem abranger todo o paradigma (os autores somente expõem uma forma de cada tempo ou modo português). Nas gramáticas missionárias a comparação já é realizada em todos os níveis do sistema lingüístico (descrevendo os seus autores a fonética, a

morfologia e a sintaxe), mas ainda só serve para exhibir, com meios da metalíngua, os significados das formas e construções que se descrevem:

Indicativi paradigmata- Præsens. Eu amo agora. Singulari. Amo ego. Amas tu. Amat ille. [...] Passivum eius. Eu som amado hachora. S. Amor ego. Amâris vel amâre tu. Amatur ille²⁸⁹. nesta lingoa naõ ha propriamente a pronunciação de dous .ss.porq os naturaes em lugar delles pronuciam .z.²⁹⁰. Ahe, he o mesmo que hic, este, he singular. Aõa, he o mesmo que hi, estes, he plural. Teyia, significa multidaõ de gente, he colectivo²⁹¹. Aicomonháng xerûba, faço a rossa de meu pay; A, he o artigo, i, he relativo, có, rossa, he accusativo, monháng, he o verbo activo, em direitura, Faço a sua rossa a meu pay²⁹².

Roboredo dá um passo decisivo no caminho de formar a descrição comparativa propriamente dita, apresentando simultaneamente duas línguas, latim e português. F. Pereira, mais tarde, também segue este princípio. Nas obras de Roboredo a comparação é realizada nos níveis de morfologia (abrangendo todas as partes do discurso), sintaxe, lexicologia e até inclui microtextos. O autor confronta os paradigmas completos latinos e portugueses; deste modo, as formas de uma língua não só servem para demonstrar o significado das formas da outra, mas são o objeto da própria descrição comparativa:

Tempo pres.	Eu	Am-o.	Ego	Am-o.
	Tu	Am-as.	Tu	Am-as.
	Elle	Am-a.	Ille	Am-at.
Plural	Nos	Am-âmos.	Nos	Am-âmus.
	Vos	Am-áis	Vos	Am-âtis.
	Elles	Am-ão	Illi	Am-ant. ²⁹³

Um dos *Discursos* de Severim de Faria é um interessante testemunho da divulgação da idéia de estudo tipológico de línguas. O autor compara, ainda que faça isto só com o fim de ilustrar algumas das suas teses ligadas à apologia da língua materna, fenômenos fonéticos e gramaticais de várias línguas, sendo o círculo delas bem amplo (latim, português e outras românicas, grego, hebreu, “teutônico” e chinês, entre outras):

na Hebraea os nomes são muito poucos, & faltãolhe os comparativos, & superlativos, & por dizerê: Milhor he confiar em Deos q nos

²⁸⁹ Resende 1540, Aiiyv.

²⁹⁰ Estêvão 1640, 3.

²⁹¹ Figueira 1621, 5.

²⁹² Ibid., 87-88.

²⁹³ Roboredo 1619, 14.

Principes dizem: *Bonum est sperare in Deo, quam sperare in Principibus*²⁹⁴. Por razão das palavras terê poucas silabas, pretede mostrar João Goropio, que a sua lingua Cimbrica, ou Teutonica he mais abreviada de todas, porque quasi todas as palavras são monosilabas; mas [...] tambem os Chinas tem todos os vocabulos monosilabos²⁹⁵. Esta nossa conjugação & declinação do infinitivo não tem os Italianos, nem Franceses²⁹⁶.

No desenvolvimento das idéias da tipologia podem ser destacadas várias etapas. Primeiro, quando surge a idéia da possibilidade de empregar o cânone antigo para codificar o vernáculo, a comparação ainda não é meio nem objetivo da descrição, só é uma consequência da aplicação do tradicional modelo gramatical à língua materna. É bem lógico que no decurso de tal descrição se realizasse, esporadicamente, a comparação do latim e do vernáculo²⁹⁷. Logo, descrevendo outras línguas (hebréia²⁹⁸, idiomas dos territórios descobertos) os gramáticos acodem a formas e construções do latim ou do vernáculo como meio de explicar os fenômenos de uma língua, que o leitor não conhece, através de outra, conhecida. A comparação torna-se uma condição necessária da descrição, mas ainda não é o seu objetivo, pelo que não se realiza sistematicamente. E, finalmente, nas obras de Roboredo, F. Pereira e B. Pereira, a comparação chega a ser um objetivo especial da descrição; embora subjetivamente se faça para ensinar a língua estrangeira com a ajuda dos fatos da materna, objetivamente deparamos com a descrição comparativa de sistemas gramaticais de duas (no caso de B. Pereira, até três²⁹⁹) línguas em uma obra, realizada consciente, explícita e perseverantemente. A apologia da língua materna serviu como um dos impulsos para a engendração da tipologia: no resultado da amplificação do paradigma funcional do vernáculo e do uso dele como a linguagem da ciência; nosso caso, com a metalíngua, surgem as obras que apresentam na língua materna os sistemas gramaticais de outros idiomas. Ao mesmo tempo, a descrição comparativa de línguas está ligada às idéias da língua universal. A revelação do conjunto de significados gramaticais, que varia em di-

²⁹⁴ Faria 1624, 65v.

²⁹⁵ Ibid., 68.

²⁹⁶ Ibid., 73.

²⁹⁷ As gramáticas de Oliveira e de Barros dão muitos exemplos disto.

²⁹⁸ Na obra de Távora há comparações do hebreu com o latim e o francês; a gramática acaba com o texto paralelo, em hebreu e português, dum fragmento do Antigo Testamento (Távora 1566, Hv-Hiiv).

²⁹⁹ Latim, português e italiano.

versas línguas, bem como a necessidade de exprimir os significados de uma língua por meio de outra, que serve de metalíngua, inevitavelmente contribui para o desenvolvimento da noção de língua universal como um sistema de significados gramaticais abstrato, que se realiza de várias maneiras em línguas particulares.

Visão histórica da língua

A atitude histórica da língua é mais uma inovação favorecida pelo contexto sociocultural da época. Neste período evolui a concepção de mudanças lingüísticas, as quais deixam de se entender como uma característica de línguas “não gramaticais” (vernáculos) e como “corrupção”. Pelo contrário, começa a considerar-se a propriedade de todas as línguas, inclusive as clássicas. Já a gramática de Oliveira contém esta idéia. Desenvolve-a Nunes de Leão, que cria uma das primeiras descrições da história da língua, antecipando a noção das leis fonéticas e outros postulados da lingüística histórica dos séculos XIX e XX.³⁰⁰

mui poucas são as cousas q durão por todas ou muitas idades em hũ estado quanto mais as falas q sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes/juizos e tratos dos homẽs³⁰¹. E e manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras: e os homẽs as poserão na perfeição q agora tem³⁰². Assi como em todas cousas humanas ha continua mudança & alteraçãõ, assi he tambem nas lingoagẽs³⁰³. A corrupção per troca de hũas letras por outras he mui comũ , & q cõprendẽ as mais das palavras, porq de ecclesia dizemos igreja, de desideriu desejo, de cupiditas cobiça. Na qual maneira de corrupção hã hũas certas letras que quasi sẽpre respondẽ a outras, como o diphtõgo au, dos latinos a, q os Portugueses respõde com o seu ou, como por audio, ouço, por aurum ouro, por taurus touro, por laurus, louro, por maurus, mouro, & por paucus pouco [...]. Da mesma maneira se mudãõ as letras em outras semelhantes como he o l. em r. & o p. em b. o t. em d. Porq por obligar dizemos obrigar, por blandus brando, [...] por amatus, amado³⁰⁴. As letras entre si teem

³⁰⁰ Por exemplo, o autor renascentista revela muitas correspondências fonéticas entre o latim, o português e outras românicas e apresenta-as em tabela: *clavis* / *chiave* / *llave* / *chave*; *planus* / *piano* / *llano* / *chão*; *amarunt* / *amarono* / *amaron* / *amarão* (Leão, 1576, 29-29v).

³⁰¹ Oliveira 1536, Capitulo xxxvj, Dj v.

³⁰² *Ibid.*, Quarto capitulo, Aiiij-Aiiij v.

³⁰³ Leão 1606, 1.

³⁰⁴ *Ibid.*, 36.

hūas com as outras muita semelhança, & e afinidade, & portãto facilmente se corrõpem & mudão hūas em outras, não soamente de hūa lingoa a outra, mas em hūa mesma lingoa. Polo que, teendo noticia desta semelhança, & mudança, que fazem de huas em outras, facilmente viremos dar cõ a origem dos vocabulos corruptos. [...] A. primeiramente se muda em .e. como de alacris, alegre. de factus, feito. de amavi, amei. & aas vezes ẽ .ou. como de aurum, ouro. de laurus, louro. de taurus, touro. [...] B. mudase em .v. como de debeo, devo. de caballus, cavalo [...]. L. corrompese em .r. como de blandus, brando. de clavus. cravo [...]. E quãdo vem despois de .c. f. p. corrompese em .ch. como de clavis, chave. de flamma, chama. de plaga, chaga³⁰⁵. sempre onde a Castelhana diz, an. ou .on. que he sua particular terminação, responde a Portuguesa com aquella pronunciação de .ão. que succede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de .om. q punhão, em lugar de .an. ou .on. dos Castelhanos. A qual ainda agora guardão algũs homẽs d'entre Douro & Minho, & os Gallegos que dizem, fizerom, amarom, capitom, cidadom, taballiom, apellaçom. O qual respeito, & analogia, se guardão em muitas palauras, hūas lingoas a outras, como se vee nas lingoas, Latina, Thoscana, Castelhana, & Portuguesa, em muitos nomes, que começão em letras muta com liquida, que sempre vão em hūa proporção, respondendo hūas lingoas a outras³⁰⁶.

Os autores portugueses recusam a tradicional, desde Platão, análise da correspondência do nome à coisa designada. Oliveira e Barros criticam etimologias que relacionam o nome de coisa às suas propriedades³⁰⁷. A inovação de Nunes de Leão consta de que ele subordina a análise da semântica e da fonética da palavra à revelação da sua origem. A atitude histórica com relação à língua, que se esboça na época, junto com o descobrimento de muitos processos na fonética, bem como a tarefa de procurar as fontes do léxico português e a rejeição de tocar o problema de denominação, conduz Nunes de Leão a uma nova compreensão da etimologia, bem próxima à dos nossos dias. Como resultado, o autor renascentista dá etimologias de 1662 palavras portuguesas, uma grande parte das quais é correta.

A apologia da língua materna – a recusa de ver nela a corrupção do latim – leva à formação de idéias que antecipam postulados da lingüística histórica e à constituição de novas disciplinas: fonética histórica, gramática histórica, lexicologia histórica, etimologia. No entanto, a visão histórica ainda fica na pe-

³⁰⁵ Leão 1576, 25-26.

³⁰⁶ Ibid., 29-29v.

³⁰⁷ Oliveira, 1536, Capitulo. xxxj, Civ v; Barros 1540, Aiiiij.

riferia da doutrina lingüística do período estudado, só se aplica às românicas³⁰⁸ e não se estende a outras línguas.

Linguodidática

A situação sociolingüística dos séculos XVI e XVII ainda é muito atual com relação à problemática do ensino de línguas, chamando a atenção para a metodologia, para a criação de manuais do novo tipo. Uma das tarefas da época é a elaboração de métodos “intensivos”, que possibilitem reduzir os prazos de aprender uma língua (por exemplo, a latina) em comparação com o estudo tradicional³⁰⁹. Entre os filólogos portugueses responde a estes desafios Roboredo, cujos textos lingüísticos representam todo um conjunto de livros, indispensáveis para o estudo inicial da língua: manuais de gramática (um deles, *Methodo*, além da parte teórica contém a parte prática, de exercícios), coletânea de textos, que antecipa a idéia de livros de leitura anexos a manuais modernos, e dicionário, que contém o vocabulário dos textos³¹⁰. Claro que em Portugal, antes de Roboredo, também se criavam obras destinadas ao ensino³¹¹, mas os seus autores não tocavam os assuntos da linguodidática. Roboredo é o primeiro que especialmente se dirige a esta problemática, que está exposta no prólogo do *Methodo Grammatical*. Ele pode considerar-se um dos fundadores da compreensão moderna das questões do ensino da língua estrangeira. Uma importante característica da doutrina do autor português seiscentista é a declaração da possibilidade de aplicá-lo a qualquer língua³¹². Deste modo, da gramática universal resulta a idéia de elaborar os princípios universais da linguodidática:

E o que mais podia estimar, he ficar com os princípios comũs para saber facilmente outras linguas³¹³. passar per este Methodo para as

³⁰⁸ Ela não se sente, por exemplo, na gramática missionária de uma das línguas da Índia (concani), de Estêvão, ainda que alguns paralelos entre esta língua indo-européia e as românicas fiquem bem evidentes para o leitor dos nossos dias.

³⁰⁹ É para o curso tradicional, de muitos anos, que está apropriada a gramática de Álvares, criticada por Roboredo.

³¹⁰ Roboredo 1619, 1625, 1623, 1621. Este conjunto completava uma descrição de ortografia, infelizmente perdida, da qual só é conhecida a reedição tardia, reelaborada no século XVIII: Roboredo, A. de. *Regras de Ortografia Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa, 1738 (por iniciativa do Padre Vitorino José da Costa). Mas é notório o interesse pela obra do autor seiscentista no século XVIII, período de florescimento das idéias da gramática universal, na lingüística, e das reformas pombalinas, no ensino.

³¹¹ Cartilhas, gramáticas, entre as quais as de Barros, Sousa, Álvares, gramáticas missionárias; Oliveira escrevia a sua gramática sendo professor na casa de Barros.

³¹² Na tradição francesa esta idéia foi declarada no século XVIII por Beauzée.

³¹³ Roboredo 1619, c4v.

outras línguas³¹⁴. reduzindo a lingua dos Barbaros [...] ao mesmo Methodo [...], cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa³¹⁵.

O método do ensino está baseado tanto na teoria como na experiência. Os postulados teóricos de Roboredo têm paralelos com as idéias da cognição expostas na escolástica portuguesa³¹⁶. Ele escreve sobre o papel da indução e da dedução no ensino. Da compreensão das propriedades da cognição resulta a importância das questões da escolha e da exposição do material na gramática escolar, a necessidade de separar as gramáticas dirigidas ao professor e ao aluno, ou seja, da gramática teórica e da escolar. Apesar de não realizar o intento de criar uma gramática especial para o professor, o princípio de separação dos dois tipos de gramáticas é respeitado nas suas obras editadas: na *Gramática latina* há indicação de que ela está escrita para o aluno, e o *Methodo* tem umas notas especiais e vários tipos de caracteres para separar as partes escritas para o aluno e para o professor. O racionalismo do método de ensino está determinado pela compreensão da base racional da própria gramática. É de notar que a problemática da língua universal está presente nas gramáticas escolares de Roboredo, e é um dos testemunhos da consolidação das idéias da língua universal no início do século XVII³¹⁷. Isto difere muito o autor português da tradição medieval, em que as idéias da língua universal não aparecem nos manuais (bem tradicionais gramáticas latinas de Villa Dei ou Pastrana) e só aparecem nas gramáticas teóricas (tratados de modistas). Mais uma importante base do ensino, segundo Roboredo, é o sensorialismo; daqui vem grande número de exemplos, a idéia de audio- e visualização, proclamada pelo autor, que é revelada na organização das suas gramáticas (a nítida estrutura delas, paradigmas, emprego de vários tipos de caracteres, um sistema de comentários interlineares e marginais, etc.):

Porem a necessidade [...] me obrigou a entregar estes borrões da primeira mão aa impressão de algũs exemplares pera hũa duzia de ouvintes, em que ajústasse a spiculação com a experiencia³¹⁸. sempre o exemplo devia preceder; e ensinaremse as artes liberaes a modo das mecanicas, em que se obra com o exemplo diante, o qual fica servindo juntamente de regra: pois mais facilmente colhe o entendi-

³¹⁴ Ibid., a4v.

³¹⁵ Ibid., a4v.

³¹⁶ Fonseca 1965, pp. 51-53.

³¹⁷ Vale a pena lembrar que, mais tarde, a gramática de Port-Royal também seria criada como um manual escolar.

³¹⁸ Roboredo 1619, a1v.

mento a regra do exemplo que o exemplo da regra. Notorio é ser o entendimento naturalmente tão dependente em seu obrar dos cinco sentidos corporaes, q nenhũa cousa percebe sem entrar per ellas, e que estes teem por objectos as cousas singulares, as quaes são representadas nos exemplos. Donde o entendimento começa per elles a subir fazendo seus cursos, e discursos até chegar, aas cousas universaes, que são representadas nas regras. Despois q. teẽ subido a estas regras informado dellas torna descendo com mais destreza para os exemplos. De modo que ao discipulo convem primeiro subir assim das partes ao todo, isto he, dos exemplos para as regras, a q chamam metodo da Natureza; e ao Mestre convem o descer desse todo para suas partes, isto he daregrapara os exemplos, a que chamão metodo de Doutrina³¹⁹. achei varios usos de Autores Latinos, e varias opiniões de Grammaticos: e desses usos escolhi os que aqui escrevi, reservando algũas cousas de toda a arte para se declararem com mais palavras per notas no metodo de ensinar Grammatica, que servirá de arte para o Mestre, se Deus quiser que a escreva. Deixei ficar algũas regras de outras artes [...]. Mas limitei as, e aclarei as, e fallei nellas per termos mais proprios. [...] Quem desejar provas das figuras Ellipses desfeitas as achará em Linacro, Francisco Sanchez, e na arte de Nebrissense reformada. A prova de quanto aqui se diz pertence a outra parte: não he para arte do minino³²⁰. E como he notoria a grande dependencia, que o discurso humano tê dos sentidos corporaes, procede dereito dos effeitos para as causas, dos exemplos para as regras [...]. Daqui nasce fazerem os exemplos tanto abalo no entendimento humano. Daqui o succeder bem em nossas grammaticas passar da muita explicação do livro para as regras da arte e começar naquella a intelligencia destas: As quaes se sabem despois melhor dando volta pelo Methodo doutrinal despois o principiante ter a primeira ajuda sensual. Como, se mostro em hum livro muitos exemplos da mesma regra, que em cada hum repito em summa, & nelles mostro o caso, tempo, concordia, regencia, as conversões de vozes activas em passivas, acrescentando, tirando, variãdo, arri-mado o principiante ao livro colhe algũa cousa; & fazendo as mesmas orações de bocca sem livro, ia colhe menos; & explicandolhe as regras sem livro, nem orações, nada colhe. Porque lhe faltão as figuras das letras no papel, a palavra, & oração, como objectos dos sen-

³¹⁹ Roboredo 1625, §1v-2v.

³²⁰ Ibid., §4-§4v.

tidos, mediante os quaes hão ellas de subir ao entendimento³²¹. E fica clara a obrigação de dispor a materia ainda da lingua Materna segundo a natureza do discurso humano depêdête dos sentidos; q he a segunda raiz [...]; ajuntando muitos exemplos em o livro, & em voz, que o aprendiz veja, ouça, apalpe³²².

Não estão esquecidos os aspectos psicológicos do ensino:

E se o gosto de entender allevia o trabalho: (porque o homem naturalmente deseja saber,) a mesma intelligencia serve de Mestre na interpretação da palavra, & frase. E quando o aprendiz for mais aproveitado dará volta aas irregularidades dissimuladas³²³. Fica logo clara a obrigação [...] de me accomodar aa rudeza pueril³²⁴. A emulação entre os Discípulos importa espertar ao menos com louvores e vitupérios³²⁵. Discipulo [...] ha de trazer de casa [...] cinco principios; Idade discursiva: Expedição no ler, & screver: Ingenho: Applicação continua: Fee devida aa arte, & Mestre. [...] correspondendo no Mestre sufficiencia, bondade e benevolencia, não deve faltar a fee benevola do Discipulo³²⁶.

A realização do experimento é uma interessante característica da doutrina pedagógica de Roboredo:

Experimentei, que o discipulo, que souber estas sentenças com destrexa, entenderá qualquer livro Latino de conceito claro, & muito melhor sabendo derivar, & compor. Muitas palavras sabe per este excellento artificio em poucos meses³²⁷. Nos [...] cinco meses os ouvintes, que compriram com as condições acima, sabem declinar, & conjugar destramente, Genero, Preteritos, & Syntaxe [...], fazem orações per voz activa, & passiva³²⁸.

O interesse pela metodologia do ensino é um traço inovador dos trabalhos de Roboredo. A atenção aos aspectos técnicos do ensino revela-se na

³²¹ Roboredo 1619, b2-b2v.

³²² Ibid.

³²³ Roboredo 1619, c2v.

³²⁴ Ibid., b2v.

³²⁵ Ibid., 83.

³²⁶ Ibid., c4.

³²⁷ Roboredo 1619, 79.

³²⁸ Ibid., c4v.

elaboração de um programa e de horário de estudos, no sistema de exercícios que visam tanto ao conhecimento do sistema da língua estudada como ao domínio da fala:

cada mes hum per outro de 19. dias de lição sômente, & os mais são folgas. E dos 19. 4. de recordações; para o progresso das lições ficão pouco mais, ou menos 15. que multiplicados per 12. são 180. que dão 360. lições matinais, & vespertinas, em que se ha de reparar a materia dos dittos tres graos, com o exercicio de declinar, conjugar, orações, themas, repetições, explicações de livros &c. & que as lições hão de ser continuas sem faltas³²⁹. A explicação das Sentenças devem os Discipulos trazer de côr. [...] E como passarem seis ou sete centurias [de sentenças] com as repetições, & recordações necessarias para as fixar na memoria, se pode acrescentar outro livro [...]. De hum Vocabulario, ou das Sentenças pode o Mestre tirar muitos exemplos em que se exercitem as regras do Genero, & Declinações juntamente, & os Nomes exceituados no Genero: & pode no cabo dar hum scritto com alguns Adjectivos commüs, & outros irregulares, com que vão exercitando a pena, & emendando a Orthographia: pois o que se screve fica melhor na memoria. O Verbo que se encontrar nas sentenças poderão os Discipulos conjugar, & fazer per elle Orações arrimadas aa frase da Sentença³³⁰. Todos os seguintes [verbos] se devem conjugar no mesmo dia em que se trazem da lição; e depois se tornarão a conjugar os irregulares atras³³¹. A destreza desta arte experimentei que alcançava o discipulo brevemente com muito exercicio principalmente de declinar, e conjugar nos primeiros dous meses [...]. E no cabo de cada nome declinado, e de cada Verbo conjugado argumentarão dous discipulos estando os mais attentos, usando de premio, ou castigo em aposta. [...] Des o terceiro dia que começarem haõ de fazer cada dia tema subindo per cinco graus. O primeiro de dous Nomes juntos declinados. O segundo de tres, e quatro hum delles Adjectivos irregulares, Hic, Iste [...]. O terceiro ajuntando as terceiras Pessoas dos Verbos aos Nominativos destes tres, ou quatro Nomes declinados, a saber, ao Singular hũa terceira Pessoa de Singular de qualquer tempo correndo os todos, e ao Nominativo Plural hũa terceira Pessoa de Plural do mesmo Tempo. Com que começo a exercitar a concordia do Subs-

³²⁹ Ibid., c3v.

³³⁰ Ibid., 82-83.

³³¹ Roboredo 1625, 69.

tantivo com o Adjectivo, e com o Verbo. Alem disso anteporão a cada Accusativo, E a cada Ablativo sua Preposição, para começar a exercitar a regencia dellas [...]. O quarto, ajuntar hum Accusativo ou Singular, ou Plural a cada terceira Pessoa que ficou junta ao Nominativo do ditto terceiro grao, e para isso sejam os Verbos activos transitivos; e nos Accusativos se ajuntarão os Infinitivos [...]. O quinto será quando andarem decorando as sentenças da Porta de linguas, hũa o duas orações tiradas das mesmas sentenças per modo que fiquem as mesmas palavras, e se variem os Casos, e tempos [...]. E neste tempo se ha de fazer muito exercicio de Orações breves per activa, e passiva na classe. E estes temas dará cada discipulo a seu competidor q entendendo os erros, e os consulte com seu decurião: e na conta das lições se repitão os erros em voz alta. Adestrados neste quinto grao de composição, e de orações fraseadas lhes restão outros tres. O primeiro hũa pouca da prosa historial em Portugues, [...] que virá em Latim, continuando a historia de algum autor [...]. O segundo hũa carta familiar em cada tema, hora de comprimento, hora de comendaticia, hora de vario negocio, correndo os varios generos que ha dellas: e traduzirão tambem em Portugues algũa prosa Latina primeiro a historial, e sabendo o fazer tradução as epistolas de Cicero, ou semelhantes. O terceiro he mais alevantado que propriamente se chama Thema, he para os que studão Retorica, que he dar hũa breve sentença sobre que se faça hum discurso Oratorio; ou hum motivo sobre que se fica hũa carta missiva; ou fazer hua carta Latina em resposta de algũa das de Cicero usando da mesma frase, o tornando a de Cicero em verso; ou algum poema em prosa de elegante frase³³². Os livros, que no principio se irão acrescentando, sejam primeiramente de conceito, & frase clara: como os Dialogos de Vives, ou doutros semelhantes, cujo exercicio de memoria fazendo as figuras, não importa pouco: algũas epistolas claras de Cicero: algum Historiador, que parecer: & sendo ja melhorados os Discipulos, & começando a entender Latim, teem ja bom lugar as mais obras de Cicero, Terencio, Virgilio, &c.³³³.

Uma grande atenção presta-se a vários tipos de tradução. Roboredo sublinha o papel dela na compreensão de diferenças estruturais e estilísticas dos meios de exprimir o mesmo significado na língua materna e na estrangeira:

³³² Ibid., §4v-§6.

³³³ Roboredo 1619, 83.

A primeira tradução faz se de tal maneira ao pee da letra; que toda a frase da lingua, que traduzimos, se observa. [...] As palavras são Portuguesas, a frase Latina, A tradução absurda. A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual a frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta [...]. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considéra a diversa, e particular frase de cada hũa. Porque a Portuguesa, e Castelhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e Preposições não responde a Latina. A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e frases, e concordando com a outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa sollicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas. [...] Da quarta [...] respeita sômente o conceito do periodo, quer uses da mesma frase, quer de diversa: hora exclus algũas palavras, hora ajuntes mais. Chamase tradução parafrastica³³⁴.

Na *Porta de linguas*, que pode servir de protótipo de manual autodidático, Roboredo esboça um gênero de programa para este tipo de estudos:

Em todo o tempo, e lugar podes ter contigo este novo e fiel repetidor, que sem nenhum gasto sem nenhum aparato, sô com tua propria voz te fixará fielmente na memoria a copia de palavras cõ sua syntaxe. E se não podias executar o desejo da lingua Latina por te faltar tempo para frequentar as Escolas, ou dinheiro, para pagar ao mestre, ou por teres pejo de te encorporares com mininos sendo ja mancebo, ou homem, esse desejo podes agora por em execução: sem que alguem atente por tua ocupação³³⁵.

A análise demonstra que na tradição portuguesa foram elaborados os princípios do ensino de línguas estrangeiras, que se aproximam da metodologia moderna, um dos fundadores da qual pode considerar-se Roboredo.

Conclusões

Resumindo esta exposição sumária, devemos reconhecer que nos séculos XVI e XVII se forma a escola lingüística portuguesa, na qual foram elaborados novos conceitos e princípios da descrição da língua. A análise dos seus monumentos dá motivos para uma certa revisão do significado da época inves-

³³⁴ Roboredo 1623, 23-24

³³⁵ Ibid., 22-23.

tigada na história da lingüística, do desenvolvimento das idéias lingüísticas e do papel da tradição portuguesa neste processo e, finalmente, dos princípios da historiografia lingüística.

O período estudado constitui importante etapa no processo de formação da lingüística como ciência madura. Neste período: 1. constitui-se a noção da língua como um específico objeto de estudo, diferente dos outros domínios do saber humano; 2. amplia-se a área de estudo: aumenta o número de línguas descritas, descrevem-se vários aspectos da língua e todos os níveis do sistema lingüístico; 3. surge uma nova problemática, refletindo atenção ao funcionamento da língua na sociedade (questões de apologia, de norma, de comunicação), no espaço (correlação da norma e de dialetos, a língua fora do território nacional) e no tempo (questões de história); 4. elaboram-se os princípios da descrição de toda a variedade de línguas com base no cânone universal; 5. diversificam-se gêneros e princípios de descrição lingüística (criam-se gramáticas, dicionários, diálogos, tratados ortográficos, cartinhas); surgem uma sérias modificações no cânone gramatical, antigamente unificado, o que leva à sua multiplicação; como resultado esboçam-se vários tipos de gramáticas (universais, particulares, descritivas, prescritivas, comparativas, históricas, escolares). Tudo isto testemunha a estruturação do saber lingüístico, refletindo o início de formação das respectivas disciplinas lingüísticas.

A investigação dos monumentos do século XVI e do começo do século XVII destrói uma visão simplista deste período como de uma pura volta à tradição gramatical da Antiguidade clássica e faz-nos recusar uma corrente opinião sobre a perda das idéias da Idade Média³³⁶. Os autores portugueses conservam a essência da doutrina dos modistas, noção da língua universal como base das línguas particulares. Ao mesmo tempo, a lingüística portuguesa da época tem todas as características renascentistas: atenção à problemática da língua nacional, a apologia e a codificação dela. Aliás, os monumentos portugueses antecipam idéias dos séculos XIX e XX (engendração das atitudes histórica e tipológica da língua, interesse por discurso e linguodidática). A doutrina lingüística do Portugal do século XVI e do início do século XVII apresenta uma combinação das mais variadas maneiras de presenciar as questões da língua³³⁷, típicas de várias etapas da história da lingüística. O contexto sociocultural do Portugal quinhentista e seiscentista criou as condições para a síntese de idéias, para a conservação, na época que preparava a consolidação da lin-

³³⁶ De outra maneira fica incompreensível uma “inesperada” aparição das idéias da gramática racional universal na época de Port-Royal, nas quais “de repente” surgem paralelos com o pensamento lingüístico medieval.

³³⁷ O que nos faz lembrar da noção do período interparadigmático da história da ciência.

güística da Idade Moderna, de algumas importantes noções da doutrina medieval para a sua passagem à ulterior tradição lingüística européia. A tradição portuguesa serviu de espaço para o encontro das idéias de vários períodos, de “ponte” entre a lingüística do Medievo e da Época das Luzes. A fusão das idéias lingüísticas da Idade Média e do Renascimento (para o qual foi também muito importante a tradição da Antiguidade clássica) determina um amplo espectro da problemática das obras dos autores estudados, a conservação das idéias das épocas anteriores junto com a elaboração de novas atitudes em relação à língua, que antecipam as idéias da lingüística dos nossos dias. Tudo isto determina o significado da tradição portuguesa na história da lingüística européia.

O estudo da tradição fornece material para esclarecer o processo do desenvolvimento de conceitos científicos no decurso de longo prazo. Um dos exemplos flagrantes da ligação de vários períodos da história da lingüística é o desenvolvimento das idéias da língua universal. Neste âmbito vê-se nitidamente uma linha ininterrupta desde o pensamento da Antiguidade, seguindo-se a doutrina lingüística medieval, composições quinhentistas e seiscentistas, a gramática de Port-Royal e a ciência dos séculos XVIII e XIX, rumando para a lingüística dos nossos dias. Já nas fontes da ciência da língua (nas obras de Platão, Aristóteles, estóicos, Prisciano) estão presentes as questões da correlação entre uma forma lingüística e a realidade que ela designa, o estabelecimento da ligação entre o conceito, a palavra e o objeto da realidade, bem como a distinção da forma e do significado. A escolástica medieval formula a idéia da língua universal, mas, sendo puramente especulativa, ela fica na periferia da doutrina lingüística e, por enquanto, não acha uma execução especial. Nos séculos XVI e XVII esta idéia, herdada da Idade Média, realiza-se na prática da descrição de muitas línguas. A gramática de Port-Royal acumula as principais linhas da tradição anterior: primeiro, a idéia da língua universal e a possibilidade de aplicá-la à descrição de qualquer língua particular; segundo, a distinção da oração como o objeto da gramática e a realização da análise da estrutura da oração no campo da gramática e não no âmbito da lógica. É esta acumulação de idéias, e não a novidade de cada uma delas³³⁸, que marca a consolidação de um novo tipo de gramática, a filosófica e universal, e assinala uma nova etapa na história da lingüística.

A ciência dos séculos XVIII e XIX, continuando e desenvolvendo estas tendências, descreve, desde as posições da gramática universal filosófica, uma enorme multidão de línguas e estuda a problemática da sintaxe da oração. O

³³⁸ A relatividade desta novidade já foi indicada por vários investigadores (Lakoff 1976, Percival 1976, Bursill-Hall 1976).

século XX – depois de coligir, no resultado de uma viragem iniciada no Renascimento, a descrição de muitas línguas concretas, muitos fatos de inúmeros idiomas – volta, mas já num novo nível, à problemática, que os gramáticos medievais elaboravam para a única língua: a correlação das estruturas profundas e superficiais, na sintaxe; as questões da denominação, na lexicologia. Como vemos, o problema da ligação das idéias em várias etapas da história da lingüística não se resolve de maneira simples, como uma absoluta recusa da tradição anterior ou como uma incondicionável conservação das idéias. Na realidade, tem lugar não a rejeição de antecedentes conceitos e princípios da descrição da língua, mas a modificação do seu lugar e importância na doutrina lingüística. Os fatos analisados possibilitam indicar as características reunidas a seguir sobre o processo de formação das concepções lingüísticas. Primeiro, tem lugar uma duradoura, às vezes de uns séculos, etapa da formação de conceitos e princípios da descrição, quando se engendra a atenção a uns certos fenômenos lingüísticos³³⁹. Nesta etapa os conceitos e princípios se formam empiricamente; passo a passo, se elabora a correspondente terminologia; na formação dos conceitos e princípios participa um amplo círculo de autores, as novas idéias estão presentes num grande número de textos. A seguinte etapa é marcada pelo aparecimento de uma obra, não tanto inovadora, mas acumuladora das idéias que se formaram na fase anterior; esta obra apresenta a nova concepção já de maneira sistematizada, o que possibilita, ulteriormente, não ter em conta a etapa inicial da formação destes conceitos e princípios da descrição lingüística³⁴⁰. É esta obra que fica significativa na história da ciência, é aceita como um trabalho revolucionário, na terminologia de T. Kuhn, e determina os limites de dois paradigmas científicos, novo e velho³⁴¹. E, por último, na fase final, realiza-se a percepção teórica dos próprios conceitos e princípios da descrição, tem lugar a instituição da teoria. As mesmas etapas se revelam quando analisamos outras importantíssimas concepções lingüísticas (as de norma, fonema, morfema, etc.). Tudo isto faz-nos rever alguns postulados da história da lingüística e dá razões para precisar o mecanismo da sucessão dos paradigmas científicos e o papel dos períodos interparadigmáticos na nossa ciência³⁴², os quais não são as fases da crise, mas as etapas muito frutíferas que

³³⁹ O interesse por um novo aspecto da língua está determinado pelas mudanças do paradigma cultural e filosófico da época.

³⁴⁰ É lógico que esta afirmação não é justa para a historiografia, que deve levar em consideração todos os detalhes do processo da formação de novas idéias científicas.

³⁴¹ No desenvolvimento das idéias da língua universal, este papel pertence à gramática de Port-Royal.

³⁴² Notemos que o conceito de paradigma científico (Kuhn, op. cit) foi elaborado no material das ciências naturais e não humanísticas, nas quais esta concepção deve ter a sua especificidade.

se caracterizam pela variedade de atitudes com relação à língua. A época que este trabalho analisa com toda a razão pode ser considerada um dos períodos interparadigmáticos, dos quais estendem laços a diversas épocas posteriores da história da lingüística.

O exame de monumentos filológicos baseado no estudo da duradoura tradição européia suscita o problema de formular princípios da historiografia lingüística. Arrisquemo-nos a expor alguns, não muito novos, mas nem sempre respeitados: 1. Nenhum período pode ser excluído do estudo da história da lingüística; 2. Os monumentos das épocas anteriores devem ser analisados com a máxima objetividade e não desde as posições características de uma ou outra escola científica de hoje; 3. Como material de estudo deve servir um *corpus* de textos filológicos possivelmente mais amplo; 4. Todos os monumentos têm de ser sujeitos a uma análise complexa com a finalidade de revelar toda a problemática lingüística que eles contêm; 5. Cada período da história da lingüística deve ser estudado em comparação com a tradição anterior e posterior para possibilitar que se veja o processo de engendração, desenvolvimento, consolidação e filiação das idéias científicas; 6. Examinando os monumentos, é preciso prestar atenção aos sistemas terminológicos dos autores da época e à sua correspondência com a terminologia de hoje para a interpretação adequada dos textos arcaicos; 7. A pesquisa da doutrina lingüística de qualquer período histórico deve realizar-se levando em consideração o contexto sociolingüístico e o sociocultural que em grande parte determinam o conteúdo da doutrina científica da época.

Bibliografia

Almeida, J. M., “Uma gramática latina de João de Barros”, *EUPHROSYNE II*, (Lisboa, 1959).

Alvares, Manuel, *EMMANUELIS ALVARI [...] GRAMMATICA LIBRI TRES*, Olyssipone, excudebat Ioannes Barrerius, 1572.

Anchieta, José de, *ARTE DE GRAMMATICA DA LINGUA MAIS USADA NA COSTA DO BRASIL [...]*. Coimbra, 1595 (ed. citada neste artigo: Anchieta, José de, *ARTE DE GRAMMATICA DA LINGUA MAIS USADA NA COSTA DO BRASIL [...]*, coord. Júlio Platzmann, Leipzig, Typographica de B. G. Teubner, 1874.).

Arnould, A., Lancelot, C., *GRAMMAIRE GÉNÉRALE ET RAISONNÉE [...]*. Paris 1664 (1ª ed. 1660)

Bally Ch., *LINGUISTIQUE GÉNÉRALE ET LINGUISTIQUE FRANÇAISE*, 3ème éd. Berne, 1950.

Barros, J. de, *GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA. DIALOGO EM LOUVOR DA NOSSA LINGUAGEM*, Olyssipone, apud Lodouicum Rotorigiu[m], 1540.

- Buescu, M. L. Carvalhão, *BABEL OU A RUPTURA DO SIGNO. A GRAMÁTICA E OS GRAMÁTICOS DO SÉCULO XVI*, Lisboa, Imp. Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- Buescu, M. L. Carvalhão, *GRAMÁTICOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI*. Lisboa, Inst. de Cultura Portuguesa, 1978.
- Buescu, M. L. Carvalhão, *O ESTUDO DAS LÍNGUAS EXÓTICAS NO SÉCULO XVI*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- Bursill-Hall G. L. "Some notes on the grammatical theory of Boethius of Dacia" *HISTORY OF LINGUISTIC THOUGHT AND CONTEMPORARY LINGUISTICS*, Berlin – New York, 1976, 164-188.
- Calafate, P., "Gramática e filosofia no século XVIII em Portugal", *REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS*, 5, 15 (Lisboa, 1993), 145-154.
- Calepino, A. *AMBROSII CALEPINI DICTIONARIUM DECEM LINGUARUM*. Lugduni, 1585.
- Calepino, A. *DICTIONARIUM LATINUM*. Impressum Rhegii Lingobardiae, 1502.
- Cardoso, Jerônimo, *DICTIONARIUM LATINOLUSITANICUM & VICE VERSA LUSITANICO LATINU[M]*, Conimbricae, excussit Joan. Barrerius, 1570.
- Cardoso, Jerônimo, *HERONYMI CARDOSI LAMACENSIS DICTIONARIUM EX LUSITANICO IN LATINUM SERMONEM*, Ulissipone, ex officina Ioannis Aluari, 1562.
- Cardoso, S. Cerveira, *A GRAMÁTICA FILOSÓFICA DE JERÓNIMO SOARES BARBOSA: REFLEXÕES DA GRAMÁTICA GERAL*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Universidade do Porto, 1986.
- Casteleiro, J. Malaca, "A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa" *MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, CLASSE DE LETRAS*, XXI (Lisboa, 1980).
- Casteleiro, J. Malaca, "Jerónimo Soares Barbosa. Um gramático racionalista do século XVIII", *SEP. DO BOLETIM DE FILOGIA*, XXV, (Lisboa, 1980/81, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa).
- Cavaleiro, Estêvão, *NOVA GRAMMATICAE MARIE MATRIS DEI VIRGINIS ARS*, Lisboa, Valentim Fernandes e Hermão de Campos, 1516.
- Cidade H. *LIÇÕES DE CULTURA E LITERATURA PORTUGUESAS*, 2 vols, Lisboa, 1959.
- Cidade H. *PORTUGAL HISTÓRICO-CULTURAL*, Lisboa, 1968.
- Clenardo, Nicolau, *INSTITUTIONES GRAMMATICAE LATINAE*, Bracara, sumptibus Gulielmi a Traiecto, 1538.
- COMMENTARII COLLEGII CONIMBRICENSIS SOCIETATIS JESU [...]*, Coimbra, 1592-1597.
- Coseriu E., *ESTUDIOS DE LINGÜÍSTICA ROMÁNICA*. Madrid, 1977.

Coseriu E., *TRADICIÓN Y NOVEDAD EN LA CIENCIA DEL LENGUAJE. ESTUDIOS DE HISTORIA DE LA LINGÜÍSTICA*. Madrid, 1977.

Coseriu, E., “Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira”, *FERNÃO DE OLIVEIRA. GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA (1536)* (edição crítica, semidiplomática e anastática, org. e intr. de Amadeu Torres e Carlos Assunção), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2000, 27-60.

Coxito A. A., *LÓGICA, SEMÂNTICA E CONHECIMENTO NA ESCOLÁSTICA PRÉ-RE-NASCENTISTA*, Coimbra, 1981.

Dubois J., *JACOBI SILVII AMBIANI IN LINGUAM GALLICAM ISAGWGE, UNA CUM EIUSDEM GRAMMATICA LATINOGALLICA, EX HEBRÆIS, GRÆCIS & LATINIS AUTORIBUS*. Parisiis, [R. Estienne], 1531.

Estêvão, Tomás, *ARTE DA LINGOA CANARIM [...]*, Rachol, no Collegio de S. Ignacio da Companhia de Jesu, 1640.

Faria, M. Severim de, *DISCURSOS VARIOS POLITICOS [...]*. Discurso II Das partes que ha de haver na lingoagem para ser perfeita, como a Portuguesa as tem todas, & alguas com eminencia de outras lingoas, Evora, por Manoel Carvalho, 1624.

Fávero, L. L., *AS CONCEPÇÕES LINGÜÍSTICAS NO SÉCULO XVIII: A GRAMÁTICA PORTUGUESA*. Campinas, SP., 1996.

Figueira, Luis, *ARTE DA LINGUA BRASILICA. [...]*, Lisboa, por Manoel da Silva, (1621).

Fonseca, P. da, *INSTITUTIONUM DIALECTICARUM LIBRI OCTO*. Olyssipone, 1564.

Fonseca, P. da, *ISAGOGE PHILOSOPHICA*. Olissipone, 1591.

Fonseca, P. da. *Isagoge filosófica*. Introd., ed. do texto latino e trad. Por Joaquim Ferreira Gomes. Coimbra, 1965.

Freire, A. S. J., “ ‘A gramática latina’ do Padre Manuel Álvares e seus impugnadores”, *AS GRANDES POLÉMICAS PORTUGUESAS* (direcção literária de Artur Anselmo, direcção artística de Sebastião Rodrigues, prefácio de Vitorino Nemésio), Lisboa, Verbo, 1964, vol. I. p. 333-389.

Gândavo, P. de Magalhães, *REGRAS QUE ENSINAM A MANEIRA DE ESCREVER A ORTOGRAFIA DA LINGUA PORTUGUESA: COM HUM DIALOGO QUE ADIANTE SE SE-GUE EM DEFENSAM DA MESMA LINGUA*, Lisboa, na officina de Antonio Gonsalvez, 1574.

Gonçalves, F. Rebelo, “História da filologia portuguesa - os filólogos portugueses do séc. XVI”, *BOLETIM DE FILOGIA*, IV, 1936.

Gonçalves, M. F., *MADUREIRA FEIJÓ, ORTOGRAFISTA DO SÉCULO XVIII: PARA UMA HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA*. Lisboa, Ministério da Educação, Inst. de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

- IANUA LINGUARUM QUADRILINGUIS*. Londini, 1617.
- IANUA LINGUARUM SIVE MODUS MAXIME ACCOMODATUS, QUE PATEFIT ADITUS AD OMNES LINGUAS INTELLICENDAS [...]*. Salamanticae, anno M.DC. XI. 1611.
- IANUA LINGUARUM*. Londini, 1616.
- Kossarik, M. A., “A doutrina linguística de Amaro de Roboredo”, *ACTAS DO XII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA*, Lisboa, 1997, vol. II, 429-443.
- Kossarik, M. A., “A obra de Amaro de Roboredo. Questões da historiografia linguística portuguesa”, *ROBOREDO, A. DE, METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LINGUAS [...]. FAC-SÍMILE DA EDIÇÃO DE 1619*, Lisboa, Casa de Moeda, no prelo.
- Kossarik, M. A., “On the problem of tradition and innovation in the history of linguistic studies. renaissance and contemporary linguistic paradigms: two epochs’ bondage”, *VESTNIK MOSKOVSKOGO UNIVERSITETA* [Moscow State University Bulletin] Series 9, Philology, Nº 5 (Moscow, 1995), 104-116.
- Kuhn, Th. S., *THE STRUCTURE OF SCIENTIFIC REVOLUTIONS*, Chicago, 1962.
- Lakoff R. “La grammaire générale et raisonnée, ou la grammaire de Port-Royal”, *HISTORY OF LINGUISTIC THOUGHT AND CONTEMPORARY LINGUISTICS*, Berlin – New York, 1976, 348-373.
- Leão, D. Nunes de, *ORIGEM DA LINGOA PORTUGUESA [...]*, Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1606.
- Leão, D. Nunes de, *ORTHOGRAPHIA DA LINGOA PORTUGUESA [...]*, Lisboa, per João de Barreira, 1576.
- Louro, Estanco, *GRAMÁTICOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI*. Lisboa, s.d..
- Oliveira, F. de, *GRAMMATICA DA LINGOAGEM PORTUGUESA*, Lisboa, e[m] casa d’Germão Galharde, 1536.
- Percival W. Keith, “Deep and surface structure concepts in renaissance and mediaeval syntactic theory”, *HISTORY OF LINGUISTIC THOUGHT AND CONTEMPORARY LINGUISTICS*, Berlin – New York, 1976, 238-253.
- Pereira, Bento, *ARS GRAMMATICAE PRO LINGUA LUSITANA ADDISCENDA LATINO IDIOMATE*, Lugduni, sumptibus Laurentii Anisson, 1672.
- Pereira, Bento, *REGRAS GERAYS BREVES & COMPREHENSIVAS DA MELHOR ORTOGRAFIA [...]*, Lisboa, por Domingos Carneyro, 1666.
- Pereira, Bento, *THESOIRO DA LINGUA PORTUGUESA*, Lisboa, na officina de Paulo Craesbeeck, 1647.
- Pereira, Frutuoso, *ARTE DE GRAMMATICA LATINA [...]*, Lisboa, offi. de Lourenço de Anvers, 1643.

- Pinto, R. Morel, “Gramáticos portugueses do Renascimento”, *SEP. DA REVISTA DE PORTUGAL, SÉRIE LÍNGUA PORTUGUESA*, XXVII, (Lisboa, 1962).
- Resende, André de, *L. ANDREAE RESENDII DE VERBORU(M) CONIUGATIONE COMMENTARIUS*, Olissipone, apud Lodovicum Rhotogirium, 1540.
- Révah, I. S., *JOÃO DE BARROS. ÉTUDES PORTUGAISES*, Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1975.
- Roboredo, Amaro de, *GRAMMATICA LATINA DE AMARO DE ROBOREDO MAIS BREVE E FÁCIL QUE AS PUBLICADAS ATÉ AGORA NA QUAL PRECEDEM OS EXEMPLOS AAS REGRAS [...]*, Lisboa, na officina de António Alvares, 1625.
- Roboredo, Amaro de, *METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LINGUAS [...]*, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1619.
- Roboredo, Amaro de, *PORTA DE LINGUAS OU METODO MUITO ACCOMODADO PARA AS ENTENDER [...]*, Lisboa, da officina de Pedro Crasbeeck, 1623.
- Roboredo, Amaro de, *RAIZES DA LINGUA LATINA MOSTRADOS EM UM TRATADO E DICIONARIO [...]*, Lisboa, na officina de Pedro Craesbeeck, 1621.
- Sanchez F., *FRANCISCI SANCTII BROCCENSIS IN INCLITA SALAMANTICENSI ACADEMIA PRIMARIJ RHETORICES, GRAEQUELINGVAE DOCTORIS MINERVA: SEU DE CAUSIS LINGVAE LATINAE [...]*. Salamanticae, 1587.
- Sousa, Máximo de, *INSTITUTIONES TUM LUCIDE, TUM COMPENDIOSE, LATINARUM LITERARUM, TRADITE DIALOGO, CANDIDIS AC VERE PIJS CENOBITIS SANCTE CRUCIS [...]*, Coimbra, apud Coenobium Diue Crucis, 1535.
- Stegagno, L. Picchio, “La questione della lingua en Portogallo”, *JOÃO DE BARROS. DIÁLOGO EM LOUVOR DA NOSSA LINGUAGEM*, Modena, 1959.
- Távora, Francisco de, *GRAMMATICA HEBRAEA NOVISSIME EDITA [...]*, Conimbricae, apud Ioanem Aluarum, 1566.
- Teyssier, P., “La prononciation de voyelles portugaises au XVIème siècle d’après le système orthographique de João de Barros”, *ANALI DELL’ISTITUTO UNIVERSITARIO ORIENTALE*, Sez. Romanza. Napoli, 1966, 127-198.
- Torres A., “Dos Códices gramaticais medievos à Gramática de Fernão de Oliveira. Fernão de Oliveira e a sua gramática em edição crítica. Fernão de Oliveira, primeiro gramático e filólogo da Lusofonia. Humanismo inaciano e artes de gramática – Manuel Álvares entre a “RATIO” e o “USUS”. Das fronteiras sem gramática à gramática sem fronteiras – contribuição para a gramaticologia franco-portuguesa”, *TORRES. A. GRAMÁTICA E LINGÜÍSTICA. ENSAIOS E OUTROS ESTUDOS*, Braga, 1999, 43-125.
- Vaugelas, Cl., *REMARQUES SUR LA LANGUE FRANÇAISE* (Facsimilé de l’édition de 1647, éd. J. Streicher), Paris, 1934.

Vera, Á. Ferreira de, *ORTHOGRAPHIA OU MODO PARA ESCREVER CERTO NA LINGUA PORTUGUESA [...] BREVES LOUVORES DA LINGUA PORTUGUESA COM NOTÁVEIS EXEMPLOS DA MUITA SEMELHANÇA QUE TEM COM A LÍNGUA LATINA*, Lisboa, Mathias Rodriguez, 1631.

Verdelho, T., *AS ORIGENS DA GRAMATICOGRAFIA E LEXICOGRAFIA LATINO-PORTUGUESAS*, Aveiro, 1995.

Woll, D., “Portugiesisch: grammatikographie”, *LEXIKON DER ROMANISTISCHEN LINGUISTIK (LRL)*, (Herausgegeben von Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt), Tübingen, 1994, 649-672.

A CONVERSÃO DO ADJETIVO EM ADVÉRBIO EM PERSPECTIVA SINCRÔNICA E DIACRÔNICA

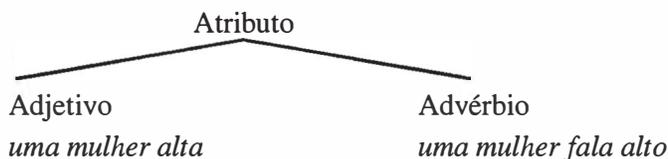
Martin Hummel
Universidade de Graz, Austria

A conversão do adjetivo em advérbio é um processo conhecido em todas as línguas românicas. No caso do português, frases do tipo *Ela corre rápido* são bem mais frequentes no português do Brasil do que no português de Portugal. O advérbio em *-mente* como em *Ela corre rapidamente* pertence à linguagem culta formal, sobretudo escrita, enquanto que o adjetivo adverbializado faz parte da linguagem informal (coloquial), sobretudo falada (v. Hummel 2000b). Psicologicamente, esta repartição complementar é a consequência de os falantes considerarem o advérbio em *-mente* como mais correto do que o adjetivo adverbializado. A frequência do advérbio em *-mente* aumenta portanto com o grau de formalidade que o falante quer dar ao seu discurso/texto. Em Portugal, a influência da norma culta é mais forte do que no Brasil, provavelmente por causa do maior impacto histórico da escolaridade sobre o comportamento lingüístico dos falantes. No caso do Brasil, o adjetivo adverbializado é empregado com muita naturalidade, tanto na linguagem de falantes incultos como também na linguagem informal de falantes cultos. São estes os resultados de uma investigação que apresentei em Hummel, 2000b.

Pretendo mostrar, no presente trabalho, que o processo da conversão do adjetivo em advérbio não surgiu em época moderna, como se pretende por vezes. A conversão é, pelo contrário, o tipo de formação mais comum e mais tradicional de todas as línguas românicas.

1. Terminologia

Existem vários tipos de advérbios: advérbios de tempo, de lugar, de modo, etc. O tipo de advérbio de que acabamos de falar corresponde aos advérbios de modo que funcionam como **atributo de um verbo**, isto é como entidade lingüística que caracteriza o decorrer de um evento (cf. Perini, 1998, 339-40). Este evento é designado por um verbo do qual o advérbio de modo depende sintaticamente. A função atributiva constitui o traço funcional comum da classe dos adjetivos e da classe dos advérbios (de modo):



O adjetivo funciona como **atributo de um substantivo** e o advérbio como **atributo de um verbo**.¹ Nesta perspectiva, o sistema das classes (categorias) de palavras funcionaria, basicamente, a partir de classes principais (substantivo e verbo) e de classes subordinadas atributivas (adjetivo e advérbio). Convém acrescentar que a categoria dos atributos admite também a função de **atributo de um atributo** como em *altamente importante* ou em *muito rapidamente*, onde *altamente* e *muito* são atributos de um adjetivo ou de um advérbio respectivamente. Também não é excluído o emprego dos atributos como atributos de unidades frásticas. É nomeadamente o caso dos chamados *advérbios de frase* do tipo *naturalmente*, *curiosamente*, etc. em frases como *Naturalmente veio*. São **atributos da frase**, ou de uma parte dela, que muitas vezes exprimem a opinião do falante sobre o evento descrito pela frase. Parece passar despercebido que também os adjetivos podem funcionar como **atributos da frase** ou de uma parte dela. Os chamados *adjetivos destacados* são atributos que se referem a um substantivo como *participante do evento* descrito na frase: *Cansada, a menina se foi embora*. Parece-me portanto haver algumas características funcionais que justificam o tratamento comum do adjetivo e do advérbio como subcategorias da **categoria dos atributos**. Não diria que é a única maneira de classificar as classes de palavras que nos interessam aqui. Trata-se porém de uma perspectiva possível que promete alguns resultados interessantes.

2. Os atributos do verbo (advérbios) do português na sincronia atual

Na língua portuguesa podemos distinguir três tipos de advérbio que funcionam como atributos de um verbo:

Advérbio em <i>-mente</i> : <i>bater fortemente</i> , <i>comer rapidamente</i>	Sufixação
Adjetivo adverbializado: <i>comer rápido</i>	Conversão ²
Advérbio curto: <i>comer bem</i> , <i>comer mal</i>	Forma própria

¹ Cf. Pottier, *Lingüística moderna y filología hispánica*:220-1.

² Não concordo com Perini que considera *rápido* como adjetivo: “[...] em (64) *Ela escreve rápido*. [,] *rápido*, que provavelmente deve ser considerado um adjetivo, está modificando um verbo (Perini, 1998, 342).” Chaves de Melo propõe o termo “palavras adverbializadas” (1978, 105).

Os processos da sufixação e da conversão são produtivos. Temos, além disso, uma série limitada de advérbios curtos lexicalizados como *bem*, *mal*, *depressa*, *devagar*, etc. De um ponto de vista sincrônico, o advérbio *forte* poderia pertencer ao segundo ou ao terceiro grupo (*bater forte*). Proponho no entanto classificá-lo com o advérbio curto tradicional, não só por motivos históricos como também pela sua usualidade atual que não permite afirmar que os locutores ainda tenham consciência de ter convertido um adjetivo em advérbio quando utilizam *forte* como advérbio. Seja como for, as duas interpretações são possíveis, e não há motivo para excluir esta duplicidade, como também não há motivo para admitir só uma das variantes *forte* e *fortemente* ou *rápido* e *rapidamente*.

A tradição gramatical apresenta a formação do advérbio pelo sufixo –*mente* como única regra produtiva do sistema da língua atual. Admite, além disso, e por motivos históricos, uma série bastante limitada de advérbios curtos. Na sua nova gramática, Evanildo Bechara admite a existência do mecanismo da conversão: «Muitos adjetivos, permanecendo imóveis na sua flexão de gênero e número, podem passar a funcionar como advérbio (Bechara, 1999, 294)». Seria importante, no entanto, indicar também as características diafásicas dos advérbios que podemos resumir da seguinte maneira:

Advérbio em <i>-mente</i> :	Linguagem culta formal	Tendência mais forte em Portugal
Adjetivo adverbializado:	Linguagem informal	Tendência mais forte no Brasil
Advérbio curto:	Todos os registos	Brasil e Portugal

O fato de *forte* ser um advérbio relativamente bem aceite em todos os registos, não só em português como também em outras línguas românicas, é mais um motivo para o classificar preferencialmente como advérbio curto.

3. A produtividade do processo da conversão

No caso do Brasil, a produtividade da conversão do adjetivo em advérbio na linguagem informal não deixa dúvida. Consideremos os seguintes exemplos que observei e anotei em poucas semanas em discursos orais de locutores brasileiros. Podemos distinguir quatro grupos de adjetivos adverbializados, embora seja difícil delimitá-los rigorosamente:

A. Sintagmas lexicalizados

passar batido

dormir picado

B. Série de advérbios em oposição paradigmática ligados a um verbo determinado

jogar aberto/duro/pesado/sujo, etc.

falar claro/gozado/errado/grave/suave/esquisito, etc.

C. Advérbios usuais empregados com qualquer verbo

engordar fácil

preciso contar direitinho

entrou direto

trabalhar duro

parar rápido

comparecer urgente

pega leve, pelo amor de Deus!

deslizar legal

preciso de pessoas que pensam diferente

ela tem medo de cobrar errado

D. Adverbialização produtiva de adjetivos

penso negativo [falante feminino]

resolvi bem espontâneo [falante feminino]

faz mal comer nervoso

o rim funciona acelerado

comer escondido

O grupo A contém expressões lexicalizadas cujo significado lexical é ligado ao sintagma na sua totalidade: *passar batido* ‘passar muito rapidamente’, *dormir picado* ‘dormir de uma vez, sem despertar’. Sintagmas deste tipo aparecem também no segundo grupo (*jogar sujo*). Preferi no entanto incluir estes sintagmas no grupo B. Este grupo é caracterizado por verbos que funcionam como base de séries não limitadas de advérbios que se encontram em oposição lexical paradigmática. Os exemplos dos grupos A e B deveriam aparecer nos dicionários de língua com duas entradas: uma no verbo e a outra no advérbio. Os advérbios do grupo C funcionam praticamente como advérbios curtos do tipo *bem*, *mal*, *depressa*, *forte*, etc. São empregados livremente com qualquer verbo. É possível que os falantes já não tenham consciência de que se

trata de adjetivos adverbializados. O último grupo mostra, a meu ver, que os falantes brasileiros utilizam a conversão como mecanismo produtivo para formar advérbios a partir de adjetivos. Dada a baixa frequência ou quase ausência dos advérbios em *-mente* com função de atributos de um verbo na linguagem informal (Hummel, 2000b), podemos até afirmar que se trata do mecanismo produtivo dominante na comunicação informal. Lembramos que os únicos advérbios em *-mente* com função de atributo de um verbo mencionados na *Gramática do Português Falado*³ são *calmamente, precocemente, completamente, rapidamente, globalmente, pausadamente, brabamente, permanentemente, exageradamente, seriamente, inteiramente, exclusivamente, diretamente, terminantemente, exatamente e categoricamente*. A maioria destes advérbios pertence ao vocabulário culto ou cuidado. Outros funcionam como intensificadores ou juntam esta função à função atributiva propriamente dita. Poderíamos então avançar a hipótese de que a conversão constitui, na linguagem de falantes incultos, praticamente o único mecanismo de adverbialização utilizado. Os falantes cultos optariam na fala formal pelo advérbio em *-mente* e na fala informal pelo adjetivo adverbializado. Em termos estruturalistas, e lembrando o esquema no parágrafo 1, poderíamos dizer que a oposição paradigmática das duas categorias «advérbio» e «adjetivo» é **neutralizada** no registo informal coloquial de falantes cultos e na fala de falantes incultos. Esta neutralização só se produz quando o advérbio funciona como atributo de um verbo, isto é, dentro do sintagma verbal. Seria uma hipótese a verificar nos vários *corpora* de linguagem falada, culta e inculta, atualmente preparados em várias universidades do Brasil. O triângulo acima desenhado reduzir-se-ia a uma categoria só: a arquicategoria dos atributos. Teríamos, ao mesmo tempo, um argumento importante a favor do sistema de classificação das categorias de palavras proposto no triângulo. É evidente, no entanto, que só uma verificação empírica, baseada em corpora da fala culta e da fala inculta, permitirá dar uma resposta definitiva.

4. O caráter pan-românico da conversão

4.1. O francês

O francês costuma ser considerado, hoje em dia, como a língua românica mais marcada pelo processo de standardização e normalização como idioma

³ Castilho 1991, 95-7 e Ilari, 1992: 299-303. Mais pormenores em Hummel, 2000b. Os autores não dão frequências exatas por categoria. Também não fornecem dados sobre o emprego de adjetivos adverbializados no *corpus*. Convém portanto analisar novamente o *corpus* sob estes aspectos.

nacional através de esforços seculares de gramáticos, de políticos e sobretudo da escolarização que atingiu praticamente a totalidade dos franceses a partir de finais do século XIX. Os próprios falantes têm um forte «sentiment du correct». Costumam referir-se, sempre que surge um problema lingüístico, às normas propostas pelas autoridades. No parágrafo seguinte, vou resumir os resultados de um estudo que dediquei ao adjetivo adverbializado francês (Hummel, no prelo).

Na linguagem culta predomina o advérbio em *-ment* junto com uma série limitada de advérbios curtos como *bien, mal, vite*, etc., em parte de origem idêntica à dos advérbios correspondentes do português. O advérbio em *-ment* predomina tanto no registo culto formal como no registo culto informal. O emprego do advérbio em *-ment* caracteriza-se portanto por uma maior extensão que no caso do português do Brasil. Existe, além disso, o adjetivo convertido em advérbio, em frases como *J'y vais rapide*. Os falantes cultos têm uma consciência aguda de mudarem não somente de registo como também de nível de expressão quando recorrem a estes adjetivos adverbializados. Só fazem parte do discurso de falantes cultos, na medida em que muitos destes gostam do jogo lingüístico que permite a alternância de registos pertencentes a diferentes níveis de expressão. O registo que usam, quando recorrem ao adjetivo adverbializado, é o do francês popular, hoje em dia considerado como «argot», isto é, um conjunto de gírias populares ou marginais. São utilizados e voluntariamente preferidos aos advérbios em *-ment* na linguagem «jovem» (o chamado «parler jeune») e no estilo de autores da «littérature d'argot». Nos dois casos, os falantes têm uma atitude rebelde em relação às normas lingüísticas propostas pela escola, pelos pais ou pelos bons autores. Utilizam o adjetivo adverbializado por anticonformismo e para chocar.

A conversão do adjetivo em advérbio ocorre também nos dialetos do francês (Deutschmann, 1959, 6-21). Dada a avançada marginalização dos dialetos franceses hoje em dia, podemos dizer que o processo da conversão existe, no caso do francês, somente em setores bastante marginais da língua francesa: o *argot* e os dialetos. O denominador comum destes setores é a sua exclusiva dependência histórica da *tradição oral* e o seu afastamento da norma culta imposta pelas autoridades. Podemos concluir que o adjetivo adverbializado francês é típico em todos os registos *de tradição oral*, incluindo os dialetos, enquanto que o advérbio em *-ment* predomina nos registos onde a influência da norma culta foi preponderante.

O caso da Louisiana

O caso da Louisiana, colonizada pelos franceses a partir de finais do século XVII, é particularmente interessante por dois motivos. Os colonizadores

“By analogy with such real adverbs as *alto*, *mucho*, *bajo*, *recio*, *quedo*, *claro*, *cierto*, and *infinito*, etc., American Spanish has colloquially transformed other adjectives into adverbs, which, in many cases at least, would be considered incorrect in peninsular standard Spanish, though some of them may be heard in popular speech (Kany, 1969, 228-9; cf. de Mello, 1992, 228-9 e Hummel, 2000a, 364-416).”

A diferença é tal que os adjetivos adverbializados chegam a ser considerados como americanismos por hispanofalantes europeus (Salvador Plans, 1990, 574). Encontramos portanto uma situação mais ou menos idêntica à que caracteriza o Brasil em relação a Portugal.

A linguagem falada culta e a linguagem falada inculta na Cidade de México

Numa análise do *corpus* do «español culto hablado» em 10 cidades de Hispanoamérica e Espanha, de Mello observa uma maior frequência dos adjetivos adverbializados nas cidades americanas (16 por cento na América contra 11 por cento na Europa (de Mello, 1992, 229).⁵ Mas o que mais interessa aqui são os resultados obtidos na Cidade de México onde existem dois corpora, um *corpus* da linguagem falada culta e outro da linguagem falada inculta. Nesta cidade, a frequência dos adjetivos adverbializados é duas vezes mais alta na «habla inculta» do que na «habla culta». É significativo o caso do adjetivo adverbializado mais frequente *rápido*:

fala culta: *rápido* (69 ocorrências) *rápidamente* (60 ocorrências)

fala inculta: *rápido* (24 ocorrências) *rápidamente* (1 ocorrência)

No *corpus* da fala culta, o adjetivo adverbializado *rápido* ocorre 69 vezes e a forma alternativa *rápidamente* 60 vezes. Na fala inculta a frequência absoluta de *rápido* é de 24 enquanto que *rápidamente* ocorre só uma vez (de Mello, 1992, 231). A frequência de *rápidamente* aumenta portanto com o grau de cultura atingido pelos falantes. Podemos até dizer que o falante culto escolhe entre dois tipos de advérbios, o adjetivo convertido e o advérbio em *-mente*, ao passo que o falante inculto conhece basicamente só o tipo da conversão. Existe portanto *variação diafásica*, no caso do falante culto, e *limitação diastrática*, no caso do falante inculto.

⁵ Infelizmente, o autor incluiu os adjetivos adverbiais flexionados do tipo *ella chega cansada* no grupo dos adjetivos adverbializados. Trata-se no entanto de adjetivos e não de advérbios (v. Hummel, 2000b). Podemos, apesar deste problema, considerar os resultados de de Mello como tendências que caracterizam sobretudo os adjetivos adverbializados, na medida em que só 18 das 187 ocorrências correspondem a adjetivos flexionados.

No parágrafo 3 mostrei que a conversão do adjetivo em advérbio é um processo produtivo no português do Brasil. Consideremos a este respeito o que diz Moreno de Alba sobre a situação lingüística no México:

“La adverbialización de adjetivos, aunque propia de toda la lengua española, se manifiesta con más frecuencia en el español americano («camina *rápido*» por «camina *rápidamente*»). En el caso de *feo*, además de este cambio, se da la modificación de significado: «huele *feo*» por «huele *mal*». Nótese que algo semejante sucede con el adjetivo *bonito* en el español de ciertos hablantes de la ciudad de México cuando dicen, por ejemplo, «que te vaya *bonito*». Evidentemente allí *bonito* no es adjetivo, pues no modifica a un sustantivo, sino adverbio que se refiere al verbo *vaya*, y, por otra parte, el significado de *bonito* (‘lindo, agraciado’) se modifica y adquiere el del adverbio *bien*: «que te vaya *bonito (bien)*». (Moreno de Alba, 1996, 166).”

Parece que a produtividade da conversão é tal que os adjetivos adverbializados chegam a substituir-se aos advérbios curtos tradicionais como *mal* e *bien* na fala de «certos hablantes». Podemos pelo menos afirmar que o processo da conversão chega a criar expressões alternativas para exprimir os significados ‘bem’ e ‘mal’. Grundt menciona um emprego similar do fr. *moche* ‘feio’ no sentido de ‘mal’ no *argot* de Paris: *Ça va moche* (Grundt, 1972, 219).

4.3. O romeno

O caso do romeno é particularmente interessante porque a conversão constitui o único processo de formação de advérbios a partir de adjetivos nas falas culta e inculta:

<i>scrisul frumos</i>	‘a letra bonita’	Adjetivo
<i>el scrie frumos</i>	‘escreve bonito’	Advérbio (Engel, 1993, 860-1)

Os poucos advérbios em *-mente* existentes na língua romena são empréstimos do francês (*completamente, realmente, totalmente*; Engel, 1993, 866 e 873). Note-se que estes advérbios não costumam funcionar como atributos de um verbo mas sim como atributos de adjetivos ou como advérbios de frase.

4.4. O italiano

As gramáticas do italiano apenas mencionam os «aggettivi invariabili» (adjetivos adverbializados) (v. Hummel, 2000a, 434-40). Migliorini escreve:

“Si tratta, com’è noto, del tipo *parlar chiaro*, rappresentato da una serie abbastanza numerosa di esempi, in italiano come nelle altre lingue neolatine. Ma mentre per il francese abbiamo larghe raccolte

di esempi e una minuta discussione del fenomeno, per l'italiano, dove pure il costrutto era stato asservato dai grammatici del Cinquecento e del Seicento, no si hanno che brevi cenni delle grammatiche (Fornaciari, ecc.); mentre sarebbe desiderabile una monografia [...] (Migliorini, 1952, 113).”

Cita exemplos como *risponder secco*, *risponder netto*, *scrivere fitto*, *colpir sodo*, *mangiar pesante*, *bere grosso*, *tagliar corto*, etc.

Como no caso do francês, a conversão do adjetivo em advérbio é largamente usada em grandes zonas dialetais. Os dialectos do sul da Itália e a língua sarda utilizam o adjetivo onde o italiano padrão impõe o advérbio em *-mente* (Rohlf, 1972, vol. III, 127 e Krenn, 1993, 311). O próprio do italiano é a generalização da flexão que muitas vezes inclui atributos nitidamente adverbiais, como no exemplo citado por Meyer-Lübke do romance *I promessi sposi* de Manzoni: «le sue lagrime corsero più facili» (Meyer-Lübke, 1974, vol. III: 448). É importante aqui observar que os dialetos do sul da Itália e o sardo resistiram ao sufixo românico *-mente* **porque já dispunham de um mecanismo funcional** e porque não foram obrigados a utilizar este sufixo imposto pelas normas da língua padrão.

4.5. Conclusões

1. A conversão é o único mecanismo comum a todas as línguas românicas. Podemos portanto supor que este mecanismo já funcionou em latim vulgar, isto é, no latim falado inculto. Não se trata portanto de um «abuso moderno».

2. A conversão é o mecanismo da tradição oral nas línguas românicas. Tornou-se evidente que a conversão é tanto mais freqüente, hoje em dia, quanto menos forte foi a influência da norma escolar (norma escrita culta): dialetos, fala popular, fala inculta.

3. A conversão é o mecanismo que marcou fortemente as línguas românicas no Novo Mundo. Podemos supor que os colonizadores trouxeram este mecanismo ao Novo Mundo. É provável que o isolamento de muitas áreas lingüísticas e as condições de contacto lingüístico no Brasil tenham contribuído para favorecer a conversão como mecanismo mais simples de formação de advérbios.

4. A freqüência dos advérbios em *-mente* depende historicamente da influência da norma lingüística e nomeadamente do grau de escolaridade atingido num país. Esta influência foi bem mais forte na Europa do que no Novo Mundo. Na França, onde a norma mais influência teve, o mecanismo da conversão limita-se aos dialetos e ao *argot*, quer dizer, a espaços lingüísticos que a norma culta pouco atingiu.

5. O português arcaico e medieval

É evidente que os documentos escritos têm valor duvidoso num caso como o nosso em que a tradição escrita culta parece ser o principal responsável pela repressão do mecanismo da conversão. Por outro lado, os códigos oral e escrito não constituem sistemas fechados. A norma oral aparece por vezes em textos escritos mesmo quando não é idêntica à norma da escrita culta. Em cartas entre amigos, as normas do código oral têm às vezes mais vigor que as do código escrito. Já mencionei que em textos franceses anteriores aos grandes esforços de normalização a conversão aparece com muita naturalidade. Podemos supor que se deveriam encontrar exemplos da conversão de adjetivos em advérbios em textos do português arcaico e medieval. Limitar-me-ei a citar as observações de alguns lingüistas especializados.

Segundo José Joaquim Nunes a conversão já existiu na época imperial, chegando a pôr de lado os processos de sufixação por *-iter*, \square ,⁶ etc.:

“Estes processos de formação adverbial [conversão do adjetivo] herdou o português, com as demais línguas românicas, do latim, especialmente o falado na época imperial, segundo o testemunho dos gramáticos, que censuram algumas das expressões em uso no seu tempo, mas, afora eles, ainda este conhecia outros, dos quais muitos deviam ascender ao seu período mais arcaico; tais eram o emprego de velhos acusativos em *-im*, como *sensim*, *pedetentim*, *passim*, *certim*, etc. e a adjunção dos sufixos *-tus*, *-ter* e ainda o *-e* do antigo ablativo-instrumental a substantivos e adjetivos, como em *radicitus*, *coelitus*, *constanter*, *firmiter*, *juste*, *probe*, *romanice*, *gallice*, etc. Estas formações, porém, foram postas de parte pela língua popular, restando apenas da última alguns raros advérbios, como *bem*, *mal*, *longe*, *tarde* e poucos mais [...] (Nunes, 1960, 349).”

Parece que já na época imperial houve gramáticos que censuraram o tipo popular da conversão. É portanto possível que as críticas normativas dirigidas contra a conversão são tão antigas como o processo criticado. Isto leva-nos a crer que a conversão sempre foi um mecanismo coloquial (popular). Nunes menciona os seguintes sintagmas: *comprar caro*, *comprar barato*,⁷ *morar próximo/junto/distante*, *falar alto/baixo*, *ficar certo*, *andar ligeiro*, *vir privado* (‘depressa’), *estar contínuo* (arc. e pop.). (Nunes, 1960, 348).

⁶ O símbolo \square indica a série de sufixos que se subentendem.

⁷ Corominas indica para cast. *barato* a origem de *bajo precio*. Menciona ainda a forma *comprar a barato*. Poder-se-ia portanto explicar pela elisão da preposição *a*.

O estudioso alemão Huber menciona toda uma série de adjetivos adverbializados:

“Manche Adjektiva bleiben auch in adverbialer Verwendung unverändert, d.h. im Mask.: z.B. *muit’aficado* CD. sehr inständig, *aguisado* passend, richtig, *alegre* (Euf. 360), *aposto* CA. passend, mit Anstand, *certo* CD. gewiß, *dōado* geschenkt, umsonst, *festinho* (CA., CV., CM.) eilig, *fremoso* CD. schön, nett, *saboroso* CD. angenehm, lieblich, *sobejo* CD. übermäßig, über alle Maßen (Huber, 1933, 147).”

Citemos também o que García de Diego dizia sobre o galego:

“De la misma manera que en los demás romances se han perdido en gallego los sufijos que el latín utilizaba para la formación de los adverbios de modo [...]. Para compensar esta pérdida nuestra lengua dispone de otros recursos: [...]

b) Tomando como adverbio el mismo calificativo, de cualquier terminación que sea: *rigidu* [>] *rijo* = *rejo*, *bassu* [>] *baijo*, *invitus* ant. *ambidos* (a *envidos* en las *Cánt.*, ant. cast. *amidos* [...]), ‘contra su voluntad’, *quietu* [>] *quedo*, *festinu* [>] *festynno* en las *Cánt.*, ‘rápidamente’ (*festino* en Hita, 509), *vivace* [>] *viaz* en las *Cántl.*, ‘agilmente’ *bonu* [>] *bo* [...] (García de Diego, 1909, 147).”

Segundo este autor, a conversão foi um dos mecanismos que permitiram compensar a perda dos antigos sufixos. Verifica-se portanto a existência do mecanismo da conversão no português que se utilizava quando começou a conquista do Novo Mundo. O *Corpus do português medieval* atualmente constituído por uma equipe de professores na Universidade Nova de Lisboa sob a direção de Maria Bacelar do Nascimento permitirá sem dúvida maior clareza.

6. Do latim ao português: pistas para a investigação futura

Não pretendo, nesta pequena contribuição, descrever a história do sistema adverbial românico desde o latim até hoje (mais pormenores em Hummel, 2000a, 449-81). O meu objetivo limita-se a formular uma hipótese acerca da diacronia deste sistema adverbial, combinando dados diatópicos, diastráticos e diafásicos obtidos em épocas mais recentes. Queria mencionar, no entanto, que o mecanismo da conversão já existiu no latim.

Na norma culta do latim, o processo normal é o da sufixação por uma série de sufixos. Os sufixos mais frequentes são $-\square$ e $-\text{iter}$:

Regras principais: *longus, longa, longum* (adj.) → *long* □ (adv.)
fortis (adj.) → *fortiter* (adv.)

Em alguns casos existem duas formas:

firmus (adj.) → *firm* □ (adv.) e *firmiter* (adv.)

humanus (adj.) → *human* □ (adv.) e *humaniter* (adv.)

Uma parte dos sufixos, entre eles o sufixo -□, são antigos *casos (instrumentalis)* que já tinham perdido esta função na época do latim clássico. Esta observação poderia ser importante, na medida em que a concepção do advérbio como mero caso do adjetivo está bem mais perto de uma conversão que a concepção do advérbio como palavra formada a partir de adjetivos por sufixação.

A conversão parece existir a título de exceção, ou seja, aparece como tal quando se estudam textos escritos:

Exceção: *facilis* (adj.) → *facil* □ (adj. ac. sg. neutro) → *facil* □ (adv.)

Encontram-se mais exemplos, já na época clássica:

dulce ridentem Lalagen amabo, dulce loquentem (Hor., *Carm.* 1, 22, 23-24). (Dias, 1959, 66)

O modelo latim foi imitado no português:

Doce tanges, Pierio, doce cantas (Ferreira, *egl.* 2., ap. Moraes). (Dias, 1959, 65)

Karlsson menciona, além disso, os seguintes advérbios: *brev* □, *difficil* □, *grav* □, *celer* □, *concord* □, *dispar* □, *dulc* □, *fidel* □, *grand* □, *imman* □, *immortal* □, *impun* □, *iug* □, *lugubr* □, *mit* □, *perenn* □, *perspicac* □, *praecoqu* □, *procliv* □, *segn* □, *sublim* □, *vil* □ (Karlsson, 1981, 17).

Lembramos que *facil* □ deu origem a adjetivos nas línguas românicas que fazem parte dos adjetivos frequentemente adverbializados e que mais penetração têm nos textos escritos. É o caso do pt. *fácil*, do esp. *fácil* e do fr. *facile*, para mencionar apenas as línguas românicas cujo uso conheço por experiência própria. É um caso curioso, na medida em que o esp. *fácil* não procede diretamente da forma latina porque, neste caso, se teria perdido a *f*- inicial. Será que as propriedades semânticas deste adjetivo tiveram um papel decisivo para que a sua conversão em advérbio chegasse a generalizar-se nas línguas românicas?

Conclusão: Não cabe dúvida de que a conversão já existiu no latim, embora seja difícil pronunciar-se sobre a sua frequência na linguagem informal. Sabemos no entanto que não passou de ser um mecanismo ocasional e marginal na linguagem escrita culta. Não podemos afirmar nem rejeitar nenhuma das duas hipóteses seguintes: 1. A conversão como processo predominante já

no latim informal de todas as épocas. 2. A origem da conversão como processo predominante durante a formação das línguas românicas, a partir de um latim vulgar onde a conversão teria sido um processo entre vários. Temos algumas indicações da existência da conversão no latim clássico. Não é de excluir que se trate de elementos do código oral informal que aparecem por vezes no código escrito, como também acontece hoje. O mais provável é, a meu ver, a hipótese de que a conversão foi um mecanismo existente mas bastante limitado no latim clássico. No latim vulgar, este mecanismo econômico conheceu uma expansão natural pela perda do código culto (escrito). A própria perda da categoria funcional dos casos, que fez aparecer muitos advérbios como casos de um adjetivo, poderá ter contribuído para dinamizar o mecanismo da conversão.

7. O caráter universal da conversão e a explicação diacrônica

O caráter universal de um mecanismo lingüístico não pode nunca explicar uma evolução histórica concreta. Se fosse esse o caso, todas as línguas conheceriam somente o mecanismo da conversão. O que pode acontecer sim, é o favorecimento do mecanismo mais econômico em determinados contextos, como por exemplo o contacto lingüístico permanente no Novo Mundo. O que tem a conversão de econômico ou de universal? O caráter universal da conversão explica-se simplesmente pelo fato de cada falante saber que pode formar advérbios a partir de adjetivos, ou seja, que ambas as categorias são *fundamentalmente* a mesma. A marcação das categorias por sufixos ou casos é um recurso morfológico *suplementar* que serve para marcar o que já está plenamente justificado a partir da função de atributo. Daí possivelmente a relativa debilidade dos sufixos adverbiais na diacronia das línguas românicas, assim como a sua maior frequência na linguagem formal. A perda de influência da norma culta latina e as diversas circunstâncias de contacto lingüístico no território conquistado pelos romanos poderiam ter favorecido o mecanismo econômico da conversão, uma vez que não era desconhecido no latim.

Conclusão geral

Mostrei que o mecanismo da conversão do adjetivo em advérbio está longe de ser um abuso moderno. Trata-se, pelo contrário, do único mecanismo de formação de advérbios produtivo comum às línguas românicas examinadas aqui. É o mecanismo da tradição oral que aparece principalmente nos códigos orais pouco influenciados pelos esforços normativos (dialetos, *argot*, linguagem popular, linguagem informal, etc.). No código formal, que corresponde à norma culta (escrita), predomina o mecanismo da sufixação com *-mente*, com exceção do romeno, que só conhece a conversão.

Do ponto de vista da teoria dos registos de linguagem, parece portanto pertinente a distinção, pelo menos na sincronia atual das línguas românicas, entre código formal e código informal. Os diferentes registos pertenceriam a um destes códigos ou aos dois códigos (código neutral). Os termos de «Distanzsprache» (linguagem de distância) e de «Nähesprache» (linguagem da proximidade), propostos por Koch / Oesterreicher 1990, parecem exprimir antes *efeitos* possíveis daquilo que melhor seria chamado *código formal* e *código informal*. Esta abordagem explicaria, por exemplo, o freqüente uso do adjetivo adverbializado na publicidade da televisão brasileira.

Compare-se, a este respeito, a frase publicitária autêntica *Até o ferro desliza mais suave!*, utilizada na televisão brasileira para descrever os efeitos de um detergente amaciador, com a frase alternativa *Até o ferro desliza mais suavemente!* Podemos dizer, unindo a minha abordagem com a de Koch/Oesterreicher e a de Bühler, que o adjetivo adverbializado pertence ao *código informal* que tem como *função sintomática* (Bühler, 1982, 28) a da *proximidade* e como *função apelativa* (Bühler), no caso da publicidade, a da *persuasão*. Até no caso do francês, conhecido pelo vigor das normas do código formal, observa-se um freqüente uso do adjetivo adverbializado na linguagem publicitária, muitas vezes atribuído à influência do inglês e severamente criticado do ponto de vista da norma formal.⁸

Do ponto de vista da teoria das categorias ou classes de palavras tornou-se evidente a utilidade da arquicategoria dos atributos que se subcategoriza, essencialmente no código formal, em adjetivos e advérbios. A utilidade desta abordagem confirmou-se tanto na perspectiva sincrônica como também na diacrônica, na medida em que a conversão apareceu como uma neutralização da oposição adjetivo/advérbio dentro do sintagma verbal que só podemos explicar pela existência de uma arquicategoria: a dos atributos.

Na perspectiva diacrônica, parece evidente que tanto os colonizadores francófonos da Louisiana como os colonizadores do Novo Mundo luso-hispânico trouxeram o mecanismo da conversão do adjetivo em advérbio como processo produtivo quando chegaram ao novo continente. O contexto de contacto lingüístico e a influência bastante limitada da norma culta (escolaridade) favoreceram provavelmente a maior divulgação do mecanismo econômico da conversão no Novo Mundo, enquanto que na Europa a norma culta chegou a marginalizar a conversão, com exceção do romeno, que ficou isolado do resto da România. No que diz respeito à origem deste processo, limitei-me a esboçar algumas pistas de investigação. Cabe à futura investigação esclarecer-nos com

⁸ V. Wagner/Pinchon, 1987, 150; Moignet, 1963, 178; Schütz, 1968, 104-5.

mais pormenor sobre a origem da conversão no caso da formação dos advérbios nas línguas românicas.

Bibliografia

Henri Bauche, *Le langage populaire*, Paris, Payot, 1920.

Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Lucerna, 1999, 37.ª ed. revista e ampliada.

Annegret Bollée, «Frankophonie IV. Regionale Varianten des Französischen außerhalb Europas I», *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, (eds. Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt), Tübingen, Niemeyer, 1990, vol. V,1, p. 740-67.

Karl Bühler, *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*, Stuttgart / New York, Gustav Fischer, 1982 [=1934].

Joaquim Mattoso Câmara Júnior, *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão, 1979, 3a ed.

Castilho 1991 (v. *Gramática do Português Falado*, vol. I).

Marilyn J. Conwell / Alphonse Juilland, *Louisiana French Grammar*, vol. I, Den Haag, Mouton, 1963.

Celso Ferreira da Cunha / Luís F. Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa, 1984.

George de Mello, «Adjetivos adverbializados en el español culto hablado de diez ciudades», *Linguística española actual* 14 (1992) 225-42.

Olaf Deutschmann, *Zum Adverb im Romanischen*, Tübingen, Niemeyer, 1959.

Augusto Epiphânio da Silva Dias, *Syntaxe Historica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica, 1959, 4a ed.

Frédéric C. Diez, *Grammaire des langues romanes*, vol. I, Genève, Slatkine, 1973 [=1874-76], 3e éd. refondue et augmentée.

Joseph Dunn, *A Grammar of the Portuguese Language*, London, Nutt, 1930.

Ulrich Engel et al., *Kontrastive Grammatik. Deutsch-rumänisch*, vol. I et II, Heidelberg, Groos, 1993.

Vicente García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*, Burgos, 1909 [edición facsimilar in: *Verba*, anexo 23, Santiago de Compostela, 1984].

Gramática do Português Falado, vol. I, (ed. Ataliba Texeira de Castilho), Campinas, Editora da Unicamp, 1991, 2a ed.

Gramática do português falado, vol. II, (ed. Rodolfo Ilari), Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

Lars-Otto Grundt, *Études sur l'adjectif invarié en français*, Bergen etc., Universitetsforlaget, 1972.

Wilhelm Heise, *Zur historischen Syntax des adverbial gebrauchten Adjektivs im Französischen*, *Romanische Forschungen* 31 (1912) 873-1038.

Joseph Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*, Heidelberg, Carl Winter, 1933.

Martin Hummel, «Zur Übersetzung adverbaler Adjektive aus dem Spanischen ins Französische. Mit einem kurzen Blick auf das Italienische und Portugiesische», *Grammatische Strukturen und grammatischer Wandel: Festschrift für Klaus Hunnius zum 65. Geburtstag* (eds. Udo L. Figge / Franz-Josef Klein / Annette Martinez Moreno), Bonn, Romanistischer Verlag, 1998, 209-233.

Martin Hummel, *Adverbale Adjektive im Spanischen*, Tübingen, Narr, 2000. [2000a]

Martin Hummel, «Considerações sobre os tipos *ela fala esquisito* e *ela chega cansada* no português coloquial e literário do Brasil e de Portugal», *Estudos de gramática portuguesa (II)*, Hrsg. Eberhard Gärtner / Christine Hundt / Axel Schönberger, Frankfurt/Main (TFM) 2000: 87-123. [2000b]

Martin Hummel, «Adjectif adverbial, adverbe en *-ment* et adverbe court», [no prelo].

Ilari 1992 (v. *Gramática do Português Falado*, vol. II).

Charles E. Kany, *Sintaxis hispanoamericana*, versión española, Madrid, Gredos, 1969.

Keith E. Karlsson, *Syntax and Affixation. The Evolution of MENTE in Latin and Romance*, Tübingen, Niemeyer, 1981.

Peter Koch / Wulf Oesterreicher, *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*, Tübingen, Niemeyer, 1990.

Herwig Krenn, «Vom lateinischen zum romanischen Adverb», *Grammatikographie der romanischen Sprachen*, (ed. Christian Schmitt), Bonn, Romanistischer Verlag, 1993, p. 302-18.

Manu Leumann / Johann Baptist Hofmann / Anton Szantyr, *Lateinische Grammatik*, vol. II: *Lateinische Syntax und Stilistik*, München, Beck, 1972, verbesserter Nachdruck der 1. Aufl. von 1965.

Clarinda de Azevedo Maia, *História do Galego-Português. Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI*, Coimbra, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997 [=1986].

Gladstone Chaves de Melo, *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1978, 3a ed.

- Wilhelm Meyer-Lübke, *Grammaire des langues romanes*, vol. II e III, Genève, Slatkine, 1974 [=1890-1906].
- Bruno Migliorini, «Il tipo sintattico *votate socialista*», *Lingua nostra* 13 (1952) 113-18.
- Gérard Moignet, «L'incidence de l'adverbe et l'adverbialisation des adjectifs», *Travaux de linguistique et de littérature* 1 (1963) 175-94.
- José G. Moreno de Alba, *Nuevas minucias del lenguaje*, México, Fondo de Cultura Económica, 1996.
- José Joaquim Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica, 1960, 6a ed.
- Mário A. Perini, *Gramática Descritiva do Português*, São Paulo, Ática, 1998, 3a ed.
- Harm Pinkster, *Latin Syntax and Semantics*, London / New York, Routledge, 1990.
- Antonio Salvador Plans, «Spanisch: Areallinguistik VIII. Südamerika», *Lexikon der Romanistischen Linguistik* (eds. Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt), Tübingen, Niemeyer, 1990, vol. VI,1, p. 567-77.
- Bernard Pottier, *Lingüística moderna y filología hispánica*, Madrid, Gredos, 1970.
- C.-M. Robert, *Questions de grammaire et de langue française*, Amsterdam, Brinkmann, 1886.
- Gerhard Rohlfs, *Historische Grammatik der Italienischen Sprache und ihrer Mundarten*, vol. III, Bern (Francke) 1972, 2 a ed.
- Armin Schütz, *Die sprachliche Aufnahme und stilistische Wirkung des Anglizismus im Französischen aufgezeigt an der Reklamesprache (1962-1964)*, Meisenheim / Glan, Hain, 1968.
- Robert Léon Wagner / Jacqueline Pinchon, *Grammaire du français classique et moderne*, Paris, Hachette, 1987 [dépot légal], éd. revue et corrigée.

ESTUDOS CAMILIANOS

I

A OBRA DE CAMILO CASTELO BRANCO COMO OBJETO DA CRÍTICA TEXTUAL

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

1. EXPLICAÇÕES PRÉVIAS

Entre os estudos e pesquisas preferenciais em minha trajetória de professor e pesquisador figura a vida e obra do grande escritor português Camilo Castelo Branco, por circunstâncias diversas. Daí resultaram trabalhos merecedores de alguma divulgação, como os da série de artigos que resolvi publicar a partir do presente número da revista *Confluência*, com dados atualizados na medida do possível.

Data de cinquenta anos aproximadamente – dos meus tempos de adolescente – a minha devoção camiliana e o contato com as obras principais do seu legado literário e com ensaios que sobre ele se escreveram. Foi primeiramente na biblioteca de meu pai, Osvaldo Monteiro de Carvalho e Silva, leitor constante de ensaios lingüísticos e de obras literárias, e assinante da *Revista de Cultura*, do Padre Tomás Fontes, onde se publicaram importantes textos de Camilo (como os da polêmica com Carlos de Laet), que pude desde logo manusear os exemplares de uma incompleta mas valiosa camiliana de cerca de 300 livros e folhetos, hoje incorporada à minha própria biblioteca e enriquecida com o que lhe acrescentei por iniciativa pessoal ao longo dos anos.

Meu pai fez parte, desde a adolescência na cidade de Campinas (SP), daquela plêiade de intelectuais, escritores ou simplesmente leitores brasileiros fascinados pela figura de Camilo, a qual convivia e rivalizava – nas décadas finais do século XIX e da primeira metade do século XX – com a dos admiradores, mais requintados, das criações literárias de Eça de Queirós. No Brasil dessa época era realmente muito forte e apaixonado o culto dos dois escritores, e as opiniões se dividiam a respeito da importância de cada um deles. Observando a reação dos camilianistas, podia-se notar que neles não havia apenas o

fascínio em relação ao ficcionista que tão bem retratou ambientes, usos e costumes da sua terra, numa singular técnica descritiva e narrativa, mas também a admiração à riqueza e expressividade da linguagem e ao uso de opulento vocabulário em que se combinam artisticamente termos e expressões da língua clássica e do uso regional e popular. Havia mais a admiração à profusão e propriedade das alusões e citações de autores e textos, dos modernos aos mais antigos, prodigiosamente conservados na memória para aproveitamento em momento oportuno. Tudo isto fez de Camilo um dos escritores mais minuciosamente lidos e estudados no Brasil, uma das leituras prediletas de homens ilustres ou leitores comuns, de brasileiros e de portugueses radicados em nosso país. É o que explica o fato de haver no Brasil coleções camilianas das mais completas, como por exemplo – para citar apenas três delas – as que pertenceram ao médico e bibliófilo João Marinho, ao conhecido jornalista e homem público Assis Chateaubriand, e ao comerciante e bibliófilo português Francisco Garcia Saraiva – esta última, com livros, opúsculos, documentos e peças únicas entre as quais sobressai o manuscrito autógrafa do *Amor de Perdição*, deixados em testamento no ano de 1943 para integrarem o acervo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Camilo sempre esteve presente em minhas atividades docentes, pois sou de um tempo ainda não muito distante em que no nosso curso secundário o ensino de língua portuguesa se fazia com apoio de antologias de textos dos principais autores portugueses e brasileiros. Os meus alunos de então, de 1945 a 1970, leram textos selecionados desses autores e pelo menos umas tantas obras fundamentais na íntegra. Durante um ano, no chamado segundo ciclo do referido curso, por exigência dos programas em vigor, tiveram noções de teoria e de história das literaturas portuguesa e brasileira. Fazendo-os ler e observar a técnica narrativa e a linguagem do *Amor de Perdição*, tive em mira favorecer a compreensão das características marcantes do século XIX e do movimento romântico.¹

Em 1981, por voltas que o mundo dá, ensejando-nos às vezes a realização de um sonho, recebi honroso convite formulado pelo Presidente do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Comendador Antônio Rodrigues

¹ Hoje, a situação é bem outra: na radical mudança que sofreu a escola secundária brasileira, já não há lugar para a leitura dos autores portugueses, antigos ou modernos, a não ser por exceção. Mesmo no ensino superior de Letras, as preocupações dominantes com teorias lingüísticas e literárias e a acentuada preferência pelos autores mais recentes afastaram por completo ou reduziram ao mínimo a leitura de obras de períodos mais distantes, consideradas de interesse menor. Convém esclarecer que este é o quadro geral observado, mas é evidente que persiste em não poucos leitores o interesse pela leitura das grandes obras do passado.

Tavares, para organizar uma edição do manuscrito autógrafo do *Amor de Perdição*, que como peça de extraordinário valor, guardada em cofre, a que só uns poucos privilegiados tinham acesso, precisava ficar mais ao alcance dos pesquisadores. A escolha recaía em mim por sugestão do Professor Jacinto do Prado Coelho, que sabia dos meus trabalhos no campo da Crítica Textual, entre eles as edições críticas de José de Alencar e Machado de Assis publicadas pela editora Melhoramentos de São Paulo.²

Com plena liberdade, formulei o plano de uma publicação que reproduziria o fac-símile desse manuscrito autógrafo em confronto com o texto de base da edição crítica a ser elaborada. A esse conjunto se acrescentou na fase da composição tipográfica um magnífico estudo prévio histórico-literário encomendado ao Professor Aníbal Pinto de Castro, Catedrático de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra. O volume, editado em 1983 nas oficinas de Lello & Irmão, na cidade do Porto, como fruto de feliz colaboração luso-brasileira, apresenta como texto crítico o da quinta edição do romance, de 1879, acompanhado em notas de pé de página do registro das variantes encontradas nos quatro textos anteriores (o manuscrito de 1861 e as edições impressas de 1862, 1864, 1869).³

Poucos anos depois, outro convite especial me fez participante, nos dias 24 a 29 de junho de 1991, do Congresso Internacional de Estudos Camilianos, na Universidade de Coimbra, organizado sob os auspícios da Comissão Nacional encarregada de dirigir as comemorações do centenário da morte de Camilo Castelo Branco.⁴ Tendo embora a consciência de não ser um camilianista na extensão da palavra, por não estar na relação dos que mais se têm dedicado ao estudo da vida e obra do escritor, e de ser limitado o meu conhecimento de temas tão variados a ela referentes, senti-me todavia à vontade para aceitar o convite, por haver, na verdade, como procurei explicar, razões de sobra para não perder o ensejo de conagração que nos uniu em torno da figura do

² Crítica Textual é matéria básica do currículo do curso de graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, de que fui Professor Titular até a minha aposentadoria no serviço público em 1989. Nas aulas práticas, preparei com a colaboração de alunos do Instituto de Letras da UFF as mencionadas edições críticas e numerosas outras, como a do *Amor de Perdição*.

³ V. *Amor de Perdição (Memórias Duma Família)*. Reprodução fac-similada do manuscrito, em confronto com a edição crítica, segundo plano organizado e executado sob a direção de Maximiano de Carvalho e Silva. Estudo prévio histórico-literário de Aníbal Pinto de Castro. Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura; Porto, Lello & Irmão. 1983. LXXX + 646 p.

⁴ Tem-se uma imagem do que foi o referido Congresso pela leitura do que está publicado nas *Actas*, editadas em Coimbra no ano de 1994, num alentado volume de 851 páginas.

homenageado. A aceitação do convite ficou facilitada pelo fato de ter recebido do Presidente da Comissão Diretora, Professor Aníbal Pinto de Castro, a sugestão de tratar do que considero um dos principais temas a serem debatidos: a obra camiliana como objeto formal da Crítica Textual.

Em 1993, Aníbal Pinto de Castro, designado pelo Ministério da Cultura de Portugal para elaborar e levar avante um plano de publicação de toda a obra camiliana em edições críticas, houve por bem incluir o meu nome como integrante da equipe que desejava constituir para trabalhar sob a sua coordenação. Com sincero pesar, depois de alguma hesitação, tive de declinar do convite pelas razões expostas em duas cartas, inclusive por não ver como, à distância, poderia dar colaboração nova ao projeto e à execução do mesmo, sem contato direto e amiudado com os outros integrantes da equipe. Minha edição do *Amor de Perdição* fora apontada no convite como modelo do empreendimento editorial: todavia, esclareci que, se tivesse de refazê-la com mais vagar, eu próprio não adotaria, por exemplo, o mesmo tipo de registro das variantes, sempre em busca de um meio de tornar tal registro verdadeiramente útil ao pesquisador.

Passados mais alguns anos, já em 2001, estando em pauta o ressurgimento da antiga editora Antônio Maria Pereira e da sua coleção de obras de Camilo, recebia eu o convite para preparar uma edição do *Amor de Perdição* com a reprodução apenas do texto definitivo da quinta edição, precedido de introdução crítico-filológica com explicações sobre o critério adotado na sua elaboração. Acolhi a incumbência, porque não era um trabalho de equipe, mas individual, e cheguei a corresponder-me para ter os esclarecimentos necessários com Aníbal Pinto de Castro, que me pôs em contato com a senhora Antônia Maria Pereira, proprietária da editora. Diante dos nossos entendimentos, dei-me ao trabalho de escrever a introdução e de reproduzir o texto crítico para a nova impressão. Porém, estranhamente, esses entendimentos se interromperam, não tive respostas de minhas últimas cartas, e não sei o que foi resolvido pela editora.

Apesar dos tropeços e decepções em meu caminho, devo dizer que não esmoreceu em mim o desejo de completar estudos camilianos em andamento, para reuni-los num volume. O presente artigo é o primeiro de uma pequena coletânea de ensaios destinados à boa divulgação de tais estudos, com a finalidade de dar notícias e informações, a meu ver aproveitáveis, a outros estudiosos da matéria. A ele se seguirão os que tratarão dos seguintes assuntos: notas para a feitura de uma bibliografia crítica camiliana; observações sobre edições críticas dos textos de Camilo; o complexo problema do registro das variantes; as principais fontes para o estudo da vida e obra do escritor.

2. CAMILO E A CRÍTICA TEXTUAL ⁵

2.1. Um interesse renovado

No item 1 do Temário proposto para o Congresso Internacional de Estudos Camilianos, sintetizou-se o que de mais importante poderia resultar do mesmo: a indicação de “caminhos de renovação” desses estudos, tendo em vista o inquestionável interesse atual de continuar e ampliar as investigações encetadas, pois não se pode deixar de reconhecer que o escritor estará sempre presente na cogitação de leitores do mundo da lusofonia e por isso o seu legado literário merece constante atenção.

Entre os principais problemas para a retomada dos estudos com a indispensável aplicação de métodos de investigação renovados, sobressaem os de natureza filológica (“problemas de crítica textual”, segundo o enunciado do item 3.1 do temário do Congresso). Quanto a isto, quero reafirmar as lições que colhi na fecunda experiência com a edição do *Amor de Perdição*, resumidas nas seguintes conclusões:

para a bem sucedida preparação das edições críticas são indispensáveis as investigações preliminares de caráter histórico-cultural e biobibliográfico, situando cada obra no contexto próprio em que foi elaborada e levando à melhor compreensão do pensamento e dos propósitos de cada autor;

a existência de manuscrito autógrafo favorece largamente o labor filológico, pelos dados que fornece para comprovar o uso de formas lexicais e de construções sintáticas e a ocorrência de imperfeições e de outras características textuais que, por causarem estranheza ou dúvida, poderiam ser indevidamente atribuídas a intervenções alheias, como as de tipógrafos e revisores;

o registro das variantes, de inegável significação para os estudos de crítica genética e dos processos de criação literária, deve obedecer a normas que favoreçam a consulta dos pesquisadores, entre as quais a de figurar em notas de pé de página sempre que possível e a de se apresentar de forma que não obrigue o interessado na leitura ao penoso esforço de decifrar os enigmas de uma transcrição sobrecarregada de dados e sinais de difícil entendimento;

assim sendo, é sumamente imprescindível a constituição de grupos de pesquisa para realizar em menos tempo e com mais segurança trabalhos que

⁵ Esta segunda parte do artigo inclui o texto da comunicação lida parcialmente no dia 26 de junho de 1991 numa sessão do Congresso Internacional de Estudos Camilianos. Contém na essência, mas na íntegra, o que escrevi então, com adaptações (supressões e acréscimos), e a correção dos erros tipográficos do texto publicado nas *Actas*.

envolvam minuciosos confrontos de textos e variados tipos de investigações paralelas;

os alunos dos cursos superiores de Letras não podem ficar à margem de tais empreendimentos, tão numerosas e amplas são as tarefas por realizar e tais os benefícios que lhes advém desse contato direto tão minuciosos com os textos literários.

Partindo desta linha de considerações, aponto duas tarefas imediatas de grande relevância e urgência: o levantamento exaustivo da bibliografia camiliana, ativa e passiva, e o reexame dos estudos e depoimentos sobre a vida e obra do escritor.

Já no ano de 1959 – há cerca de 45 anos, portanto – por curiosa coincidência, dois ilustres escritores, um português e um brasileiro, como que representando o que há de melhor no culto camiliano dos dois países, expuseram a idéia da publicação dos escritos de Camilo em edições fidedignas, de realização urgente e absolutamente necessária. Assim, observou o escritor português João da Silva Correia:

É pena que os livros de Camilo andem dispersos por vários editores e nem sempre venham a lume em edições bem revistas. Impõe-se a sua junção em uma só empresa para edição limpa e definitiva. / Impõe-se a edição crítica das obras de Camilo.⁶

O filólogo e lingüista brasileiro Antônio Houaiss, chamado a escrever um “Estudo Introdutivo” para alguns romances de Camilo, de uma coleção lançada no Rio de Janeiro pela Editora Tecnoprint (Edições de Ouro), ressaltou por sua vez, com a percepção habitual, em texto também datado de 1959, numa hora em que diminuía em número os leitores do romancista:

.... não é improvável que Camilo se agigante de novo, consolidando-se em nós o conceito de sua genialidade, como usuário da língua e da criação romanesca, ou novelesca, como se quiser

E, como figura principal da Comissão Machado de Assis, ainda em plena atividade, criada que fora pelo governo brasileiro para cuidar da publicação das obras do nosso romancista em edições críticas e segundo critérios uniformes, advertiu e antecipou Antônio Houaiss, com clarividência:

.... os estudos da linguagem camiliana são ainda por ora esparsos, assistemáticos e fragmentários em sua amostragem. Isso deve ser em grande parte por faltar o elemento de base, um cânon textual da obra – aspiração que principia a tomar corpo em Portugal e que dará

⁶ Cf. *Uma Sombra Picada de Bexigas*, Porto, Editorial Inova, 1973, p. 37 [reprodução do artigo “Obras Completas de Camilo”, datado de julho de 1959].

a Camilo o que deverá dar a Machado de Assis a Comissão que traz, no Brasil, o nome deste. Mas o grau de dificuldade do trabalho ecdótico para com a camiliana é incomparavelmente maior, pelo aspecto quantitativo, que em Camilo é multiplicado.

E concluiu, como se quisesse antecipar o que parece só ocorrer de algum tempo para cá:

Aproxima-se o momento em que Camilo voltará à tona como o merece, na literatura de expressão portuguesa.⁷

Por conseguinte, depois de duas iniciativas governamentais pioneiras, distanciadas no tempo mas movidas por idêntico propósito de defender o patrimônio literário – a Comissão Machado de Assis, no Brasil, e o Grupo de Trabalho Para o Estudo do Espólio e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa, em Portugal – é confortador saber que uma equipe de pesquisadores se constituiu para dar a devida atenção, há tanto tempo esperada, ao legado literário camiliano, como a mais efetiva homenagem ao polígrafo e um dos mais fecundos escritores da língua portuguesa.

2.2. Trabalhos já realizados

No planejamento do que deve ser feito com o intuito de assegurar a renovação dos estudos camilianos, imagino que estejam em cogitação quatro tipos de publicações: 1) para os especialistas, a obra completa em edições críticas e comentadas; 2) para o grande público, a obra selecionada, apresentada em volumes avulsos, cada um deles com o texto definitivo rigorosamente estabelecido e acompanhado de notas explicativas para ensejar leitura mais proveitosa; 3) a obra selecionada em volumes compactos, com a transcrição de textos integrais, representativos dos diferentes gêneros cultivados pelo autor (romances, novelas, contos, memórias, história, ensaios, cartas, teatro, polêmicas, etc.); 4) antologias para uso escolar.

Como já existem todos esses tipos de publicações, organizados todavia à luz de critérios pessoais bastante diversos e em vários casos hoje inaceitáveis, cumpre em primeiro lugar analisar tais trabalhos pioneiros, onde se podem colher tantos resultados apreciáveis e definitivos para o novo empreendimento editorial.

Lembrem-se, por exemplo, como de referência e consulta obrigatória:

a) Os cinco volumes publicados da coleção de cerca de trinta volumes planejada pelo editor Simões dos Reis, do Rio de Janeiro, com o texto das

⁷ Cf. *Estudos Vários Sobre Palavras, Livros, Autores*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 [capítulo “Sobre Camilo Castelo Branco”, datado de 1959, p. 189-199].

melhores edições em vida do autor e prefácio e notas de filólogos brasileiros: 1953 – *A Queda dum Anjo*, preparado por Pedro A. Pinto; 1954 – *O Visconde de Oguela*, por Artur de Almeida Torres, e *Doze Casamentos Felizes*, por Silveira Bueno; 1955 – *O Bem e o Mal*, com um alentado vocabulário, por Mário Casassanta, e *Anos de Prosa*, por Júlio Nogueira.

b) A edição da *Obra Seleta* de Camilo, em dois volumes compactos, pela editora José Aguilar, do Rio de Janeiro, no ano de 1960, organização, seleção, introdução e notas de Jacinto do Prado Coelho (volume I, com uma “Introdução Geral”, o estudo “Raízes e Sentido da Obra Camiliana” e textos de autobiografia e memórias, verso, novelas e contos; volume II, com textos de novelas e contos, teatro, polêmica, história, educação e crítica). [Dos romances e novelas, são transcritos na íntegra: *O Romance dum Homem Rico*, *Amor de Perdição*, *Coração, Cabeça e Estômago*, *Vinte Horas de Liteira*, *Amor de Salvação*, *A Queda dum Anjo*, *O Santo da Montanha*, *A Doida do Candal* – no primeiro volume e *A Mulher Fatal*, *Livros de Consolação*, *Novelas do Minho*, *Eusébio Macário*, *A Corja* e *A Brasileira de Prazins* – no segundo volume.]

Jacinto do Prado Coelho assim justificou essa edição:

A edição antológica é hoje o melhor meio de revalorizar Camilo, dando a conhecer o que na sua obra permanece atual. O leitor médio desorienta-se na selva imensa das novelas camilianas, cujos desníveis de qualidade podem repelir o interesse, provocando juízos precipitados. Nesta edição em dois volumes procura-se dar uma visão de conjunto da personalidade e escritos de Camilo⁸

c) As poucas edições críticas até agora publicadas ou preparadas, todas elas feitas com a utilização dos manuscritos autógrafos respectivos: 1) a das *Novelas do Minho*, organizada por Maria Helena Mira Mateus (Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1961); 2) as de *O Demônio do Ouro*, por Manuel Nóia, e do *Romance dum Homem Rico*, por Abílio Tavares Cardoso, apresentadas como dissertações de Licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1968 e 1973, respectivamente, ambas mimeografadas⁹; 3) e a minha já citada do *Amor de Perdição (Memórias Duma Família)*, datada de 1983.

⁸ Cf. “Nota Editorial”, vol. I, p. 7.

⁹ Jacinto do Prado Coelho se referiu a esses textos em tiragem mimeografada na sua excelente comunicação intitulada “Filologia e literatura: o estudo das variantes”, apresentada ao Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, em Niterói (novembro de 1973), com a qual mostrou um outro caminho para a compreensão da arte literária, como acentuou por ocasião dos debates o Professor Hernâni Cidade. Terminado o Congresso, Prado Coelho teve a gentileza de me dar de presente o seu exemplar do *Romance de um Homem Rico* por Abílio Tavares Cardoso, que guardo com carinho em minha biblioteca.

d) A nova edição das obras de Camilo, chamada “edição vulgar”, confiada à direção de Jacinto do Prado Coelho, que ficou incompleta, mas ainda assim ofereceu ao público 62 volumes, com textos estabelecidos e notas de especialistas, editados de 1965 a 1979 em Lisboa pela Parceria Antônio Maria Pereira, segundo o plano da sua tradicional coleção de 80 itens (a dos volumes de capa vermelha que tanto ajudaram a manter o culto camiliano, no final do século passado até a primeira metade do século XX).

e) As edições cuidadosamente organizadas, prefaciadas e anotadas pelo benemérito camilianista Alexandre Cabral, de saudosa memória¹⁰: 1) os dois tomos de *Páginas Quase Esquecidas* de Camilo, lançadas no Porto pela Editorial Inova, em 1972 e 1973; 2) os nove volumes das *Polêmicas de Camilo* com os textos integrais de parte a parte, lançados em Lisboa por Livros Horizonte, nos anos de 1981 e 1982; 3) os seis volumes da *Correspondência* do escritor, lançados em Lisboa pela mesma editora, entre 1984 e 1985.

f) Como empreendimento mais recente, a edição das *Obras Completas* de Camilo, sob a direção de Justino Mendes de Almeida, com estudos biobibliográficos, fixação dos textos e anotações, de que já saíram ao que eu saiba 17 volumes (9 de romances e novelas, 1 de teatro, 1 de poesias e pequenas narrativas, 1 de crônicas, 1 de artigos, biografias e miscelâneas, 1 de miscelâneas-II, 1 de miscelâneas-III, 1 de miscelâneas -IV, história e crítica, e 1 de polêmica e correspondência-I), entre os anos de 1982 e 1994).

Não há como deixar de reconhecer e proclamar, por dever de justiça, a extraordinária devoção aos estudos literários e à figura de Camilo Castelo Branco que foi o incentivo maior ao esforço de organizar e divulgar todos estes tipos de edições da sua obra.¹¹ Contudo, como se procurou frisar em 1991 durante a realização do Congresso Internacional de Estudos Camilianos, sendo imperiosa “uma abertura de caminhos a percorrer” em termos de investigação e ensino, “sob o signo das modernas metodologias de análise da obra literária”, temos de analisá-las com espírito crítico aguçado, para colher exemplos mais expressivos que favoreçam o que há de ser feito agora.

Da minha parte, apoiado em firmes convicções e em múltiplas experiências próprias e alheias, devo insistir na idéia de que o avanço de tais estudos e pesquisas está condicionado ao progresso das investigações no campo ainda não devidamente valorizado da Crítica Textual. Não sou eu, simplesmente, que o digo: é esta a posição assumida, por exemplo, por um grande Mestre

¹⁰ De grande utilidade para os que querem avançar nos estudos camilianos é o *Dicionário de Camilo Castelo Branco* de Alexandre Cabral (Lisboa, Editorial Caminho, 1988, 673 p.).

¹¹ Em outro artigo, farei uma descrição e apreciação mais minuciosa destas edições já publicadas.

cujo nome pronuncio sempre com a maior reverência – Jacinto do Prado Coelho, ao mesmo tempo grande conhecedor da cultura e da literatura portuguesa, da vida e obra de Camilo, e praticante da Crítica Textual, como exemplificou com a sua edição dos textos camilianos, com a das *Obras Completas de Teixeira de Pascoais* em vários volumes, a da *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens* de Matias Aires e outras mais.¹²

É sabido que compete à Crítica Textual a averiguação da autenticidade e da fidedignidade dos textos, tendo em vista o ponto culminante das suas atividades: a publicação das chamadas edições críticas ou crítico-genéticas. Hoje em dia, já há no Brasil vários pesquisadores que se interessam por tal tipo de trabalho, mas o que publicam com o nome de edição crítica nem sempre corresponde ao que caracteriza essa edição e a diferencia nitidamente das demais. Numa verdadeira edição crítica, como sabem os entendidos, há três partes essenciais: 1) uma introdução filológico-literária, com o histórico do trabalho e todos os elementos informativos sobre a sua elaboração; 2) o texto crítico da obra em foco, supostamente a reprodução fiel do denominado texto de base, ou seja, aquele que se tem como o mais próximo do original entre as cópias que dele restaram ou aquele de autor identificado que melhor representa a derradeira ou a mais lúcida vontade autoral, segundo as conclusões dos minuciosos estudos prévios do editor; 3) e o que é mais comum chamar *registro filológico* ou *aparato crítico*, com notas e comentários sobre a obra, e obrigatoriamente, no caso de dela existir mais de uma versão ou apresentação, ainda que inacabada, mas da responsabilidade do autor, o registro exaustivo de todas as variantes encontradas.

Como não podemos ficar esperando indefinidamente pela realização de todas as edições críticas da obra camiliana, de feitaura tão demorada por sua complexidade, há uma etapa intermediária que pode ser adotada como solução imediata para a circulação de edições de textos fidedignos: a da edição que reproduza apenas o melhor texto, com um aparato crítico reduzido que dispensa o registro das variantes, como já havia planejado Jacinto do Prado Coelho na coleção que dirigiu para a Parceria A. M. Pereira. Enquanto isso, filólogos mais experimentados, com a ajuda de colaboradores, entre os quais poderiam estar os alunos dos cursos superiores de Letras, devem prosseguir no trabalho da elaboração das edições críticas de obras que se apresentam em mais de uma versão.

O professor José Gonçalo Herculano de Carvalho, na tripla condição de conhecedor da história da cultura e da literatura portuguesa, de autoridade em

¹² Obra de leitura indispensável à visão global da obra de ficção de Camilo é a *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, de Jacinto do Prado Coelho, em dois volumes (2ª. edição, refundida e aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982-1983).

assuntos de lingüística geral e de lingüística portuguesa e de autor de valiosas contribuições à Crítica Textual, teve ocasião de dizer, num artigo publicado pela primeira vez em 1968 e reeditado em 1973, o que se impunha sem demora:

.... uma chamada de atenção para a necessidade inadiável de se retomar finalmente, *em bases verdadeiramente científicas e atualizadas*, a tarefa inacabada da *edição crítica* e do *comentário filológico* dos textos literários dos nossos escritores – tarefa preliminar indispensável para todo o estudo de crítica valorativa e de análise estilística, de cada obra e de cada autor¹³ [grifos do original]

Em 1973, num curso que ministrou na Universidade Federal Fluminense sobre problemas textuais na obra de Bocage, da qual preparara uma edição como colaborador de Hernâni Cidade, deu o depoimento do que colhera nessa experiência:

.... só o trabalho filológico, pela colação das várias edições da mesma obra e o cotejo das variantes, permite compreender aspectos essenciais da personalidade criadora de um poeta, retificando a imagem que outras fontes de informação nos apresentam mutilada e, de certo modo, deformada: o Manuel Maria repentista, improvisador brilhante e, por vezes, demasiado fácil, aparece-nos aqui como artista insatisfeito, que corrige e volta a corrigir os textos dos seus poemas, quando não os refaz por completo¹⁴

Por tudo isto, tomando conhecimento de que no curso de graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense se acrescentara o estudo sistemático das noções básicas de crítica textual aos de teoria da linguagem e de teoria da literatura, quis deixar bem claro que considerava “desejável e altamente conveniente” que nos currículos universitários “quer de língua quer de literatura” fossem incluídos os “cursos de índole filológica”¹⁵.

Por sua vez, o lingüista e crítico textual Ivo Castro, presidente da comissão encarregada de cuidar do espólio de Fernando Pessoa, numa conferência proferida a 2 de agosto de 1990 no Rio de Janeiro sobre “Camilo: Questões de

¹³ Cf. *Crítica Filológica e Compreensão Poética*, 2ª edição, revista, com uma nota prévia de Maximiano de Carvalho e Silva, Rio de Janeiro, MEC - Departamento de Assuntos Culturais, 1973, p. 11.

¹⁴ Cf. “Aula inaugural dos cursos do Professor Herculano de Carvalho sobre ‘Gramática Gerativa-Transformacional’ e ‘Os Problemas Textuais da Obra de Bocage’ ” in *Sessão Inaugural do Programa Especial UFF-FCRB*, Niterói, UFF-Imprensa Universitária, 1973.

¹⁵ Cf. Herculano, *Sessão Inaugural* cit., p. 39. [Observe-se que o lingüista usa a palavra *filologia* como equivalente a *crítica textual*, como explica no primeiro volume do livro *Teoria da Linguagem*.]

Gênese”, se estendeu em lúcidas considerações e análises para falar das razões de não ter tido até então o grande escritor as honras de uma comissão encarregada de organizar e publicar a sua obra completa em edições críticas e comentadas. Não deixou de tratar da falsa idéia, por parte de tantos estudiosos, salvo não muitas exceções, de que Camilo, dotado de extraordinário domínio da língua, escrevia “depressa e sem emendas, pelo que o que lhe saía da pena fácil e repetidamente se convertia em texto impresso, cuja republicação se pode fazer com cuidados mínimos”. Mostrou então Ivo Castro, com apoio no registro filológico de duas edições críticas já citadas na presente comunicação, a das *Novelas do Minho* por Maria Helena Mira Mateus e a do *Amor de Perdição* de minha autoria, um escritor torturado pelas preocupações artísticas, gramaticais e estilísticas, procurando angustiadamente aprimorar os seus textos de uma versão para outra, como atesta o confronto das variantes.¹⁶

2.3. Os exemplos da edição do *Amor de Perdição*

É fácil verificar que até mesmo pesquisadores e professores de nível superior encaram o labor filológico com grande descaso, e se opõem por isso à inclusão da Crítica Textual entre as matérias básicas do curso de Letras. Esse espantoso desconhecimento da real importância das edições críticas ou pelo menos das edições fidedignas obriga-nos aqui a repetir alguns dados principais da introdução crítico-filológica da minha edição do *Amor de Perdição* – a qual, diga-se de passagem, não tem sido sequer mencionada em artigos recentes que tratam da matéria, embora recebida com louvores por camilianistas e filólogos do porte de Jacinto do Prado Coelho, Alexandre Cabral, Manuel Simões, Ivo Castro e alguns mais, e embora se apresente com uma introdução histórico-literária de Aníbal Pinto de Castro, contendo observações e análises de um profundo conhecedor da obra do escritor, hoje indispensáveis à boa leitura e compreensão do significado do romance.

São seis as versões do livro em vida do autor, todas da sua responsabilidade, e a partir do manuscrito autógrafo de 1861, com muitas modificações de uma para a outra, de pontuação, de formas lexicais e de construções sintáticas. Do manuscrito para a primeira edição (1862) foram registradas 749 ocorrências de substituição de uma forma lexical por outra, de substituição de uma palavra por outra, de supressão ou acréscimo de palavra, de modificação da

¹⁶ Numa das mais notáveis conferências do Congresso Internacional de Estudos Camilianos – “Camilo: gênese e edição” (*Actas*, p. 75-88) – Ivo Castro, após considerações teóricas, acrescentou à sua comunicação anterior outros magníficos exemplos de como os estudiosos de língua e literatura podem valer-se dos registros de variantes (no caso, o das edições críticas já citadas das *Novelas do Minho* e do *Amor de Perdição*) como fonte preciosa de comentários filológicos de natureza diversa.

construção frasal – no total de 186, e de alterações de pontuação e de paragrafação – no total de 563; da primeira para a segunda edição (1864) – 159 ocorrências (92 + 67); da segunda para a terceira (1869) – 70 ocorrências (32 + 38); da terceira para a quarta (1876) – 104 ocorrências (50 + 54); e finalmente da quarta para a quinta, o texto definitivo (1879) – 373 ocorrências (156 + 215). Principalmente a análise das variantes da primeira e da quinta edição nos faz perceber o autor inconformado com o texto que produziu, sentindo portanto o drama da expressão como os artistas da palavra. Mas é a comparação do manuscrito com a primeira edição que mais contribuições oferece à Crítica Textual e a estudos afins, como os de Paleografia.

A existência de um texto impresso e revisto da obra – bem próximo no tempo do texto do autógrafo que foi levado à tipografia para a primeira fase da composição – permite-nos relacionar um bom número de desdobramentos das abreviaturas camilianas, o que é valioso subsídio aos que, propondo-se a publicar manuscritos inéditos, como os da correspondência, encontrem embaraços para resolver problemas de leitura com a desejada segurança. O exame atento das modificações – no total 749 ocorrências, como já se disse – introduzidas no texto do manuscrito deixa-nos uma dúvida: quem terá sido o maior responsável por elas – o próprio Camilo? alguma pessoa a cujos pareceres sobre questões de língua e estilo se curvou? ou mesmo o revisor tipográfico com o consentimento do autor? A suposição de que Camilo nessas questões teve pelo menos um colaborador fundamenta-se notadamente no exame das variantes de pontuação. No cotejo dos textos do manuscrito e da primeira edição se evidencia terem sido sacrificadas nas alterações – em vários casos não se sabe por quê, em outros certamente por puro preconceito gramatical – formas variantes do uso lingüístico, seja das mais admitidas no uso culto (como por exemplo *esconderijo* substituída por *escondrijo*), seja das de uso comum ou especial, reveladoras na redação original camiliana do impulso de atestar a conservação de palavras antigas ou de empregar formas populares ou regionais às vezes tão mais cabíveis na fala de determinados personagens, a exemplo do que acontece em outras obras do escritor. Foram assim alteradas, do manuscrito para os textos impressos seguintes, com a descaracterização de traços do uso popular ou regional antes preservados, formas como *abóbada* (substituída por *abóbada*), *alvoraçada* (*alvoroçada*), *aspeito* (*aspecto*), *baranda* (*varanda*), *barbata* (*bravata*), *barredor* (*varredor*), *barrer* (*varrer*), *bêbeda* (*bêbada*), *bogar* (*vogar*), *câmera* (*câmara*), *cronha* (*coronha*), *dezasseis* (*dezesseis*), *frenesim* (*frenesi*), *gesta* (*giesta*), *gestal* (*giestal*), *groxeta* (*groseta*, e a partir da quinta edição *gorjeta*), *infantaria* (*infanteria*), *laxe* (*laje*), *outo* (*oito*), *percatar* (*precatar*), *Plágio* (*Pelágio*), *promenor* (*pormenor*), *rastilhada* (*rostilhada*), *reberberar* (*reverberar*), *relé* (*ralé*), *resmonear* (*resmungar*), *sertã* (*sartã*), *tatear* (*tactear*), *visavô* (*bisavô*).

É também a leitura do que está bem nítido no manuscrito que nos convence inquestionavelmente de ter Camilo usado determinadas expressões ou construções sintáticas na redação espontânea do romance, feita em circunstâncias raras, como ele próprio explicou em duas diferentes oportunidades:

Este romance foi escrito num dos cubículos-cárceres da Relação do Porto, a uma luz coada por entre ferros, e abafada pelas sombras das abóbadas. Ano da Graça de 1861.¹⁷

Escrevi o romance em quinze dias, os mais atormentados da minha vida.¹⁸

Tais expressões ou construções, algumas bastante estranhas, se encontram em destaque num parágrafo das páginas XXIX-XXX da minha edição crítica, no registro filológico que intitulei “Esta Edição”. A maioria delas acompanha toda a trajetória do texto camiliano, do manuscrito à última edição revista pelo autor, a quinta, de 1879, como se viu.

Uma ocorrência, porém, merece comentário à parte, como mais uma prova da relevância da utilização dos manuscritos autógrafos para desfazer por completo sérias dúvidas que podem perturbar o trabalho filológico: é o emprego do verbo *haver* em sentido existencial com flexão de plural, construção de boa frequência até o século XIX, mas hoje não admitida no uso culto da língua. Com efeito, lê-se com facilidade no manuscrito:

As estradas, naquele tempo, deviam ser boas para isso; mas não tenho a certeza de que houvessem estradas para o Japão.¹⁹

A primeira edição – de 1862 – a despeito de ter tão numerosas modificações do manuscrito, como já afirmei – conserva essa forma *houvessem*; porém, da segunda edição (de 1864) à quinta o que se lê na mesma passagem é *houvesse*, no singular. Com este exemplo, cai por terra a alegação de Camilo, na célebre polêmica com o escritor brasileiro Carlos de Laet, de que o “Houveram coisas terríveis” encontrado num dos seus textos só podia ser atribuído à colaboração não autorizada de algum tipógrafo ou revisor na intenção de corrigir o que Camilo mesmo não titubeou em classificar como solecismo (“Este solecismo é realmente feio, é quase bestial”), esquecido de que várias outras vezes se valera de tal emprego de *haver* no plural (nas *Memórias do Cárcere*, em *Anátema*, *Estrelas Funestas*, *Anos de Prosa*, *Lágrimas Abençoadas*, *Romance dum Homem Rico* – como já se lê no manuscrito, *Amor de Salvação*, etc. etc.).

¹⁷ Nota ao § 3 do Capítulo XIII da 2ª Parte do romance a partir da 2ª edição.

¹⁸ Cf. *Memórias do Cárcere*, vol. 2, Porto, Viúva Moré Editora, 1862, p. 101.

¹⁹ Cf. p. 266-267 da edição crítica de 1983.

Desculpem-me os leitores pelo estirado destas notas com que de novo venho insistir na necessidade urgente de boas edições críticas ou edições cuidadas da obra camiliana. São elas que podem com mais comodidade oferecer aos estudiosos todos os elementos para o acompanhamento da evolução da forma literária, e o registro dos múltiplos aspectos da linguagem do autor, inclusive das suas hesitações e contradições, como é da natureza humana. Levantamentos globais mais seguros evitarão inclusive afirmações apressadas sobre a língua e o estilo do escritor: há pouco, por exemplo, se afirmou no Brasil, onde a ameaça da epidemia da cólera tornou esta palavra de largo uso, e apresentada ora no gênero feminino, ora no masculino, que Camilo, de acordo com o bom uso, só a empregara no feminino, como se vê no *Romance dum Homem Rico*: acontece, porém, que a lição de outros textos do romancista desmente a afirmativa (cf. *Horas de Paz, Coisas Espantosas, Narcóticos, Canção Alegre, Noites de Insônia*, entre outros, citados por João Curioso, *Camilo e as Caturrices dos Puristas*, tomo primeiro, Rio de Janeiro, Tip. Ideal, 1924, p. 19).

As edições críticas e comentadas deixarão de Camilo uma imagem mais exata e nítida, de escritor múltiplo e com freqüência hesitante e contraditório nas posições assumidas. Na preparação das mesmas, exige-se dos filólogos a atitude de extrema cautela na solução dos problemas de fixação dos textos, para que fiquem sempre preservadas as características de cada obra, muitas vezes em contraste com as lições de outros textos do mesmo autor – o que é a prova provada de que o escritor, como aconteceu a tantos mais, oscilou em face das tendências literárias do tempo e em face da existência de formas lexicais e de construções sintáticas variantes, atestados de uma língua viva em permanente processo de mutação e enriquecimento.

Como fecho destas considerações, não quero deixar de transcrever as oportunas observações de Jacinto do Prado Coelho na comunicação já referida sobre “Filologia e literatura: o estudos das variantes”, que apresentou ao Congresso Internacional de Filologia Portuguesa²⁰:

No desdobramento do texto em variantes surpreendemos não só as virtualidades da linguagem como a literatura no seu *fieri*, naquela “prolongada hesitação entre o sentido e o som” que, para Valéry, caracterizava a poesia, naquela busca de que nasce a pluralidade semântica. Quem analisa variantes depara com toda a complexa aventura da *praxis* literária, onde convergem tantos fatores e condicio-

²⁰ V. nota 10. O Congresso, sob a minha direção, foi realizado no auditório da Reitoria da Universidade Federal Fluminense, estando presentes mais de 500 participantes. Mais tarde, com o título de “Variantes e Variações” e o texto revisto e alterado, Prado Coelho incluiu o seu estudo no livro *Ao Contrário de Penélope* (Lisboa, Livraria Bertrand, 1976).

nalismos (o “referente”, a visão pessoal, a gramática, o léxico, o tema, a “fábula”, o gênero, a estrutura fixa, que sei eu?²¹).

A exemplificação de Prado Coelho é tirada de textos de diferentes épocas, desde Bernardim Ribeiro até autores do século XIX como Garrett, Herculano, Camilo, Eça de Queirós, João de Deus, e do século XX como Raul Brandão, Fernando Pessoa e seus heterônimos, Carlos de Oliveira, Aquilino Ribeiro; e das edições por ele citadas aparecem em relevo as duas edições críticas de Camilo com que pôde contar naquele momento: a das *Novelas do Minho* de Maria Helena Mira Mateus e a do *Romance dum Homem Rico* de Abílio Tavares Cardoso.

3 – CONCLUSÃO

Ao concluir este artigo, peço aos leitores que me relevem as omissões de nomes e de obras que nele tenham notado, para as quais apresento a desculpa de ter perdido há alguns anos, por motivos alheios à minha vontade, o contato com as minhas preciosas fontes de informação direta em Portugal.

De minha parte, ao mesmo tempo em que me disponho a continuar acompanhando o trabalho de revalorização do grande autor, feito sobretudo em instituições como a Universidade de Coimbra e a Casa de Camilo, em São Miguel de Ceide (Famalicão), pretendo concluir o estudo comparativo das atuais edições portuguesas e brasileiras do *Amor de Perdição* para comprovar e denunciar que, com raras exceções, estão cheias de grosseiras infidelidades textuais, num absoluto desrespeito à memória do autor, o que pede a providência de medidas legais em defesa do patrimônio literário exposto à ação deletéria de maus editores e de revisores e tipógrafos descuidados ou inescrupulosos. Tudo isto afirmo com o só propósito de demonstrar como ainda persiste em mim a obsessão e paixão camiliana que recebi como herança de meu pai.

²¹ Cf. *Ao Contrário de Penélope*, capítulo inicial com o título “Variantes e Variações”.

OS SUBSTANTIVOS DEVERBAIS EM PORTUGUÊS

Valter Kehdi
USP/ABF

O problema dos substantivos deverbais regressivos tem chamado a atenção de estudiosos, com particular destaque para Margarida Basílio, Léa Gamarski, Lúcia Lobato e Alexandra S. Rodrigues.¹

Em artigo publicado em 1998 (“A derivação regressiva em português”), tivemos a ocasião de discutir alguns tópicos que nos pareciam fundamentais, sem a pretensão de esgotar o assunto. Contudo, a leitura atenta dos textos das autoras acima levou-nos, naturalmente, a rever posições, reafirmar outras e a preencher lacunas; embora, aqui, enfatizemos os deverbais regressivos, não podemos deixar de examinar os sufixais e os de alternância acentual, insistindo nas conexões e diferenças entre eles.

Retomamos o mesmo tema, não com o objetivo de fazer uma resenha minuciosa dos textos mencionados, e sim o de estabelecer um diálogo com as autoras, em função de alguns problemas específicos.

Margarida Basílio distingue derivação regressiva e abreviação, mas inclui na primeira algumas formações regressivas que, a rigor, são diferentes dos deverbais;² dá-se o mesmo na obra de Lea Gamarski, ressaltando-se, todavia, que a autora reconhece a necessidade de se caracterizar com maior rigor a derivação regressiva.³ Lúcia Lobato também não estabelece a diferença; enfoca, em suas considerações, o substantivo *crítica*, que, na verdade, não é regressivo, e sim caso de alternância acentual.⁴ O texto de Alexandra S. Rodrigues, de todos o mais recente, insiste na importância da distinção das relações hetero e isocategoriais, o que representa um importante avanço. Não podemos aceitar, contudo, que *metro* (no Brasil, *metrô*) e *comuna* sejam considerados derivados

¹ Cf. Bibliografia

² *Teoria lexical*, p. 37 e 38

³ *A derivação regressiva*, p. 42

⁴ “A derivação regressiva em português”, p. 206, 215, 216, 218, etc.

regressivos; trata-se, na realidade, de exemplos de abreviação.⁵ Essas observações conduzem-nos, naturalmente, à proposta de uma diferenciação mais rigorosa dos diversos casos; o quadro aparentemente homogêneo, em que ressalta o traço de redução do derivado com relação ao derivante, apresenta, também, distinções que devem ser explicitadas.

Antes de passar ao exame dos deverbais em nossa língua, fixemo-nos nas chamadas formações regressivas. Exemplos como *aço* (de *aceiro*) e *sarampo* (de *sarampão*), com eliminação dos supostos sufixos *-eiro* e *-ão*; *legislar* (de *legislador*) – com o argumento de que, se a *trabalhador* e a *lavrador* correspondem os verbos *trabalhar* e *lavar*, a *legislador* deve corresponder *legislar* – e ainda outros casos, já tinham sido contemplados por Meyer-Lübke sob a rubrica de “formations régressives”⁶ e retomados por muitos de nossos gramáticos. Note-se, nesses casos, que se elimina, no derivante, sufixo real ou suposto; acresça-se que pode ocorrer ou não a mudança de classe gramatical, relativamente ao derivado. Entretanto, o que convém ressaltar é que essas formações regressivas só o são do ponto de vista diacrônico; sincronicamente, cumpre reconhecer que é a forma mais curta que se torna o ponto de partida. Conclui-se, portanto, que as formações regressivas constituem um capítulo da morfologia histórica, opondo-se, assim, aos deverbais regressivos e às abreviações, que ilustram processos atuantes (ou não exclusivamente diacrônicos).

Quanto à abreviação (termo que preferimos substituir por *redução*), consiste no encurtamento do vocábulo, segundo critérios variados; não implica mudança de classe gramatical e a forma resultante não se distingue semanticamente da base, a não ser em termos de mudanças de registro. Trata-se de um processo em expansão, muito vivo na linguagem moderna.

Podem-se reconhecer, no quadro das reduções, quatro grupos.

Num primeiro, constituído por prefixos empregados isoladamente, desacompanhados do radical a que normalmente se anexam, assinalem-se *bi*, *extra*, *pré* e outros.

Outro grupo é representado pelos compostos de radicais gregos ou latinos, com a freqüente omissão do elemento determinado: *foto* (por *fotografia*), *micro* (por *microcomputador*), etc.

Um terceiro grupo é formado pelos casos de cortes aleatórios nos vocábulos derivantes: *cerva* (por *cerveja*), *cinema/cine* (por *cinematógrafo*), *granfo* (por *granfino*). Note-se que o segmento eliminado não tem caráter morfemático.

⁵ *A construção de postverbais em português*, p. 71.

⁶ *Gramm. des l. rom.* (t. II), § 355.

Ressalte-se, contudo, que, nesses exemplos, é possível perceber algumas regularidades quanto ao número de sílabas (geralmente dissílabos) e à acentuação (normalmente paroxítonos).

As siglas, cada vez mais numerosas na atualidade, constituem um quarto grupo; diferentemente dos demais blocos, resultam da redução de todos os componentes da expressão derivante. Sirvam-nos de exemplo: *ONU* (Organização das Nações Unidas), *PT* (Partido dos Trabalhadores), Algumas delas possibilitam a formação de derivados, como *petismo*, *petista* (de *PT*).

Passemos a examinar os diferentes tipos de substantivos deverbais, que correspondem à preocupação central deste artigo.

Com relação aos chamados deverbais regressivos, em nosso artigo acima mencionado, tínhamos assinalado que F. Diez já os relacionava com as formas rizotônicas do presente do indicativo, o que fica evidente nas línguas em que essas formas apresentam ditongação: *consuelo* (subst.) / *consolar* (v.), em espanhol; *soutien* (subst.) / *soutenir* (v.), em francês.⁷ Não é, atualmente, processo muito vivo, apesar de exemplos como *o agito*, *o chego*, *o sufoco*, *o vacilo*, pelo menos no português do Brasil. Dada a (má) tradição, em nossa gramatografia, de vinculá-los ao infinitivo, é louvável que Alexandra S. Rodrigues enfatize, no processo em questão, a importância do radical verbal.⁸

Estamos também de acordo com a autora no que se refere à impropriedade da designação “derivação regressiva”, só cabível se aceitarmos o infinitivo como forma derivante. Todavia, não nos parece satisfatória a proposta do termo “pós-verbais” – que, aliás, é o utilizado por Meyer-Lübke –, pois, como sinônimo de “deverbais”, engloba todos os processos de formação de substantivos deverbais. Preferimos manter o rótulo de “deverbais regressivos”, considerando que, nas línguas românicas, o verbo é designado pelo infinitivo e, com relação a este, o deverbal apresenta-se mais curto (o que não implica que se pense em derivação). Na verdade, trata-se de um problema menor, meramente terminológico, visto que o fenômeno a que se refere a designação é o mesmo e está sendo enfocado de ponto de vista semelhante.

No que se refere ao estatuto das vogais átonas *-o*, *-a*, *-e*, atribuíamos-lhes o papel de vogais temáticas nominais.⁹ Seguimos a lição de J. Mattoso Câmara Jr., que, sensível ao paralelismo desses deverbais com substantivos básicos

⁷ *Gramm. des l. rom.* (t. II), p. 268. A posição de F. Diez é mantida por M.-Lübke, A. Darmesteter, G. Paris e Y. Malkiel, entre outros.

⁸ *op. cit.*, p. 58-60

⁹ *art. cit.*, p. 208.

(como *disc-o*, *cart-a*, *dent-e*) e levado pela preocupação com a economia descritiva, via, nessas terminações, vogais temáticas. Cremos, entretanto, que é posição a ser revista. Influenciado pelo modelo descritivo do item e arranjo (IA), o autor reconhece uma função única para essas vogais finais e postula um sufixo Ø para os deverbais regressivos. Parece-nos, contudo, mais plausível considerar que essas vogais são morfemas cumulativos, ou seja, trata-se, na verdade, de vogais temáticas nominais a que se acrescenta a função de morfemas transcategorizadores, sem necessidade, portanto, de apelar para um sufixo Ø. Saliente-se que as vogais temáticas verbais também podem, em certos contextos, acumular outras funções; em *amÁvamos*, o morfema em destaque é mera vogal temática, o que não ocorre em *amA*, onde *-a* acumula as funções de indicativo, presente e 3.^a pessoa do singular. A segmentação *am-+-A-+Ø+Ø*, por paralelismo com *am-Á-va-mos*, só é aceitável na perspectiva do IA. Todas essas considerações levam-nos a rever o estatuto das vogais temáticas, problema complexo que merece um estudo à parte.

Note-se ainda que as terminações vocálicas dos deverbais estão associadas a gênero de forma estável: os em *-o* são sempre masculinos; em *-a*, femininos; em *-e*, masculinos;¹⁰ comparem-se, no quadro dos substantivos básicos, exemplos como: *a trib-o*, *o map-a*, *o problem-a*, etc. Nos deverbais, são comuns os casos de permuta da vogal final: *o gritola grita*, *o decalquel o decalco*, o que não ocorre (talvez excepcionalmente) nos substantivos básicos. Acresça-se que, nos deverbais, é freqüente a alternância das vogais finais com sufixos tônicos: *dural duração*, *desarmel desarmamento*.

B. Darbord e B. Pottier apontam exemplos curiosos em que o gênero de um verbal específico se projeta em seus sinônimos; assim, o espanhol *batalla* influenciará os gêneros de *lucha*, *contienda*, *riña*, *pelea*, *querella* (o que é confirmado pelas datações correspondentes¹¹). No francês medieval eram numerosos os deverbais masculinos; em períodos posteriores, os femininos passam a ser preponderantes. A explicação do fato é que o *-e* feminino protegia o radical dos desgastes fonéticos que este poderia sofrer quando terminava em consoante. Os dois exemplos ilustram bem o importante papel do gênero na formação desses deverbais.

Observe-se, também, que não são predizíveis os morfemas *-o*, *-a*, e *-e*. Não acreditamos, porém, que não se possa tentar uma sistematização; nos deverbais provenientes de verbos parassintéticos a vogal final geralmente é *-e*, e não coincide com a da base, como se pode notar pelos exemplos *embarque* (de

¹⁰ Veja-se a estatística apresentada por Alexandra S. Rodrigues à p. 144 de *A construção de postverbais...*

¹¹ Cf. *La langue espagnole*, p.100.

embarcar), *ajuste* (de *ajustar*). Em espanhol, *-e* tende a generalizar-se numa proporção maior do que ocorre em português.

É também importante assinalar que, no período medieval, eram numerosos os casos de permuta da átona final: *combato/combate*, *deleito/deleite*. O fato ainda ocorre no português atual: *desmancho/desmanche*, *decalco/decalque*. Há alguns pares em que se podem perceber diferenças semânticas: *o grito / a grita*, *o troco/a troca*, em que a forma masculina se associa a algo mais concreto, enquanto que a feminina expressa a noção de atividade. Como se pode perceber, são veios de pesquisa instigantes e promissores.

Não nos deteremos muito nas considerações relativas aos deverbais sufixais, formados pelo acréscimo de sufixos como *-mento*, *-ção*, *-dura*, etc., ao radical/tema verbal. Observe-se, todavia, que morfemas como *-mento* e *-ção*, de grande produtividade, ainda não mereceram um estudo que revelasse as restrições de distribuição ou, nos casos de dupla possibilidade, como *coroação/coroamento*, a determinação dos critérios de estabelecimento da diferenciação semântica.

Especial atenção cabe aos deverbais marcados por alternância acentual com relação à forma verbal correspondente. Em virtude do deslocamento de acento nos verbos compostos, no latim vulgar, e da queda de consoantes intervocálicas gerando contrações das vogais, as formas rizotônicas do presente do indicativo tornaram-se paroxítonas em português (bem como em espanhol); essa alteração de acento atingiu também os verbos eruditos de introdução posterior. Por outro lado, os substantivos correspondentes a esses verbos eruditos permaneceram proparoxítonos. Estabeleceu-se, dessa forma, um novo tipo de deverbais, caracterizados pela alternância acentual com relação ao verbo: *dúvida* (v.) / *dúvida* (subst.). Aqui, só cabe estabelecer uma relação V/N, sem especificação de direcionalidade, pois não são raros os casos em que o substantivo antecede o verbo; p. ex., em português, *fábrica* (séc. XIV) é primitivo com relação a *fabricar* (séc. XVI).

Em função dos exemplos seguintes, em que assinalamos, entre parênteses, a datação do vocábulo: *calcular* (XVI)/*cálculo* (XVII); *duvidar* (XIII)/*dúvida* (XIII); *replicar* (XV)/*réplica* (XVI); *suplicar* (XIV), *súplica* (XVI), constatamos que se trata de fenômeno relativamente recente; a manutenção de *-i-* e *-u-* breves confirma o caráter de cultismos.

Em função desses esclarecimentos, não deve surpreender-nos a tendência a tornar *rubrica* um nome proparoxítono; o deslocamento de acento, neste caso, está de acordo com a característica de um grupo que vem conhecendo relativa expansão. As mesmas considerações são válidas para o par *retifica* (v.) / *retífica* (subst.), sem necessidade de ver em *retífica* um italianismo.

Saliente-se, por fim, que os diferentes tipos de deverbais apresentados não constituem compartimentos estanques. Ocorrem, em nossa língua, numerosos paralelismos como *consolo /consolação, réplica/replicação*; alguns participios passados, em virtude da haplologia passam a fazer parte, numa perspectiva sincrônica, dos deverbais regressivos: *perda* (de *perdita*) e *venda* (de *vendida*).

Os pontos aqui desenvolvidos não cobrem todos os aspectos das obras mencionadas no início, nem correspondem ao que elas têm de mais relevante. O processo da nominalização, associado aos deverbais, e de capital importância, apresenta-se no quadro da gramática gerativa nas obras das três autoras; não só contribui para elucidar aspectos que aqui não foram abordados, como também para esclarecer o problema da seqüenciação de complementos nominais em uma frase do tipo: “a compra de apartamentos pelos funcionários foi interrompida” (L. Gamarski, p.107), fato não suficientemente estudado em sintaxe.

Nosso objetivo foi apenas o de procurar esclarecer conceitos básicos, com freqüência confundidos (o que pode levar a desvios na pesquisa), sem deixarmos, também, de indicar veios exploráveis para futuras investigações.

Bibliografia

- BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo, Ática, 1987
- DARBORD, Bernard & POTTIER, Bernard. *La langue e spagnole. Eléments de grammaire historique*. Paris, Nathan, 1988.
- DIEZ, F. *Grammaire des langues romanes* (traduit par A. Morel - Fatio et G.Paris). Paris, A. Franck, 1874 (t.II).
- GAMARSKI, Léa. *A derivação regressiva. Um estudo da produtividade léxica em português*. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1988.
- KEHDI, Valter. “A derivação regressiva em português”. *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo, 2:205-13, Humanitas, 1998.
- LOBATO, Lúcia. “A derivação regressiva em português: conceituação e tratamento gerativo”. In: *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha* (org. e coord. Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, p.205-30.
- MEYER-LÜBKE, W. *Grammaire des langues romanes. Morphologie*. (trad. franç. par A.Doutrepoint et G. Doutrepoint). Paris, G.E. Stechert, 1923
- RODRIGUES, Alexandra Soares. *A construção de postverbais em português*. Porto, Granito, 2001.

O *EPÍTOME* DE ANTONIO DE MORAES SILVA NA HISTORIOGRAFIA GRAMATICAL BRASILEIRA

Ricardo Cavaliere
UFF/ABF

Antônio de Moraes Silva é ordinariamente conhecido nos meios filológicos como um eminente lexicógrafo do século XVIII, autor do meritório *Dicionário da Língua Portuguesa*, trazido a lume em 1789. Buscamos aqui, em nova perspectiva, tecer juízo sobre sua atividade como gramático, não só no intuito de contribuir para uma análise mais acurada dos fundamentos teóricos que o ilustre estudioso brasileiro delinea em sua obra, como também, com fulcro nessa motivação, detalhar os procedimentos do ensino do português como língua materna no Brasil dos setecentos.

Em trabalho recente (CAVALIERE, 2002), oferecemos uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil segmentada em períodos e fases, conforme assim discriminado: **período embrionário**, iniciado em 1595 – publicação da Arte de gramática *da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, a 1806; **período racionalista**, de 1806 – publicação do *Epítome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva – a 1881; período científico, de 1881 a 1941, subdividido em fase fundadora, que vai de 1881 – publicação da *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro – até o fim do segundo decênio do século XX, e fase legatária, cuja vigência se estende até 1941; **período lingüístico**, iniciado em 1941 – publicação dos *Princípios de lingüística geral*, de Joaquim Mattoso Camara Júnior –, também subdividido em duas fases: a estruturalista, que se estende até metade da década de 80, e a diversificada, que se situa no panorama acadêmico a partir desse momento até nossos dias.

Como se percebe, nessa proposta de periodização, conferimos especial relevo ao *Epítome* de Moraes Silva, citado como marco inaugural do período racionalista e, a rigor, dos próprios estudos lingüísticos brasileiros, já que o período anterior não oferece senão obras esparsas e inexpressivas no que diz respeito à formação do pensamento lingüístico no Brasil. Com efeito, o texto gramatical de Moraes Silva constitui a primeira tentativa de descrição sistêmica do português edificada por um brasileiro, fato que confere a esse trabalho especial valor historiográfico, a par da relevância que possa auferir quanto ao mérito do conteúdo.

Não obstante o Epítome de *Gramatica da Língua Portugueza tenha sido escrito em 1802* – a primeira edição viria a lume apenas em 1806 –, semelhante fato não desconstitui o caráter setecentista da obra, visto que as idéias lingüísticas que se manifestam em suas páginas são as que chegaram ao conhecimento de Moraes Silva mediante leitura dos textos teóricos do século XVIII e certamente estavam no centro das discussões de quantos se dedicavam ao estudo sobre a linguagem nesse período. Assim, a proposta de Moraes Silva no que tange ao ensino e à descrição do português, não obstante repouse em páginas escritas nos verdores do século XIX, pode ser historiograficamente reconhecida como um produto acadêmico do século XVIII, cujos frutos vicejaram com magnificente pujança no século seguinte, quando efetivamente começa a florescer o pensamento sobre a linguagem no seio da sociedade brasileira.

Antônio de Moraes Silva nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1757, vindo a falecer em Pernambuco a 11 de abril de 1824. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, segundo nos informa Francisco Innocência da Silva (SILVA, 1863:209), Moraes teve prematuramente encerrada uma promissora carreira na magistratura em face de uma condenação do Santo Ofício que o fez fugir para a França e, posteriormente, após largo período na Inglaterra, retornar a Portugal. No entanto, na opinião de Sacramento Blake, bibliógrafo brasileiro contemporâneo de Innocência da Silva, o autor do *Diccionario bibliographico portuguez* enganou-se sobre a carreira jurídica de Moraes Silva, já que a conhecida fuga para a Inglaterra teria ocorrido antes da colação de grau na Universidade de Coimbra (BLAKE, 1883:268). Consta que durante sua estada na capital inglesa, contribuiu para uma revisão do *Dicionário* de Bluteau, que viria a ser publicado em Lisboa no ano de 1789. Aliado ao *Elucidário* de Viterbo, o dicionário de Bluteau serve a Moraes Silva como uma das fontes magnas para a elaboração de seu *Diccionario da Lingua Portugueza*.

Não obstante tenha produzido obra de grande importância na área da gramaticologia, sobretudo em face da bem fundamentada base teórica na descrição do vernáculo, Moraes Silva não logrou obter boa vontade da crítica filológica brasileira no século XIX, a julgar pelas raríssimas referências de que sua produção gramatical é objeto nas resenhas sobre estudos lingüísticos então publicadas. Aparentemente, o sucesso editorial do *Diccionario da Lingua Portugueza* obscureceu o trabalho que Moraes desenvolvera na área gramatical.

Fato é que Maximino Maciel, por exemplo, primeiro a resenhar os estudos filológicos brasileiros (MACIEL, 1922), sequer traça referência ao nome de Moraes Silva em seu *Breve Restrospecto sobre o Ensino da Língua Portugueza*, preferindo atribuir aos portugueses Bento de Oliveira e Soares Barbosa as fontes iniciais dos estudos sobre a língua no Brasil. Já João Ribeiro, estudioso de várias frentes, ao ocupar-se da obra de Moraes e de sua impor-

tância no desenvolvimento das letras no Brasil, não traça sequer uma linha sobre o *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa*. Suas atenções só se cativam em face do Moraes lexicógrafo, a quem, por sinal, qualifica como “um tipo reacionário, emperrado, realista e inimigo de tôdas as idéias novas e liberais do seu tempo” (RIBEIRO, 1961)

Semelhante desapeço à obra gramatical de Moraes Silva parece estar sendo reparado nesta virada de milênio, a julgar pelas reiteradas referências feitas a sua produção filológica em textos e conferências, na esteira de uma certa revitalização dos estudos historiográficos ao longo dos dois últimos decênios. O *Epítome* de Moraes Silva, por mais de um motivo, deve figurar entre os textos fundadores dos estudos lingüísticos no Brasil, seja em face de seu valor documental, seja devido ao próprio conteúdo da obra e sua projeção no cenário acadêmico de seu tempo.

Cabe, a título de mera observação, aditar que a contraditória questão acerca da nacionalidade de Moraes Silva não parece ser relevante no tocante ao mérito de seu trabalho. Solução salomônica, por sinal, devemos a Harri Meier, que se refere ao nosso gramático em um estudo publicado no *Boletim de Filologia* como “um grande lexicógrafo luso-brasileiro” (MEIER, 1948: 396)

Não resta dúvida de que o *Epítome de gramatica da lingua portugueza*, embora publicado em Lisboa, goza de grande importância historiográfica para os estudos lingüísticos do Brasil. Mas a relevância do Moraes gramático não se limita a aspectos cronológicos. Há, sem dúvida, no *Epítome* elementos suficientes para que possamos atribuir-lhe papel precursor nos textos sobre língua portuguesa escritos na virada do século XVIII, em face da teoria escolhida para a descrição gramatical, embora em outros tantos aspectos sua proposta se inscreva com justeza nos cânones teóricos de seu tempo, de cunho predominantemente racionalista.

De início, cumpre certo reparo à opinião difundida de que o *Epítome* constitui-se em texto exageradamente purista. Incorre-se aqui em erro comum na análise de documentos lingüísticos que não os lê à luz de seu tempo, fato que pode trazer conclusões indesejáveis sobretudo quanto à relevância de um dado texto no percurso histórico das idéias lingüísticas. Em um de seus primorosos estudos historiográficos, Konrad Koerner ocupa-se da questão, remetendo-nos às idéias de Carl Becker sobre como interpretar um conceito científico em face de sua época. Segundo Becker, para entendermos o pensamento de uma pessoa que tenha vivido, por exemplo, na Idade Média, é preciso partir do “clima de opinião” (*climate of opinion*) desse período da história da Humanidade, ou seja, precisamos trabalhar com a “opinião pública” ou “pensamento generalizado” vigente no ambiente sociocultural em que essa pessoa vivia (KOERNER, 1995:9).

A rigor, ser purista no cenário político-filosófico do último quartel dos oitocentos traduzia uma postura cidadã, no sentido de encetar a luta pela autonomia e relevância da língua como elemento do estado nacional. Por tal motivo, algumas posições extremadas, supostamente reacionárias à primeira leitura, haverão de receber tratamento diferenciado à luz dessa interpretação adstrita ao momento de sua gênese, em que as forças filosóficas e intelectuais da época são decisivas para o fomento das bases conceptuais. A respeito do purismo vigente no pensamento gramatical português dos oitocentos, diz-nos judiciosamente João Ribeiro que, enquanto os ares da Independência faziam com que as pessoas no Brasil chegassem ao extremo de adotar apelidos indígenas, “por oposição ao odiado onomástico português”, na metrópole, ao contrário, a veia nacionalista cultivava a pureza da língua como reação conservadora à nova ordem burguesa da França:

Na metrópole (...) fazia-se desordenada guerra contra os estrangeirismos, principalmente contra os galicismos, cada vez mais antipáticos com a Revolução Francesa e a epopéia napoleônica, infensas ao ferrenho conservantismo lusitano: a guerra ao galicismo, a Arcádia literária e todas as formas de exagerado purismo representam a reação que desde os fins do século XVIII implantou a idolatria do “português de lei”, que dispõe ainda hoje de alguns soldados fanáticos retardatários. (RIBEIRO, 1979:59)

Decerto, influenciou-se bastante Moraes Silva com a generalizada postura lusitana infensa à influência francesa pós-revolucionária, de que resultam palavras como estas, dirigidas aos jovens leitores de sua gramática:

(...) se basta o estudo de um ano para saberes meamente um idioma estrangeiro, quando quiseses saber a lingua patria perfeita e elegantemente, debes estudar toda a vida e com muita perfeição os autores clássicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma (SILVA, 1806:V).

Para advertir, após, peremptoriamente:

E deste modo poderás imitá-los [os autores clássicos], não repetindo (...) as suas palavras e frases (...), mas dizendo coisas novas sem barbarismos, sem galicismos, italianismos e anglicismos, como mui vulgarmente se lêem (SILVA, 1806:V).

Cumpre igualmente observar que o ensino de língua materna na virada do século XVIII, cujos parâmetros, por sinal, vigeram por várias décadas além, defendia, como prática usual, a reprodução de modelos elaborados pelo mestre, de tal sorte que os segredos do discurso escrito fossem observados pela imitação. A rigor, imitar não uma imposição gratuita de modelos com o fito de

reproduzir idéias estereotipadas na mente dos discentes, senão um método pedagógico que supunha fazer eclodir o bom desempenho individual do aprendiz mediante reprodução de estruturas frasais construídas pelos autores consagrados.

No que tange às teses teóricas de que se serve Moraes Silva, não se pode negar considerável tom precursor nas páginas do *Epítome*, sobretudo quanto à proposta de descrição das línguas vernáculas, que julgava absolutamente diversa da gramática latina. Moraes, decerto, destoa da tendência uníssona que descrevia as línguas românicas sob inspiração da estrutura morfossintática dos casos latinos. Basta dizer que, em Portugal, cerca de trinta anos antes, Reis Lobato ainda se baseava nas idéias de Amaro de Roboredo sobre a conveniência de se ensinar o português ou o castelhano pela gramática latina tendo em vista o fato de os latinos serem “homens com os quais concordamos na racionalidade” (LOBATO, 1770: VI). Já na Alemanha, em 1785, vem a lume a *Nova Grammatica portugueza*, de Abraham Meldola, um volume bilíngüe absolutamente alinhado com a tradição latina, inclusive no que tange à descrição do substantivos com base na flexão casual.

Cumpre, por sinal, observar que a própria *Grammaire Generale et Raisonnée de Port Royal*, insistentemente citada nos volumes lingüísticos dos setecentos e tantos outros do início do século XIX – inclusive no Epítome de Moraes Silva?, já denunciava há mais de século que a descrição dos vernáculos com base nos casos latinos não era indevida: “Il est vrai que de toutes le Langues il n’y a peut-être que la Grecque & la Latine qui aient proprement des cas dans les noms” (ARNAULD & LANCELOT, 1974:73).

Tal fato, entretanto, não evitou que a maioria dos vernaculistas setecentistas e outros tantos oitocentistas ainda se espelhassem na sintaxe latina, em flagrante descompasso com o pensamento lingüístico já reinante a partir da segunda metade do século XVIII. Foi, por sinal, sob influência das teses defendidas por Condillac em obra publicada no final dos oitocentos (CONDILLAC, 1780), para quem descrever a gramática francesa no moldes da latina constituía grave equívoco de método, que Moraes Silva envereda pela opção da sintaxe analítica, com base nas funções determinadas pela regência e pela posição da palavra na frase. Relevante o fato de Moraes preocupar-se em citar textualmente as palavras de Condillac a tal respeito: “Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l’avons voulu faire d’après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu’autant que nous rappellerons les expressions aux éléments du discours” (SILVA, 1806: 3)

Outro aspecto interessante nas páginas do *Epítome* reside na sinopse gramatical. A tradicional subdivisão da gramática em *etimologia*, *sintaxe*, *ortografia* e *prosódia*, que viria a imperar ainda por vários anos do século XIX na gramaticografia brasileira – basta citar como exemplo a exitosa gramática do

filólogo maranhense Sotero dos Reis (REIS, 1871) –, é preterida em favor de uma apresentação orgânica dos temas com maior destaque para a morfologia e para a sintaxe. A preferência por esta última parte da gramática é deveras saudável e invulgar em compêndios didáticos da época.

Assim, opta Moraes Silva por uma sinopse binária, em que faz acostar no mesmo plano hierárquico o *Livro I (Das palavras por si sós ou Partes da sentença)* e o *Livro II (Da composição das partes da sentença entre si, ou syntaxe)*. No Livro I reúne os fundamentos da lexeologia, aí incluídos a classificação de palavras e o estudo das flexões, ao passo que no Livro II dedica-se ao estudo dos termos da oração, bem como dos mecanismos sintáticos de produção frasal: colocação, regência e concordância.

Os estudos fonológicos estão em uma espécie de preâmbulo, que não recebe título próprio, fato aparentemente significativo no que diz respeito ao pensamento de Moraes Silva sobre descrição gramatical. Leve-se em conta, além da evidente intenção de dar início à descrição gramatical no Livro I, que, como vimos, trata de questões morfológicas, o fato de que esta parte preambular não conta com mais de cinco páginas, de que emanam comentários circunstanciais sobre fatos ortoépicas, prosódicos e ortográficos selecionados. Não se trata, pois, de uma exposição sistemática da prosódia, como acontece normalmente nos volumes cunhados sob a inspiração da gramática racionalista, porém uma seleta de juízos sobre pontos considerados pelo autor relevantes para o aprendizado do texto.

O fato notável está em que semelhante estrutura sinóptica na descrição gramatical só gozaria da preferência dos filólogos brasileiros na segunda metade do século XIX, em volumes já produzidos sob inspiração da escola germânica histórico-comparativista. No Brasil, destaca-se, nessa linha, a *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, publicada no Rio de Janeiro em 1881, por ser a primeira obra gramatical estruturada na bipartição lexeologia-sintaxe importado dos compêndios vernáculos do inglês, sobretudo de Mason e Bain.

No breve intróito sobre matéria fonética, Moraes Silva encontra espaço suficiente para emitir juízo bastante consistente acerca de fatos diversos. Arrola tanto as vogais quanto as consoantes como sons elementares, mas assevera que as consoantes por si sós não têm valor efetivo. Segue, pois, a tese da existência condicionada dos sons consonantais, como modificadores das “vozes” ou vogais, entendimento, por sinal, que gozaria de opinião majoritária até o início do século XX, quando a lingüística estruturalista renovou o conceito de fonema.

Sobre as vogais nasais, ocupa-se em afirmar que são “verdadeiras vogais” (não vogais modificadas por consoante), pois a nasalidade se ouve

“sobre as vogais”, não após, como acontece, por exemplo, com o *r* em *bárbaro*, que só se ouve após cessar a voz. A percepção acústica de Moraes, portanto, embora não fosse suficiente para conferir *status* distintivo às consoantes, ao menos servia-lhe para distinguir verdadeiros sons consonantais de meros traços de nasalidade vocálica representados graficamente por letras consonânticas. À guisa de curiosidade, estudos relativamente recentes sobre vogais nasais portuguesas visam provar justamente o contrário, ou seja, que se tratam na realidade de vogais orais seguidas de consoantes nasais¹.

Dentre os temas ortográficos, Moraes Silva confere interessantes informações de ordem sócio-lingüística ao pesquisador, como, por exemplo, a que adverte sobre o uso do dígrafo **ch** como grafema de “xe” e de “ke”, dando conta de que tal flutuação de uso é própria da “linguagem chula”. Assinala ainda o emprego do trema sobre os grupos **gue**, **gui**, **que** e **qui** para marcar a pronúncia do *u*, fato pouco comum dentre as preocupações ortográficas da época, além de criticar o uso de uma mesma letra (caso do **c** e do **g**) para representar mais de um som.

Na morfologia, a pena do gramático fluminense traça um painel objetivo sobre as partes da oração, com especial estudo do artigo, figura por sinal inclusa numa classe mais abrangente, a que denomina adjetivos articulares. São oito as classes relacionadas por Moraes: nomes (ou substantivo), adjetivo articular, adjetivo atributivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Sobre esta última, por curiosidade, emite clara referência a seu valor como “palavra-frase”, que goza de aceitabilidade até os dias atuais.

Está, entretanto, na classe dos adjetivos articulares a maior originalidade taxionômica de Moraes. De início, adverte nosso gramático que os estudiosos, com exceção de Duarte Nunes do Leão, não haviam ainda conseguido explicar satisfatoriamente o papel do artigo nas línguas vernáculas, seja quanto ao emprego ou quanto à omissão deliberada. Partindo do princípio que certas palavras existem na língua para “determinarem a extensão individual, a que se applica um nome comum” (SILVA, 1806: 11), Moraes arrola sob a rubrica dos adjetivos articulares todos os termos que usualmente ficam na periferia do núcleo substantivo e não expressam valor semântico externo: o artigo propriamente dito, pronomes adjetivos indefinidos, demonstrativos e possessivos. Em interessante comentário sobre os adjetivos articulares, Moraes aduz que um de seus tipos é o artigo simples *o* e *a*, o qual indica que o nome “se toma em toda a extensão dos indivíduos, a que a sua significação e applicável” (SILVA, 1806:21). Assim, quando o falante quiser restringir o termo determinado,

¹ Leia-se a hipótese do arquifonema nasal de Mattoso Câmara Jr. (CÂMARA, 1977), amparado em estudos de Gonçalves Viana e Oscar Nobiling.

haverá de limitar a generalização atribuída pelo artigo com outras “circunstâncias”, como ocorre na construção *o homem que hontem vimos*, em que a oração atua como adjetivo que relativiza a generalização do artigo.

Ainda sobre o artigo, cabe referirmo-nos aqui a dois aspectos preciosos, não só pela inventividade, como também pela originalidade. Primeiro, atento à origem comum do artigo definido com o pronome pessoal acusativo, arrola este último naquela classe, tendo em vista a existência virtual de substantivo elítico sob sua determinação. Eis o exemplo: “Viu o cavallo de Joao? Vi-o”, ou seja, “Vi-o [cavalo]”. Em ratificação da hipótese, assevera que a omissão de substantivos por elipse é comum no português, inclusive em casos de verbos substantivados: “O doce; ‘Que vos prometta os mares, e as areyas, não lh’o creais’, isto é, o prometter-vos”(SILVA, 1806:25)².

Segundo, no que tange ao alentado papel do artigo como elemento atribuidor de gênero, adverte judiciosamente Moraes ser inadmissível acatar semelhante hipótese pelo simples fato de que, por incluir-se na classe do adjetivo, o artigo só pode ser usado em concordância se o falante já souber antecipadamente o gênero e o número do nome: “sendo o artigo um adjetivo, quem fala, ou escreve deve saber o genero do nome, a que o artigo precede, para usar delle na variação correspondentemente ao genero, ou numero do nome, como se faz com qualquer outro adjetivo”(SILVA, 1806: III)

Enfim, muito haveríamos de ainda comentar sobre o papel precursor do *Epítome da Grammatica Portugueza* no panorama dos estudos lingüísticos desenvolvidos nos setecentos. Cite-se, por exemplo, na área da sintaxe as interessantes observações traçadas acerca do infinitivo pessoal português como atributos da pessoas verbais e a exaustiva apreciação sobre valores semânticos das preposições ao cuidar da sintaxe de regência. Estes são temas que ficam para um outro estudo, já que o limitado tempo de que dispomos não nos permite maiores alongamentos. Havemos, pois, de concluir com a certeza de que a obra gramatical de Antônio de Moraes Silva, não obstante inspirada nas idéias lingüísticas do século XVIII, destaca-se pelo vanguardismo e pela especial lucidez conceptual, razão por que está ainda a merecer especial atenção de quantos se ocupem pelas questões historiográficas nos estudos lingüísticos.

² O reconhecimento do artigo como determinante de orações adjetivas e adverbiais, como ocorre em frases do tipo *Não sei o que fazes* e *Gostou do quando o filho se defendeu* vem sendo acolhida por mais de um gramático já há algum tempo (BECHARA, 1999: 154). Leia-se também, a respeito do artigo neutro do espanhol (LLORACH, 1999:91)

Obras citadas neste trabalho.

ALARCOS LHORACH, Emilio. *Gramática de la lengua española*. Madrid, Real Academia Española, Editora Espasa Calpe, S.A., 1999.

ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris, AUPELF/CNRS, Archives de La Linguistique Française 14, Reprod. de l'éd. de Paris: chez Prault, 1754.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Lucerna. 1999.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipographia Nacional, v. 1, 1883.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1977.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de Periodização dos Estudos Lingüísticos no Brasil. *Confluência*. Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n. 23, 2002.

CONDILAC, Étienne Bonnot de. *Cours d'étude pour l'instruction du prince de Parme, aujourd'hui S. A. R. l'infant D. Ferdinand*. Genève, Chez Du Villard Fils & Nouffer, 1780.

KOERNER, Konrad. *Persistent issues in linguistic historiography*. In: _____. *Professing linguistics historiography*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1995.

LOBATO, António José dos Reis. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1770.

MEIER, Harri. O dicionário de Moraes. *Boletim de Filologia*. Lisboa, Tomo IX, fasc. IV, 1948.

REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza accomodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. 2 ed. revista, corrigida e anotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespucio dos Reis. São Luiz, Typ. de R. d'Almeida, 1871.

RIBEIRO, João. Antiquidade dos Brasileirismos. In: _____. *A língua nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., seleção e coordenação de Hildon Rocha, 1979.

_____. Moraes redivivo. In: ACADEMIA BRASILEIRA. *Obras de João Ribeiro: crítica*. Rio de Janeiro, ABL, v. V, Organização de Múcio Leão, 1961.

SILVA, Antônio de Moraes. *Epítome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa, Off. de Simao Thaddeo Ferreira, 1806.

SILVA, Francisco Innocencio da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, tomo I, 1863.

EM DEFESA DE MATTOSO CÂMARA
Um Caso de Morfologia

Horácio Rolim de Freitas
UERJ/ABF

Estamos atravessando uma crise no ensino — dentre outras — de leitura. Lê-se pouco, lê-se mal, lê-se superficialmente, acarretando a produção de obras sobre a língua portuguesa, que ora dizem o óbvio ora desdenham os grandes luminares da língua e da literatura, sem que esses tenham o direito de defesa.

É temerário, tanto no campo da língua quanto no da literatura, abordarmos este ou aquele autor sem conhecer-lhes a obra completa.

Nesta fase de tropeços de nosso ensino universitário, tem sido comum nos depararmos com obras, artigos e até dissertações de Mestrado onde as “novidades” residem em seus autores objetarem idéias de grandes mestres, como o foram, para só citar dois, Said Ali e Mattoso Câmara Júnior. Seria aceitável, e até digno de louvor, se os estudiosos acrescentassem algo promissor às idéias e aos trabalhos daqueles mestres em qualquer campo dos estudos lingüísticos. Mas, em geral, não é o que ocorre.

Na literatura, existem os que lançam “à fogueira” aqueles que ousam falar de um poeta parnasiano, como se estes fossem possuídos de “lepra lingüística”.

No campo da língua, procura-se negar, sem a fundamentação precisa, as idéias motrizes daqueles mestres em favor de teorias superficiais que nada acrescentam aos estudos sérios sobre o nosso idioma.

Em algum lugar se disse que Mattoso Câmara defendeu a tese de que “o grau não se expressa por flexão porque nem todos os substantivos são graduados”. Se é que é tese, Mattoso não a defendeu. O que Mattoso expôs sobre grau pode-se ler em *Problemas de Lingüística Descritiva*¹: “As palavras derivadas não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer em dado vocábulo e faltar para o congênere.”

¹ *Problemas de Lingüística Descritiva*, Petrópolis, Editora Vozes, 1968, pág. 48.

O trecho pertence ao capítulo em que o A. distingue flexão de derivação. E a afirmação é facilmente comprovada através do uso de sufixos derivacionais: Mattoso exemplifica, de início, cantarolar tirado de cantar, sem derivação análoga para gritar e falar. O mesmo diríamos de consolação para consolar e requerimento para requerer. Logo, além de a relação não ser exaustiva, não obedece a uma pauta obrigatória pela possibilidade de escolha no uso do falante. Dependerá do já conhecido princípio “*Usus norma loquendi*”. Reafirma Mattoso: “Para cada vocábulo há sempre a possibilidade ou a existência potencial de uma derivação”.²

Em *História e Estrutura da Língua Portuguesa*³ lemos: “A derivação por sufixo, na expressão de grau, também serve para assinalar no nome derivado um grau maior ou menor de dimensão ou intensidade em face do termo primitivo.

Em relação aos substantivos cria-se assim a categoria dos “aumentativos” e dos “diminutivos”.

É clara a explicação de Mattoso Câmara, uma vez que também se verifica no emprego dos graus aumentativo e diminutivo uma relação extensa de sufixos derivacionais cuja escolha dependerá do falante e do uso que se faça na língua de acordo com o registro.

O aumentativo pode ocorrer com diversos sufixos, dentre os quais exemplificamos: -aço, -aça: ricaço, mulheraça, barcaça; -alhão (alho + ão): grandalhão, bobalhão; -arra: naviarra, bocarra etc. O mesmo sucederá com o diminutivo: -inho: livrinho, filhinho; -zinho: amorzinho, florzinha; -eta: saleta; -ote: filhote, frangote etc.

Vê-se quão precisa é a afirmação de Mattoso Câmara: “Os morfemas de derivação não constituem um quadro regular, coerente e preciso”.⁴ Primeiramente, porque pertencem a uma relação ilimitada, à chamada relação aberta da língua; segundo, a escolha no uso de uns não ocorre em outros, justamente porque, só pela opção da coletividade, o uso se torna norma.

Deve-se observar que as idéias matosianas expostas acima constam das obras: *Problemas de Lingüística Descritiva* e *História e Estrutura da Língua Portuguesa*.

Para as explicações sobre flexão de gênero, além das citadas, utilizamos também artigo sobre o assunto inserto nos *Dispensos*.

² Ibidem, pág. 49.

³ *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio. Padrão – Livraria Editora Ltda, 1975, pág. 226.

⁴ *Problemas de Lingüística Descritiva*, pág. 48.

Não poderíamos incluir a *Estrutura da Língua Portuguesa* por ser obra publicada postumamente e, por isso mesmo, eivada de erros, não só de impressão mas também de conteúdo. Os próprios editores na “orelha” do livro declararam: “O professor Mattoso Câmara Jr. ao falecer em janeiro de 1970 entregara parte dos originais à Editora (o grifo é nosso). A obra ficou inacabada, porém. A parte intitulada, de acordo com a nomenclatura de Martinet, *A primeira articulação da Linguagem* ou *Morfo-Sintaxe* teve seu título alterado, pois a sintaxe nem fora tocada.”

Constata-se assim que se trata de uma obra inacabada, com alteração feita pelos editores e com diversos erros que podem ser encontrados, dentre outros, nas páginas 46, 50, 63, 85, 97, 104 e 105.

Para concluir sobre a confiabilidade da obra, repetimos as palavras dos próprios editores na “orelha”: “Houve hesitação, por parte dos responsáveis pelo acervo de Mattoso Câmara Jr., quanto à conveniência de publicação da obra.”

Passamos, portanto, a defender as idéias reais de Mattoso Câmara. Lemos em algum lugar a seguinte crítica ao referido autor: “Pelo critério de regularidade o gênero não se expressa por flexão, visto que a maioria dos substantivos em nossa língua não se flexionam para expressar tal categoria.”

Jamais Mattoso Câmara estendeu a flexão a todos os substantivos de nossa língua.

Observemos suas lições na obra de sua real autoria: *Problemas de Linguística Descritiva*, onde explica que a marca nos nomes masculino e feminino de gênero único está “apenas, extrinsecamente, na forma do artigo definido que exigem. Há um gênero latente que se torna explícito com a presença real ou virtual do artigo; cf. (o pente), (a ponte), (o) nauta, (a) tribo, etc.”⁵

Em seguida faz referência ao caso de flexão: “Ora, também, *quando há flexão de gênero*, há a indicação concomitante do gênero pelo artigo (o grifo é nosso).

Podemos dizer, portanto, que a flexão, quando aparece, é redundante, porque o gênero é sempre indicado, concreta ou potencialmente, pelo artigo.”

Também na obra *História e Estrutura da Língua Portuguesa*⁶, o mesmo princípio o norteia: “Para a grande maioria dos substantivos o gênero é iminente (ou, em outros termos, a desinência é uma variante Ø, que não distingue o feminino do masculino, cuja desinência é necessariamente Ø)”.

⁵ Ibidem, pág. 64.

⁶ *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, pág. 80.

Sua explicitação está rigorosamente dentro do critério por ele adotado. Os nomes são temáticos ou atemáticos. Nos primeiros, terminados em -a, -e, -o, em sua maioria, não há a marca de gênero, isto é, a desinência é Ø, como em: rosa, livro, pente; ou em mar, flor, paz. Daí a sua conclusão: “Então, o gênero só se torna explícito numa atualização da fala em que aparece um adjetivo de tema em -o em concordância com o substantivo”.

Suas lições sobre a formação de gênero em Português estão minuciosamente explicadas no artigo *Considerações sobre o gênero em Português*, inserto nos *Dispersos*:⁷ “Chegamos assim ao princípio fundamental da morfologia do gênero em português. O gênero dos substantivos se afirma pela seleção da forma do artigo determinante. Em outros termos: o gênero de um substantivo está na flexão do artigo que o determina ou pode determinar” (o grifo é nosso)

O conceito de “regularidade” não é extensivo a todos os nomes, nem constitui o princípio básico na formação de gênero. Quando há flexão, e aí apenas num certo número de palavras, confirma-se a regularidade e a exclusividade na estrutura da língua portuguesa.

Mattoso Câmara não foge ao princípio, ao explicar que, quando ocorre a flexão de gênero no mecanismo morfológico, quer nas partículas modificadoras, quer nos substantivos e adjetivos, trata-se de redundância, como nos exemplos: (o) lobo x (a) loba; belo x bela.⁸

As línguas se formam de acordo com a estrutura de seu sistema, cujas causas são diversas, com base na história, no aspecto social e no aspecto cultural. Assim é que nas orações sem sujeito os verbos que indicam fenômenos da natureza em português são expressos na 3.^a pessoa do singular: troveja, chove etc.; sem pronome e sem desinência. Já em línguas como o francês, o inglês e alemão a estrutura verbal exige a presença do pronome: il pleut, it rains, es regnet.⁹

Daí a lição de Mattoso Câmara: “Na descrição gramatical do gênero sempre é precário e ineficiente o uso de critérios semânticos elementares”.¹⁰

Assim, deve-se levar em conta o binarismo na estrutura lingüística. A flexão de gênero, marcada pela desinência -a só existe em oposição a uma forma masculina de desinência Ø. É, portanto, o feminino um processo de particularização significativa. Temos aí a aplicação do princípio saussuriano:

⁷ *Dispersos*, Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1972, pág. 122.

⁸ *Ibidem*, pág. 123.

⁹ Cândido Jucá Filho, *O Fator Psicológico na Evolução Sintática*, Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1971, pág. 16.

¹⁰ *Dispersos*, pág. 116.

“Na língua tudo são oposições. O elemento lingüístico, portanto, é a relação opositiva que cria distinções formais”.¹¹

Na referida obra, finaliza Mattoso Câmara: “... há que concluir-se que não é a flexão do substantivo, em princípio, a marca básica do gênero em português”. “A categoria de gênero em português existe além da marca flexional, que é uma *explicitação redundante* de gênero.”¹² (O grifo é nosso)

Lembramos que a redundância não se faz apenas pela flexão externa mas também por meio da flexão interna, isto é, de uma alternância vocálica como: novo/nova, porco/porca, avô/avó. Contudo, a marca básica de gênero continua a ser o artigo. A gramática tradicional, continuando o critério de Donato,¹³ na classificação de gênero, associou-o à noção de sexo, conservando até os termos *epiceno* e *promíscuo* para distinção de sexo de animais. Deve-se levar em consideração um critério que distribua e caracterize, dentro da estrutura da língua, as categorias gramaticais, como no caso do gênero.

Mattoso Câmara foi não só o introdutor dos modernos estudos lingüísticos no Brasil, mas, principalmente, aquele que soube aplicá-los em vários campos da língua, principalmente na fonologia e na morfologia. Daí o critério por ele utilizado ser irrefutável.

Ensina Mattoso: “A análise mórfica está inelutavelmente ligada aos valores *significativos e funcionais*”.¹⁴ (o grifo é nosso)

Palavras como: criança, cônjuge só têm um gênero gramatical, não definem o sexo da pessoa, que poderá ser deduzido pelo contexto frasal. Outras há que têm dois gêneros, sem flexão, marcados pelo artigo: *o pianista/a pianista*. Pode também ocorrer que, além da semelhança de forma, haja significação diferente. Casos como *barco/barca; fruto/fruta; bolso/bolsa* etc. não apresentam flexão de gênero pela especialização de sentido. A significação de barco não é a mesma de barca. São palavras diferentes no emprego frasal. Logo, sua análise mórfica será: *barc-o* (radical + vogal temática -o); *barc-a* (radical + vogal temática -a). Não há desinência de gênero. Não aceitamos considerar essa oposição *barco/barca* idêntica a *gato/gata*¹⁵. Nesta não há uma especialização de sentido.

¹¹ Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, 5ª ed., Paris, Payot, 1955, pág. 167.

¹² Dispersos, págs. 121, 122.

¹³ Gramático romano (350 d. C.). Ver citação em *Princípios de Morfologia*, de Horácio Rolim, Rio, Oficina do Autor, 1997, 4ª ed., pág. 83.

¹⁴ *Problemas de Lingüística Descritiva*, pág. 44.

¹⁵ Herculano de Carvalho, *Teoria da Linguagem*, Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1973, págs. 536, 38.

Além de Mattoso Câmara, cumpre citar outro importante autor que sempre soube aplicar os modernos princípios lingüísticos ao português com eficiência, precisão e adequação. Falo de Walmírio Macedo que, em sua obra *Elementos para uma Estrutura da Língua Portuguesa*, norteia-se pelo critério semântico-estrutural ou funcional, definindo-o: “O aspecto semântico ressalta a noção de valor e valor decorre da noção de função. Por isso, a posição semântico-estrutural é funcional”.¹⁶

A classificação da categoria de gênero em português de Walmírio é precisa e clara. Assim distingue o autor:¹⁷

Palavras femininas: mulher, casa

Palavras femininas de outras (há flexão): senhora/senhor

Palavras de forma feminina: bolsa (em relação a bolso) mas não feminino de bolso. Conclui-se daí que não há flexão. O -o e o -a de bolso e bolsa são vogais temáticas, não há desinência de gênero.

Li ainda em algum lugar que o falante “não se verá obrigado ao uso da flexão em si, em frases como: Nós tava aqui”.

É bom esclarecer que a gramática não impõe; o gramático não legisla sobre a língua, mas a descreve de acordo com o uso padrão, o coloquial tenso que, em geral, é aprendido na escola. Ainda aqui buscamos o ensino de Mattoso Câmara, ao citar Tonnelat: “Não há língua comum sem ensino escolar e este tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa.”¹⁸ Portanto, no ensino escolar é preciso dar uma base à disciplina gramatical, partindo-se do registro falado e escrito considerado “culto” ou padrão.

Os desvios desse sistema ocorrerão, é claro, em outros registros: o vulgar, o regional, o calão. Mas as pessoas que freqüentam escola, em princípio devem aprender o sistema da língua de acordo com a norma padrão. Estamos aqui diante do chamado saber idiomático, de que fala Coseriu. Recorremos à explicação de Evanildo Bechara em sua gramática: “Ao saber idiomático corresponde a norma de correção, isto é, a conformidade de falar (em) uma língua particular segundo as normas de falar historicamente determinado e corrente na comunidade que a pratica”.¹⁹

¹⁶ Walmírio Macedo, *Elementos para uma Estrutura da Língua Portuguesa*, 2.^a ed., Rio, Presença, 1987, pág. 38.

¹⁷ Walmírio Macedo, *Gramática da Língua Portuguesa*, Rio, Presença, 1991, págs. 112, 113.

¹⁸ *Problemas de Lingüística Descritiva*, pág. 10.

¹⁹ Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.^a ed., Rio, Editora Lucerna, 1999, pág. 35.

Voltemos à distinção entre flexão e derivação, desenvolvendo-a com base na seguinte afirmação de Mattoso Câmara, ao referir-se ao grau do adjetivo: “A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática.”²⁰

Histórico

O grau dos adjetivos no latim clássico se fazia por flexão, associada a uma comparação. Pela junção dos sufixos *-ior* (para o masc. e o fem.) e *-ius* (para o neutro) comparava um ou mais seres em relação a outro ou outros: *Petrus fortior Paulo* (comparativo de superioridade). Para expressar-se a qualidade de um ser num grau muitíssimo elevado em relação a outros seres, usava-se o sufixo *-issimus* (ou *-rimus* e *-limus*) acrescentado ao adjetivo: *Petrus studiosissimus discipulorum* (superlativo relativo). Passando-se a usá-lo sem o membro da relação, surgiu o chamado superlativo absoluto: *Petrus fortissimus est*.

Na linguagem corrente essas formas sintéticas do *comparativo* e do *superlativo* foram substituídas pelas formas analíticas, como ensina, por exemplo, Theodoro Maurer:²¹ “A comparação sintética do comparativo e do superlativo desapareceu da língua vulgar, quase sem deixar vestígios: “O que subsiste do velho sistema em parte da România deve-se à influência erudita, como se verifica com o superlativo moderno do italiano, do espanhol e do português.”

Para a expressão do comparativo a linguagem corrente usava os advérbios *magis* e *plus*: *magis bellus*, *plus bellus*. A forma corrente do superlativo se fazia pela anteposição ao adjetivo, principalmente, do advérbio *multum*: *multum bellus*, já freqüente nas obras de Plauto, o que denota uma construção de caráter mais popular. Também em Horácio encontram-se construções populares, como na passagem da Sátira II, 3, 147: “*Hunc medicus multum celer atque fidelis excitat hoc pacto...*” (Seu médico muito rápido e afetuoso o acorda com este aviso...)

Diz-nos também Grandgent: “Los antiguos comparativo y superlativo perdieron poco a poco su significación precisa, empleándose frecuentemente con un mero valor intensivo.”²² E conclui: “En las lenguas románicas se formó un sustituto para el superlativo, anteponiendo al comparativo el artículo definido; es probable que este procedimiento haya existido en el latín vulgar tardío.”

Lembramos que além de *multum* usavam-se para a intensificação os advérbios: *valde*, *satis*, *bene*.

²⁰ *Problemas de Lingüística Descritiva*, pág. 50.

²¹ Theodoro Maurer, *Gramática do Latim Vulgar*, Rio, Livraria Acadêmica., 1959, págs. 102, 103.

²² Grandgent, *Introducción al Latín Vulgar*, 2.ª ed., Madrid, Publicaciones de la Revista de Filología Española, 1952, pág. 66.

Não faltam exemplos das formas analíticas no latim corrente, como:

“... *et ipse locus, id est, summītas montes, non satis grandis est.*”
(*Peregrinatio Etheriae ad loca sancta*).²³

“*Vallem infinitam ingens, planissimam et valde pulchram*” (Idem)

“*Nam litteris satis inquinatus est.*” (Com efeito (ele) está muito descreditado na literatura) (*Satiricon*, de Petrônio, in Diaz y Diaz).²⁴

As línguas românicas, em geral, desconhecem as formas sintéticas de superlativo como podemos constatar pela afirmação de Väänänen: “Tampoco las lenguas románicas tienen una forma especial para el superlativo: it. la cosa più cara; esp. la cosa más cara; port. a coisa mais cara.” “La forma en -issimus foi reintroduzida no italiano, español y portugués”.²⁵

Sobre a formação do superlativo em português há lições de mestres da língua dentre os quais citamos dois: Said Ali e Evanildo Bechara.

Said Ali:²⁶ “Para traduzir o superlativo intensivo dois processos se nos oferecem à escolha: antepor ao adjetivo um advérbio de intensidade: muito, extremamente, consideravelmente, etc, ou acrescentar o sufixo -íssimo.

O superlativo formado por meio do sufixo -íssimo é de origem erudita. A par desta formação sintética em -íssimo, existem superlativos em -imo tomados igualmente ao latim: humílimo, celebérrimo, etc.”

Bechara:²⁷ “O sufixo -íssimo é recente na história do português e se deve a um empréstimo do latim, durante o Renascimento, com auxílio do italiano, responsável pela recuperação do sufixo. Na linguagem coloquial, se desejamos que o superlativo absoluto analítico seja mais enfático, costumamos repetir a palavra intensiva: Ele é muito mais cuidadoso, ou se buscam efeitos expressivos mediante a ajuda de criações sufixais imprevistas como -ésimo.”

Além do sufixo -ésimo, como em finésimo, popularizou-se a forma -rimo, inicialmente com valor pejorativo: infamérrimo, chatérrimo. Hoje tem uso generalizado na linguagem corrente: bacanérrimo, lindérrimo.

Deve-se lembrar que a idéia de intensificação pela repetição já ocorria no português antigo, de que são exemplos:

²³ Idem, *Apêndice*, págs. 296 e 299.

²⁴ Diaz y Diaz, *Antología del Latin Vulgar*, Madrid, Editorial Gredos, 1950, pág. 123.

²⁵ Väänänen, *Introducción al Latin Vulgar*, Madrid, Editorial Gredos, 1968, pág. 192.

²⁶ Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., S. Paulo, Edições Melhoramentos, 1964, págs 82, 83.

²⁷ Evanildo Bechara, op. cit., pág. 149.

- “Deus a fez de mui gram valor” (Cantiga de D. Dinis)
- “Que dos mui muitos ciúmes
Nasce o mui muito amor” (Gil Vicente)

A língua portuguesa ainda possui outros recursos para a intensificação da idéia superlativa:

- “Quando eu era pequeno
Muito pequeno mesmo” (Jorge de Lima, *Ancila Negra*)
- “Muito enganado o mal enganado está” (Rui Barbosa, *Réplica*, in *Antologia* de Fausto Barreto).
- “Que eu, se tenho nos olhos malferidos...” (Machado de Assis, *A Carolina*).

Nos dois exemplos mal traduz intensificação, idéia superlativa.

Voltemos, agora, à lição de Mattoso Câmara que descreve a formação de grau na seguinte passagem da obra: *Problemas de Lingüística Descritiva*:²⁸

“Os adjetivos em português apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de morfema derivacional o alto grau de qualidade que expressam: tristíssimo (de triste); fácilimo (de fácil); nigérrimo (de negro). Não é flexão de grau pois faltam-lhe as condições estabelecidas, como:

1º) Não há obrigatoriedade no emprego desses adjetivos com morfema de superlativo ou grau intensivo. É a rigor uma questão de estilo ou preferência pessoal.”

Seriam exemplos dessa possível escolha: Ele é queridíssimo, ele é muito querido, ele é muitíssimo querido, ele é bastante querido.

2º) “Em segundo lugar, estamos muito longe de uma sistematização coerente, para todos os adjetivos ou pelo menos para uma classe formal bem definida, como sucede com a flexão de plural com os adjetivos portugueses em geral e para a flexão de feminino com os adjetivos terminados em -o”

A inclusão de grau na derivação tem tido a acolhida de outros grandes mestres nacionais e estrangeiros, dentre os quais, cito:

Evanildo Bechara²⁹

Graus do substantivo: “Os substantivos apresentam-se com a significação aumentada ou diminuída, auxiliados por sufixos derivacionais.”

²⁸ op. cit, págs. 49, 50.

²⁹ op. cit, págs. 140 e 148.

“A NGB, confundindo flexão com derivação, estabelece dois graus de significação do substantivo: aumentativo e diminutivo. A derivação gradativa do substantivo se realiza por dois processos, numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão.”

Graus do adjetivo: “Há três tipos de graduação na qualidade expressa pelo adjetivo: positivo, comparativo e superlativo. Como já dissemos, a gradação em português se expressa por mecanismo sintático ou derivacional” (o grifo é nosso)

Walmírio Macedo:³⁰

“Outro aspecto que é importante ressaltar é que o grau é uma derivação e não uma flexão, como é geralmente conhecido.” (o grifo é nosso)

Manuel Pinto Ribeiro:³¹

“... o grau é um processo de derivação, quando é expresso por meio de sufixos chamados derivacionais. Portanto, não se deve confundir a flexão com a derivação.”

Andre Martinet:³²

Ao caracterizar afixo, Martinet explica que precisamos comprovar “se o monema pertence a uma série aberta (que hoje talvez comporte um número reduzido de unidades, mas susceptível de aumentar) ou a uma série fechada.”

Observa ainda que “não se procura saber quantos sufixos há em português susceptíveis, como *-inho*, de formar substantivos a partir de substantivos, porque eles constituem um sistema suficientemente elástico para a cada passo poder aparecer novo sufixo do mesmo tipo.” E conclui: “Parece pois haver interesse em ver nos afixos um tipo particular de lexemas.”

Diante das argumentações apresentadas e dos critérios esposados por grandes nomes nacionais e estrangeiros, incluindo a noção de grau no processo de derivação, constatamos que as lições de Mattoso Câmara foram bem assimiladas pelos verdadeiros pesquisadores.

Aqueles que criticam as idéias de Mattoso Câmara deveriam conhecer melhor os ensinamentos do mestre que, apesar de não estar mais entre nós, ainda tem discípulos que o defendam.

³⁰ op. cit, pág. 123.

³¹ Manuel Pinto Ribeiro, *Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*, 13.ª ed., Rio, Metáfora Editora, 2003, pág. 160.

³² Andre Martinet, *Elementos de Linguística Geral*, (trad.) Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1964, págs 135, 136.

ARS RECTE LOQUENDI:

CONSTITUIÇÃO DA GRAMÁTICA BRASILEIRA NOVECENTISTA

Mauricio Silva
FMU-SP

Qualquer estudo lingüístico a que se queira dar um estatuto mínimo de cientificidade, isto é, viabilizar a constituição de suportes teóricos e metodológicos, com vista à aplicabilidade de seus conceitos fundamentais, requer uma explanação com o intuito de estabelecer os limites dentro dos quais o pesquisador deverá atuar em seu empreendimento analítico. Esse mesmo princípio, portanto, deve reger os estudos acerca de um conceito tão polissêmico quanto o de *gramática*, cujo sentido pode variar de acordo com as perspectivas analíticas adotadas já na definição do que possa ser considerado – primeiro, numa perspectiva conceitual e, depois, histórica – o discurso gramatical.

Conceitualmente, a gramática pode ser definida como uma “ciencia que estudia el sistema de una lengua”; ou, em termos mais específicos, um “system by which the words and morphemes of a language are organized into larger units, particularly into sentences, perceived as existing independently of any attempt at describing it”.¹ Tal descrição padece, a nosso ver, dos limites da própria funcionalidade da gramática, já que, do ponto de vista pragmático, a gramática adquire sentidos, muitas vezes, diversos daqueles aqui expostos.

Historicamente, a gramática conheceu uma gama bastante variada de proposições definitórias: confundindo-se, a princípio, com a lógica, dela se desvinculou num esforço independentista de marcar território no campo dos conhecimentos humanos, para, em seguida, adquirir estatuto de “ciência” autônoma, passando então a englobar as três vertentes fundamentais da lingüística estruturalista: a fonético-fonológica, a morfossintática e a semântica.²

¹ Respectivamente, CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de Términos Filologicos*. Madrid, Gredos, 1974, p. 213; e TRASK, R. L. *A Dictionary of Grammatical Terms in Linguistics*. Londo/New York, Routledge, 1993, p. 121.

² Para uma discussão acerca do estatuto de cientificidade da gramática na antigüidade, consultar AUROUX, Sylvain. “De la ‘technê’ au calcul: la question de la scientificité de la grammaire”. In: NIEDEREHE, H.-J. and KOERNER, K. *History and Historiography of Linguistics. Studies in the History of the Language Sciences*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, Vol. 51: 3-17, 1990.

Unindo as perspectivas conceitual e histórica, alcançamos uma definição da gramática mais adequada aos nossos propósitos e, pragmaticamente falando, mais operatória. Assim sendo, dispensando, a princípio, uma clivagem ideológica que contrapõe, num mesmo plano social, os adeptos da *gramática tradicional* e da *gramática da fala*, podemos estabelecer alguns critérios, a partir dos quais uma noção mais precisa de gramática possa ser forjada.

O primeiro critério que podemos adotar é aquele a que, convencionalmente, podemos chamar de *cronológico*. Assim, desse ponto de vista, a gramática pode ser diacrônica ou sincrônica, segundo os limites dentro dos quais se situa seu cabedal de preocupações lingüísticas e a perspectiva adotada para a exposição dos fenômenos da linguagem verbal. É, portanto, no âmbito da diacronia que se inserem tanto a *gramática histórica* quanto a *gramática comparativa*, dois conceitos que conquistaram maior visibilidade a partir de meados do século XIX. A rigor, portanto, pode-se dizer que a gramática histórica é a “apresentação metódica da história interna de uma língua”, enquanto a gramática comparativa seria a aplicação metódica “do comparatismo a uma família lingüística”.³

Levando em consideração um segundo critério definitório, o teórico, que nasce sobretudo da inserção da gramática nos limites da sincronia, podemos dizer que existem a *gramática geral* e a *gramática específica*, sendo a primeira destinada aos estudos dos princípios lingüísticos gerais, entendendo-se por esse conceito o que Dubois definiu como “description complète de la langue, c’est-à-dire des principes d’organisation de la langue”; ou o que Bussman considerou como “systematic description of the formal regularities of a natural language”.⁴ Já a definição da gramática específica confunde-se com a própria definição do conceito de gramática, tal e qual foi aqui exposto anteriormente, com a ressalva de que se trata de um sistema organizado de fatos lingüísticos de um determinado idioma, procurando expor tudo o que, *especificamente*, lhe diga respeito. Neste sentido, poder-se-ia defini-la a partir do mesmo conceito que Greimas utilizou para a gramática genericamente falando, em sua tentativa de diferenciá-la do que chamou de gramática semiótica: “description des modes d’existence et de fonctionnement d’une langue naturelle”.⁵

³ CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática Referente à Língua Portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 130. Consultar também ROCA-PONS, J. *Introducción a la Gramática*. Barcelona, Teide, 1976.

⁴ DUBOIS, Jean et Alii. *Dictionnaire de Linguistique et des Sciences du Langage*. Paris, Larousse, 1994, p. 226; e BUSSMANN, Hadumond. *Routledge Dictionary of Language and Linguistics*. London/New York, Routledge, 1996p, 194.

⁵ GREIMAS, A. J. et COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire Raisonné de la Théorie du Langage*. Paris, Hachette, 1979.

É nos limites do que aqui denominamos gramática específica que podemos refinar nossa definição, adotando para tanto um terceiro critério: o critério metodológico, segundo o qual se podem depreender mais dois tipos de gramática, a *gramática descritiva* e a *gramática normativa*. Numa perspectiva histórica, pode-se dizer que desde a antigüidade clássica, já se assistia – sobretudo na antiga Grécia e em particular na obra de Aristóteles – ao embate, ainda iminente, entre concepções diversas das funções da linguagem, as quais levariam, na Roma imperial, à consideração da gramática como uma *ars recte loquendi*,⁶ evidentemente considerando *arte* no entendimento clássico de *técnica*. Na Idade Média, chegou-se, a partir dessa consideração, à dicotomia entre uma gramática fundamentalmente “pedagógica”, representada por Donato, e uma gramática essencialmente normativa, representada por Prisciano, mas é mesmo a partir da Era Moderna, em particular com o advento do Renascimento, que se pôde falar em termos de uma consistente e massiva gramatização, o que redundaria numa distinção mais funcional dos conceitos de normativismo e descritivismo.⁷

Finalmente, como complemento dessa última exposição e último critério distintivo, pode-se afirmar que, sobretudo no que concerne ao conceito de gramática normativa, é possível ainda arriscar um desdobramento que resulte na ocorrência de dois outros tipos de gramática: a *normativa pedagógica*, que não são senão os célebres manuais didáticos, isto é, livros “preparados com a clara intenção de adoção em sala de aula, por isso mesmo com apresentação de exercícios após a lição teórica”;⁸ e a *normativa teórica*, aquela que, sem uma explícita intenção didática, procura registrar regras e preceitos voltados para o uso supostamente correto de um determinado idioma, a partir de uma variante culta que se constitui, assim, na norma padrão da língua.

Evidentemente, na prática, os fatos não se nos apresentam tão simples assim, nem tão esquemáticos, podendo haver divergências de concepção e fatura, intersecções profundas e contatos superficiais entre o que aqui considera-

⁶ Cf. STEFANINI, Jean. *Histoire de la Grammaire*. Paris, CNRS, 1994. Consultar também, para a concepção e desenvolvimento da gramática na antigüidade clássica, PEREIRA, Marcos Aurélio. *Quintiliano Gramático. O Papel do Mestre na Institutio Oratoria*. São Paulo, Humanitas, 2000; e MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*.

⁷ Cf. AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, Unicamp, 1992. Para a consideração do Renascimento como uma época marcada pela cisão, de fato, entre gramática normativa e gramática descritiva, consultar também MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no Ensino de Português: A Língua que se Fala X a Língua que se Ensina*. São Paulo/Bahia, Contexto/UFB, 1997.

⁸ MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática na Escola*. São Paulo, Contexto, 1994, p. 22.

mos descritivismo, por um lado, e normativismo teórico e pedagógico, por outro. A bem da verdade, parece ponto pacífico entre os pesquisadores do assunto ou para o observador mais atento o fato de que toda gramática normativa apresenta certo grau de descrição da língua, da mesma maneira que qualquer gramática descritiva, ainda que não seja esse seu propósito final, traz subentendido modos exemplares de atualização lingüística.⁹ Semelhante ocorrência talvez se deva ao fato de que, a rigor, as gramáticas que aqui denominamos normativas são, na verdade, aquelas que procuram *descrever* um determinado padrão lingüístico, nesse caso, a norma culta do português, motivo pelo qual, mesmo adquirindo certo viés descritivista, a gramática não deixar nunca de ser, e até certo ponto, normativa:

“a tarefa do gramático se desdobra em *dizer o que é a língua*, *descrevê-la* e, ao privilegiar alguns usos, *dizer como deve ser a língua*. Na verdade, a conjunção do descritivo e do normativo efetuada pela gramática tradicional opera uma redução do objeto de análise que, de intrinsecamente heterogêneo, assume uma só forma: a do uso considerado correto da língua”.¹⁰

É preciso ressaltar ainda que, com o avanço das teorias lingüísticas ao longo do século XX, assiste-se a uma nova etapa do processo de gramatização da língua portuguesa, em que o ideário lingüístico *evolucionista* é substituído por diretrizes *estruturalistas* que passam a servir de fundamento científico à criação de novas gramáticas do português. Neste sentido, a inauguração do novo século marca também a eclosão da gramaticografia da língua portuguesa, estabelecendo novos protocolos de uso desse idioma e instaurando, em definitivo, o processo de constituição da gramática portuguesa novecentista no Brasil. A partir destas observações preliminares, portanto, poder-se-ia arriscar uma distinção mais sistemática dos períodos em que se subdividiram os trabalhos dos gramáticos no Brasil, os quais aliás não foram os responsáveis diretos apenas, como sugerimos há pouco, pela constituição da gramática brasileira novecentista, mas também pela institucionalização de seu ensino.

*

Inaugurado, no que diz respeito aos estudos lingüísticos, sob a inspiração de idéias defendidas por nomes como os de William Jones, Jakob Grimm,

⁹ Tal concepção da gramática vem sugerida, por exemplo, em MOURA NEVES, Maria Helena de. *A Gramática. História, Teoria e Análise, Ensino*. São Paulo, Unesp, 2002.

¹⁰ PETTER, Margarida. “Linguagem, Língua, Lingüística”. In: FIORIN, J. Luiz (org.). *Introdução à Lingüística*. São Paulo, Contexto, 2002, p. 11-24.

Rasmus Rank e Wilhelm von Humboldt, para citarmos apenas os mais expressivos, o século XIX teve no método histórico-comparativo seu principal modelo teórico de análise e investigação da linguagem humana, fazendo desse ideário um campo promissor de pesquisas que ultrapassariam o âmbito específico da lingüística e concorreria diretamente para a posterior clivagem nos estudos lingüísticos, promovida pela figura emblemática de Ferdinand de Saussure.

Antes, porém, de os estudos lingüísticos adquirirem estatuto plenamente científico, proporcionaram a eclosão de uma série de gramáticas que, no Brasil, tiveram no método histórico-comparativo decimonônico sua principal referência teórica e fonte de inspiração. Assim, no meio século que intermedeia os anos de 1880 e 1930, prevaleceu uma tendência gramatical de clara inspiração positivista, marcando uma autêntica inflexão na escrita gramatical que vinha se estendendo ao longo de todo o século XIX, cuja referência era, seguramente, a gramática filosófica de *Port-Royal* (1660).

É assim que, em 1881, Júlio Ribeiro publica sua *Grammatica Portuguesa*, que, por ser de extração positivista, consolida no Brasil uma concepção da linguagem como um conjunto de regras científicas, *positivas*, que devem ser seguidas como *normas prescritivas* invariáveis. Essa tendência – que assinala um longo período normativista da gramaticografia brasileira – estende-se até por volta da década de 1930, quando novas propostas lingüísticas, pautadas sobretudo na fatura literária de alguns modernistas, embora já presentes na prosa gramaticalmente irreverente de autores que os precederam, são forjadas, tendo por pressuposto a insubordinação frente as normas gramaticais puristas. Desse modo, o período que se inicia nas duas últimas décadas do século XIX e abarca as três primeiras décadas do século XX aponta para um saber metalingüístico que ainda ressuma um lastro positivista de herança lusitana (Adolfo Coelho, Teófilo Braga), apresentando como principais características de seu ideário lingüístico – o qual incidirá direta e indiretamente sobre a fatura gramatical – as querelas lingüísticas que se apoiavam na defesa do purismo, as reformas ortográficas que propunham uma simplificação de natureza fonêmica e as discussões lexicais acerca de estrangeirismos e neologismos por empréstimo.¹¹ Tudo isso acabava por criar uma espécie de cultura normativista a fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil, como sugerem os mais renomados gramáticos do período.

¹¹ Para o fundamento positivista dos estudos lingüísticos, sobretudo gramaticais, inspirados por Adolfo Coelho e Teófilo Braga, consultar BECHARA, Evanildo. “A Tradição Gramatical Luso-Brasileira”. *Confluência*. Rio de Janeiro, No. 10: 66-76, 1995 (publicado posteriormente em GÄRTNER, Eberhard (ed.). *Pesquisas Lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt am Main/Madrid, Vervuert/Iberoamericana, 1997, p. 09-19).

Por isso, dos vários nomes que compõem a tradição gramatical brasileira, aqueles que se agrupam nos limites dos cinquenta anos aqui determinados formam um grupo distinto não apenas por se situarem nesse período nomes que serviriam de modelo teórico para toda a gramaticografia brasileira vindoura, mas principalmente por se tratar de uma época mediadora entre um modelo gramatical calcado numa tradição clássica de natureza filosófica – da qual a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa, viria a ser uma das mais expressivas representantes – e uma nova perspectiva lingüística, vigente durante quase todo o século XX, de natureza científica.¹²

O período ao qual estamos nos referindo congrega, portanto, figuras de inestimável grandeza no conjunto de autores de gramáticas produzidas no Brasil, a começar pelo primeiro grande nome da época, Júlio Ribeiro – aquele que, de fato, inaugurou, no âmbito das construções gramaticais, o método histórico-comparativo no Brasil¹³ –, passando por gramáticos como João Ribeiro (*Gramática Portuguesa*, 1887), Maximino Maciel (*Gramática Analítica*, 1887) Pacheco Silva e Lameira Andrade (*Gramática da Língua Portuguesa*, 1887), Eduardo Carlos Pereira (*Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, 1907) e outros que, se do ponto de vista teórico se espelharam, como dissemos, nos pressupostos teóricos positivistas que avançaram século XX adentro, do ponto de vista prático, apoiaram-se nas mudanças promovidas no ensino brasileiro, a partir de 1870, sobretudo com a atuação de Fausto Barreto na direção do Colégio D. Pedro II.¹⁴

¹² Consultar FÁVERO, Leonor Lopes. “A Produção Gramatical Brasileira no Século XIX – Da Gramática Filosófica à Gramática Científica”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *O Discurso do Descobrimto: 500 e mais anos de discurso*. São Paulo, Edusp, 2000, p. 181-191.

¹³ A publicação da gramática de Júlio Ribeiro marca, segundo Leonor Lopes Fávero, a inauguração do período científico de nossa gramaticografia (FÁVERO, Leonor Lopes. “Gramática é a Arte...”. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das Idéias Lingüísticas. Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas/Cáceres, Pontes/Unemat, 2002, p. 59-70). Consultar também CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Niterói, UFF, 2000.

¹⁴ Para a consideração do ideário positivista, nos limites dos estudos lingüísticos, como modelo teórico anacronicamente manifesto no século XX, consultar LIGHTFOOT, David. “How Long was the Nineteenth Century”. *Delta. Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. Unicamp, Campinas, Vol. 16, Número Especial: 81-98, 2000. Sobre o papel de Fausto Barreto nas mudanças no direcionamento do ensino do português no Brasil, consultar RAZZINI, Márcia de Paula Gregorio. “A Antologia Nacional e a Ascensão do Português no Currículo da Escola Secundária Brasileira”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, No. 35: 59-71, Jul. 2002.

É nessa época e com esses autores que as gramáticas brasileiras adquirem legitimidade enquanto fonte autoral de saber metalingüístico,¹⁵ aquisição cuja gênese encontra-se numa indefectível reação em cadeia: se num primeiro momento constata-se que a escrita das gramáticas nacionais baseia-se nos fundamentos científicos advindos dos estudos lingüísticos europeus, sendo tais fundamentos empregados sob a perspectiva da diferenciação entre o português brasileiro e o lusitano, num segundo momento verifica-se o reconhecimento desse saber metalingüístico pela sociedade, concedendo às gramáticas brasileiras uma legitimidade institucional.

É somente a partir da década de 1930 que se instaura um novo período de estudos da língua portuguesa, dando outros contornos à gramaticografia brasileira e estendendo-se até por volta da década de 1960. Trata-se de uma fase intermediária entre a abordagem histórico-comparativa da fase antecedente e uma vindoura perspectiva estruturalista. Seus mais relevantes princípios lingüísticos podem ser resumidos em pressupostos que assinalam, aliás, um abandono paulatino do lastro positivista característico do período anterior, sem contudo assimilar integralmente propostas estruturalistas já antevistas no cenário lingüístico nacional a partir da década de 40, por exemplo na gramática de um Souza Lima:¹⁶ a valorização do registro brasileiro da Língua Portuguesa; a liberdade lógico-formal do idioma, numa mudança de paradigma que começa a passar – mas de forma ainda muito tímida – do normativismo para o descritivismo; o relativo antilusitanismo como princípio e expressão de um ideário lingüístico nacional. Trata-se de um período que, no âmbito dos estudos da linguagem, tem seus limites assinalados sobretudo pela presença dominante – num referencial mais remoto – de filólogos como Sousa da Silveira e Said Ali e – num referencial mais recente – de lingüistas do porte de Mattoso Câmara.

É, portanto, nessa quadra dos estudos lingüísticos aqui produzidos que se assiste à passagem de uma perspectiva histórico-filológica para uma perspectiva estruturalista, o que irá condicionar de modo determinante a produção de gramáticas no Brasil a partir de meados do século XX. Neste sentido, pode-se afirmar com segurança que Mattoso Câmara coloca-se como um inaugurador da abordagem estruturalista nos estudos da língua portuguesa, marcando uma verdadeira inflexão no desenvolvimento do ideário lingüístico que iria, posteriormente, servir de fundamento teórico-metodológico para gramáticas que apareceriam a partir de meados do século XX:

¹⁵ Cf. ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Lingüístico. Para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.

¹⁶ Cf. KEHDI, Valter. “Mário Pereira de Souza Lima - Gramática Portuguesa”. *Confluência*. Rio de Janeiro, No. 07: 39-43, 1994.

“uma das mais importantes mudanças detectadas nos estudos lingüísticos no Brasil (...) foi a procura de um embasamento teórico e metodológico em outros referenciais que não aqueles advindos da tradição filológico-portuguesa (...) Os estudos lingüísticos efetuados no Brasil passaram a clamar por um outro estatuto de cientificidade após a introdução, ainda que tardia e descontínua, do estruturalismo.”¹⁷

Entre mais ou menos 1930 a 1960, portanto, gramáticos como Souza Lima (*Gramática Portuguesa*, 1937), Silveira Bueno (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*) ou Rocha Lima (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*) perfizeram um caminho que vai, aos poucos, abandonando os pressupostos histórico-comparatistas da gramática *expositiva* (epíteto dado, por exemplo, às gramáticas de um Eduardo Carlos Pereira ou um Artur de Almeida Torres) para adotar os pressupostos estruturalistas da gramática *normativa* do português.

Data, assim, dos anos que estão no entorno da década de 1960 o surgimento de uma série de fatos circunstanciais que permitirão uma mais profunda mudança de paradigma na gramaticografia brasileira, os quais parecem ter sido mais responsáveis pelo desenvolvimento do descritivismo gramatical do que pelo arrefecimento completo do normativismo, fazendo com que ambos os domínios da gramática passem a conviver nem sempre de forma pacífica. Cronologicamente falando, tais fatos poderiam ser identificados como a elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1958), a inclusão da Lingüística no currículo do Curso de Letras de universidades renomadas, como a Universidade de São Paulo (1965) e a Universidade de Campinas (1971)¹⁸ e a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases dos ensinos fundamental e médio (1971). Consolida-se definitivamente, nesse período, a perspectiva estruturalista na gramática brasileira, já verificada de modo ainda incipiente desde a década de 1930, mas cujo impulso definitivo fora dado por obras como os *Princípios de Lingüística Geral* (1941), de Mattoso Câmara.

Assim, de 1960 aos anos mais recentes, gramáticos como Celso Cunha (*Gramática do Português Contemporâneo*, 1970), Celso Pedro Luft (*Moderna Gramática Brasileira*) ou Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*, 1961) tornaram possível a institucionalização de uma nova gramaticografia nacional, preparando o terreno e abrindo caminhos para um processo, ao mesmo tempo, de atomização e vulgarização de gramáticas diversas, cujos

¹⁷ ALTMAN, Cristina. *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo, Humanitas, 1998, p. 117/125.

¹⁸ Cf. GUIMARÃES, Eduardo. “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira”. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs). *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas, Pontes, 1996, p. 127-138.

princípios teóricos vão do enfoque funcionalista ao descritivista, passando pelas abordagens pragmáticas (*gramática de usos*) ou sociolingüísticas (*gramática do português falado*).¹⁹

Consolida-se, portanto – mas sem poder dar-se por concluído – mais um ciclo de produção de nossa gramaticografia, marcando assim o desfecho mais recente no longo e complexo processo de constituição da gramática brasileira novecentista.

Resumo

O presente artigo tem o propósito de analisar a constituição da gramática no Brasil, propondo uma distinção sistemática dos períodos em que se subdividiram os trabalhos dos gramáticos durante o século XX, os quais não só foram os responsáveis diretos pela constituição da gramática brasileira novecentista, mas também pela institucionalização de seu ensino.

Palavras-chave

Gramática, Língua Portuguesa, periodização, ensino do Português.

Abstract

The present article analyses the constitution of the grammar in Brazil during the XX century, and points out to aspects of the institutionalization of brazilian education since the turn-of-the-century.

Key words

Grammar, Portuguese, education, Brazil

¹⁹ Cf. ELIA, Sílvio. “Sobre as Novas Gramáticas”. *Confluência*. Rio de Janeiro, 1º semestre, No. 03: 43-51, 1992; CANIATO, Benil de Justo L. “A Gramática de Língua Portuguesa (Pós-NGB) no Brasil. Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*”. In: CUNHA, Maria Helena Ribeiro da (org.). *Atas do I Encontro de Centros de Estudos Portugueses do Brasil*. São Paulo, Humanitas, Vol. 01: 53-60, 2001; e KEHDI, Valter. “Considerações em torno da *Moderna Gramática Portuguesa*, do Prof. Evanildo Bechara”. *Confluência*. Rio de Janeiro, No. 21: 34-45, 2001.

CULTURA E RESISTÊNCIA

Opázia Chain Feres
UFF

“Toda ciência progride sobre os patamares e não sobre os escombros dos ensinamentos anteriores”¹

A FIEO – Fundação Instituto de Ensino para Osasco – acertou em cheio ao publicar, em 2001, *Estudos de Literatura, Filologia e História*, mais um fruto precioso do convívio contínuo e profícuo com a Cultura, de um Mestre talhado para seu ofício: Segismundo Spina.

Trata-se de uma antologia de trabalhos que vieram ao conhecimento dos leitores entre 1957 e 1991, principalmente através do *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo*, com exceção do último ensaio, de História, inédito.

Spina, por temperamento e convicção, passa ao largo do jargão acadêmico e da paralisia do pensamento engendrada pela censura do “politicamente correto”. Usa uma linguagem coloquial e simultaneamente alta, impregnada cá e lá de uma ironia fina. Ensina e faz rir – às vezes gargalhar: o riso brota, espontâneo, diante de expressões de uma invejável franqueza como “positivismo irritante”, “crítica (...) do azedo Padre”, “dedicação estóica” – (que requer a leitura de Durão); diante de um “Prontuário de frases para todos os usos a fim de preencher o vazio do nada”; diante da deliciosa e certa indiscrição na menção a bastidores de uma crítica de encomenda...

Mas sobretudo transborda do Livro um amor visceral pela poesia: “(...) aquele mistério inefável da Poesia é o mesmo mistério, o mesmo sortilégio, a mesma doçura que existe no mundo encantado da Música. A Poesia se desprende da irmã, mas herdou-lhe as leis de sua constituição e o mistério de seu mundo subterrâneo” (p.244).

É ocioso mencionar o valor dos escritos, tratando-se de Spina, cuja vocação para a polêmica é posta a serviço da inteligência da arte, do homem e da civilização, validando a cultura intelectual segundo sua vocação precípua: “fazer ver (...) as verdadeiras e inteligíveis relações das coisas” (p.33).

¹ Sílvio Elia, apud SPINA, Segismundo. *Estudos de Literatura, Filologia e História*. Osasco: FIEO – Fundação Instituto de Ensino para Osasco, 2001, 480p. (p.440)

A primeira parte do Livro, que abarca trabalhos sobre a Literatura, vai-nos brindando com análises generosas, solidamente assentadas na Filosofia, na História, na Estética: entre os autores em foco, brilham Camões, Castiglione, D. Francisco Manuel de Melo, Santa Rita Durão, José de Alencar, Anchieta, António Ferreira e tantos outros. Na respectiva investigação vêm à cena o neoplatonismo renascentista e a tipologia humana do período; a penetração de heterodoxias em Portugal; a crença num Portugal renascido no Brasil; a sondagem e o reconhecimento da poesia, na prosa; o despojamento de um observador atento, que contribui com seu legado, para o conhecimento da etnografia nacional; a formulação renovada dos fundamentos da Estética Clássica...

Os *Estudos* integram um texto no seu passado, explicitando a tradição na qual se insere e onde avança: é amplo o exame das fontes de cada autor e, tantas vezes, de cada trecho de uma obra (como em “Uma Cronologia do Poema Camoniano”); é segura e penetrante a confrontação da verdade histórica com aquela poética; é instigante a identificação da sobrevivência do trovadorismo e o acompanhamento da gênese das imagens poéticas...

O Autor faz atuais as lições da Retórica Clássica e acentua a importância de se atentar ao parentesco entre as artes. Relembra a evolução do conceito de Literatura e harmoniza Crítica Literária e Filologia. Biografando gigantes, examina obras fundamentais na cultura ocidental – sejam seus autores gregos ou latinos, sejam eles portugueses, espanhóis, franceses, italianos, alemães ou brasileiros. Une Brasil e Portugal na senda dos grandes da Antigüidade com uma bagagem de conhecimentos que vai desde os princípios metafísicos da arte clássica e sua visão de mundo até a análise aritmética do ritmo de um verso, em consonância com a alta missão do filólogo que “se ocupa de povos que se elevaram acima do estado de barbárie e chegaram com manifestações artísticas ou culturais a um grau notável de civilização” (Francesco Semi, citado no original italiano, à p.388).

A Filologia que se descortina é aquela “(...) na sua função transcendente, isto é, quando o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, um objeto de exegese gramatical, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo interpretar a vida espiritual de um povo (...), de uma comunidade (...) de uma civilização” (p.336).

Alguns trabalhos são, literalmente, “aviso aos navegantes”, como a denúncia da deturpação do *Dicionário do Moraes* de 1813 na sua versão de 1959 ou da obscuridade que tem por função encobrir o vazio das idéias em tanta parte da “cultura” acadêmica de hoje.

Alguns relatos, que ilustram os *Estudos*, serão novidade para muitos leitores: como o de um D. Pedro II conhecedor do árabe e do hebraico, estudioso

da Literatura e literato de valor; como o do grego e do latim – falados com esmero no Portugal do século XVI...

O estudo de História investiga a gênese de Roma seguindo as pegadas da civilização etrusca e aponta uma permanência dessa civilização oriental naquela dos latinos e, a partir destes, em nossa cultura.

Não fosse o verdadeiro boicote à tradição em que se ancora a nossa vida e que resultou no vazio de pontos seguros de referência em meio ao vozerio avassalador da grosseria e, na ribalta, merecedor das atenções de vasto público, estariam, sem dúvida, Spina e seu(s) livro(s).

Com efeito, Camões – pai da moderna Língua Portuguesa e poeta fundador de Portugal – é a estrela maior a merecer grande parte dos estudos em apreço. E nossa população, há décadas, não recebe, da Escola ou do Ar, estímulo para leitura e exame da obra camoniana, substituída que foi, junto às de tantos poetas, escritores, dramaturgos pela invasão demolidora da banalidade, do cotidiano, da “língua falada”: a Cultura, antes ao alcance de quantos passassem pelo curso secundário (para não dizer menos que secundário) ou de quantos estivessem atentos aos grandes temas que empolgaram gerações, resultou confinada a um círculo restrito de iniciados...

Não se diz mais do que muito pouco sobre este livro “recordatório”. Lembremos, apenas e por fim, sua riqueza bibliográfica, tantíssimas sugestões de pesquisa e tantas sendas apontáveis como exemplos a seguir: em Spina, a busca da perfeição não é renascentista ou medieval mas realidade efetiva e presente.

PROBLEMAS DA LÍNGUA: UMA OLHADA NOS “DÉFICITS” LINGÜÍSTICOS DE SEUS USUÁRIOS*

José Rogério Fontenele Bessa
UFCE

Resumo

Estudo resultante de uma reflexão em torno de duas questões: 1) a propriedade e o alcance da expressão **problemas da língua**; e 2) o caráter fictício e/ou real do <<déficit>> **lingüístico**. Divide-se em quatro partes, assim enumeradas e designadas: 1. Consideração introdutória; 2. Identificação de alguns tipos de problemas; 3. ‘Déficits’ lingüísticos: perspectivação teórica e realidade; e 4. Apreciação final. Após o exame das questões, levado a cabo nas segunda e terceira partes, chega-se, na Apreciação final, a algumas conclusões, entre as quais se destacam as seguintes: é equívoca a expressão **problemas da língua** e o ‘déficit’ **lingüístico**, longe de constituir um mito, é uma realidade.

Abstract

*Study resulting from a reflection around two questions: 1. the property and the wideness of range of the expression **problems of language**; and 2. the real and/or imaginary character of the **linguistic ‘deficit’**. It is divided in four parts as follows: 1. Introductory account; 2. Identification of some types of problems; 3. Linguistic ‘deficits’: theoretical outlook and reality; and 4. Final appreciation. Subsequent to the appraisal of the questions carried out in the second and third parts, one comes, at the Final appreciation, to a few conclusions, among which the following ones stand out: the expression **problems of language** is erroneous and the so-called **linguistic ‘deficit’**, far from being a myth, is something that really exists.*

* Trabalho apresentado aos participantes da IV SEMANA DE LETRAS, intitulada *Problemas da Língua e das Letras* e realizada, no Campus da Betânia – UVA, no período de 22 a 26 de outubro de 2001.

1. Consideração introdutória

Neste estudo, propomo-nos: 1) aquilatar a propriedade e o alcance da expressão *problemas da língua* mediante a identificação de situações e dificuldades a que se aplicaria; e 2) enfocar, com base em breve apreciação de duas perspectivas teóricas antagônicas, o problema dos <<déficits>> lingüísticos. A consecução destes objetivos poderá ensejar mais adiante, tanto de nossa parte quanto das de outros pesquisadores, uma reflexão mais profunda e mais detalhada que tenha em vista, no âmbito da Língua Portuguesa, uma planificação lingüística voltada para as reais necessidades dos usuários.

Não é de nosso conhecimento a existência de um trabalho sequer nem, muito menos, de trabalhos acerca de tema tão específico como o implícito no título do presente estudo. Esta presumível lacuna na literatura lingüística por si só justificaria esta reflexão sobre as situações e dificuldades aludidas no primeiro objetivo acima enunciado. Quando este argumento não seja válido, lembramos o da necessidade de questionamento do caráter equívoco ou não-equívoco e/ou da pertinência ou legitimidade de sua aplicação a fatos estruturalmente não-inerentes à língua, mas simplesmente decorrentes de seu uso em várias instâncias.

E para sermos mais preciso, enunciamos o tema implícito no título do presente estudo do seguinte modo: *Problemas referentes à língua e ao seu uso em diversas instâncias*. Assim, deixa de ser implícito e passa a ter enunciado próprio que não se confunde com o do título. Para desenvolvê-lo, concebemos este estudo que se divide em quatro partes, assim designadas: 1. *Consideração introdutória*; 2. *Identificação de alguns tipos de problemas*; 3. *“Déficits” lingüísticos: perspectiva teórica e realidade*; 4. *Apreciação final*.

Por último, cumpre-nos esclarecer que, à medida que identificamos e declinamos cada problema, opinamos sobre a equivocidade e/ou não-equivocidade, pertinência e/ou legitimidade da expressão em face dele.

2. Identificação de alguns tipos de problemas

Há problemas que não são propriamente da língua, pois que, não sendo de natureza sistêmica, pertencem a outros domínios, como o da ciência por exemplo. Há problemas que dizem respeito ao <<desempenho>> e que podem ser vistos como problemas apenas na ótica de certos observadores, entre os quais se encontram cronistas e repórteres. Todavia, existem os observadores implacáveis, que atuam como censores e entre os quais vamos encontrar como autênticos paladinos: a) os gramáticos normativos; b) os ancestrais destes, que foram e continuam a ser, desde um passado remoto até a modernidade mais recente, os autores de um tipo de estudos que CÂMARA JR. (1975:10) deno-

mina *O Estudo do Certo e Errado*; e c) finalmente, os jacobinos, entre os quais se alinham e pontificam os legisladores que, entre outras coisas, querem principalmente impedir a importação de palavras e banir da língua os estrangeirismos.

Reportar-nos-emos aqui, em primeiro lugar, aos trabalhos enquadrados na categoria do <<certo e errado>>; em segundo, ao problema da <<importação de palavras e estrangeirismos>>; em terceiro, às <<medidas protecionistas com relação à língua>>; e em último lugar, aos <<problemas da ciência>>, de que daremos apenas um exemplo.

2.1. Trabalhos enquadrados na categoria do <<certo e errado>>

Dos que produzem trabalhos que se enquadram na categoria do <<certo e do errado>> estão cheias as academias da língua, convindo notar que fora destas há uma falange numerosa de praticantes. Para CÂMARA JR. (1975:13), << (...) *O Estudo do Certo e Errado* não é ciência. Nada mais é que uma prática do comportamento lingüístico.>> Por esta razão, o lingüista brasileiro enquadra este tipo de estudos na categoria da Pré-lingüística. Já que *O Estudo do Certo e Errado* é como, por outras palavras, o define o referido lingüista, o estudo sistemático dos traços lingüísticos das classes superiores, havemos de convir em que esta categoria de estudo não chega a constituir, na ótica dos observadores neutros, propriamente um problema da língua ou para a língua, tendo-se em conta que ela redundava em valioso serviço de amplo e justificável alcance social. Em quantas e quantas oportunidades – deixemos aqui este testemunho – não tivemos de consultar trabalhos desse tipo com o objetivo de dirimir dúvidas.

Embora o lingüista brasileiro lhe negue qualquer mérito científico, que efetivamente não tem, não é só por sua utilidade social que *O Estudo do Certo e Errado* há de ser levado em conta numa reflexão em torno de problemas que, não sendo propriamente da língua, a esta, direta ou indiretamente, dizem respeito, porque influem em seu futuro, em seu destino e na sua destinação. Os problemas a que nos referimos deixam de sobreaviso todos os técnicos, cientistas sociais e observadores neutros responsáveis pela planificação lingüística. Não só por sua utilidade social *O Estudo do Certo e Errado* precisa ser considerado, senão também por seu caráter de evidenciação de mudança lingüística. Por que, nesse sentido, provêem evidências, este tipo de estudo, embora não-científico, tem alto interesse para a ciência da linguagem. O exemplo ilustrativo mais notório d'*O Estudo do Certo e Errado* é o famoso texto do *Appendix Probi*, de que LEMLE (1995:46-8) se serve não só para apresentá-lo como repositório de formas lingüísticas em transição, mas também, conforme palavras da lingüista (Id. *Ibid.*:47):

(...) para mostrar que o menosprezo de um grupo de falantes pelo modo de falar de outro grupo de falantes é algo que se repete continuamente em todos os tempos, em todas as partes, em todas as sociedades.

O problema por ela aí salientado é de natureza sóciolingüística, mas, de nenhum modo, a disputa lingüística diastrática constitui um problema que seja da língua ou que a esta possa ser atribuída. A mudança lingüística não é, pois, um problema.

2.2. Importação de palavras e estrangeirismos.

Consideremos agora a questão da importação de palavras e a dos estrangeirismos na língua. Não há dúvida de que constituem dois mecanismos de mudança lingüística, contra os quais se insurgem puristas e legisladores. Ningué, todavia, melhor os vê que os observadores neutros. É de PAIVA BOLÉO (1965), competente lingüista português, um estudo muito elucidativo dos problemas da importação de palavras e/ou do *empréstimo* (fr. *emprunt*) e dos estrangeirismos.

No referido estudo, intitulado *O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português*, o lingüista luso, com apoio em teoria do filólogo holandês Salverda de Grave – “em artigo publicado em 1907 nos *Mélanges Chabaneau*” – enfrenta primeiramente as causas da importação, sintetizando-as nestas quatro palavras: *necessidade, maior rigor de sentido, concisão e eufemismo*. É a primeira causa que explica e justifica a importação do nome novo de um novo objeto. É a concisão que justifica a importação de um termo para substituir a perífrase da Língua Nacional (v.g.: “*pijama em vez de fato de dormir*”). É o eufemismo que valida e legitima a importação de um termo com o qual contornamos ou evitamos o sentido acintoso e antipático da perífrase na Língua Nacional. *Cometer uma ‘gaffe’* tem sentido mais ameno que *Cometer um ‘deslize na vida social’*.

O problema dos estrangeirismos, BOLÉO (1965:26) considera-o <<intimamente relacionado com o problema da importação>>, ponderando que, no estudo daqueles, <<um dos primeiros aspectos a considerar é o da sua duração e vitalidade>>. Daí em diante, estabelece cinco variedades de estrangeirismos, que enunciamos aqui do seguinte modo:

1. estrangeirismos de vitalidade limitada a certa época e depois desaparecidos (v.g.: *reprochar*, do fr. *reprocher*);
2. estrangeirismos incorporados na língua e não sentidos como tais (v.g.: chefe);
3. estrangeirismos nacionalizados na forma ou na pronúncia (v.g.: *futebol* (do ing. *foot-ball*));

4. estrangeirismos submetidos a mudança parcial de sentido (v.g.: *lanche*, do ing. *lunch*, ‘refeição do meio-dia’ e ‘refresco’, que, em português, “veio a designar uma pequena refeição da tarde”);
5. estrangeirismos adulterados na boca do povo e tornados irreconhecíveis como tais (v.g.: *biochene*, do fr. *vieux chêne*, ‘tinta de água para escurecer madeira’).

BOLÉO (1965) constitui um significativo estudo da importação de palavras e estrangeirismos na Língua Portuguesa, no qual se mantém imparcial, adotando, como não poderia deixar de ser, a postura de um observador neutro, isto é, a do observador que não toma partido e não revela nenhum preconceito. Digna dos maiores louvores, neste particular, é a sua apreciação dos galicismos. Lendo-a, deduzimos que a Língua Portuguesa não se aviltou nem se abastardou nem perdeu a sua identidade por causa deles. Pelo contrário, renovou-se e se enriqueceu, tendo-se em vista o que nela se incorporou e hoje se explica como um mal em certa época necessário que só bem lhe fez. Esta é a visão do filólogo e gramático esclarecidos e, sobretudo, a do lingüista.

2.3. Medidas protecionistas com relação à língua

Ocorre, no entanto, que hoje vivemos dentro de uma nova ordem mundial. O lingüista, sobretudo, tem que rever a sua posição costumeira ou a sua postura de observador neutro dos fatos. Há de engajar-se numa frente de oposição à ordem avassaladora da globalização.

Daí por que têm que ser vistos de outra forma os problemas abordados no Projeto de Lei n.º 1676, de 1999, de autoria do Deputado Federal Aldo Rebelo. Este Projeto tem a seguinte ementa: <<Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências>>. Projetos desta natureza, como sabemos, não surtiram efeito no âmbito de outras línguas, mas quando ocorreram estes Projetos, outros eram os tempos. Precisamos despertar para a realidade do presente que projeta as sombras de um futuro ameaçador. Cada língua e cada cultura devem transformar-se numa trincheira contra a clonagem lingüística e cultural. Sobre a questão já se pronunciou o pensador, teórico da Literatura e crítico literário Eduardo Portella num artigo intitulado *Cultura clonada e mestiçagem*, que foi publicado na edição de junho de 2000 de *O Correio da Unesco*. Logo no início, lêem-se estas palavras que convidam a uma reflexão urgente:

Levantar hoje a questão da cultura é colocar-se em uma encruzilhada para a qual convergem, embora também se oponham, o avanço da globalização e a persistência das identidades nacionais.

Apesar de as culturas se manterem arraigadas em seus contextos nacionais, torna-se cada vez mais difícil acreditar que os conceitos

tradicionais de identidade, povo ou nação sejam “intocáveis”. De fato, jamais nossas sociedades conheceram rupturas tão generalizadas com tradições centenárias.

A mesma edição de *O Correio da Unesco* traz ainda outros trabalhos, que são de um realismo assustador em virtude das cifras apresentadas. O de Ranka Bjeljic-Babic, intitulado *Seis mil línguas: um patrimônio em perigo*, salienta o declínio da diversidade lingüística no mundo. Não parece ser de nenhum interesse a adoção de medidas para a preservação das línguas minoritárias. Por essa razão, BJELJIC-BABIC (2000:18a) afirma: <<Os lingüistas acreditam que um idioma só pode sobreviver se contar com o mínimo de 100 mil falantes.>> E mais adiante, a pesquisadora explica por que as citadas medidas não são adotadas:

A diversidade das línguas foi então percebida como um entrave às trocas e à difusão do saber. O monolingüismo tornou-se um ideal.

No mesmo citado periódico, Roland J.-L. Breton (2000:23a), geolingüista e professor emérito da Universidade de Paris VIII, é ainda mais realista ao afirmar:

Na aurora do século XXI, é evidente que a globalização acelerada da esfera econômica é acompanhada pela anglicização crescente dos intercâmbios lingüísticos. Cada vez mais pessoas são incitadas a utilizar ou a emitir mais mensagens em inglês do que em suas próprias línguas.

Se ainda não estivermos convencidos da gravidade do momento e da importância da adoção de medidas protecionistas, convém dar atenção ao trabalho publicado no mesmo periódico e intitulado *O futuro das línguas*, de autoria de Jean-Louis Calvet, Professor de Sociolingüística da Universidade de Sorbonne. CALVET (2000:35) inicia o trabalho com estas palavras:

A exemplo da ecologia, que apresenta os diferentes níveis de vida como uma série de elementos encaixados que vão da célula à ecossfera, as línguas do mundo podem ser apresentadas como um sistema “gravitacional”. A pedra angular deste último é hoje o inglês, língua “hipercentral”, em torno da qual gravitam umas 10 línguas “supercentrais”. De 100 a 200 línguas “centrais”, ligadas às “supercentrais” pelos falantes bilíngües, são por sua vez o eixo de gravitação de 4 a 5 mil línguas “periféricas”.

Portanto, nem todas essas línguas têm o mesmo peso, a mesma força, o mesmo futuro. Como este é incerto para a grande maioria delas, cresce a mobilização para protegê-las. As línguas, como as focas e as baleias, são consideradas espécies ameaçadas.

CALVET não crê no êxito de medidas protecionistas ou de políticas linguísticas que não sigam o sentido da prática social. Não crê que possam dar certo as tentativas de regulamentação linguística destinadas ao combate de estrangeirismos. Neste particular, refere-se à lei francesa denominada “Lei Toubon”, de 4 de agosto de 1994. Considera irracional o medo ante os estrangeirismos e não acredita em pureza linguística: <<A pureza da língua>>, afirma ele, <<é um mito, que condena ao imobilismo.>>

A postura adotada pelo sociolinguísta em face das medidas protecionistas parece-nos um tanto conflitante com relação à metáfora futuroológica do sistema gravitacional. Inclina-mo-nos, no entanto, a admitir que em virtude da ameaça da globalização linguística valerá a pena que cada povo lute por sua própria identidade linguística. Vivemos uma nova realidade e não é mais possível que os (sócio) linguístas pensem da mesma forma. Mas, não é só pelo que até aqui foi exposto que o Projeto do Deputado Aldo Rebelo é oportuno e procedente. O apelo aos estrangeirismos na propaganda e nas placas de lojas e supermercados há muito superou os limites da tolerância. Estamos, portanto, diante de um problema que não é, mais uma vez, da língua, mas que, para ela, pertence.

E para encerrarmos esta parte de nosso estudo, consideremos este apelo, feito há quase cinquenta anos, em CUNHA (1954:33):

Sejamos mais clementes com os estrangeirismos, mesmo porque não podemos evitá-los, pois nos vêm com os progressos da civilização: a palavra a acompanhar a coisa, indicando-lhe a origem.

Creemos em que outra seria hoje a postura do gramático e filólogo de saudosa memória. Não pediria ele, com certeza clemência para os estrangeirismos que ultrapassam os limites da tolerância.

2.4. Problemas da ciência

Logo no início deste trabalho, afirmamos que há problemas que são ou podem ser da ciência. Entre os problemas desta categoria, está este que, segundo MARTINET (1974:33), decorre da descrição científica das línguas e “do qual certos linguístas ainda não tomaram plena consciência”.

Trata-se de <<uma descrição estrutural estritamente sincrônica fundada na observação de usos reais>>. Eis por que, conforme as palavras do próprio linguísta, esta <<descrição estrutural estritamente sincrônica>> é não só “delicada”, mas também, acrescentemos, inexequível:

Toda língua, como se sabe, mas freqüentemente se esquece, está perpetuamente em curso de evolução e os diferentes usuários manifestam no emprego da língua estádios diversos desta evolução. De

uma geração a outra, podem constatar-se divergências apreciáveis na fonologia, no léxico, e até na morfologia e na sintaxe. De outra parte, o mesmo individuo pode, de um instante para outro, em diferentes estilos, apresentar, segundo certos planos, traços mais ou menos conservadores ou inovadores.

Problemas da ciência à parte, é claro que o lingüista tem plena razão, porque a língua, em nenhum momento, deixa de evoluir. Neste particular, o pensamento do mestre do funcionalismo lingüístico francês não se afasta muito do do mestre de Genebra. SAUSSURE (1970:88), para comprovarmos a última afirmação, diz-nos:

As prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos etc., não ocupam mais que certo número de indivíduos por vez e durante tempo limitado; da língua, ao contrario, cada qual participa a todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos.

É importante, pois, que o professor de língua materna e o futuro professor da área, para não dizer o estudante de Letras, tenham uma plena consciência da mutabilidade da língua, porque, se a tiverem, não serão irredutíveis em seus julgamentos e na avaliação do grau de proficiência lingüística de seus alunos no que concerne à língua materna.

3. “Déficits” lingüísticos: perspectivação teórica e realidade

É tempo agora de considerarmos o último e talvez mais importante problema: o dos <<deficits>> lingüísticos de seus usuários. Este problema, como veremos, é também o mais polêmico. Remonta a uma teoria de Bernstein que ficou sendo conhecida, entre psicólogos e lingüistas, sob a denominação de *hipótese do <<deficit>> verbal*. Este ‘deficit’ seria a causa do fracasso escolar, como alguns supõem, mas nós particularmente – observemos de passagem – não entendemos por que o ‘deficit’ lingüístico deva ser enfocado em função de um fracasso escolar de crianças de classes desfavorecidas, porque o insucesso escolar também ocorre entre crianças de classes favorecidas. E aqui as causas do fracasso seriam o excesso de bens e estímulos culturais e toda a sorte de facilidades.

Contudo, a vinculação do ‘deficit’ lingüístico ao fracasso escolar não deve ser imputada a Bernstein. Para este, que estabeleceu a distinção entre *código elaborado* e *código restrito*, a aquisição do primeiro “é essencial para o sucesso na escola”. Com estas palavras traduzimos uma ponderação mais que necessária, assim enunciada em MONTEIRO (2000: 141):

Na verdade, Bernstein por si mesmo não defendeu a hipótese de que o fracasso escolar seria conseqüência de uma incapacidade ou défi-

cit lingüístico. Contudo, algumas de suas propostas foram interpretadas nessa direção. Assim, por exemplo, ele distinguiu para o uso de inglês duas espécies de código: o código elaborado (*elaborated code*) e o restrito (*restrict code*). Este último seria empregado por qualquer pessoa, mas as crianças da classe média ou alta também adquiriam o código elaborado que segundo Bernstein, é essencial para o sucesso na escola.

Mas retornemos à *hipótese do <<déficit>> verbal* para acréscimo de certos pormenores necessários à argumentação aqui desenvolvida. Segundo esta hipótese, a linguagem de certas crianças é lacunosa sob os aspectos vocabular e gramatical, entre outros, e seria, como tal, uma base lingüística inadequada no que se refere ao sucesso escolar. RICHARDS et al. (1992), onde se lêem estas informações breves, porém, exatas, acrescentam que à *hipótese do <<déficit>> lingüístico* se opõe a *hipótese da diferença*, que caracterizam através destas palavras:

Esta (a hipótese da diferença) estabelece que, embora a linguagem de algumas crianças (e. g. crianças de certos grupos sociais e étnicos) possa ser diferente da de crianças da classe média, todos os dialetos são igualmente complexos e as crianças podem usá-los para expressar idéias complexas e formar uma base para a aprendizagem escolar.

SOARES (1988:43) considera o conceito de <<déficit>> *lingüístico* como fruto do preconceito e como uma impropriedade científica. O <<déficit>> *lingüístico* é, para ela, que se baseia, neste particular, no pensamento de Labov, um mito. Não toma partido por nenhuma das teorias rivais – por ela denominadas “teoria da deficiência cultural e lingüística” e “teoria das diferenças culturais e lingüísticas” – sobre as quais tem, em síntese, o seguinte pensamento (q.v. SOARES (1988:54-5)):

Em síntese: tanto para a teoria da deficiência quanto para a teoria das diferenças, as desigualdades lingüísticas se devem a desigualdades sociais, que determinam desigualdades de rendimento escolar; a divergência entre as duas teorias está na interpretação que dão às desigualdades: deficiências ou diferenças. Ambas, porém, são instrumentos de exercício da *violência simbólica*, pois dissimulam a discriminação social, pela legitimação e imposição da cultura e da linguagem de outros grupos, e assim garantem a preservação da estratificação social. A discriminação das classes populares na escola não se explica, pois, por *deficiências* culturais e lingüísticas, nem apenas pelas *diferenças* culturais e lingüísticas que, sem dúvida, as distinguem das classes dominantes; explica-se, na verdade, pela

opressão que essas classes dominantes, com a mediação da escola, exercem sobre as classes dominadas, através da imposição de sua cultura e de sua linguagem, apresentadas como legítimas, e da conseqüente desvalorização de uma cultura e linguagem que, só por ser diferente daquela considerada legítima, é acusada de “deficiente”.

Ora, SOARES (1988) quer-nos fazer crer que o <<deficit>> *lingüístico* não existe – é um mito – e que a solução no que se refere à erradicação de desigualdades sociais e lingüísticas não reside na adoção da teoria da diferença. É claro que ela tem razão e, no particular, não adota ponto de vista equívoco, pois afirma (q.v. SOARES (1988:54)) o que se segue:

(...) tanto a tentativa de superação das “deficiências” pela educação compensatória quanto a tentativa de superação das “diferenças” pela educação para o bidialetalismo funcional apenas dissimulam a função, que a escola tem, de preservar essa discriminação e de legitimar a dominação.

Chama-nos, em particular, a atenção o fato de as duas teorias estarem voltadas para apenas uma parcela dos usuários da língua. Esta não constitui um instrumento destinado apenas à comunicação da criança com outras crianças ou das crianças com os professores. A língua existe também para os jovens e para os adultos em geral. É de causar estranheza também a ênfase que a teoria das diferenças dá à educação para o bidialetalismo. A educação lingüística deve implicar e pressupor necessariamente o pluridialetalismo. A ação escolar deve voltar-se para o desenvolvimento de uma competência pluridialetal. O bidialetalismo implica certo <<deficit>> *lingüístico* e este, convém admitirmos, existe até mesmo no âmbito do pluridialetalismo.

Um conhecimento lingüístico pleno é, aliás, impossível. A língua é algo de difícil compreensão. Usuário nenhum salvo o falante-ouvinte ideal, conhece nem pode conhecer todas as palavras e expressões existentes em todos os idioletos e dialetos da língua, nem domina nem pode dominar todas as regras da Fonologia e todos os traços supra-segmentais desta língua. Havemos de convir em que existem muitas diferenças entre idioletos e dialetos e em que estas diferenças podem impedir muitas vezes a inteligibilidade mútua no âmbito de uma língua. Por que, então, considerar um mito a <<deficiência lingüística>>? E se sairmos do plano da oralidade para o da língua escrita, não haverá definitivamente como negar a existência do <<deficit>> *lingüístico*. Este existe em todos os níveis sociolingüísticos, em todas as classes sociais e em todos os indivíduos. O <<deficit>> *lingüístico* se manifesta de diversas maneiras: na não-compreensão de uma palavra, na concatenação imperfeita de termos para a constituição do enunciado, na articulação defeituosa de enunciados para a construção do parágrafo, na combinação disparatada de parágrafos

para a elaboração de um texto. Não cremos que <<déficits>> *lingüísticos* como estes desapareçam com as ações da escola e da universidade orientadas para a aquisição de um *código elaborado*.

A formação do profissional de Letras deverá pressupor a aquisição e o desenvolvimento de certas habilidades que venham reduzir ao máximo possível o <<déficit>> *lingüístico*. Saber ler e escrever com desenvoltura, definir bem os conceitos da área, elaborar textos técnicos e enunciar questões com clareza são, por exemplo, algumas das habilidades que um profissional de Letras deve ter.

4. Apreciação final

Muitas são as situações e dificuldades de ordem lingüística a que se aplicaria a expressão *problemas da língua*, convindo notar-lhe o caráter equívoco, já que eles, os problemas, não provêm da língua nem esta nenhum constitui nem impõe a ninguém. Os problemas, para serem da língua ou por esta suscitados, deveriam provir de seu próprio sistema. Ocorre que todos os problemas, embora de ordem lingüística, não pertencem à língua, senão à sua condição de instrumento de comunicação.

Reformas ortográficas sucessivas com pequenos intervalos, para darmos mais um exemplo, constituem problema no âmbito de uma língua. Como diz SENNA (1953:15):

As reformas e os acordos têm-se sucedido a intervalos tão pequenos que nem bem a gente vai aprendendo a escrever de um jeito, segundo certas regras, e já estas são letra morta... É evidente o transtorno que tais modificações causam a todo mundo, e principalmente às crianças das escolas.

Problemas são, na verdade, essas reformas ortográficas sucessivas com pequenos intervalos, mas eles não são da língua. São problemas atinentes ao uso da língua e, mais particularmente, ao uso da língua escrita, criados não por planificadores e professores responsáveis pelo ensino da língua escrita, senão por legisladores.

Juntemos aos problemas suscitados pelas reformas ortográficas sucessivas com pequenos intervalos e a todos os anteriormente salientados os do ensino-aprendizagem. Esta área de atividades revela *déficits* não apenas no lado do aluno, mas também no do professor jovem, inexperiente, recém-egresso do Curso de Letras, que, como todos sabemos, não mune o profissional da área – e é, aliás, impossível fazê-lo em período tão curto com apenas quatro anos de duração, mantidas as estruturas de currículo e de funcionamento atuais, bem assim as turmas numerosíssimas que mais parecem “multidões” – com o desejado e necessário lastro formativo.

Em suma, cumpre-nos reconhecer o caráter equívoco da expressão *problemas da língua*. Quando a empregamos, a língua é praticamente personificada. A expressão é, portanto, apenas uma maneira de nos reportarmos a dificuldades que o uso da língua suscita em seus usuários. A língua não tem nem apresenta problemas.

Por último, enfatizemos que o <<déficit>> *lingüístico* constitui uma realidade e se manifesta nos mais diferentes níveis da competência lingüística, não sendo, pois, um mito. Somente um ser mítico e onisciente como o *falante-ouvinte ideal* não apresenta qualquer tipo de deficiência lingüística. Por conseguinte, não apenas ratificamos a *hipótese do <<déficit>> lingüístico* – sem vinculá-la a nenhum contexto institucional específico –, mas também reivindicamos a ampliação de seu alcance. Parodiando o que da linguagem diz SAUSSURE (1970: 17), diremos que a língua é <<multiforme e heteróclita>>. Assim sendo, havemos de convir em que a competência lingüística de qualquer usuário, por maior e mais completa que tenha sido a sua educação lingüística, sempre apresentará lacunas. A compreensão que temos, pois, do <<déficit>> *lingüístico* se situa em dimensão mais geral que a costumeira.

Bibliografia

1. BJELJAC-BABIC, Ranka. Seis mil línguas: um patrimônio em perigo. *O Correio da Unesco*, 18-9, junho 2000.
2. BOLÉO, Manuel de Paiva. O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português. 2. ed. rev. e ampl. Coimbra: 1965. [Separata de O INSTITUTO, vol. cxxviii] 63p.
3. BRETON, Roland J. –L. A supremacia do inglês é inevitável?. *O Correio da Unesco*, 23-4, junho 2000.
4. CALVET, Jean-Louis. O futuro das línguas. *O Correio da Unesco*, 35-6, junho 2000.
5. CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História da lingüística*. Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975. 195p.
6. CUNHA, Celso. *O ensino de português*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Serviço de Documentação, 1954. 34p.
7. LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995. 72 p.
8. MARTINET, André. *Le français sans fard*. 2e. éd. [Paris] Presses Universitaires de France, 1974. 219p.
9. MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 168p. (Coleção Para compreender a Lingüística, 2).

10. PORTELA, Eduardo. Cultura clonada e mestiçagem. *O Correio da Unesco*, 9, junho 2000.
11. REBELO, Aldo. *Culta, bela e ultrajada*; um projeto em defesa da língua portuguesa. 2. ed. atual. Brasília: Câmara dos Deputados; Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001. 16p.
12. RICHARDS, Jack C. et. al. *Dictionary of language teaching and applied linguistics*. 2nd. ed. London: Longman Group UK Limited, 1992. viii + 423p.
13. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. de Antonio Chelini et al. 2. ed. Pref. à ed. bras. de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1970. xxiii + 279 p.
14. SENNA, Homero. A balbúrdia ortográfica. p. 15-9. In:—. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Serviço de Documentação, 1953. 45p.
15. SOARES, Magda. *Linguagem e escola*; uma perspectiva social. 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.

VICISSITUDES GRAMATOLÓGICAS DO NOME COMO CATEGORIA PRIVILEGIADA NO QUADRO DAS CLASSES DE PALAVRAS

Carlos Assunção
UTAD – Portugal

1. Uma viagem pelas classes de palavras: da Grécia à atualidade

1.1. As classes de palavras: da gramática grega à primeira gramática da lusofonia

No artigo “gramatica” publicado na Enciclopédia Einaudi pela Imprensa Nacional Casa da Moeda escreveu Judith Aissen e Jorge Hankamer: «infelizmente o estudo da gramática no Ocidente seguiu o modelo grego que, para além de especulativo, era didático e provincial» (1984, 248). Estranha forma esta de manifestar desconhecimento da fonte de onde brotou toda a gramática da civilização ocidental. A gramática encontra a sua origem na filosofia e, jamais renegando essa origem, a gramática é o germe dos estudos lingüísticos.

Com efeito as partes da oração, *partes orationis*, são uma designação vulgar para referir classes de palavras que remonta já aos filósofos gregos, sendo melhor sistematizada pelos gramáticos greco-latinos, e representam um dos mais relevantes núcleos de conteúdo das gramáticas, senão o mais relevante, bem como um dos seus mais importantes fatores de estruturação formal.

Os primeiros balbucios gramaticais, concernentemente ao estudo das classes de palavras, captam-se em Platão, no *Sofista*, quanto às duas classes então assinaladas, o nome e o verbo. No diálogo entre duas das personagens da obra aparecem definidas numa perspectiva funcional sobre a distinção de sujeito, como aquilo de que algo se diz; e de predicado, como aquilo que é dito de algo:

“Estrangeiro. Temos realmente, suponho eu, duas espécies de sinais para designar oralmente o ser.

Teeteto. Como são eles?

Estrangeiro. Uns, os nomes; outros, os verbos.

Teeteto. Define-os a cada um.

Estrangeiro. Ao respeitante às ações chamamos-lhe, segundo creio, verbo.

Teeteto. Sim.

Estrangeiro. Ao sinal articulado referente àqueles que as praticam chamou-se nome” (Torres, 1998, 139).

Aristóteles, seu discípulo, parece apresentar uma classificação tripartida das partes da oração: no *De Interpretatione* (versão latina do *Peri Hermeneias*, 2ª parte do *Organon*) fala do nome e do verbo (1949, Cap. 2 e 3), na *Poética* (1932, cap.20) e na *Retórica* (1953, liv.5) acrescenta uma nova, que designa de partículas. Os estóicos, especialmente Crisipo, e o alexandrino Aristarco apresentam uma classificação quase definitiva das *partes orationis*. Mais tarde, Dionísio da Trácia – estóico, gramático e retórico –, desenvolvendo a declinação, a conjugação, as vozes e os tempos verbais da terminologia de Crisipo, e as partes do discurso de Aristarco, foi o primeiro autor de uma gramática da civilização ocidental, mais conhecida por *Tecné Grammatiké*. Considerou como classes de palavras, em correspondência com as categorias lógicas do julgamento, segundo os estóicos, o nome, o verbo, o particípio, o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio e a conjunção; considera a interjeição como parte integrante do advérbio:

A frase tem oito partes: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção.

O **nome** é a parte casual da frase (parte da frase flexionável em caso) que designa um objeto ou uma ação (cf. Dionísio, 1989, 49); o **verbo** é uma palavra não casual (é uma parte indeclinável) que admite tempos, pessoas, nomes (números) e que representa ação praticada ou recebida (cf. Dionísio, 1989, 55); o **particípio** é uma palavra que participa da propriedade dos verbos e dos nomes (cf. Dionísio, 1989, 59); o **artigo** é uma parte da frase anteposta ou posposta à declinação dos nomes (cf. Dionísio, 1989, 59); o **pronome** é uma palavra utilizada no lugar do nome e que indica as pessoas definidas (cf. Dionísio, 1989, 59); a **preposição** é uma palavra que se antepõe a todas as partes da frase, em composição ou em construção (cf. Dionísio, 1989, 61); o **advérbio** é uma parte da frase não flexionável, dita do verbo ou aplicada ao verbo (cf. Dionísio, 1989, 61); a **conjunção** é uma palavra que liga com ordenação o pensamento e que revela o implícito da expressão (cf. Dionísio, 1989, 65).

Esta primeira classificação sistematizada das classes de palavras distingue entre as partes da oração que têm flexão e as que não são flexionadas. Nas definições são utilizados critérios semânticos e morfológicos para o nome, o verbo e o particípio; morfológicos e sintáticos para o artigo e pronome; para as

restantes – preposição, advérbio e conjunção – utiliza-se um critério sintático de posição, que a escola de Harris e Hockett chama distribucional.

Este sistema apresentado por Dionísio veio a revelar-se de fulcral influência em toda a descrição lingüística posterior.

Assim, os gramáticos latinos, à exceção de Varrão, seguem o modelo apresentado por Dionísio. Para exemplificarmos, transcrevemos as palavras de Donato: “Partes orationis quot sunt? Octo. Quae? Nomen, pronomen, verbum, adverbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio” (Keil, 1981, IV, 355). Esta divisão foi seguida, com algumas cambiantes, por Carísio, Probo, Diomedes, Consêncio, Cledônio, Pompeio, Sérgio e Prisciano.

Diomedes segue Donato, mas subdivide as categorias em dois grupos, afirmando: “ex his primae quattuor [nomen, pronomen, verbum, participium] declinabiles sunt, sequentes indeclinabiles [adverbium, coniunctio, praepositio, interiectio]” (Keil, 1981, I, 400). Esta divisão em dois grupos assenta em critérios morfológicos. Pompeio dá continuidade à divisão apresentada por Donato. No entanto apresenta critérios classificatórios, ainda que morfológicos, diferentes, porquanto apresenta as classes de palavras dependendo do caso, do tempo ou de nenhum dos dois “tres sunt partes orationis quae casibus serviunt [nomen, pronomen, participium], una quae temporibus servit [verbum], quattuor quae omnino nec temporibus nec casibus serviunt [adverbium, coniunctio, praepositio, interiectio]” (Keil, 1981, V, 135).

Da leitura da obra de Prisciano podemos inferir que mantém as oito classes de palavras – *nomen*, *interiectio*, *adverbium*, *verbum*, *participium*, *praepositio*, *coniunctio*, *pronomen* (Keil, 1981, II, 54-60); esta proposta classificatória é igual à de Donato e muito semelhante à de Dionísio (omite o artigo que não existe em latim e reconhece a interjeição como integrando as classes de palavras).

As classificações apresentadas por Dionísio e por Prisciano permitem-nos identificar alguns princípios orientadores: a centralidade conferida à palavra na frase; uma certa preocupação com um sistema classificatório de classes de palavras que irá ser seguida por muitos dos gramáticos posteriores do latim, como Thomas de Erfurt, Nebrija, Estêvão Cavaleiro, Nicolau Clenardo, Manuel Álvares, Pereira de Figueiredo, Ernesto Faria, entre outros, e pelos gramáticos das línguas vulgares até ao século XX.

A tradição greco-latina é legada à Idade Média, considerando os gramáticos medievais duas partes do discurso: as partes maiores e as menores; a primeira integrava os nomes (substantivos e adjetivos), os verbos e advérbios; a segunda, os que estabelecem relações, como é o caso da preposição e da conjunção.

Varrão ocupa singularmente uma antiga posição ao dividir a oração em quatro partes, nome, verbo, particípio e partes indeclináveis, que depois Diomedes seguiria apresentando a distinção entre partes declináveis e indeclináveis, como já referenciamos: “in eam quae habet casus et quae habet tempora et quae habet neutrum et in qua est utrumque” (Varrão, 1967, II, 44).

Esta proposta classificatória varroniana é retomada, em parte, por Sánchez de las Brozas, na *Minerva*, concernentemente à separação das partes declináveis das indeclináveis; todavia a fonte principal da *Minerva* é o *Peri Hermeneiras* de Aristóteles, bem como o *Crátilo* e o *Filebo* de Platão, as gramáticas latinas de Diomedes, Consêncio e Prisciano e as *Introductiones grammaticas* de Busto. É o próprio brocense que confessa várias vezes ao longo da obra a influência aristotélica. Desta forma o Brocense defende a existência de duas classes nucleares em toda a oração, semelhantemente ao já defendido por Platão: o nome – sujeito; e o verbo – predicado. Todos os demais elementos frásicos, os elementos acessórios, que não sejam nome e verbo, integram as partículas. As partes da oração aparecem, assim, divididas em apenas três – nome, verbo, pilares constitutivos da frase, e partículas: “Sunt autem haec [partes orationis] tria, nomen, verbum, particulae” (*Minerva*, 1976, 10) no que é seguido por Correias, Patón, por muitos gramáticos racionalistas, firmando-se assim os princípios da gramática filosófica de Port-Royal, e de dois gramáticos portugueses do séc. XVIII: Melo Bacelar e Pedro de Figueiredo.

O fato de uns gramáticos, quer das línguas vulgares quer da latina, seguirem a tradição latina e outros a tradição da filosofia grega deveu-se em grande parte à proliferação de línguas vulgares durante o Renascimento, o que originou uma grande disparidade doutrinária entre os autores, levando à criação de um quadro doutrinário nada homogêneo no que respeita às partes da oração.

Com efeito, esta grande variedade de opiniões residia no fato de alguns gramáticos considerarem o pronome e o particípio como categorias independentes; outros diferenciarem artigo de pronome, advérbio da interjeição e alguns mesmo considerarem a interjeição como a principal e a primeira parte da oração, como o fez Escalígero.

A doutrina das partes da oração apareceu em duas grandes classificações: a dos gramáticos que, de acordo com a tradição greco-latina, distinguiram oito partes e a daqueles que, de acordo com uma concepção racionalista-logicista da língua, as reduziam a três, como já antes verificamos. Esta última corrente influenciou algumas das gramáticas do século XVIII, período de um certo racionalismo linguístico, que tinham como suporte principal, para além de Aristóteles, a corrente cartesiana.

1.2. As classes de palavras: do primeiro período filológico ao século XX

Fernão de Oliveira, primeiro gramático vernáculo com a *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), embora se integre na tradição latina, das oito classes de palavras, refere apenas cinco: o artigo, o nome, pronome, advérbio e verbo (Oliveira, 2000, 140-152), não dizendo claramente quantas são e qual a sua definição; Barros, quatro anos mais tarde, segue Prisciano (através de Nebrija (1492)) e apresenta nove classes: nome, pronome, artigo, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição (Barros, 1971, 294). Os critérios utilizados por Barros nas definições das diferentes partes da oração são sobretudo morfológicos, sintáticos e semânticos, na linha de Prisciano, mas com uma utilização muito assistemática. Roboredo, no seu *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, refere apenas cinco classes de palavras: nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção (Roboredo, 1619, 25).

E é desta forma que a teorização lingüística sobre as classes de palavras chega ao séc. XVIII.

Os autores setecentistas selecionados para esta lição – Jerônimo Contador de Argote, Reis Lobato, Joaquim Casimiro, Pedro José da Fonseca e Pedro Figueiredo – parecem-nos ser os mais representativos da temática lingüística abordada.

Contador de Argote considera oito classes de palavras “nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição” (Argote, 1725, 2), seguindo a tradição latina proposta por Donato, que não considera o artigo, porque o artigo não existia em latim.

A classificação de palavras seguida por Reis Lobato, Joaquim Casimiro e Pedro José da Fonseca, que acrescentam, precisamente o *artigo*, às oito partes da oração já referidas, assenta na tradição greco-latina. Apesar disso, não consideram o *artigo* uma classe verdadeiramente autônoma: “é uma palavra que por si só não significa coisa alguma completamente” (Lobato, 1770, 8); “o qual nada significa por si mesmo” (Fonseca, 1799, 22).

Estes autores dividem as nove classes de palavras em dois grandes grupos: as declináveis (artigo, nome, pronome, verbo e particípio) e as indeclináveis (preposição, advérbio, conjunção e interjeição) pelo fato de as primeiras variarem a terminação e as segundas conservarem-na sempre invariável (Lobato, 1770, 7). Trata-se de uma classificação baseada num critério estritamente morfológico, na linha do já apresentado por Diomedes.

Em oposição às gramáticas anteriores, que seguem a tradição greco-latina na classificação das *partes orationis*, a *Arte da Gramática Portuguesa* de Pedro José de Figueiredo, de 1799, ao distinguir quatro partes da oração –

artigo, nome, verbo e partícula (Figueiredo, 1799, 5) – aproxima-se mais daqueles que, de acordo com uma concepção racionalista da língua, distinguem apenas três partes da oração – nome, verbo e partícula, seguindo a tradição aristotélica e a *Minerva* do Brocense, mas apresentando uma atitude crítica e até mesmo distanciadora da tradição. Os critérios utilizados por estes gramáticos nas definições das diferentes classes de palavras são sobretudo morfológicos, sintáticos e semânticos.

O quadro, que se segue, dá-nos uma visão sinótica da divisão das classes de palavras nos autores estudados:

	<i>Regras da Lingua Portuguesa.... (1721) de Contador de Argote</i>	<i>Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa (1770) de Reis Lobato</i>	<i>Methodo Grammatical Resumido da Língua Portuguesa (1792) de Joaquim Casimiro</i>	<i>Rudimentos da Grammatica Portuguesa (1799) de Pedro José da Fonseca</i>	<i>Arte da Grammatica Portuguesa (1799) de Pedro de Figueiredo</i>
artigo		+	+	+	+
nome	+	+	+	+	+
pronomes	+	+	+	+	
verbo	+	+	+	+	+
particípio	+	+	+	+	
advérbio	+	+	+	+	
preposição	+	+	+	+	
conjunção	+	+	+	+	
interjeição	+	+	+	+	
partícula					+
TOTAL	8	9	9	9	4

Os autores da centúria de oitocentos selecionados para a lição: M. Dias de Souza, 1804, A. Moraes Silva, 1806, F. Soares Ferreira, 1819, F. J. Caldas Aulete, 1874, Domingos de Azevedo, 1880, Epiphany da Silva Dias, 1881, F. J. Monteiro Leite, 1882 e Adolpho Coelho, 1891 – parecem-nos ser os mais representativos desta temática linguística.

De fato, todos estes gramáticos se preocuparam em “ordenar y clasificar las palabras, agrupándolas según rasgos y características comunes y estableciendo con ellas clases más o menos homogéneas con el fin de facilitar metodológicamente el estudio de la gramática”. (Vaquera, 1986, 51)

Desta preocupação nasce um quadro classificatório das classes de palavras bastante homogêneo como poderemos observar no esquema seguinte:

	<i>M. Dias de Souza</i> (1804)	<i>A. Moraes Silva</i> (1806)	<i>F. Soares Ferreira</i> (1819)	<i>F.J. Caldas Aulete</i> , (1874)	<i>Domin-gos de Azevedo</i> (1880)	<i>Epiphânio da Silva Dias</i> (1881)	<i>F.J. Monteiro Leite</i> (1882)	<i>Adolpho Coelho</i> (1891)
Nome	-	-	+	-	-	-	-	-
Nome/substantivo	+	+	-	+	+	+	+	+
Adjetivo	+	+ ¹	-	+	+	+	+	+
Artigo	+	-	+	+	+	-	+	+
Pronome	+	-	+	+	+	+	+	+
Numeral	-	-	-	-	-	+	-	+
Particípio	+	-	+	-	+	-	+	-
Verbo	+	+	+	+	+	+	+	+
Advérbio	+	+	+	+	+	+	+	+
Preposição	+	+	+	+	+	+	+	+
Interjeição	+	+	+	+	+	+	+	+
Conjunção	+	+	+	+	+	+	+	+
Total	10	8	9	9	10	9	10	10

Na leitura do quadro encontramos quatro sistemas de 10 classes de palavras, três sistemas de 9 e, por último, um sistema de 8 classes de palavras. As classificações mais relevantes e inovadoras são aquelas que separam o Nome em substantivo e adjetivo, o que acontece pela primeira vez nas gramáticas portuguesas e em quase todos os sistemas classificatórios apresentados, à exceção de Ferreira que segue mais de perto a tradição, na linha de Reis Lobato; as que contemplam o particípio como classe dependente, já que passou a ser mais uma forma do verbo, e que, segundo Vaquera, são classificações modernas (Vaquera, 1986, 57), como podemos observar em Moraes Silva, Aulete, Epifânio e Adolfo Coelho; e as que consideram o numeral como classe independente, de que são exemplos Epifânio e Adolfo Coelho. Os critérios utilizados pelos gramáticos oitocentistas nas definições das diferentes partes da oração são sobretudo morfológicos, semânticos e sintáticos.

1.3. As classes de palavras no século XX

Em finais do século XIX e inícios do século XX, meio século após o advento da lingüística como ciência, estas propostas classificatórias das classes de palavras começam a ser questionadas nos seus fundamentos por diversos autores. Hermann Paul (1880) considera que:

¹ Este autor apresenta duas classes diferentes de Adjetivo: o adjetivo atributivo e o adjetivo articulado. É, por esta razão, que no final da coluna aparecem 8 classes.

“A divisão das partes do discurso [...], como nos foi transmitida no essencial pelos gramáticos antigos, não se baseia em princípios lógicos consequentemente seguidos; ela surgiu antes por influências de circunstâncias muito diversas. Possui, por isso, um carácter arbitrário” (Paul, 1983, 373).

Também Saussure no *Cours* (1915) se apresenta bastante crítico em relação à proposta tradicional de classificação das classes de palavras. Propõe que o esquema classificatório se processe estritamente no plano lingüístico:

“[...] fonder ces classements sur autre chose que des entités concrètes – dire, par exemple, que les parties du discours sont des facteurs de la langue simplement parce qu’elles correspondent à des catégories logiques, – c’est oublier qu’il n’y a pas de faits linguistiques indépendant d’une matière phonique découpée en éléments significatifs” (Saussure, 1975, 153).

Sapir, em *Language* (1921), adota uma posição particularmente crítica:

“A nossa classificação convencional dos vocábulos em partes do discurso é apenas uma aproximação vaga e incerta do inventário cabal da experiência. Imaginamos de início que todos os verbos se referem inerentemente a uma ação, considerada em si mesma, que um nome é a denominação de uma coisa ou pessoa definida, cuja imagem se pode reproduzir em nossa mente, que todas as qualidades são necessariamente expressas por um grupo definido de palavras, que podemos adequadamente intitular adjetivos” (Sapir, 1980, 92-93).

Também Bloofield, Hockett, Martinet e outros mais apresentaram discordâncias concernentemente ao esquema classificatório das partes do discurso.

Embora sejam de anotar e respeitar todas estas opiniões, não podemos esquecer que elas correspondem a paradigmas de investigação lingüística situados num determinado tempo e que só com uma visão de conjunto, historicamente orientada, se podem analisar as classes de palavras.

Para concluirmos esta primeira parte, vamos refletir sobre o posicionamento de Celso Cunha e de Lindley Cintra na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), ante as duas propostas de classificação que apresentam:

a) Partindo da noção de morfema e da sua subdivisão – morfemas lexicais ou de significação externa e morfemas gramaticais ou de significação interna – adotam um quadro classificatório algo diferente da tradição:

“São morfemas lexicais os substantivos, os adjectivos, os verbos e os advérbios de modo. São morfemas gramaticais os artigos, os pro-

nomes, os numerais, as preposições, as conjunções e os demais advérbios, bem como as formas indicadoras de número, género, tempo, modo ou aspecto verbal” (Cunha & Cintra, 1984, 77).

b) Partindo da noção de variabilidade e invariabilidade integram-se na linha da tradicional:

“As classes de palavras podem ser também agrupadas em variáveis e invariáveis, de acordo com a possibilidade ou impossibilidade de se combinarem com os morfemas flexionais e desinências” (Cunha & Cintra, 1984, 78).

Assim, os substantivos, os adjetivos, os artigos, os numerais, certos pronomes e o verbo são variáveis; os advérbios, as preposições, as conjunções e certos pronomes são invariáveis. Fica por classificar a interjeição.

Apesar de apresentarem duas classificações distintas, nas definições de cada classe de palavras tal não é visível e seguem a tradição gramatical, embora com uma fundamentação bem mais marcada a nível do estudo do valor (semântica) e do emprego (sintaxe) de cada classe. Apresentam as tradicionais nove classes de palavras, o que já tinham feito Epifânio e Adolfo Coelho, como já observamos acima, um século antes ou até mesmo Manuel Sousa, cerca de dois séculos: o substantivo, o adjetivo, o artigo, o numeral, o pronome, o verbo, o advérbio, a preposição e a conjunção (a interjeição não integra as classes de palavras). Os critérios utilizados para as definições são o semântico (no numeral), o sintático (na conjunção), o semântico e o sintático (no caso do substantivo), o morfológico e o sintático (na preposição), o semântico, o morfológico e o sintático (no verbo).

2. O Nome no quadro das classes de palavras

2.1. Da gramática grega ao primeiro período da lingüística portuguesa

Dizíamos no início deste estudo que as classes de palavras representaram um dos mais relevantes núcleos de conteúdo das gramáticas, senão o mais relevante, bem como um dos seus mais importantes fatores de estruturação formal.

Na impossibilidade de analisarmos na lição todas as classes e subclasses, optamos pelo tratamento do Nome que aparece em primeiro lugar nos textos trabalhados e ocupa uma posição privilegiada no quadro das classes de palavras.

Na antiguidade greco-latina é possível distinguir gramáticos que utilizam definições assentes em critérios morfológicos ou semânticos; e gramáticos cujas definições são apenas semânticas.

O primeiro gramático da civilização ocidental, Dionísio da Trácia, integra-se no primeiro grupo e a sua definição tem grande repercussão nos gramáticos posteriores:

“O nome é uma parte casual da frase que designa um corpo ou uma ação – um corpo, por exemplo *pedra*; uma ação, por exemplo *educação*; e que se emprega com (valor) comum ou particular – comum, por exemplo *homem, cavalo*; particular, por exemplo *Sócrates*” (Dionísio, 1989, 48).

Donato segue fielmente Dionísio:

“Nomen quis est? Pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterve significans” (Keil, IV, 1981, 355).

A mesma definição encontramos em Carísio e Diomedes. Prisciano também segue Dionísio, acrescentando-lhe, todavia, uma nota filosófica:

“Nomen est pars orationis, quae unicuique subiectorum corporum seu rerum communem vel propriam qualitatem distribuit” (Keil, II, 1981, 56-57).

2.1.1. Acidentes do nome

Dionísio da Trácia faz uma enumeração de acidentes gramaticais do nome que, com ligeiras cambiantes, será a base das divisões dos gramáticos latinos antigos e dos gramáticos das línguas vulgares. Distingue cinco acidentes do nome: gênero, espécie, figura, número e caso:

“Há cinco acidentes do nome: o gênero, a espécie, a figura, os números, os casos” (Dionísio, 1989, 48)

Os gramáticos latinos diferem pouco ou repetem o mesmo.

Ouçamos Donato:

“Nomini quot accidunt? Sex. Quae? Qualitas, comparatio, genus, numerus, figura, casus” (Keil, IV, 1981, 355).

Consêncio segue a divisão proposta por Donato; Prisciano aceita o mestre alexandrino:

“Accidunt igitur nomini quinque: species, genus, numerus, figura, casus” (Keil, II, 1981, 57).

Destes acidentes, apenas trataremos a qualidade e a espécie, que estão diretamente ligados às subclasses que nos interessam aqui.

2.1.2. Qualidade do nome

A distinção entre nome próprio e nome comum aparece já em Dionísio:

“O (nome) próprio é aquele que significa a substância particular, por exemplo *Homero, Sócrates*. O apelativo é aquele que significa a substância comum, por exemplo *homem, cavalo*” (Dionísio, 1989, 52).

Donato baseia esta divisão no acidente da qualidade:

“Qualitas nominum in quo est? Bipertita est: aut enim unius nomen est et proprium dicitur, aut multorum et appellativum” (Keil, IV, 1981, 355).

Os gramáticos latinos Carísio, Diomedes, Probo e Consêncio seguem esta distinção. Prisciano distingue nome próprio (*proprium*) e nome comum (*appellativum*); no nome comum diferencia o nome que designa objetos concretos (*vocabulum*) do nome que alude a conceitos (*appellatio*):

“Hoc autem interest inter proprium et appellativum, quod appellativum naturaliter commune est multorum, quos eadem substantia sive qualitas vel quantitas generalis specialisve iungit: generalis, ut ‘animal’, ‘corpus’, ‘virtus’; specialis, ut ‘homo’, ‘lapis’, ‘grammaticus’, ‘albus’, ‘niger’, ‘grandis’, ‘brevis’.

(...)

“Proprium vero naturaliter uniuscuiusque privatam substantiam et qualitatem significat et in rebus est individuus, quas philosophi atomos vocant, ut ‘Plato’, ‘Socrates’” (Keil, 1981, 58-59).

2.1.3. *Espécie*

Também a este nível, Dionísio é pioneiro. Divide o nome em primitivo e derivado:

“Há duas espécies: primária e derivada. O (nome) primário é aquele em que a instituição é primitiva, por exemplo *Gê* (Terra); o derivado é aquele que tem a sua origem de um outro, por exemplo *Gaiéios* (nascido da Terra)” (Dionísio, 1989, 48).

Subdivide o nome derivado em sete espécies:

“Há sete espécies de derivados: patronímico, possessivo, comparativo, superlativo, diminutivo, denominal, verbal” (Dionísio, 1989, 48).

Os gramáticos latinos posteriores, Varrão, Donato, Diomedes, vão seguir Dionísio e as suas subdivisões. Prisciano, no entanto, subdivide os derivados em nove tipos:

“Propriae autem (species) derivatorum sunt haec: patronymicum, possessivum, comparativum, superlativum, diminutivum, denominativum in quo intellegimus cum multis alliis etiam comprehensivum, verbale, participiale, adverbiale” (Keil, II, 1981, 59-60).

2.2. Do primeiro período da lingüística portuguesa ao final do séc. XIX

De forma um tanto assistemática, Oliveira, o primeiro gramático da língua portuguesa, ocupa-se muito pouco com as classes de palavras. O nome ainda é, mesmo assim, a classe mais desenvolvida. É de assinalar, segundo Coseriu, que “mesmo nesse tratamento tão sucinto, pode notar-se o seu esforço no sentido de se libertar dos esquemas da gramática latina e de delimitar como tais as categorias gramaticais que funcionam em português. E devemos dizer que consegue traçar em poucas páginas uma gramática portuguesa em grande parte independente dos modelos latinos” (Oliveira, 2000, 50). Nesta linha de independência, Oliveira prescinde da definição de nome e restringe-se a identificar e a descrever o gênero e o número do nome.

João de Barros, quatro anos mais tarde, em 1540, retoma a tradição e, servindo-se de critérios morfológicos e semânticos, apresenta a seguinte definição de nome:

“NOME (segundo a difiniçám dos gramáticos) é aquele que se declina per cásos sem tempo, significando sempre algũa que tenha corpo ou sem corpo: que tenha corpo, como hómem, páu, pédra; sem corpo, Gramática, çiência, doutrina” (Barros, 1971, 299).

Nas subclasses segue Prisciano (através de Nebrija). Desta forma, quanto à qualidade o nome é próprio ou comum e quanto à espécie o nome é primitivo ou derivado (Cf. Barros, 1971, 301-303). Os critérios utilizados são no primeiro caso semânticos e no segundo morfológicos. Ainda relativamente à qualidade divide o nome em nome substantivo e nome adjetivo.

Roboredo, no *Methodo Grammatical para todas as linguas*, com o objetivo de desenvolver um método gramatical generalizável, antecipando-se quarenta e um anos a Port-Royal e quatro séculos a Chomsky – aspecto que tem passado despercebido aos estudiosos da historiografia lingüística – apresenta a seguinte definição de nome:

“Nome he palavra participante de Numero casual com Genero” (Roboredo, 1619, 65).

Esta concepção de nome assenta apenas em critérios morfológicos, ficando os semânticos para as subclasses:

“O Substantivo se divide em Commum, & Proprio, ou Singular. Commum he o que significa hũa cousa commum a muitas singulares: como, Cidade, Civitas: Rio, Fluvius. Proprio, ou Singular he o que significa hũa sô cousa: como, Lisboa, Olyssiponis: Tejo, Tagus” (Roboredo, 1619, 66).

Divide o nome em substantivo e adjetivo, como já tinha feito João de Barros, divisão essa que, como veremos, vai perdurar até princípios do séc. XIX.

Para sistematizar, apresentamos o quadro:

	CRITÉRIO SEMÂNTICO	CRITÉRIO MORFOLÓGICO
OLIVEIRA, 1536	-	-
BARROS, 1540	+	+
ROBOREDO, 1619	-	+

No séc. XVIII o estudo desta classe gramatical foi desenvolvido por cerca de uma meia centena de gramáticos. Do confronto das várias definições avançadas, que muito têm em comum com as da antiguidade greco-latina, decidimos selecionar os autores já referidos na primeira parte desta lição.

A definição de nome assenta essencialmente no critério semântico e no critério semântico e morfológico, seguindo Dionísio, Donato, Carísio, Diomedes (critérios semântico e morfológico), Consêncio e Prisciano (semântico). Os gramáticos setecentistas não se afastam muito. Para Contador de Argote “Nome he huma palavra, que significa alguma cousa; tem números; e se declina por casos” (1725,2). Esta definição é semântica e morfológica. Casimiro, ao definir o nome como “huma voz cujos casos, e declinações se conhecem por meio do artigo e da preposição” (1792, 2), segue o critério morfológico. Reis Lobato, Fonseca e Figueiredo inserem as suas definições na linha semântica:

“Nome he huma voz, com que se nomeão as cousas, e suas qualidades, assim como *Esmeralda*, que significa huma cousa; e *Verde*, que desta cousa, ou de outra semelhante significa a qualidade de ter a cor verde” (Lobato, 1770, 9).

“Nome he huma voz, ou dicção, que se apropria a cada pessoa, ou cousa para a dar a conhecer, e differençar de outra” (Fonseca, 1799,3).

“O Nome he a palavra, com que significamos alguma cousa, ou sua qualidade, como: *Homem*, *Prudente*” (Figueiredo, 1779, 6).

Estes dados permitem-nos concluir que os gramáticos setecentistas não dão atenção de maior às definições e às suas classificações. As suas obras têm uma visão eminentemente assente no *usus*, na prática. Por isso há falta de coerência interna concernentemente às definições e às suas classificações. Sistematizando, temos:

	CRITÉRIO SEMÂNTICO	CRITÉRIO MORFOLÓGICO
OLIVEIRA, 1536	-	-
ARGOTE, 1725	+	+
LOBATO, 1771	+	-
CASIMIRO, 1792	-	+
FONSECA, 1799	+	-
FIGUEIREDO, 1799	+	-

Em relação aos autores do séc. XIX, selecionados para a lição, a metodologia utilizada será muito idêntica à que utilizamos para os gramáticos do século anterior. Desta forma procedeu-se, numa primeira fase, ao levantamento de todas as definições de Nome/ Substantivo, procurando, posteriormente, anotar algumas das conclusões a que é possível chegar:

“Chamão-se Nomes aquelas palavras com que se nomeão as coisas que existem, ou que se supõem existir” (Souza, 1804, 31);

“Nomes são palavras, com que indicamos as coisas, que existem por si, (...) ou as qualidades, que representamos como existindo sobre si” (Silva, 1806, 18);

“O Nome Substantivo he huma palavra que exprime hum objecto físico, ou metafísico” (Ferreira, 1819, 10);

“O Substantivo é o nome das pessoas ou das coisas.” (Aulete, 1874, 16);

“Os substantivos são pois os nomes das substancias, isto é, os nomes adoptados para designarem as substancias, e por substancias entendem-se as pessoas, os animaes, os seres, e geralmente todos os objectos existentes no universo ou na imaginação, e que podemos ver, tocar, provar, cheirar, ouvir ou comprehender. (...) Todo o nome antes do qual se pôde empregar *um, uma, o, a, os, as*, é substantivo. (...) Conhece-se tambem que uma palavra é substantivo, quando se lhe pôde attribuir uma bôa ou má qualidade” (Azevedo, 1880, 21);

“Chamão-se nomes substantivos (ou simplesmente substantivos): as palavras com que se nomeião os seres (...), as palavras com que se nomeião as açções, qualidades e estados, quando se considerão separados dos objectos a que pertencem” (Epiphanio, 1888, 12);

“Substantivo é uma palavra variavel com que se nomeam as substancias reaes ou fictícias” (Leite, 1882, 12);

“Chama-se SUBSTANTIVO ou NOME SUBSTANTIVO toda a palavra que empregamos como nome (proprio ou commum) de pessoa ou coisa” (Coelho, 1891, 6).

Os critérios utilizados foram:

	Critério Semântico	Critério Morfológico	Critério Sintático
SOUZA, 1804	+	-	-
SILVA, 1806	+	-	-
FERREIRA, 1819	+	-	-
AULETE, 1874	+	-	-
AZEVEDO, 1880	+	-	+
EPIPHANIO, 1881	+	-	-
LEITE, 1882	+	+	-
COELHO, 1891	+	+	-

Como pode verificar-se, os autores oitocentistas utilizam um critério semântico na definição de Nome, não obstante observarmos que dois dos gramáticos estudados apresentam também um critério morfológico ao definir o conceito de nome ou substantivo (Leite, 1882 e Adolfo Coelho, 1891), o que já tinha sido apresentado por Contador de Argote e Casimiro. Esta tradição é retomada na década de 70 do séc. XIX.

Verifica-se, igualmente, que em Azevedo, 1880, foram, pela primeira vez, utilizados critérios sintáticos na definição de Nome, situação que só um século mais tarde se verificou novamente. Constatamos também que Leite, 1882, e Coelho, 1891, utilizam simultaneamente os critérios semânticos e morfológicos na sua definição.

2.2.1. Subclasses do Nome na lingüística portuguesa de setecentos e de oitocentos

Apresentaremos, agora, as diversas subclasses da classe *Nome*. Gostaríamos de fazer uma análise da forma como cada uma dessas subclasses é tratada nas gramáticas em análise, com especial incidência na evolução das várias classificações apresentadas; no entanto, tal não é possível num estudo desta natureza. Limitar-nos-emos a abordar, numa perspectiva diacrônica, as classificações elaboradas por estes treze gramáticos. Em seguida, e a propósito dessas classificações, faremos algumas observações procurando realçar os aspectos que nos parecem mais pertinentes.

ARGOTE, 1725:

O Nome pode ser:

1. Nome Proprio
2. Nome Appellativo
3. Nome Collectivo
4. Nome Substantivo
5. Nome Adjectivo
6. Nome Relativo
7. Nome Infinito
8. Nome Patrio
9. Nome Nacional
10. Nomes Partitivos
11. Nomes Numerais: 11.1. Cardinais
11.2. Ordinais
12. Nomes Positivos
13. Nomes Comparativos
14. Nomes Superlativos

As várias subclasses vão sendo, ao longo do diálogo entre o mestre e o discípulo, enunciadas por agrupamentos tal como aqui surgem, sem, no entanto, se estabelecerem relações e interdependências entre as mesmas. Era outro certamente o objetivo deste gramático, o que acontece também com os seguintes. Repare-se que, na apresentação das várias subclasses do Nome, Contador de Argote não divide as que dependem do Nome Substantivo das que se inserem no Nome Adjetivo. Quando, por exemplo, fala dos Nomes Positivos, Comparativos e Superlativos, refere-se apenas aos Nomes Adjetivos, não estabelecendo explicitamente uma classificação que faça depender aqueles nomes destes (Argote, 1725, 30-33). Por outro lado, verifica-se a utilização um pouco indiscriminada de critérios de classificação. Em 1, 2 e 3, 8 e 9, 10 e 11, 12, 13 e 14 recorre-se ao critério semântico (com a particularidade de em 13 ocorrer o critério semântico de finalidade); em 4 e 5, 6 e 7 o gramático utiliza o critério morfológico.

Tal como refere Gómez Asencio (1985, 14), parece-nos que não há propriamente a preocupação de construir uma classificação no sentido em que hoje entendemos este termo, mas apenas uma enumeração das subclasses do Nome. Isto é, a elaboração de uma lista não sistematizada em que cada subclasse não tem nenhuma relação com as demais subclasses (não havendo, por isso,

oposição entre elas). Cada subclasse apenas se relaciona com a classe geral na qual aparece integrada.

LOBATO, 1770:

1. Nomes Substantivos
2. Nomes Adjectivos

1. Os Nomes Substantivos dividem-se em:

- 1.1 Proprios
- 1.2. Appellativos:
 - 1.2.1. Collectivos
 - 1.2.2. Augmentativos
 - 1.2.3. Diminutivos

2. Os Nomes Adjectivos dividem-se em:

- 2.1. Pronome
- 2.2. Particípio
- 2.3. Partitivo
- 2.4. Numeral:
 - 2.4.1. Cardeal
 - 2.4.2. Ordinal
- 2.5. Pátrio
- 2.6. Gentílico
- 2.7. Positivo
- 2.8. Comparativo
- 2.9. Superlativo

Contra (ou aparentemente contra) a nossa anterior interpretação, segundo a qual estes gramáticos não estavam a pensar em classificações tal como nós hoje as entendemos, mas em enumerações, surge o fato de cada um deles (e neste ponto Reis Lobato é um primeiro exemplo) apresentar um novo modelo classificatório em que depara com novos elementos (como, neste caso, Pronome, Particípio e Gentílico) e/ou os mesmos elementos colocados em diferentes posições, criando novas organizações.

Ainda segundo Gómez Asencio:

“Esto podría ser síntoma de la preocupación por corregir las clasificaciones anteriores y por elaborar una clasificación (en sentido actual) nueva, más adecuada, no una enumeración en la que el lugar ocupado por los elementos no es pertinente” (1985, 14).

Há, porém, princípios básicos de elaboração de uma classificação que nem sempre são respeitados. Por exemplo, na subdivisão dos Substantivos Appellativos, Reis Lobato recorre ao critério semântico para definir os Collectivos; e para a definição dos Augmentativos e Diminutivos; além desse critério, serve-se também do formal (Lobato, 1770, 10-11). Para além da já esperada divisão em Substantivos e Adjectivos, apresenta uma dos Substantivos em Próprios e Appellativos, que, por sua vez, se subdividem em Collectivos, Augmentativos e Diminutivos. A propósito da subclasse dos Collectivos, temos que realçar a atualidade da classificação.

Como vimos, Contador de Argote não se importa com as subclasses do Adjetivo; para ele as subclasses Pátrio, Partitivo, Numeral, Positivo, Comparativo e Superlativo pertenciam diretamente à classe dos Nomes. Lobato reestrutura esta classificação e faz com que estas subclasses dependam do Adjetivo (que é, ele próprio, uma subclasse do Nome).

CASIMIRO, 1792:

1. Nomes Substantivos
2. Nomes Adjectivos

1. Os Nomes Substantivos dividem-se em:

- 1.1. Proprio
- 1.2. Appellativo
- 1.3. Collectivo

2. Os Nomes Adjectivos dividem-se em:

- 2.1. Gentílico
- 2.2. Pátrio
- 2.3. Pronome
- 2.4. Positivo
- 2.5. Comparativo
- 2.6. Superlativo

Casimiro mantém, de um modo geral, a estrutura de Lobato; numa primeira classificação distingue Nomes Substantivos de Nomes Adjetivos e posteriormente enumera algumas subclasses de cada um deles. Constatamos, pois, que, em relação ao gramático precedente, as subclasses propostas são praticamente as mesmas, mas aparecem redistribuídas como se, efetivamente, Casimiro

fosse movido por uma vontade de melhorar a(s) classificação(ões) anterior(es). Uma dessas redistribuições refere-se precisamente à subclasse dos Coletivos. Em relação à classificação de Reis Lobato, os coletivos deixam de ser uma subclasse dos apelativos (comuns) e passam a depender diretamente dos nomes substantivos (Casimiro, 1792, 2). Quanto às subclasses do nome adjetivo, Casimiro não considera o particípio, o partitivo e o numeral (Casimiro, 1792, 2).

FONSECA, 1799:

1. Nome Substantivo: Commum (ou Appellativo)
Proprio

2. Nome Adjectivo
(Adjectivo substantivado)

3. Nomes Numeraes.

1.1. Nomes Primitivos

1.2. Nomes Derivados:

Gentilicos ou Nacionais

Patronimicos

Aumentativos

Diminutivos

1.3. Nomes Collectivos:

Gerais

Partitivos

1.4. Nomes Verbais

1.5. Nomes Compostos

2.1. Três espécies de Adjectivos:

Positivo

Comparativo:

Superioridade

Inferioridade

Igualdade

Superlativo:

Absoluto

Relativo

3.1. Nomes Numeraes.

3.1.1. Se Adjectivos:

Absolutos ou Cardeaes

Ordinaes

3.1.2. Se Substantivos:

Collectivos

Partitivos ou Distributivos

3.1.3. Se Substantivos ou Adjectivos:

Proporcionais ou Aumentativos.

3.1.4. Nomes Numerais de Repetição

Trata-se de uma classificação extensa que apresenta várias subclasses do Nome. Além das já habituais subclasses Nome Substantivo e Nome Adjetivo, faz depender diretamente da classe geral – Nome – as subclasses Primitivos, Derivados, Colectivos, Verbais, Compostos e Numerais. Estas subclasses estão totalmente afastadas ou separadas do Nome Substantivo e do Nome Adjetivo. Pode dizer-se que um determinado vocábulo é um Nome Primitivo ou um Nome Verbal sem se saber se é um Nome Adjetivo ou Substantivo. Estas subclasses são, assim, concebidas sem que entre elas se estabeleça qualquer relação. Por exemplo, os Colectivos, que em Lobato eram uma subclasse dos Substantivos Apelativos e em Casimiro uma subclasse dos Nomes Substantivos, passam a ser considerados uma subclasse direta do Nome (Fonseca, 1799, 4), alterando-se, assim, as relações estabelecidas nas classificações anteriores.

Utiliza diferentes critérios dentro da mesma classificação, o que revela independentismo relativamente aos gramáticos antecessores. A título de exemplo: na classificação, Nomes Primitivos e Derivados são definidos de acordo com um critério morfológico; Gentilicos e Patronímicos segundo um critério semântico e, por fim, na definição de Aumentativos e Diminutivos ocorrem, em simultâneo, ambos os critérios – o semântico e o morfológico (Fonseca, 1799, 21-23).

Os Verbais são definidos do seguinte modo: “os que se derivam dos verbos.” (Fonseca, 1799, 27). Constituem uma outra subclasse independente dos Nomes Derivados, dos quais é dada a seguinte definição: “Derivados são os que se formam dos primitivos.” (Fonseca, 1799, 22).

Como méritos essenciais desta classificação há a referir o fato de desenvolver muito bem os sentidos correntes no uso dos Nomes Aumentativos e Diminutivos e a descrição, bastante pormenorizada, das “três espécies de

Adjectivos” (Fonseca, 1799, 29). Além disso, apresenta, entre outros, um aspecto inovador, pois é o único gramático a referir, na sua classificação de Nomes, os Nomes Compostos, definindo-os como:

“os nomes, que se compõem de duas palavras Portuguezas, inteiras, ou com alguma mudança.” (Fonseca, 1799, 27).

FIGUEIREDO, 1799

1. Nome Substantivo:

1.1. Proprio

1.2. Appellativo:

1.2.1. Collectivo

1.2.2. Augmentativo

1.2.3. Diminutivo

2. Nome Adjectivo:

2.1. Adjectivo (propriamente dito):

2.1.1. Partitivos

2.1.2. Possessivos

2.1.3. Numeraes:

2.1.3.1. Cardinal

2.1.3.2. Ordinal

2.1.4. Patrios

2.1.5. Gentilicos

2.1.6. Positivos

2.1.7. Comparativos

2.1.8. Superlativos

2.2. Pronome

2.3. Participio

A propósito das subclasses do Substantivo, Figueiredo retoma na íntegra a classificação apresentada por Reis Lobato. Quando subdivide os Nomes Adjetivos em “Adjectivo” (propriamente dito), “Pronome” e “Participio”, Figueiredo afirma que “estas são as tres propriedades da substancia, que vem a ser: qualidade, pessoa e acção” (Figueiredo, 1799, 12). Acrescenta ainda que dos participios tratará depois dos verbos, argumentando para o efeito que esse é “o lugar proprio” e baseia-se na tradição ao afirmar: “[...] que lhe assignam quasi todos os Grammaticos.” (Figueiredo, 1799, 4). Numa leitura mais atenta,

podemos ver aqui, mais uma vez, a influência clara de Reis Lobato que já seguira este método – colocar o pronome e o participio como subclasses do nome adjetivo.

Vejamos, agora, as diversas subclasses ou “castas” da classe *Nome* nos diversos autores oitocentistas.

SOUZA, 1804:

1. Nome

- 1.1 Nomes Proprios;
- 1.2 Nomes Appellativos;
 - 1.2.1 Coletivos;
 - 1.2.2 Augmentativos;
 - 1.2.3 Diminutivos;
- 1.3 – Nomes Abstractos

SILVA, 1806

1. Nome

- 1.1 Abstractos;
- 1.2 Individuaes;
- 1.3 Communs (geraes);

FERREIRA, 1819:

1. Nome:

- 1.1 Nome Substantivo:
 - 1.1.1 Proprio
 - 1.1.2 Commum ou Apellativo
 - 1.1.3 Diminutivo
 - 1.1.4 Augmentativo
 - 1.1.5 Collectivo
 - 1.1.6 Partitivo

Além destas subclasses, o autor ainda apresenta uma subdivisão em: *especie, genero e genero supremo.*

1.2 Nome Adjectivo:

- 1.2.1 Físicos;
- 1.2.2 Metafísicos;

Estes subdividem-se em:

- Nominaes;
- Verbaes;
- Possessivos;
- Demonstrativos
- Numeraes {
 - Cardinaes
 - Ordinaes
 - Collectivos
 - Destributivos
 - Proporcionaes

AULETE, 1874:

1. Substantivo:
 - 1.1 Proprios;
 - 1.2 Communs;
 - 1.2.1 Collectivos.

AZEVEDO, 1880:

1. Nome/ Substantivo
 - 1.1 Proprios
 - 1.2 Communs ou Appellativos;
 - 1.2.1 Universais ou Analogicos;
Estes subdividem-se:
 - Physicos;
 - Moraes;
 - 1.2.2 Parciaes ou Abstractos;
 - 1.2.3 Collectivos
Estes subdividem-se:
 - Geraes;
 - Proporcionaes;
 - Partitivos {
 - Definidos;
 - Indefinidos

2. Substantivos Primitivos;
3. Substantivos Derivados;
 - 3.1 Gentilicos ou Nacionaes;
 - 3.2 Patronymicos
 - 3.3 Augmentativos;
 - 3.4 Diminutivos;
 - 3.5 Verbaes;
 - 3.6 Compostos.

EPIPHANIO, 1881:

1. Substantivos
 - 1.1 Concretos
 - 1.1.1 Proprios
 - 1.1.2 Appellativos ou Communs
 - 1.1.3 Collectivos
 - 1.2 Abstractos

LEITE, 1882:

1. Substantivos
 - 1.1 Proprios
 - 1.3 Communs

Quanto à origem, forma e significação

1. Collectivos
 - 1.1 Geraes
 - 1.1.1 Indeterminados
 - 1.1.2 Determinados
 - 1.2 Partitivos
 - 1.2.1 Distributivos
 - 1.2.2 Proporcionais
2. Abstractos
3. Primitivos
4. Derivados

- 4.1 Augmentativos
- 4.2 Diminutivos
- 4.3 Appellativos Verbaes
- 5. Compostos

COELHO, 1891:

1. Substantivos / Nomes Substantivos:

1.1 Proprios

1.2 Communs

1.3 “... nomes de acções, estados, qualidades das pessoas ou das coisas que subsistem por si...” (Abstractos)

Assim, podemos afirmar que, embora estas propostas sejam diferentes, é possível encontrar pontos comuns entre as mesmas, sendo a semelhança entre algumas inegável. Atenda-se, contudo, a que a similitude entre determinadas classificações propostas não obedeceu a uma ordem cronológica, pelo que a classificações mais simples se seguiram, muitas vezes, classificações eminentemente mais complexas.

Por esta razão, e atendendo às características de cada proposta apresentada, optamos por nos ocupar, inicialmente, das classificações menos complexas, dado serem estas que mais têm em comum, formando um grupo mais homogêneo; e, num segundo momento, trataremos aquelas que se nos afiguram mais complexas e, conseqüentemente, detentoras de um maior número de particularidades/ especificidades.

Deste modo, o primeiro grupo será constituído pelas classificações propostas por: Sousa, 1804; Silva, 1806; Aulete, 1874; Epiphanio, 1881 e Coelho 1891. Enquanto que num segundo grupo integraremos as propostas de: Ferreira, 1819; Azevedo, 1880 e Leite, 1882.

Se atendermos cuidadosamente aos esquemas das divisões classificatórias do Nome integradas naquele que denominamos grupo um, facilmente concluímos que estas são as que mais se aproximam da proposta de Celso Cunha e Lindley Cintra, isto é, são classificações mais próximas das propostas pelos gramáticos modernos. Fundamentamos esta afirmação com base numa citação de José Gómez Asencio, segundo o qual “En una clasificación propriamente dicha: (i) debe usarse un solo criterio clasificatorio; (ii) los términos incluidos en ella, definidos por un mismo criterio, deben ser mutuamente excluyentes;

(iii) dichos términos deben entrar, en algún sentido, en oposición entre sí.” (Asencio, 1985, 14).

Efetivamente, todas estas propostas contemplam uma só classificação, sendo cada uma das subclasses apresentadas definidas mediante um único critério (neste caso, o critério semântico) e estabelecendo-se entre as mesmas uma relação de exclusão ou oposição.

Ainda que estas propostas sejam bastante semelhantes, é possível encontrar entre elas diferenças significativas; assim, verificamos que nem todos os gramáticos reconhecem a existência de Nomes / Substantivos Coletivos, como é o caso de Silva, 1806 e Coelho, 1891; Aulete, 1874, não contempla na sua proposta os Substantivos Abstratos. Paralelamente, é freqüente que os mesmos elementos sejam considerados por alguns gramáticos subclasses autônomas, enquanto em outras propostas serão tratados como subdivisões de uma determinada subclasse. Esta situação verifica-se, por exemplo, no tratamento dado aos Nomes / Substantivos Coletivos, que só em Sousa, 1804, e Aulete, 1874, surgem como elementos integrados nos Nomes / Substantivos Apelativos ou Comuns. Este fato aproxima estes dois gramáticos de Cunha e Cintra, 1984, cuja proposta contempla a mesma subdivisão.

Importantes também parecem-nos outras duas situações: o fato de apenas Sousa, o primeiro gramático oitocentista selecionado, incluir na sua classificação os Nomes Aumentativos e Diminutivos, hoje considerados graus dos Substantivos; bem como o de Epiphanyo, 1881, ser o único gramático a proceder à distinção entre Substantivos Concretos e Abstratos, algo que só verificamos na proposta de Cunha & Cintra, 1984.

No que concerne ao segundo grupo, ocupar-nos-emos individualmente de cada uma das propostas destes gramáticos, dado que as diferenças entre as mesmas são significativas. Não deixaremos, contudo, de estabelecer paralelos entre estas classificações, sempre que tal seja possível e nos pareça necessário.

Deste modo, começaremos pela classificação proposta por Ferreira, 1819. Esta resulta particularmente interessante na medida em que é a única que subdivide a classe do Nome em Nome Substantivo e Nome Adjetivo, sendo, por isso, a que mais de perto segue a tradição. Para além desta subdivisão, o gramático apresenta ainda uma outra, de influência aristotélica, em *especie, genero e genero supremo*. Dada a especificidade desta proposta, que surge quase que deslocada cronologicamente, revela-se extremamente difícil compará-la com as restantes propostas. No entanto, é inegável que no que concerne aos elementos contemplados dentro da subclasse Nome Substantivo não detectamos, neste ponto, diferenças substanciais em relação aos outros gramáticos.

Ocupando-nos agora das propostas de Azevedo, 1880, e Leite, 1882, verificamos que cada um destes gramáticos apresenta não uma, mas duas classificações, afastando-se, assim, da noção de classificação, tal como ela é entendida atualmente. Segundo Asencio, “lo más probable es que estos autores no pensaran propiamente [como já atrás aludimos] en *clasificaciones*, (...) sino más bien en *enumeraciones* de las subclases, listas no sistematizadas en las cuales cada subclase no tiene ninguna relación con las demás subclases y sí solo con la clase en que está integrada” (Asencio, 1985,14).

Efetivamente, a inconsistência das classificações propostas por Azevedo e Leite resulta da utilização conjunta de diferentes critérios classificatórios na definição das subclasses apresentadas, neste caso do critério semântico e do critério morfológico. Permite-se, deste modo, a integração de cada uma das subclasses na classe geral, mas inviabiliza-se, em alguns casos, a necessária relação de exclusão ou oposição entre alguns dos elementos contemplados nestas classificações.

2.2.1.1. Nomes substantivos e adjetivos e sua separação

Desde a primeira gramática da civilização ocidental até ao início do séc. XIX, o nome subdividia-se em substantivo e adjetivo. Para não nos alongarmos em demasia, abordaremos de forma muito sucinta, a classe do Nome na sua subdivisão em Nomes Substantivos e Nomes Adjetivos em cinco gramáticos setecentistas.

ARGOTE, 1725:

Contador de Argote, ao enunciar as “castas” de palavras da língua portuguesa, não distingue, como nós o fazemos hoje, o substantivo do adjetivo. Pelo contrário, respeitando a tradição, inclui o substantivo e o adjetivo na mesma “casta” de palavras – o Nome. Além disso, quando aborda as “castas, e diversidades dos nomes” (Capítulo II), só depois de referir a classificação dos nomes em “Proprios”, “appellativos” e “collectivos”, faz a distinção entre Nome Substantivo e Nome Adjetivo, definindo-os do seguinte modo:

“Nome Substantivo he aquelle, que per si só sem ajuda de outrem pode estar na Oração.” (Argote, 1725, 21).

“Nome Adjectivo he aquelle, que não pode estar na Oração sem outro nome, ou clara, ou occultamente.” (Argote, 1725, 21).

Depois da apresentação de exemplos, conclui:

“o Adjectivo tem claro o Substantivo, de quem depende, e necessita.” (Argote, 1725, 22).

Repare-se que a distinção entre estas duas Classes de Nome é feita tendo em conta um critério sintático (intra-oracional). Pensamos também que já se encontra nas palavras de Contador de Argote, ainda que de forma implícita, a noção de regência.

LOBATO, 1770.

Embora acrescente uma classe de palavras em relação a Argote, Reis Lobato também inclui o substantivo e o adjetivo na mesma classe, isto é, fá-los depender diretamente do nome. Deste modo, o Nome também se divide em duas subclasses: o Substantivo e o Adjetivo.

“Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem dependencia do Adjectivo, significa completamente huma cousa, assim como *Ceo*, *Terra*.” (Lobato, 1770, 10).

“O Nome Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade da cousa, que significa o Nome substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo.” (Lobato, 1770, 11).

Reis Lobato conjuga nesta distinção entre Nome substantivo e Nome adjetivo os critérios semântico (quando afirma que o Substantivo tem significado por si só, ao contrário do Adjetivo) e sintático (na medida em que realça a dependência do Adjetivo em relação ao Substantivo).

CASIMIRO, 1792.

Para este gramático do final do século também o Substantivo e o Adjetivo não são considerados classes autônomas. Eles pertencem à classe dos Nomes:

“Todo o nome ou he Substantivo, ou Adjectivo.” (Casimiro, 1792, 2).

Casimiro ao definir Substantivo e Adjetivo serve-se apenas do critério semântico:

“Substantivo he aquelle, que significa completamente huma cousa, ou pessoa.” (Casimiro, 1792, 2).

“Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade das cousas.” (Casimiro, 1792, 2).

FONSECA, 1799.

É de forma peremptória que este gramático inclui o substantivo e o adjetivo na classe dos nomes, ao afirmar:

“[Nome] divide-se em Substantivo, e Adjectivo.” (Fonseca, 1799, 5).

Fonseca serve-se, para distinguir estas duas subclasses do Nome, dos critérios semântico e sintático. As definições, que apresenta de Nome Substantivo e de Nome Adjetivo, são muito completas:

“Nome Substantivo he o que significa alguma substancia corporea, ou espiritual, e que por si só póde subsistir na oração sem dependencia de outra palavra, que o qualifique.” (Fonseca, 1799, 5).

“Nome Adjectivo he o que se ajunta ao substantivo para denotar a sua qualidade.” (Fonseca, 1799, 5).

FIGUEIREDO, 1799.

Pedro José de Figueiredo mantém a inclusão do Substantivo e do Adjetivo na classe do Nome. Deste modo, afirma,

“O Nome ou he Substantivo, ou Adjectivo.” (Figueiredo, 1799, 6).

Apresenta de imediato a definição de cada uma destas subclasses, dizendo:

“Substantivo he o que mostra, ou representa a cousa em si, isto he, a substancia, e por isso póde estar na Oração sem o Adjectivo, como: *Homem, Leão*. (Figueiredo, 1799, 6).

“O Adjectivo he o que descobre as circumstancias da cousa, isto he, as propriedades annexas á substancia, ou que se lhe podem attribuir, e por isso não póde estar sem o Substantivo claro, ou occulto, como: *Robusto, Feróz*; e assim faremos unindo lhes os Substantivos: *Homem robusto, Leão feróz*.” (Figueiredo, 1799, 6-7).

Mantém-se, nestas definições, o uso dos dois critérios já anteriormente referidos, isto é, o critério semântico e o sintático.

Em síntese, podemos dizer que substantivos e adjetivos são para estes gramáticos subclasses de uma classe de palavras superior que as integra: o nome. Os substantivos são preferentemente definidos por critérios semânticos (extra-oracionais), enquanto que os adjetivos por critérios semântico-sintáticos (intra-oracionais). Em 1804, Manuel Dias de Sousa opera, definitivamente, a separação nome/adjetivo.

3- O Nome em Celso Cunha & Lindley Cintra, Mário Vilela e Evanildo Bechara

3-1- Definição do substantivo

Ao confrontarmos os conceitos de Nome ou Substantivo em Celso Cunha & Lindley Cintra, Mário Vilela e Evanildo Bechara, verificamos que nos encontramos na presença de definições que acusam diferenças significativas do

ponto de vista estrutural. Com efeito, a definição proposta por Cunha e Cintra aproxima-se da caracterização desenvolvida pelos gramáticos analisados previamente, amplamente veiculada pela gramática tradicional:

“SUBSTANTIVO é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral (...). Do ponto de vista funcional, o substantivo é a palavra que serve, *privativamente*, de núcleo do sujeito, do objecto directo, do objecto indirecto e do agente da passiva.” (Cunha & Cintra, 1992: 130)

A formulada por Mário Vilela, embora se reporte à gramática tradicional, insere-se no quadro doutrinário da Linguística Moderna:

“O substantivo (= substantivus: ‘autónomo’, ‘que pode existir por si’) permite a representação linguística “objectivizada” de coisas, processos, relações, propriedades. Gramaticalmente, os substantivos caracterizam-se por serem flexionáveis (género e número), determináveis e actualizáveis pelo artigo e pelos determinantes, especificáveis pelos adjectivos, capazes de funcionar na frase e com possibilidade de realizarem quase todas as funções sintácticas (à excepção do predicado verbal) e disponíveis para ocupar qualquer posição, de acordo com a função, na frase.” (Vilela, 1999: 180)

A definição de Evanildo Bechara ajusta-se aos modelos e esquemas da Linguística Moderna sem, no entanto, abandonar a definição canónica transmitida pelos gramáticos ocidentais:

“**Substantivo** – é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos *objetos substantivos*, isto é, em primeiro lugar, substâncias (*homem, casa, livro*) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (*bondade, brancura*), estados (*saúde, doença*), processos (*chegada, entrega, aceitação*).” (Bechara, 1999: 112)

Similarmente à maioria das propostas classificatórias da centúria de oitocentos, o critério semântico serve de sustentáculo a esta caracterização. Para além deste paralelo, semelhantemente a Vilela e Cunha & Cintra, também se reporta aos substantivos concretos e aos abstratos

Assim, é compreensível que estas definições da categoria nominal ou substantival recorram a terminologia divergente, a qual não invalida a existência de simetrias internas. Entre elas, podemos destacar a sua capacidade de reproduzir a realidade extralinguística, já que são as palavras “com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (Cunha & Cintra, 1992: 130), signifi-

cam “as substâncias (*homem, casa, livro*)” (Bechara, 1999: 112), ou seja, “são a classe «nomeadora» por excelência” (Vilela, 1999:180).

Concernentemente ao seu comportamento intra-oracional, “o substantivo é a palavra que serve, *privativamente*, de núcleo do sujeito, do objecto directo, do objecto indirecto e do agente da passiva.” (Cunha & Cintra, 1992, 130); “exerce por excelência a função de sujeito (ou o seu núcleo) da oração e, no domínio da construção do predicado, as funções de objeto direto, complemento relativo, objeto indirecto, predicativo, adjunto adnominal e adjunto adverbial. Em geral, na função de sujeito e de objeto direto dispensa o substantivo o concurso de qualquer outro elemento; nas outras acompanha-se de índice funcional.” (Bechara, 1999: 141), o que equivale a dizer que os substantivos são passíveis de “realizarem quase todas as funções sintáticas (à excepção do predicado verbal) e disponíveis para ocupar qualquer posição, de acordo com a função, na frase.” (Vilela, 1999:180).

Portanto, as definições de Cunha & Cintra e Vilela são estabelecidas, fundamentalmente, com base em critérios semânticos e sintático-funcionais: os primeiros pretendem objetivizar o mundo extralingüístico, enquanto os segundos instrumentalizam o seu comportamento gramatical. No entanto, Vilela, para além dos critérios assinalados, também recorre ao morfológico, pois refere que os substantivos se caracterizam “por serem flexionáveis” (*Ibidem*). Esta especificidade constitui um fator de aproximação da Gramática Tradicional, pelo facto de esta sempre ter valorizado a estrutura material do lexema. Bechara, apesar de inserir a sua definição na linha semântica, nas considerações finais, reporta-se à função sintática do substantivo. Esta atitude metodológica denota o seu desejo de separar os dois planos de análise lingüística.

Do exposto, podemos inferir que estes autores contemporâneos repetem os critérios usados pelos gramáticos tradicionais. A única excepção reporta-se ao critério sintático funcional, uma vez que Azevedo, 1880, na sua definição do substantivo, não havia recorrido ao critério sintático funcional, mas sim ao colocacional: “(...) Todo o nome antes do qual se pode empregar *um, uma, o, a, os, as*, é substantivo (...)” (Azevedo, 1880: 21).

3.2- Sistemas de classificação do substantivo

Cintra & Cunha, 1984:

Substantivo:

1- Concretos:

1.1- Próprios;

1.2- Comuns:

1.2.1- Colectivos:

1.2.1.1- Expressam um todo;

1.2.1.2- Expressam uma parte de um todo

2-Abstractos

Vilela, 1999:

Substantivo:

1-Nomes próprios:

1.1-Seres vivos;

1.2-Designações geográficas

2-Nomes de espécie:

2.1- Concretos:

2.1.1- Contáveis;

2.1.2- Individuativos:

2.1.2.1- Vivos;

2.1.2.2- Não vivos

2.1.3- Colectivos:

2.1.3.1- Vivos;

2.1.3.2- Não vivos;

2.1.3.3- Únicos;

2.1.3.4- Nomes de matérias primas

2.2- Abstractos

Bechara, 1999:

Substantivos:

1- Concretos:

1.1-Próprios;

1.2-Comuns:

1.2.1- Contáveis,

1.2.2- Não contáveis:

1.2.2.1- Coletivos:

1.2.2.1.1- Universais;

1.2.2.1.2- Particulares

2-Abstratos

Ao confrontarmos as três propostas classificatórias, verificamos que existe um paralelismo quase perfeito entre o modelo de Cunha & Cintra e o de Bechara. De fato, a única assimetria reporta-se à presença dos nomes contáveis e não contáveis que figuram na classificação do autor da *Moderna Gramática Portuguesa*, verificando-se entre as restantes subclasses uma relação de equivalência.

Em Vilela, constatamos que a estruturação do seu sistema classificatório diverge dos anteriores, já que, enquanto Cunha & Cintra e Bechara dividem os substantivos em concretos e abstractos, o autor da *Gramática da Língua Portuguesa* divide-os em nomes próprios e nomes de espécie sendo estes últimos equivalentes aos nomes comuns. Esta situação permite-nos estabelecer dois grupos distintos: o primeiro formado pelas classificações de Cunha & Cintra e Bechara e o segundo pela classificação de Vilela.

Neste âmbito, entre as várias subcategorias do substantivo equacionam-se relações diversas, uma vez que, no primeiro grupo, os nomes próprios e os comuns dependem dos concretos, ao passo que, no segundo, esta última subclasse está subordinada aos nomes de espécie.

Assim, enquanto Cunha & Cintra e Bechara definem os nomes concretos e os abstractos “per si”, de forma independente dos nomes comuns, Vilela perspectiva-os como sendo subcategorias diretamente dependentes dos nomes de espécie (Cf. Vilela, 1999:182).

No entanto, esta dissemetria estrutural deixa entrever um paralelismo conceptual: a definição dos nomes concretos e abstractos é equivalente nos dois grupos. Tanto Cunha & Cintra como Bechara e Vilela admitem a subdivisão dos substantivos em próprios e comuns, embora este último gramático apelide a subcategoria dos “comuns” de “nomes de espécie”. Na subclasse dos concretos, a classificação proposta por Vilela, subdividida de forma cabal (Cf. *Idem*:182, 183), similarmente à de Bechara, transcende a formulada por Cunha e Cintra, a qual reitera, *sui generis*, a veiculada pela gramática tradicional. Quanto à subcategoria dos nomes coletivos, o autor da *Gramática da Língua Portuguesa* considera-os uma subclasse dos nomes concretos, ao passo que Cunha & Cintra os apresentam como sendo uma subclasse dos comuns e Bechara fá-los depender dos nomes não contáveis.

Todavia, estas diferenças distribucionais não obliteram a existência de pontos de convergência. Com efeito, as subclasses dos universais e dos particulares, que figuram no sistema de Bechara, equivalem, no modelo de Cunha & Cintra, aos nomes coletivos que exprimem um todo e aos que exprimem uma parte de um todo. Os nomes contáveis e não contáveis do autor da *Moderna Gramática Portuguesa* correspondem aos contáveis e individuais de Vilela.

Para além da classificação propriamente dita do nome, todas as propostas integram os elementos gramaticais número, gênero e grau. No entanto, enquanto Cunha & Cintra e Vilela admitem a existência de graus na categoria nominal, Bechara, baseando-se na distinção entre o processo de derivação e de flexão, rejeita essa possibilidade e, por conseguinte, prefere falar em formas aumentativas e diminutivas. Note-se que esta diferenciação, como o próprio autor sugere, se enraíza nos dois tipos de derivação estabelecidos por Varrão: a *derivatio voluntaria* e a *derivatio naturalis*.

Com base no exposto, podemos inferir que as definições da categoria nominal avançadas por Mário Vilela e Bechara, mais direcionadas para um público universitário, se encontram amplamente desenvolvidas e codificadas no registo específico da Comunidade Lingüística, em conformidade com o progresso auferido pela Lingüística Moderna, a qual, semelhantemente às restantes ciências, vai evoluindo e, decorrentemente, vai-se apetrechando de instrumentos susceptíveis de responder aos desafios da realidade atual. A definição de Celso Cunha e Lindley Cintra, respeitando os pressupostos da gramática tradicional, revela-se mais simples e concisa, o que rentabiliza a sua eficácia pedagógica junto do universo estudantil de natureza básica e secundária.

Portanto, estas gramáticas, independentemente das diferenças apontadas, resultantes dos princípios teóricos que lhes servem de referência, cumprem os objetivos propostos, sendo garantes da sistematização e depuração lingüística e, por isso, instrumentos indispensáveis a todos aqueles que percorrem as veredas, por vezes acidentadas, dos vastos campos da ciência lingüística.

4. Conclusões

Numa leitura reportada ao conjunto das classificações expostas, podemos concluir que, ao lado das classificações consistentes, as que seguem um só critério classificatório, se encontram algumas que podemos apelidar de inconsistentes, por recorrerem a diferentes critérios de classificação. Neste último caso, a busca de coerência interna não constitui o escopo dos gramáticos, já que o desejo de agrupar os fenômenos gramaticais se sobrepõe à preocupação de construir verdadeiros sistemas classificatórios. Em relação à dimensão dos modelos de classificação, predominam os sistemas alargados, o que equivale a dizer que a maioria dos gramáticos assimila a tradição gramatical latina, preterindo a herança filosófica grega. Outra ilação que sobressai do cotejo das classificações é que existe um elo de ligação entre si, pois, cada um dos gramáticos implicado recorre a elementos ou subclasses que figuravam na classificação do seu predecessor, o que se traduz por uma aceitação da herança gramatical. No entanto, a redistribuição das várias subclasses, levada a cabo

por cada um dos autores que constituem objeto deste estudo, revela-nos que, não se trata de uma aceitação acrítica, mas sim de uma reformulação constante no sentido de aperfeiçoar as classificações anteriores. Como resultado desta recolocação dos diferentes elementos e do acréscimo ou supressão de outros, vão surgindo novas relações entre as várias subclasses, o que, por vezes, dá origem ao nascimento de novas redes de oposições.

A classe do Nome, para quase metade dos gramáticos, aparece subdividida em duas subclasses principais, o nome Substantivo e o nome Adjetivo, pois a sua separação só ocorreu na primeira década do século XIX. As várias subcategorias dependentes do nome Substantivo e do nome Adjetivo são estabelecidas com base no critério semântico e no critério formal, mas, por sobre as classificações formais, vislumbra-se um recurso ao significado. Neste contexto, o critério semântico, embora coexista ao lado de outros critérios, é o pilar fundamental em que assentam as diversas classificações da categoria nominal, constituindo um indicador de que a língua é um reflexo imediato da realidade, isto é, a grande maioria dos gramáticos estabelece uma relação direta entre a palavra e o referente real.

Hoje, a classe do nome, ao reproduzir o mundo extralingüístico, corporiza esta interrelação e assume-se, inquestionavelmente, como um elemento lingüístico, enquadrando-se na corrente convencionalista e logicista que preexiste ao sistema das partes do discurso. A sua inserção em todos os modelos classificatórios, associada ao seu considerável espaço textual e ao fato de ser o elemento inaugurativo do *continuum* formado pelo sistema das *partes orationis*, sinaliza o seu representacionalismo: a situação privilegiada que mantém no quadro das classes de palavras. No entanto, a relevância apontada é proporcional à sua complexidade: trata-se de uma classe trabalhosa e de difícil estudo. Esta complexidade enraíza-se na divisão do nome em várias subclasses e na dificuldade que preside à sua delimitação.

Em relação ao primeiro aspecto, importa referir que a divisão subcategorial efetuada pelos vários gramáticos, apesar de justificada pela herança tradicional e pelos obstáculos impostos à originalidade, para além de não ser a mais apropriada, descaracterizava, de certo modo, a classe nominal, já que algumas subclasses pertencem, atualmente, a categorias autônomas. Com base neste pressuposto e nas classificações modernas, aventuramo-nos a dizer que a subclasse dos *concretos*, a dos *abstratos*, a dos *próprios*, a dos *comuns* e a dos *coletivos* são as mais importantes, constituindo, assim, a essência do nome.

No que diz respeito ao segundo, é de salientar que a subclasse dos *abstratos* não denota o objetual, isto é, designa propriedades, estados, processos, etc., o que a aproxima de outras categorias gramaticais e, decorrentemente,

dificulta a delimitação² de esta parte do discurso. Os *concretos* também não são facilmente delimitáveis, na medida em que, em determinados contextos fráscicos, podem derivar impropriamente e mudar de categoria gramatical. Acresce referir que qualquer palavra pertencente a outra classe pode funcionar como substantivo.

Em jeito de conclusão, podemos referir que, no concernente às definições da classe nominal, embora se verifiquem mudanças terminológicas e se introduzam novas subclasses, as principais marcas definitórias da categoria em apreço permanecem imutáveis. Esta constância vem confirmar a tese, já indiciada, de que a linha diacrônica da classe do nome, apesar de acusar ligeiras oscilações, não apresenta diferenças acentuadas, ou seja, as características distintivas desta categoria resistiram ao desgaste cronológico. As classes de palavras têm descrições aproximativas, utilizam-se os mesmos critérios classificatórios ainda que com alguma falta de coerência. A classe do Nome apresentou no decurso dos séculos algumas vicissitudes como vimos; no entanto, não pode fazer-se uma leitura hodierna desta classe esquecendo os vinte e três séculos da sua história lingüística, pois algumas das marcas definitórias da classe do Nome continuam inalteradas passado todo este tempo.

Embora o estudo dos gramáticos portugueses só em finais do séc.XX tenha merecido a atenção que lhes é devida, por parte dos lingüistas portugueses, ao contrário do que sucedeu com os gramáticos de outras línguas românicas, hoje reconhece-se que só é possível ficar com uma visão de conjunto dos diferentes assuntos da lingüística hodierna se se tiver em linha de conta a história da lingüística. E é refletindo um pouco mais atenta e demoradamente sobre “as coisas” velhas que encontramos permanentemente “coisas” novas ou que considerávamos novas.

4. Bibliografia utilizada

Aissen, Judith e Hankamer, Jorge. 1984. “Gramatica”. In *Enciclopédia Einaudi, II*, Lisboa: INCM.

Argote, Jeronymo Contador de. 1725. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Oficina de Mathias Pereira da Silva & João Antunes Pedroso [1ª edição 1721].

Aristóteles. 1932. *Poétique*. Paris: Les Belles Lettres.

² No concernente à delimitação do nome, Mário Vilela afirma que “qualquer palavra pertencente a outra categoria pode funcionar como substantivo (Vilela, 1999: 180).

- Aristoteles. 1949. *De Interpretatione: The Organon. I*. London: The Loeb Classical Library.
- Aristóteles. 1953. *Retórica*. Madrid: Instituto de Estudos Políticos.
- Asencio, José J. Gomes. 1985. Subclases de palabras en la tradición española 1771-1847. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Aulete, F. Júlio Caldas. 1874. *Grammatica Nacional*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira – Editor, 8ª edição [1ª ed. 1860].
- Azevedo, Domingos de. 1880. *Grammatica Nacional*. Lisboa: (s. Ed.)
- Barros, João de. 1971. *Grammatica da Lingua Portuguesa*. [Introdução e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu]. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras.
- Bechara, Evanildo. 1999. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna
- Brozas, Franciso Sánchez de las . 1976. *Minerva*. Madrid: Cátedra.
- Casimiro, João Joaquim, 1792. *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*. Porto: Oficina de Antonio Alvares Ribeiro.
- Celso, Cunha e Cintra, Lindley. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Coelho, Adolpho. 1891. *Noções Elementares de Grammatica Portuguesa*. Porto: Lemos & C.^a – Editores.
- Dias, A. Epiphany da Silva. 1881. *Grammatica Portuguesa Elementar*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz – editores, 4ª Edição Revista [1ª ed. 1876].
- Ferreira, Francisco Soares. 1819. *Elementos de Grammatica Portuguesa*. Lisboa: Na Impressão Régia.
- Figueiredo, Pedro José de. 1799. *Arte da Grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro, offerecido a sua alteza real o sermo sr. D. Antonio, principe da Beira..* Lisboa: Regia Oficina Tipographica.
- Fonseca, Pedro José da. 1799. *Rudimentos da Grammatica portugueza, commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons auctores*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Keil, Heinrich. 1981. *Grammatici Latini, vol II, III e IV*. New York: Georges Olms Verlag Hildesheim.
- Leite, Francisco José Monteiro. 1882. *Nova Grammatica Portuguesa*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a.
- Lobato, Antonio Jose dos Reis. 1770. *Arte da Grammatica da lingua portugueza. – composta e offerecida ao II.mo sr: Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquez de Pombal*. Lisboa: Reg. Oficina Typografica.

Oliveira, Fernão de. 2000. *Grammatica da linguagem portugueza*. [Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção] Lisboa: Academia das Ciências.

Paul, Hermann. 1983. *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ªed.portuguesa [Prinzipien der Sprachgeschichte, Tübingen, 1880].

Platonis Opera. 1946.[Recognovit brevique adnotatione critica instruxit Ioannes Burnet.] *Tomus I tetralogias I-II continens*. Oxonii: Typ. Clarendoniana.

Roboredo, Amaro de. 1619. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Consta de tres partes: 1ª Grammatica exemplificada na portugueza e latina; 2ª. Cópia de palavras exemplificadas na latina; 3ª. Phrase exemplificada na latina. Lisboa: Pedro Craesbeek.

Sapir, E.1980. *A linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ªed. portuguesa[1ª edição inglesa em1921].

Saussure, F. de. 1975. *Cours de linguistique général*. Paris: Payot. [1ª ed. 1986]

Silva, Antonio de Moraes.1806. *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Na Off. de Simão Thadeo Ferreira.

Souza, Manoel Dias de. 1804. *Gramatica Portuguesa*. Coimbra:Real Imprensa

Torres, Amadeu.1998. *Gramática e Linguística*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia.

Vaquera, Maria Luisa Calero. 1986. *História de la Gramática Española (1847—1920)*, de A.Bello a R. Lenz. Madrid: Editorial Gredos.

Varro. 1967. *De lingua latina II*. London: Loeb Classical Library.

TRANSCRIÇÕES

QUINTINO DO VALLE

Wilson Choeri
UERJ/ CP II

Poucos, muito poucos dos alunos do Externato tiveram a oportunidade de ser alunos do professor Quintino do Valle. Ele, exercendo a cátedra de Português no Internato, ali se enraizara e criara muitos discípulos. Foi também aluno do Casarão Branco, de São Cristóvão, como afetivamente chamavam o pavilhão de aulas. Ao concluir o curso de Humanidades, retornou como modesto inspetor de alunos. Todos quantos tivessem dificuldades em português, dele se socorriam para evitar possível reprovação.

Disciplinador, enérgico, pouco a pouco foi se tornando o anjo tutelar da garotada. Ao longo dos anos criou legião de amigos e discípulos. Se houvesse eleição para escolha do patrono do Internato, a disputa seria acirrada entre Quintino do Valle e Clóvis do Rego Monteiro. Ambos deixariam a marca de suas personalidade e a imagem de bondade, no coração de seus antigos alunos. No Externato, pontificavam Nascentes e Oiticica; no Internato, Quintino do Valle e Clóvis Monteiro. Enquanto este poucas aulas ministrava, pois logo passara à condição de diretor, Quintino do Valle preferia o contato diuturno com o alunado.

Sua ida temporária para a Sede, como era chamado o Externato, se deveu a motivo de saúde e convalescência de eventual enfermidade.

Ao ser promovido para a terceira série, coincidiu estar ele designado para reassumir as suas atividades docentes. Passei a tê-lo como professor. Sorte da minha turma; com ele iríamos recuperar o tempo que perdêramos na segunda série.

Tivêramos, no ano anterior, como professor Modesto de Abreu, que não nos marcou ou mesmo transmitiu conhecimentos que viéssemos, hoje, a nos lembrar. Pareceu-nos apático, desinteressado, até mesmo ausente ... Entrava em sala, não respondia nosso cumprimento de praxe, isto é, mandar-nos que sentássemos.

Não delegava ao inspetor Pederneiras a aferição da presença em sala. Não que se importasse com um ou outro “*matador de aula*”. Fazia a chamada lentamente, ao ouvir a exclamação “presente”. erguia a cabeça e identificava aparentemente o aluno. Havia dias que levava mais de dez minutos registrando, no diário de classe, a presença. Ministrava as aulas permanentemente sentado; raro, raríssimo, dignava-se ir ao quadro negro. Nós, já na condição de “bichos enfeitados” conhecíamos uma forma de classificação dos professores do Colégio em voga. Ao início de cada ano letivo, arrolavam-se os professores da série em três categorias:

- a dos que nada sabem; nada ensinam
- a dos que sabem; mas nada ensinam
- a dos que nada sabem e tudo ensinam

Logo, logo, o Modesto de Abreu foi classificado na segunda categoria: “*sabia, mas nem em dose homeopática ensinava*”.

O nosso inspetor, quando ouvia nossas críticas, colocava panos quentes:

- Ele não era assim antes do desastre que sofreu. Reparem que tem o frontal com marca de fratura. Ele já concorreu à cátedra de Português e, também, a de Filosofia. Perdeu o estímulo.

O Quintino do Valle entrava em sala já com os motores acesos. Nada de perder o tempo fazendo chamada, o inspetor que fizesse as anotações.

Na primeira aula fez-nos um apanhado do que iríamos estudar e advertiu:

- Se fizerem a terceira série boa, incorporarem as regras de concordância e regência; aprenderem verbos e seus regimes, não mais encontrarão dificuldades ao longo do curso secundário e na faculdade.

Nosso mestre, ainda não totalmente restabelecido, muitas vezes levava as mãos aos rins e deixava escapar leve gemido, mas a aula não se interrompia, só se retirava ao soar da campainha. Quando o inspetor assomava à porta com a ficha de presença, sabia que não poderia interrompê-lo para a assinatura do ponto.

Pouco a pouco, no decorrer das aulas, começamos a ter contato com os clássicos da língua portuguesa, através de citações e exemplos abonadores do que estava sendo ensinado.

Passamos a travar conhecimento com Alexandre Herculano, Padre Antônio Vieira, Frei Luís de Sousa, Camões, Feliciano de Castilho e Camilo Castelo Branco.

Foi também que pela primeira vez, numa das aulas, que passamos a ter notícia da *Réplica* e da *Tréplica*, famosa polêmica havida entre Rui Barbosa e

seu antigo mestre Carneiro Ribeiro, em torno do texto do Código Civil, elaborado por Clóvis Beviláqua.

A disciplina de Português era lecionada três vezes por semana, diferente de hoje que são cinco e até sete aulas, e nem assim o nível dos alunos deixa de ser baixíssimo e muitos irão padecer de *analfabetismo funcional*. Culpa dos alunos ou dos professores?

Sabíamos que uma das três aulas seria destinada à redação. Previamente, indicava-se o tema, quase sempre na aula que antecederia à de redação. No dia da aula de redação, Quintino do Valle não recolhia o trabalho, mas anotava com zero a lápis, na pauta, ao lado do nome daqueles que não haviam cumprido a tarefa. Aleatoriamente, chamava um para trancrever no quadro o texto que redigira. A correção tornava-se coletiva, isto é, a turma teria que participar ativamente.

– Vamos inicialmente assinalar os erros de ortografia, sublinhando-os com traço; com dois, os de concordância; e um em diagonal, para a pontuação.

Após assinalados, o quadro era erguido e se iniciava a correção coletiva, sempre os alunos propondo e Quintino sugerindo e escoimando as formas não adequadas. A última etapa consistia em eliminar repetições e criar frases novas. Didaticamente, nosso eficiente professor, alternava o tipo da redação que nos pedia.

– Quero que façam uma dissertação sobre o tema “*um pingo d’água na vidraça*” ou então o “*gotejar de uma torneira*”. Terão que dar curso à imaginação, o tema é propositalmente vago.

Em outras ocasiões, antes de propor a temática, ensinava-nos o que era narrar, descrever, reproduzir uma história. Desgraçadamente, no dia em que tivemos de dar conta da dissertação do pingo d’água ou do gotejar de uma torneira, fui o escolhido para trancrever o meu texto; logo, o meu texto seria submetido a julgamento. Sofri toda sorte de críticas e gozações. Resisti, resignada e disciplinarmente. Não houve jeito de ser aproveitada qualquer frase ou pequeno trecho do que fizera. Foi o caos total. Caí na esparrela de dizer o óbvio, que o pingo era composto de hidrogênio e oxigênio e outras baboseiras. Quintino do Valle sorrindo, antes de mandar-me retornar a meu lugar, levou a turma a gargalhada, quando me disse com ironia:

– Essa sua redação, ao longo da minha vida *já vi melhor; pior também já vi; mas igual, nunca vi*.

Fez a classe silenciar e, de forma simpática e paternal, procurou me orientar.

– Dissertar sobre o tema abstrato é muito difícil; além de imaginação é necessário amplitude de conhecimentos. Vou ficar no seu pé,

terá que me apresentar, em todas as aulas, uma redação. Estamos iniciando o mês de maio, logo terá que apresentar um total de doze redações, nunca menos de vinte linhas de texto. Nas férias de junho, a tarefa será descrever as festas juninas: Santo Antônio, São João e São Pedro, sem repetição. Terá outra tarefa: ir à Biblioteca Municipal ou Nacional – semanalmente, fazer o resumo, com base nas manchetes e títulos das notícias estampadas nos jornais. Jovem, se fizer o que lhe estou dizendo, irá escrever com desenvoltura. Escrever é treino.

Inesquecível lição. Cumpri tudo que me fora determinado, melhorei substancialmente a minha redação. Incrível, todas as redações que fiz foram por ele devolvidas, corrigidas e acompanhadas de pequeno comentário.

Na época que cursávamos a terceira série ainda havia o regime de quatro provas parciais e um exame oral. Em pelo menos duas das provas, lembro-me dos temas das redações em forma de dissertação propostas: “*As flores*”; “*Ser livre é ser feliz*”.

Nas aulas de redação, tivemos a chance de aprender a diferença entre um bilhete e uma carta; a redigir requerimento ou petições, telegramas. Enfim, vimos toda a gama de textos rotulados de redação oficial. Algumas recomendações ainda me soam fortemente, já passados mais de sessenta anos:

– Os pronomes de tratamento, ou de referência como exemplo, Vossa Excelência, Vossa Senhoria e outros, devem levar o verbo e pronomes átonos para a terceira pessoa, jamais para a segunda pessoa.

Ao fazer as ponderações indicadas, nos ensinou:

O tratamento *Vossa Mercê*, usado no passado, deu origem ao pronome *você*. Pela lei do menor esforço, passou a se dizer *vosmecê*; a seguir, *vancê*; hoje *você*. Este tratamento é mais coloquial, passou a ser tratamento indicativo de intimidade entre as pessoas ou também do superior para o inferior. O seu uso, aqui no Rio de Janeiro, é muito difundido; já os gaúchos preferem o *tu* ao *você*. Na conversa aqui o carioca já usa *você* e leva o verbo para a terceira pessoa do singular.

Ao fim de que pudéssemos melhor entender as aulas sobre verbos e seus regimes, explicou-nos as formas verbais rizotônicas e arrizotônicas.

– As formas verbais chamadas rizotônicas são aquelas em que o acento tônico recai no radical, na raiz do verbo; a palavra decomposta já diz tudo: riso = raiz; exemplos: – *coube*, *canto*. As formas arrizotônicas são aqueles cujo acento recai na terminação ou, precisamente, na desinência: – *andou*, *falou*.

Obsessivo e didaticamente perfeito tornou-se quando começou a nos ensinar a sintaxe de concordância e de regência. Em suas explicações gostava de colocar, no quadro, antes de iniciar a aula, um quadro sinóptico do que iria explicar.

– Anotem nos cadernos e memorizem o que entendemos por *silepse*:
 – a concordância das palavras é levada mais pela lógica do que pelos princípios requeridos pela gramática; a concordância com a *forma* deixa, cede lugar à *idéia*. Em síntese: – é a figura pela qual a concordância dos vocábulos se faz segundo o sentido, não segundo as regras estabelecidas pela sintaxe. O quadro sinóptico que coloquei indica as formas de silepse: – de gênero, de número, de pessoa. Vejamos os exemplos: de gênero – Vossa Alteza é magnânimo; de número – um *grupo* de camponeses *partiram* para luta; de número – Eu fui a Paris e eles (foram) a Roma. Há ainda além dessas formas uma de uso muito raro, a gênero – número.

No objetivo de fixar a aprendizagem exigiu a um grupo de alunos que designara, que fizessem frases de cada forma ensinada. Ao perceber que havíamos fixado o que ensinara, nos disse:

– Vou, agora, repetir as formas de silepse, utilizando como exemplos trechos retirados dos clássicos da língua. Alexandre Herculano nos fornece um exemplo de silepse de número: “Misericórdia! Bradou toda aquela *multidão* ao passar por el-rei: e *caíram* de bruços sobre as lajes do pavimento”. Observem que *multidão* está no singular e o verbo foi escrito *caíram*, isto é, no plural, não concorda com *multidão*. Registrem, em seus cadernos, o exemplo de silepse de pessoa em Manuel Bernardes: – “Todos os filhos de Adão padecemos nossas mutilações e fealdades”.

Inundou-nos. Quintino do Valle não se cansava de nos advertir:

– A língua é um ser vivo em constante transformação. Há diferença entre língua falada e a língua escrita. A falada não é tão policiada quanto a escrita. Esta tem princípios quase rígidos, mas que evoluem. Muitas palavras e expressões perdem sua atualização, transformam-se em arcaísmos; outras são criadas em virtude do avanço da ciência, dos costumes locais e até mesmo por necessidades literários e se denominam *neologismos*.

O Pedro Velloso Wanderley sempre interessado em conhecer a língua portuguesa e, na classe, o único a já ter lido a *Réplica*, indaga do professor:

– Mestre, a língua que falamos no Brasil é um dialeto do português; os regionalismo são dialetos?

– Não há nenhum dialeto brasileiro. Aqui há a língua portuguesa, falada no Brasil. Não há língua brasileira. Nós brasileiros usamos os pronomes átonos com menos rigidez que os portugueses, abrimos as vogais quando elas fecham; usamos formas sincréticas de alguns verbos. Dizemos *agencio*, *diligencio* e eles *agenceio*, *diligenceio*. Fazemos uso do infinitivo com menos rigidez do que eles e, hoje, já começamos a abandonar regras a favor da forma mais eufônica. Não há dialeto, mas ritmos diferentes, há algumas diferenças fonéticas.

Quintino do Valle não admitia conversa ou barulho durante suas aulas. Surprender um aluno distraído, levava-o a profunda irritação. Lá um dia o inspetor Pederneiras preveniu-o que a turma iria durante quinze dias, ter aulas na sala ambiente de geografia, a de número vinte e quatro, no segundo andar, próximo do Salão Nobre. As duas primeiras aulas transcorreram sem problemas e aparentemente Quintino estava satisfeito. Na terceira aula, no auge das explicações, do alto da arquibancada, ouviu-se um ruído semelhante ao bater de pé no assoalho. O professor avaliou a ter o ruído vindo da última fila, onde estava sentado o Ruben, major, a quem em outras ocasiões já o advertia.

– Fora de sala, seu moleque.

Foi atendido logo, o Rubem não era fanático por aulas, aproveitou a oportunidade e saiu. Alguns poucos minutos pasados, repetiu-se o barulho. Apoplético, o professor expulsou o Aristeu, este, porém, tentou dizer o que estava ocorrendo. Recebeu um ultimato:

– Fora! Sem abrir o bico ou três dias de suspensão.

Resolvi interferir, fiado em que o Quintino me ouviria. Ergui o braço, sem nada dizer. Ao ver que queria lhe falar, irritado me inquiriu.

– Por que está de braço erguido? Virou fascista?

– Professor, o barulho vem do porão. Aqui debaixo tem uma cafua. Na porta e no corredor lateral.

Mal acabara de falar e ele subia os degraus do anfiteatro, ocorreu novamente forte ruído. Quintino se deu conta do que estava acontecendo. Foi até a porta da cafua, correu o ferrolho, e de lá viu surpreso, um aluno, assustado, com teias de aranha no cabelo, sair.

– O que o senhor está fazendo aí dentro desse buraco? Enlouqueceu?

– Não, professor. O Segadas Viana me trancou aqui dentro, parece que esqueceu de mim.

O Quintino, subiu a serra, e deu vazão a sua ira. Coincidentemente chegava o inspetor.

– Carlos Rufino Pederneiras, não agüento mais, não posso tolerar tanta loucura que está ocorrendo aqui no Externato. Essa foi demais, o Segadas Viana trancar um aluno no porão e ele ficar mais de hora e meia ali preso e atrapalhar a aula dada por um catedrático. Isto só está ocorrendo porque o Fernando Raja Gabaglia passa a mão na cabeça dessa malta. Irei relatar esse fato e outros mais na próxima sessão da Congregação. Viva o meu Internato e o Clóvis Monteiro, pelo menos lá, ainda, não se enlouqueceu.

Na aula seguinte ao incidente, antes de expor o assunto, chamou o Rubem, “major” e o Aristeu e pediu-lhes desculpas pela injusta expulsão. Pouco a pouco, ele foi recuperando o vigor físico e não gemia com tanta frequência. Ao abordar a parte do programa em que tratava de verbos e regências, nos alertou:

– Nós iremos selecionar alguns verbos e as suas regências, que vocês não poderão ignorar.

Voltamos a conviver com alguns clássicos.

Iniciou, recordando, como identificar se um verbo era transitivo, bitransitivo e também o intransitivo. Ensinou-nos como identificar um verbo incoativo, aqueles que indicam o começo de uma ação, deu destaque ao sufixo *ecer* ou *escer* indicativo de ação, encheu-nos de exemplos como *florescer*, *anoitecer*, *envelhecer*. Não esqueceu, também, de nos alertar que todos os verbos indicativos de fenômenos da natureza eram intransitivos. Lembro-me bem, muito bem que consumiu uma aula inteira nos ensinando as múltiplas acepções e cada uma das regências do verbo *assistir*. Interessante que no início da aula usou a técnica socrática da maeutica, partejou nossos conhecimentos.

– Seu Pedro Velloso, o que é *assistir*?

– É estar presente.

– Forme uma frase.

– Nós assistimos ao desastre havido.

– Vamos, quero outro exemplo.

– Assistir ao desfile de 7 de setembro.

– Há a acepção de *morar*, *residir*, *habitar*. O padre Antônio Vieira num dos seus sermões assim usou o verbo *assistir*: “Ainda que no céu tenha a minha corte, tanto *assisto* na terra como céu”. Quem de vocês é capaz de formar uma frase com *assistir* usado como *socorrer*, *servir*?

A Solange Vasconcellos, deixando sua timidez de lado, propõe:

- Meu pai assiste seus doentes com carinho e competência.
- Certíssimo. Quero outra.
- O professor assiste seus alunos em dificuldades esclarecendo dúvidas.

E lá fomos nós aprendendo quase todas as acepções; percebemos logo que algumas não teriam grande uso.

Quintino também pagava *banalidades* à suserania da análise lógica. Não possuía o dogmatismo e a possessividade do Oiticica nem tampouco a despreocupação do Nascentes; situava-se equidistante dos dois: – nem tanto à terra, nem tanto ao mar.

Gostava de selecionar textos extraídos dos clássicos portugueses e de quando em vez levava-nos a analisar o *Caramuru* de Santa Rita Durão. Diziamos que o autor, presunçosamente, se imaginou poder superar. Camões, imitou-o usando a mesma metrificacão nos versos. O trio amoroso Diogo Alvares, Paraguaçu e Moema foi explorado por Quintino. O trecho da morte de Moema lido por ele foi encantador. Foi com ele que vi uma oração principal ser classificada como “*oração apresentativa do discurso direto*”. Não me lembro mais qual o clássico trabalhado e em qual trecho nosso professor fez emergir a tal “*oração apresentativa do discurso direto*”; lidei com ilustres professores de português e jamais ouvi alguns deles citar a referida oração.

Na época em que fui aluno do Colégio os clássicos portugueses eram comentadas as polêmicas de Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro; a de Rui Barbosa com José do Patrocínio, em que um chama ao outro de Tartufo e Aretino; o texto da *Réplica e Tréplica* eram os mananciais a que nossos mestres nos levavam a beber na fonte cristalina e sem poluição. Hoje pouquíssimos dos licenciandos em Letras conhecem os clássicos e, também, se nos aprofundamos na pesquisa, ignoram os modernos. Alguns professores de hoje com empáfia e a auto-suficiência derivada da ignorância, anatematizam os que ainda ousam citar os clássicos.

- São arcaicos, querem reviver o que não tem mais significado. Hoje o que nos interessa é a lingüística, a análise estilística e o moderno estruturalismo.

Fazem-me lembrar um fato ocorrido com Cândido Portinari, no auge de seu sucesso. Certo grupo de pseudo-intelectuais e candidatos a pintores procuraram o pintor a fim de que ele lhes ministrasse aulas. Portinari, pressionado, concordou e preparou-se para a primeira aula e que acabou sendo a última. Enxotou todos e de forma dura.

- Vão todos para a Escola de Belas Artes. Têm que aprender primeiro desenho e perspectiva.

Não há nenhum pintor moderno ou clássico que não saiba desenhar e muito. Os maiores como Picasso, Salvador Dali, Diogo de Rivera são profundos conhecedores de desenho. Até os pintores rupestres da gruta de Altamira sabiam desenhar...

Sem querer parodiar Portinari, poderíamos dizer ou aconselhar aos detratores do uso dos clássicos.

– Só se pode conhecer profundamente uma língua e lecioná-la com precisão e certeza se houver conhecimento de suas raízes e a essas só se chega através dos clássicos.

Graciliano Ramos, que entre os modernos só se tornou um clássico porque dominava a língua e não submetia seu texto ao crivo do mestre Aurélio Buarque de Holanda.

Lembro-me que Quintino do Valle em uma das suas aulas destacou o seguinte texto de Rui Barbosa, na *Oração aos Moços*.

“Mal folheiam os primeiros alfarrábios, já se sentem com força de escreverem tratados. Mocidade vaidosa não chegará à virilidade útil, onde os meninos comparecem de doutores, os doutores não passarão de meninos”.

Como essas palavras se ajustam a enxurrada de doutores, lingüísticos e críticos literários que em fabricação seriada saem de nossas escolas. Se me perguntarem ter sido Quintino do Valle um grande professor, diria:

– Mais que professor foi educador, mais que educador foi forjador de caracteres e mais que forjador foi um semeador de bons professores da língua nacional.

Quintino, Nascentes, Oiticica, Clóvis Monteiro, Aurélio Buarque, que conheci, testemunhei o seu trabalho e protagonizei algumas passagens de suas vidas no Colégio, não desmereceram seus antecessores Manuel Said Ali, Carlos de Laet, Silva Ramos, Fausto Barreto, José Veríssimo e Silvio Romero. A esses mestres perdoem-me não ter sido mais um da plêiade de discípulos que nos deixaram. Faltou-me “engenho e arte”, sobraram-me a admiração e a ousadia de tentar retratá-los como ex-aluno.

NOTICIÁRIO

HOMENAGEM A EUGENIO COSERIU NA UFF

A Universidade Federal Fluminense, pela Coordenação de Pós-Graduação em Letras, prestou significativa homenagem ao grande lingüista Eugenio Coseriu, no dia 3 de dezembro de 2003, no Instituto de Letras, Campus do Gragoatá, Niterói, RJ. A programação constou de duas mesas-redondas e seis palestras.

As primeiras versaram sobre os temas *A importância da obra de Eugenio Coseriu para a lingüística contemporânea* e *As contribuições de Eugenio Coseriu para o ensino da língua*.

As palestras e os respectivos palestrantes foram os seguintes:

– *A universalidade da obra de Eugenio Coseriu* – Prof. Evanildo Bechara (UERJ/UFF)

– *Eugenio Coseriu e a questão dos universais da linguagem* – Prof. Luiz Martins Monteiro de Barros (UFF)

– *Eugenio Coseriu e a lingüística do discurso* – Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa (UFF)

– *Eugenio Coseriu e a gramática de Fernão de Oliveira* – Profa. Maria Christina de Motta Maia (UFRJ)

– *Eugenio Coseriu e a competência lingüística* – Profa. Terezinha Bittencourt (UFF)

– *Eugenio Coseriu e a criação lingüística* – Monika Betten Muller Amorim e Simone Maria Bacellar Moreira (monitoras de Lingüística da UFF)

Cerca de cento e sessenta participantes estiveram presentes à intensa jornada que se estendeu das nove às dezoito horas. Lembre-se que o Setor de Lingüística da UFF tem um núcleo de professores coserianos, responsável pela merecida homenagem, talvez a única assim prestada numa universidade brasileira.

Algumas dessas palestras estão publicadas neste número de *Confluência*.

*

Cursos

O *Instituto de Língua Portuguesa* realizou de março a dezembro de 2003, sob coordenação dos professores Evanildo Bechara e Maximiano de Carvalho e Silva, dez cursos gratuitos com a duração de dez horas para cada um:

1. Problemas e Falsos Problemas da Língua Portuguesa

Período: 14/3/3 a 11/4/3

Professor: Evanildo Bechara

2. Iniciação ao Latim Cristão – Textos do Novo Testamento

Período: 9/5/3 a 6/6/3

Professor: Rosalvo do Valle

3. A Estilística e o Ensino de Português

Período: 15/5/3 a 12/6/3

Professor: Castelar de Carvalho

4. Interpretação de Textos e Comentários Gramaticais

Período: 4/6/3 a 2/7/3

Professor: Horácio Rolim de Freitas

5. As Questões de Português nos Concursos Públicos

Período: 7/7/3 a 4/8/3

Professor: Dr. Ricardo Stavola Cavaliere

6. Trovadores e Poetas do Amor da Idade Média – Luzes e Derivações

Período: 5/8/3 a 2/9/3

Professor: Antonio Basílio Rodrigues

7. Variação Lingüística: Seu Estado em Textos

Período: 11/9/3 a 9/10/3

Professor: Carlos Eduardo Falcão Uchôa e Terezinha Bittencourt

8. Latinidade Clássica e Medieval – Temas Lingüísticos

Período: 3/10/3 a 31/10/3

Professor: Rosalvo do Valle

9. Latinidade Clássica e Medieval – Temas Literários

Período: 4/11/3 a 2/12/3

Professor: Rosalvo do Valle

10. O Galego e o Português: Estudo Comparativo

Período: 5/11/3 a 3/12/3

Professor: Fernando Ozorio Rodrigues, Xuan Carlos Iagares e Reynaldo Valinho Alvarez

*

CONCEITO OFICIAL DA *CONFLUÊNCIA* NO QUALIS

Liceu Literário Português
Instituto de Língua Portuguesa

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2003

Ex^{mo}. Sr. Diretor-Geral da CAPES
Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury

Em nome da Diretoria e da Comissão de Redação da revista *Confluência*, publicação do Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, destinada a pesquisadores e a professores universitários de língua portuguesa e das ciências da linguagem, dirigimo-nos a V. Ex^a para manifestar a nossa estranheza pelo fato de que a revista tenha obtido conceito C na avaliação do *Qualis*, na área de Lingüística e Letras, como consta de documento expedido pela CAPES.

Antes de mais nada, convém dizer que a entidade patrocinadora da publicação da *Confluência* – o Liceu Literário Português – já tem mais de 130 anos de efetivos serviços prestados à cultura brasileira e à cultura portuguesa, razão pela qual figura com duas outras beneméritas instituições culturais e assistenciais – o Real Gabinete Português de Leitura e a Caixa de Socorros D. Pedro V – entre as que compõem a Fundação Brasil – Portugal, que acaba de ser criada para desenvolver atividades culturais múltiplas e mais amplas na cidade do Rio de Janeiro e em outros pontos do território nacional. Na lista das realizações do Liceu, sem nenhuma contribuição financeira obrigatória por parte dos que delas participam, incluem-se as de ensino de primeiro e segundo grau (no passado), de ensino técnico de nível secundário, de ensino e pesquisa e de difusão cultural de nível superior, de congressos nacionais e internacionais. Além disso, são numerosas as publicações do Liceu ao longo de todos estes anos de profícuas atividades, distribuídas gratuitamente a um público cada vez mais avultado. A revista *Confluência*, por exemplo, desde o seu primeiro número, é enviada às bibliotecas de quase todas as Universidades brasileiras, públicas e particulares, a várias Universidades estrangeiras (sobretudo as de Portugal), a instituições culturais diversas, a pesquisadores de renome.

Advém nossa estranheza do fato de não terem sido levados em conta os seguintes motivos, suficientes no nosso entender, para que se reconheçam os altos méritos da revista, que a credenciam no cenário acadêmico:

a) O corpo diretivo da revista é constituído de professores titulares e eméritos de duas universidades de prestígio, uma federal e uma estadual (a Universidade Federal Fluminense – UFF e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), com larga atuação no ensino e pesquisa em cursos de graduação e de pós-graduação, que inclusive ministraram cursos especiais como professores visitantes em Universidades estrangeiras, em Portugal, na Alemanha, no Japão e em outros países.

Esses professores não só emprestam à revista seu nome e valor intelectual, mas também têm efetivamente atuado como articulistas e participantes de atividades docentes e de congressos internacionais sob o patrocínio do Liceu Literário Português. Ressalte-se que integraram o corpo diretivo e de colaboradores da revista os professores Sílvio Edmundo Elia e Gládstone Chaves de Melo, recentemente falecidos, de renome nacional e internacional, autores de obras de fundamental importância para o estudo das ciências da linguagem e da língua portuguesa de modo particular.

b) Os 23 números da revista *Confluência* até agora publicados reúnem trabalhos de autoria de pesquisadores e professores de inúmeras instituições culturais do Brasil e do estrangeiro: sediadas no Estado do Rio de Janeiro – o Liceu Literário Português (LLP), o Real Gabinete Português de Leitura (RGPL), a Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Pontifícia Universidade Católica (PUC), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); no Estado de São Paulo – a Universidade de São Paulo (USP); em outros Estados – a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal do Ceará (UFCE), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); no estrangeiro – Universidades sediadas em Portugal (Lisboa, Coimbra, Porto, Évora, Trás-os-Montes), em Moçambique (Maputo), na França (Paris), na Alemanha (Berlim, Tübingen, Leipzig, Marburgo, Bochum), na Itália (Perugia), na Suíça (Genebra), na Hungria (Budapeste).

Na lista de colaboradores antigos ou atuais da revista, além dos nacionais, residentes em vários Estados, figuram renomadas autoridades de universidades estrangeiras, como se vê na relação em anexo.

c) É invejável e dificilmente igualada, entre nós, a periodicidade semestral da revista, porque, fundada em 1991, está com 23 números saídos, com média de 145 páginas cada, e o 24º em via de publicação.

d) Os temas dos artigos publicados abrem um leque nos campos da Lusofonia, da Linguística Geral e Descritiva, da Crítica Textual, dos Estudos Clássicos e da Glotodidática, tratando ainda vários deles de assuntos de interesse para os estudiosos de Literatura Brasileira e de Literatura Portuguesa.

e) Diga-se mais que a revista, mantida pelo Liceu Literário Português, atingiu este grau de excelência e produtividade sem qualquer subsídio oficial – federal, estadual ou municipal.

f) Graças às providências da sua direção, foi atendida a exigência de registro no ISSN (1415-1403).

Todas estas razões justificam a nossa já manifestada estranheza diante da classificação atribuída à revista *Confluência*, e a perplexidade para compreender o que a motivou.

Assim sendo solicitamos a V. EX^a. nos informar que amparo legal confere à CAPES competência para avaliar e julgar periódicos nacionais, e solicitamos também nos seja facultado o acesso aos critérios por que se rege neste sentido a CAPES, a fim de que, se for o caso, possamos tomar na medida certa as providências cabíveis em defesa dos legítimos interesses de ter todo o nosso trabalho e esforço de longos anos devidamente reconhecidos e respeitados. O problema não é apenas nosso, de diretores da revista, mas também – o que o torna mais grave ainda – dos nossos colaboradores que são professores universitários de Letras ainda no pleno exercício de suas funções, os quais ficam com os seus artigos injustamente depreciados quando os arrolam na relação da sua produção científica a ser avaliada no âmbito das instituições a que pertencem.

Agradecendo por antecipação a resposta que nos será dada, subscrevemo-nos atentiosamente.

Evanildo Bechara

Membro da Diretoria do Liceu Literário Português
Diretor Geral do Instituto de Língua Portuguesa
Professor Emérito da UFF e da UERJ
Vice- Presidente da Academia Brasileira de Filologia
Membro da Academia Brasileira de Letras

Maximiano de Carvalho e Silva

Membro da Diretoria do Liceu Literário Português
Diretor Executivo do Instituto de Língua Portuguesa
Professor Emérito da UFF
Membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia

INTEGRANTES DA DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA E DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*:

Integrantes atuais da Diretoria do ILP e da Comissão de Redação:

Presidente – Francisco Gomes da Costa;
Diretor Geral – Evanildo Bechara (Professor Emérito da UFF e da UERJ);
Diretor Executivo – Maximiano de Carvalho e Silva (Professor Emérito da UFF);
Antônio Basílio Gomes Rodrigues (UERJ);
Horácio Rolim de Freitas (UERJ / USU);
Rosalvo do Valle (Professor Emérito da UFF).

Membros do Conselho Consultivo do ILP:

Adriano da Gama Kury (FCRB);
Amaury de Sá e Albuquerque (UERJ);
Antônio Martins de Araújo (UFRJ);
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (UFF);
Fernando Ozório Rodrigues (UFF);
Jayr Calhau (UERJ);
José Pereira de Andrade (FNF);
Ricardo Cavaliere (UFF);
Walmírio Macedo (UFF / USU).

Ex-Diretores Gerais do Instituto de Língua Portuguesa (ILP):

Sílvio Edmundo Elia † (Professor Emérito da UFF)
Gládstone Chaves de Melo † (Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra)

**AUTORES DE ARTIGOS E NOTAS PUBLICADOS NOS
23 NÚMEROS DA REVISTA *CONFLUÊNCIA***

Residentes no Brasil:

Estados do Rio de Janeiro – Adriano da Gama kury, Álvaro de Sá, Antônio Basílio Gomes Rodrigues, Antônio Geraldo da Cunha (A.G. Cunha), Antônio Gomes da Costa, Antônio Houaiss, Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Carly Silva, Castelar de Carvalho, Cilene da Cunha Pereira, Claudio Cezar Henriques,

Cleonice Berardinelli, Dom Irineu Penna, Dom Justino de Almeida Bueno, Eneida do Rego Monteiro Bonfim, Evanildo Bechara, Gládstone Chaves de Melo, Hilma Ranauro, Horácio Rolim de Freitas, Leodegário A. de Azevedo Filho, Luiz Soares de Lima, Maria Cristina da Fonseca Elia, Marlit Bechara, Maximiano de Carvalho e Silva, Olga Coelho, Olmar Guterres da Silveira, Paulo de Tarso Chaves de Melo, Ramon Quintela Torreira, Ricardo Cavaliere, Rosalvo do Valle, Sílvio Elia, Vitório Bergo, Yonne Leite;

Estado de São Paulo – Benilde Justo Caniato, Dino Preti, Edith Pimentel Pinto, Heitor Megale, Márcia Gamboa, Segismundo Spina, Valter Kehdi;

Estado do Ceará – Edmilson Monteiro Lopes, José Lemos Monteiro, José Rogério Fontenelle Bessa;

Estado de Pernambuco – Francisco Gomes de Matos, Marlos de Barros Pessoa;

Estado da Paraíba – Maria do Socorro Silva de Aragão, Sônia Maria van Dijck Lima;

Estado de Minas Gerais – Viviane Cunha;

Estado de Santa Catarina – Leonor Scliar Cabral.

Residentes no Estrangeiro:

Portugal – Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho (Lisboa), Aníbal Pinto de Castro (Coimbra), Carlos da Costa Assunção (Trás-os-Montes), Evelina Verdelho (Coimbra), Isabel Vilares Cepeda (Lisboa), Ivo Castro (Lisboa), Jorge Morais Barbosa (Coimbra), Jorge Rangel (Macau), José Augusto Cardoso Bernardes (Coimbra), José G. Herculano de Carvalho (Coimbra), Margarida Vieira Mendes (Lisboa), Maria Filomena Gonçalves (Évora), Mário Vilela (Porto), Rita Marquilhas (Lisboa);

Alemanha – Berthold Zilly (Berlim), Dieter Woll (Marburgo), Eberhard Gärtner (Leipzig), Eugenio Coseriu (Tübingen), Gerardo Guedes de Figueiredo (Bochum), Wolfgang Roth (Bochum);

França – Michel Laban (Paris), Paul Teyssier (Paris);

Hungria – Olga Zsoldos (Budapeste);

Itália – Barbara Spaggiari (Perugia);

Moçambique – Fátima Ribeiro (Maputo);

Suíça – Maurizio Perugi (Genebra).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ministério da Educação - Anexos I e II - 2º andar
Caixa Postal 365
70359-970 - Brasília, DF
Brasil
<http://www.capes.gov.br>



Ilmo. Senhor
EVANILDO BECHARA
Diretoria do Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - 2º andar
20031-201 - Rio de Janeiro - RJ

OFÍCIO Nº0160/2003/PR/CAPES

Brasília, 28 de maio de 2003.

Prezado Professor,

De ordem do Presidente da Capes, Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, e em atenção à correspondência de V. Sª a respeito da classificação da revista *Confluência*, informo que o comitê do QUALIS, da área de Letras e Linguística, após análise da manifestação da Diretoria desse Liceu, esclareceu o seguinte:

1. no momento em que foi realizada a referida qualificação, o comitê dispunha apenas dos dados que qualificavam a referida publicação seriada como "periódico", sendo avaliada, pela sua excelente circulação, como "nacional", e pela qualidade da arbitragem, de que não se tinha informação, "C".
2. a demanda deste Liceu trouxe ao comitê elementos relativos à arbitragem dos artigos, que permitiram rever a qualificação anterior, avaliando a citada publicação como "A".

Atenciosamente,



Sandra Freitas
Chefe de Gabinete

COLABORADORES DESTA NÚMERO

AMADEU TORRES. Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Filosofia - Instituto de Letras e Ciências Humanas de Braga. Especialista em Filosofia e Lingüística, autor de várias obras nessas áreas e, mais recentemente, organizou as edições das gramáticas de Fernão de Oliveira e Soares Barbosa. Seu mais recente livro *Gramática e Lingüística* reúne ensaios nas áreas de suas especialidades. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

CARLOS DA COSTA ASSUNÇÃO. Licenciado em Letras. Professor da Universidade de Trás-os-Montes (Portugal) que, entre outros temas, sob a direção competente do Doutor Amadeu Torres, se vem especializando na historiografia gramatical portuguesa.

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Titular aposentado de Lingüística da UFF. Livre-docente em Lingüística pela mesma Universidade. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

EVANILDO BECHARA. Professor Emérito pela UFF e UERJ. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filologia. Membro da Academia Brasileira de Letras.

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS. Livre-docente pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professor Adjunto da UERJ (aposentado). Membro da Academia Brasileira de Filologia. Entre outros trabalhos de filologia e lingüística, escreveu *Princípios de Morfologia* (4ed., Oficina do Autor, 1997).

JOSÉ ROGÉRIO FONTENELE BESSA. Doutor em Letras Vernáculas pela UFRJ. Coordenador dos projetos de pesquisa 'Atlas Lingüístico do Estado do Ceará' (ALECE) e 'Comunidade Cigana de Sobral'. Professor Adjunto aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação da UFCE. Membro da Academia Cearense de Língua Portuguesa. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

LUIZ M. M. DE BARROS. Doutor em Lingüística pela UFRJ. Professor Adjunto de Lingüística da Universidade Federal Fluminense.

MARINA KOSSÁRIK. Professora Catedrática e Presidente do Departamento das Românicas da Faculdade de Filologia da Universidade Estatal de Moscovo Lomonóssov. Diretora da Cátedra Camões da Universidade Estatal de Moscovo Lomonóssov.

MARTIN HUMMEL. Professor Doutor do Instituto Românico da Karl-Franzens-Universidade de Graz (Áustria), romanista que se vem especializando em sintaxe e estilística do português, espanhol e francês. Autor do estudo *Adverbele und adverbialisierte Adjektive im Spanischen* (construções do tipo *Los niños duermen tranquilos* e *Maria corre rápido*, assunto que aqui na *Confluência* retoma em relação ao português), além de vários artigos de sua especialidade.

MAURICIO SILVA. Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela USP. Professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no Centro Universitário FMU/SP e Centro Universitário 9 de Julho/SP.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Filologia (Crítica Textual) da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

OPÁZIA CHAIN FERES. Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professora do Setor de Língua e Literatura Italiana da UFF.

RICARDO CAVALIERE. Professor Adjunto de Língua Portuguesa da UFF. Doutor em Língua Portuguesa pela UFRJ e autor de estudos de sua especialidade. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

ROSALVO DO VALLE. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Língua Latina da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

TEREZINHA BITTENCOURT. Doutora em Linguística pela USP. Professor Adjunto de Linguística da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

VALTER KEHDI. Doutor e Livre-docente em Letras pela USP. Professor aposentado da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da USP. Licenciado em Linguística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos de sua especialidade. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

WILSON CHOERI. Professor Titular aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Diretor Geral do Colégio Pedro II.

